



A Fapesc e sua jornada de 25 anos: memórias, histórias e perspectivas dos Núcleos de Inovação Tecnológica do Estado de Santa Catarina

Cristiani Fontanela

Tuana Paula Lavall

Andréa de Almeida Leite Marocco



Realização:

Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (Fapesc)

Autoras:

Cristiani Fontanela, Tuana Paula Lavall e Andréa de Almeida Leite Marocco

Diagramação e Editoração:

Caroline Kirschner

Revisão:

Carlos Pace Dori



UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ

Reitor: Claudio Alcides Jacoski

Pró-Reitora de Graduação e Vice-Reitora: Silvana Muraro Wildner

Pró-Reitora de Pesquisa, Extensão, Inovação e Pós-Graduação: Andréa de Almeida Leite Marocco

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Márcio da Paixão Rodrigues

Pró-Reitor de Administração: José Alexandre de Toni

Diretora de Pesquisa e Pós-Graduação Stricto Sensu: Vanessa da Silva Corralo

Coordenadora da Argos: Rosane Natalina Meneghetti

Conselho Editorial:

Titulares: Clodoaldo Antônio de Sá (presidente), Cristian Baú Dal Magro (vice-presidente), Rosane Natalina Meneghetti,

Andréa de Almeida Leite Marocco, Cleunice Zanella, Hilario Junior dos Santos, Vanessa da Silva Corralo, Rodrigo Barichello,

André Luiz Onghero, Circe Mara Marques, Gustavo Lopes Colpani, Odisséia Aparecida Paludo Fontana, Andrea Díaz Genis (Uruguai),

José Mario Méndez Méndez (Costa Rica), Suelen Carls (Alemanha).

Suplentes: Maria Assunta Busato, Rodrigo Oliveira de Oliveira, Josiane Maria Muneron de Mello, Reginaldo Pereira, Idir Canzi,

Márcia Luiza Pit Dal Magro.

F679f

Fontanela, Cristiani

A Fapesc e sua jornada de 25 anos [recurso eletrônico] : memórias, histórias e perspectivas dos Núcleos de Inovação Tecnológica do Estado de Santa Catarina / Cristiani Fontanela, Tuana Paula Lavall, Andréa de Almeida Leite Marocco. -- Chapecó, SC: Argos, 2023.

231 p.; PDF – (Temáticas; 4).

Contém bibliografias

ISBN: 978-85-7897-332-2

1. Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina. 2. Núcleos de Inovação Tecnológica – Santa Catarina. 3. Tecnologia – História. I. Fontanela, Cristiani. II. Lavall, Tuana Paula. III. Marocco, Andréa de Almeida Leite. IV. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Nádia Kunzler CRB 14/1785

Sumário

- 05** **PREFÁCIO**
- 08** **INTRODUÇÃO**
- 19** **CAPÍTULO 01** | Agência de Inovação e Empreendedorismo (AGETEC) da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul)
- 32** **CAPÍTULO 02** | Agência de Inovação e Relações Institucionais (AGIR) da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)
- 45** **CAPÍTULO 03** | Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia (AGITTE) da Universidade da Região de Joinville (Univille)
- 57** **CAPÍTULO 04** | Agência de Internacionalização e Inovação Tecnológica (AGIITEC) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
- 68** **CAPÍTULO 05** | Agência de Inovação Tecnológica (AGIT) da Universidade Regional de Blumenau (FURB)
- 80** **CAPÍTULO 06** | Área de Transferência de Tecnologia da Embrapa Suínos e Aves
- 92** **CAPÍTULO 07** | Coordenadoria de Projetos e Inovação (CIPI) da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)
- 102** **CAPÍTULO 08** | Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)
- 114** **CAPÍTULO 09** | Núcleo de Inovação e Tecnologia (NIT) da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp)

- 122** **CAPÍTULO 10** | Núcleo de Inovação e Transferência Tecnológica (NITT) da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
- 137** **CAPÍTULO 11** | Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc)
- 150** **CAPÍTULO 12** | Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do Instituto Federal Catarinense (IFC)
- 159** **CAPÍTULO 13** | Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
- 171** **CAPÍTULO 14** | Núcleo de Inovação Tecnológica Inova do Centro Universitário Avantis (UniAvan)
- 178** **CAPÍTULO 15** | Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do Centro Universitário Barriga Verde (Unibave)
- 186** **CAPÍTULO 16** | Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE)
- 193** **CAPÍTULO 17** | Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) dos Institutos SENAI de Inovação e de Tecnologia
- 200** **CAPÍTULO 18** | Secretaria de Inovação (SINOVA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
- 219** **CAPÍTULO 19** | Uniinova Núcleo de Inovação Tecnológica da Universidade do Vale do Itajaí (Univali)
- 232** **CRÉDITOS**

PREFÁCIO

Vinte e cinco anos se passaram desde que tudo começou. Quando a Fapesc nasceu, os anos 2000 não passavam de um futuro incerto que gerava medo pela simbologia que envolvia a virada do milênio. O ecossistema de tecnologia do Estado dava os primeiros passos, os editais de fomento de órgãos específicos para este fim não existiam e inovação era uma palavra comum apenas aos ramos acadêmicos. Foi um longo e sinuoso caminho para chegar aonde estamos.

Vinte e cinco anos não são 25 dias. Também estão longe de ser apenas uma somatória de meses no calendário. Há muita história acumulada nessas duas décadas e meia. Há muitas lembranças que se armazenaram na memória de quem esteve ali caminhando junto, ou de quem veio, ficou um tempo e depois se foi, como é o caminho natural da vida.

Foi assim que surgiu a ideia desta coleção que você tem em mãos – “Mapeamento do Processo de Desenvolvimento do Ecossistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Santa Catarina”. Em 2022, quando criamos o edital de chamada pública que deu origem a esta obra, olhamos para trás e sentimos necessidade de mergulhar no passado e registrar tudo aquilo que era preciso: mapear a origem e o desenvolvimento histórico das principais entidades, organizações e programas, extintos ou vigentes, do ecossistema catarinense de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI).

Em 25 livros mostramos como a história do ecossistema se mistura com o surgimento e fortalecimento do seu embrião, a nossa Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação, a Fapesc. E também como ela passou pelos parques científicos, tecnológicos e de inovação, como o Sapiens Parque e o ParqTec Alfa, pelos centros de inovação, incubadoras de empresas, núcleos de inovação e pelos laboratórios de CTI, que abriram os caminhos para o que conhecemos hoje como Rede Catarinense de Tecnologia. E como tudo isso foi crescendo até culminar na criação da Associação Catarinense de Tecnologia (Acate) e, mais tarde, no surgimento do Pacto pela Inovação.

Fazemos um resgate de toda contribuição que o ecossistema recebeu de outros setores, como o Sistema Acafe, Sebrae, Fundação Certi, Facisc, Fiesc e organizações empresariais. E de como o ecossistema também fez o caminho inverso, gerando impacto direto na vida e no cotidiano das universidades, institutos e órgãos públicos e da indústria catarinense.

A obra ainda mostra como o ecossistema conseguiu fazer conexões nacionais e internacionais, como fomos evoluindo com o passar dos anos, como isso levou ao Pacto pela Inovação, aos ativos de Propriedade Intelectual e à consolidação de Santa Catarina como referência em CTI.

Esta coleção, uma riqueza para o nosso Estado, nos dá um panorama completo de onde saímos e como chegamos até aqui. Ela identifica desafios, fragilidades e necessidades dos diversos atores, setores, agentes e organizações do ecossistema para nos ajudar a seguir em frente.

Boa leitura!

Fábio Wagner Pinto

Presidente da Fapesc

INTRODUÇÃO

No ano de 2022, a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc) completa 25 anos de história. Para celebrar esse marco, lançou, em junho de 2021, o Edital de Chamada Pública n. 24/2021, Programa #Fapesc@25anos_Conectando+Catarinenses, com a finalidade de promover o mapeamento do processo de desenvolvimento do ecossistema de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) do Estado de Santa Catarina.

A formação do ecossistema catarinense de C,T&I não é recente: acompanha o próprio desenvolvimento do Estado, com ações de diversos atores públicos e privados, inicialmente fragmentadas. A partir da criação da Fapesc, e, mais recentemente, do estabelecimento de um arcabouço legal sobre a temática – em especial, a Lei n. 14.328/2008, conhecida como Lei Catarinense de Inovação, e seu regulamento, o Decreto n. 2.372/2009 – esse arranjo começou a ser pensado de forma mais estratégica e articulada.

Revisitar e registrar as histórias do ecossistema catarinense de C,T&I é tarefa que requer, portanto, a recuperação da trajetória dos atores, dos processos e das ações que contribuíram para a sua construção. Nessa perspectiva, o levantamento histórico e bibliográfico, proposto pelo Programa #Fapesc@25anos_Conectando+Catarinenses, alcança 25 temas fulcrais para compreender como Santa Catarina tornou-se o segundo Estado mais inovador do país (FIEC, 2021, p. 20).

Entre as temáticas elencadas, destaca-se a dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs). O objetivo desta obra é apresentar aspectos do processo de desenvolvimento dos NITs do Estado, identificando a origem e as principais memórias, as contribuições, os desafios e as perspectivas dessas estruturas, assim como o papel da Fapesc no seu surgimento e consolidação. A pesquisa que originou o trabalho foi executada na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), sob a coordenação da professora Cristiani Fontanela, entre os meses de novembro de 2021 e agosto de 2022, e contou com a parceria do Pollen Parque Científico e Tecnológico.

Por definição legal, Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) é a “[...] estrutura instituída por uma ou mais Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT), com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação [...]” e por competências mínimas aquelas previstas na Lei n. 10.973/2004, a Lei de Inovação (BRASIL, 2004, [s.p.]). A referida lei estabeleceu mecanismos de fomento à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no Brasil, entre os quais os NITs, cuja implementação tornou-se obrigatória para as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) públicas (BRASIL, 2004, [s.p.]).

Apesar de terem sido instituídos legalmente em 2004, ainda nos anos 1980 existiam, em algumas instituições brasileiras, setores correspondentes aos NITs, com denominações como Escritório de Transferência

de Tecnologia (ETT), Escritório de Licenciamento de Tecnologia (ELT) e Núcleos de Propriedade Intelectual. O fato de certas ICTs já apresentarem escritórios dessa natureza e de outras os terem implementado apenas após a promulgação da lei explica os diferentes estágios de estruturação e de maturidade dessas estruturas no Brasil (FONTANELA, 2019, p. 733-742).

As atribuições dos NITs, definidas no art. 16, § 1º da Lei de Inovação, foram consideravelmente ampliadas, em 2016, com o advento da Lei n. 13.243, o novo marco brasileiro de C,T&I. Os NITs, conforme se observa no Quadro 1, desempenham um conjunto de atividades relacionadas à difusão e à gestão do conhecimento científico e tecnológico produzido nas ICTs.

Quadro 1. Competências dos NITs

- a) Zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia;
- b) Avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento das disposições da Lei de Inovação;
- c) Avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma do art. 22 da Lei de Inovação;
- d) Opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição;
- e) Opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na instituição, passíveis de proteção intelectual;
- f) Acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição;
- g) Desenvolver estudos de prospecção tecnológica e de inteligência competitiva no campo da propriedade intelectual, de forma a orientar as ações de inovação da ICT;
- h) Desenvolver estudos e estratégias para a transferência de inovação gerada pela ICT;
- i) Promover e acompanhar o relacionamento da ICT com empresas, em especial nos contratos de transferência de tecnologia, licenciamento, exploração de criação e prestação de serviços, e nos acordos de parceria para realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e de desenvolvimento de tecnologia, produto, serviço ou processo;
- j) Negociar e gerir os acordos de transferência de tecnologia oriunda da ICT.

Fonte: elaboração das autoras (2022), com reproduções do art. 16, § 1º da Lei n. 10.973/2004, atualizado pela Lei n. 13.243/2016 (BRASIL, 2016, ls.p.).

No Brasil, de acordo com o último Formulário sobre Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do Brasil (FORMICT) (ano-base 2018), existem 220 NITs implementados – em ICTs públicas, comunitárias e privadas –, e 50, em fase de implementação. Interessante notar que as funções exercidas por esses Núcleos extrapolam aquelas previstas em lei. Em muitos casos, eles são responsáveis, também, pela realização de eventos e capacitações; pela manutenção da Política de Confidencialidade das ICTs; por orientar e cadastrar pesquisadores; pela confecção de documentos padronizados, como contratos e acordos de parceria; por manter cadastro de oferta e de demanda de serviços; e pela gestão de incubadoras de negócios (BRASIL, 2019, p. 17-26).

Segundo dados do Relatório da Pesquisa de Inovação do Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (FORTEC), no ano de 2020, em 139 NITs respondentes, foram efetivados aproximadamente 2.400 pedidos de proteção de propriedade intelectual e formalizados cerca de 310 acordos de licenciamento, mobilizando mais de 16 milhões de reais (FORTEC, 2021, p. 6). Os NITs, enquanto intermediadores da trílice hélice formada por governo, empresas e universidades, são, portanto, peças fundamentais na promoção do desenvolvimento econômico, no contexto de uma economia do conhecimento.

No Estado de Santa Catarina, a constituição dos NITs foi estimulada pelo governo estadual por meio da Lei Ordinária n. 14.328/2008 – a Lei Catarinense de Inovação –, que concedeu à Fapesc a competência para apoiar as ICTs na implementação dos NITs (SANTA CATARINA, 2008, [s.p.]). Além disso, tanto o Estatuto da Fapesc, em seu art. 5º, XIX, quanto a Lei Complementar n. 741/2019, que trata da estrutura organizacional básica do Estado, reafirmaram o papel da Fundação no apoio à implantação dos NITs (SANTA CATARINA, 2012, [s.p.]; SANTA CATARINA, 2019, [s.p.]).

Antes mesmo do advento desses marcos legais, acompanhando o movimento que se iniciava no cenário nacional em razão da Lei de Inovação, a Fapesc lançou o Programa de Gestão da Propriedade Intelectual (PROGEPI), com o objetivo de estimular a pesquisa, a transferência tecnológica e a inovação em ambientes produtivos. No escopo desse Programa, organizou, no ano de 2006, os Editais de Chamada Pública n. 002/2006 e n. 010/2006, os primeiros destinados à implantação e consolidação dos NITs catarinenses (FAPESC, 2006, [s.p.]).

Os Editais destinaram R\$ 300.000,00 à criação ou fortalecimento de até seis NITs, distribuídos nas seis regiões de Santa Catarina. Das 11 propostas recebidas, cinco foram selecionadas, mediante a análise de consultores *ad hoc* de outros Estados, recebendo até R\$ 50.000,00 cada, para a execução dos projetos. As ICTs contem-

pladas foram a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), de Florianópolis; a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), campus São Bento do Sul; a Universidade Regional de Blumenau (FURB), de Blumenau; a Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), de Joaçaba; e a Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), de Criciúma (FAPESC, 2006, [s.p.]; DECKER, 2022, [s.p.]).

No ano de 2008, o governo federal, por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), lançou a Chamada Pública MCT/FINEP/AT-PRÓ-INOVA 01/2008, com a finalidade de apoiar propostas de capacitação de NITs para gestão da política de inovação das ICTs e de incentivar iniciativas voltadas à difusão da inovação, no âmbito do Programa Nacional de Sensibilização e Mobilização para a Inovação (PRÓ-INOVA) (BRASIL, 2008, p. 01). O edital abrangia duas linhas temáticas: a) consolidação dos NITs e dos arranjos estaduais e regionais de NITs, e b) implantação e estruturação de arranjos estaduais e regionais de NITs (BRASIL, 2008, p. 01).

Diante da publicação desta Chamada Pública, o professor Luiz Otávio Pimentel, então Coordenador do NIT da UFSC, buscou o Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina (IEL/SC) e a Fapesc, para, juntos, elaborarem um projeto visando à constituição do arranjo catarinense de NITs (CORAL, 2012, p. 12). A proposta de Santa Catarina, denominada Projeto de Implantação e Estruturação do Arranjo Catari-

nense de Núcleos de Inovação Tecnológica (PRONIT), foi uma das selecionadas e começou a ser executada em maio de 2009, sob a coordenação do IEL/SC.

O PRONIT contou com investimento de R\$ 1.870.787,00, sendo R\$ 1.401.000,00 provenientes da Finep; R\$ 370.000,00, da Fapesc; e uma contrapartida de R\$ 120.000,00, de seis ICTs do Estado (DECKER, 2022, [s.p.]). Dezoito ICTs e 11 empresas aderiram ao projeto, que possibilitou a capacitação do corpo técnico dos participantes, por meio de 200 horas de instrução. A formação percorreu temas como estruturação dos NITs, valoração de tecnologias, transferência de tecnologia, gestão de projetos, gestão de processos, leis de incentivo à inovação e de incentivos fiscais no âmbito estadual e federal, mecanismos de financiamento à C,T&I e à propriedade intelectual (CORAL, 2012, p. 12-15).

Concluído em 2013, o PRONIT foi, em termos de mobilização de recursos humanos, o maior programa de apoio à criação, consolidação e articulação de NITs já executado em território catarinense, unindo academia, governo e empresas. Embora outros estados tenham tido projetos semelhantes, os resultados alcançados em Santa Catarina despertaram a atenção de universidades, entidades públicas e privadas, e fundações de amparo à pesquisa ex-

terna, transformando o PRONIT em verdadeira referência na área (DECKER, 2022, [s.p.]).

Depois de um hiato de seis anos, a retomada do trabalho estratégico da Fapesc junto aos NITs deu-se com o Edital de Chamada Pública n. 14/2019 – Programa de Apoio à Consolidação de Núcleos de Inovação Tecnológica de Instituições de Pesquisa Científica e Tecnológica no Estado de Santa Catarina. Essa Chamada objetivou a implementação, a manutenção e a consolidação dos NITs e da Rede Catarinense de NITs pelas ICTs catarinenses, além da capacitação das equipes e do desenvolvimento de atividades direcionadas à ampliação do ecossistema de inovação e pesquisa aplicada em Santa Catarina (FAPESC, 2019, p. 01).

Ao todo, 13 projetos foram contemplados e efetivamente executados, com recursos de até R\$ 100.000,00 cada, investidos em itens como contratação de bolsistas, aquisição de equipamentos e materiais, pagamento de taxas de proteção de propriedade intelectual, contratação de serviços especializados, entre outros. Participaram do Edital as seguintes ICTs: UFSC, Embrapa Suínos e Aves, Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Udesc, Epagri, Unesc, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade da Região de Joinville (Univille), Instituto Federal Catarinense (IFC), Universidade do Vale do Itajaí (Univali), Unoesc, Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) e FURB (FAPESC, 2019, [s.p.]).

Além das melhorias acessadas por cada Núcleo, o Edital n. 14/2019 incentivou a relação interinstitucional e a organização coletiva dos NITs, ao propor a formação da Rede Catarinense de NITs. A ideia da criação de uma rede de NITs vinha sendo levantada em eventos estaduais na área da inovação e da propriedade intelectual – como o 3º Seminário catarinense de NITs, realizado no Parque Órion, em 2017 –, mas foi somente com o Programa da Fapesc que ganhou contornos mais precisos (REDE NITSC, 2019, [s.p.]).

Os encontros da Rede Catarinense de NITs, denominada Rede NITSC acontecem periodicamente desde 2019, e são destinados à discussão de temas de interesse dos NITs e à organização dos aspectos formais e operacionais da Rede. Entre as últimas ações, estão a concepção da identidade visual e a definição do modelo jurídico do grupo, para que os próximos passos sejam dados no sentido de sua formalização. A gestão da Rede NITSC é exercida pelas instituições que a compõem (REDE NITSC, 2019, [s.p.]).

Fizeram parte do mandato 2019-2020, caracterizado como Governança de Implantação, a Udesc (Coordenação), a Univille (Vice-Coordenação), a Unisul (1ª Secretaria) e a UFFS (2ª Secretaria) (REDE NITSC, 2019, [s.p.]). A segunda composição, sob a forma de Comitê Gestor, foi eleita para o biênio 2021-2022, sendo constituída pela UFSC (Coordenação), pela Unochapecó e pela Unesc (REDE NITSC, 2020, [s.p.]).

A continuidade das ações voltadas ao fortalecimento dos NITs do Estado, assim como à consolidação da Rede NITSC, está sendo pensada no âmbito da segunda edição do Programa de Apoio à Implantação e Consolidação de Núcleos de Inovação Tecnológica, Edital de Chamada Pública n. 27/2022, da Fapesc, lançado em junho de 2022. Com aporte de R\$ 2.000.000,00, a Chamada deve apoiar até 20 propostas, de ICTs públicas e privadas sem fins lucrativos (FAPESC, 2022, [s.p.]).

Seja por meio de editais específicos, seja pelo financiamento de pesquisas e ações em inovação, que, em última análise, servem de insumo para o trabalho dos Núcleos, a Fapesc atua no cumprimento de sua função institucional e cultiva a perspectiva de seguir contribuindo para o desenvolvimento dos NITs catarinenses, conforme o depoimento de Fábio Zabet Holthausen, Presidente na gestão 2019-2022, registrado no quadro a seguir.

Quadro 2. O papel da Fapesc no fomento aos NITs: uma visão institucional

"A preocupação da Fapesc é, cada vez mais, fortalecer os NITs como estruturas do ecossistema de C,T&I. Assim como os Centros de Inovação e as Incubadoras de Empresas, os NITs têm um papel muito importante nesse desenvolvimento, especialmente em um momento de inovação mais profundo, no qual o ativo de propriedade intelectual está apto a ser transferido. Esse é um desafio posto aos Coordenadores dos NITs. Eles precisam trabalhar com a cultura? Precisam, tanto na academia, quanto na sociedade. Mas só trabalhar com o acultramento não basta. É preciso ter efetividade na sensibilização do pesquisador, na proteção das criações, quando for o caso, e na transferência da tecnologia, para, assim, gerar receita a partir dos ativos de propriedade intelectual.

A atuação dos NITs, nesse sentido, gera possibilidades de novos negócios, de financiamento para a própria pesquisa na universidade. Existem casos emblemáticos, tanto no Brasil, quanto fora, do papel estratégico desempenhado por universidades na transferência de tecnologias com alto impacto social. Desejamos, enquanto instituição, que isso aconteça também nas universidades do nosso Estado e entendemos que, para viabilizar essa realidade, é preciso ter ações sistemáticas e fomentadas.

Quando a Fapesc olha para o ecossistema, enxerga todos os seus componentes, e, em cada edital proposto, pensa em como ele poderá beneficiar cada um desses atores, de forma transversal.

O trabalho que estamos fazendo no Edital n. 24/2022, por exemplo, ao elencar os NITs como um dos 25 temas, já demonstra o valor que a Fapesc atribui a essas estruturas. As universidades precisam olhar com esse mesmo carinho para os seus NITs. O NIT precisa, além de fazer um trabalho interno, ser reconhecido, externamente, como a porta de entrada do setor produtivo para a universidade. Os NITs fazem parte da engrenagem do ecossistema catarinense de C,T&I e a Fapesc acredita no papel dessas estruturas para o desenvolvimento econômico do Estado".

Fábio Zabet Holthausen
Presidente da Fapesc (2019-2022)

Fonte: elaboração das autoras (2022), com transcrição de entrevista de Fábio Zabet Holthausen (2022, [s.p.]).

Esta obra, elaborada no contexto do Edital de Chamada Pública n. 24/2021 da Fapesc, é uma oportunidade de dar visibilidade aos NITs catarinenses, de evidenciar aspectos da sua constituição histórica e de identificar as dificuldades que eles encontraram e encontram nos seus fazeres cotidianos. Espera-se, também, e como consequência do panorama traçado, contribuir para o aprimoramento das políticas públicas de fomento aos NITs e, de forma geral, à ciência, à tecnologia e à inovação, no Estado de Santa Catarina.

A pesquisa que deu origem ao livro é resultado da agregação de diversas técnicas e de um conjunto de etapas, que se iniciou em novembro de 2021, com o levantamento da bibliografia produzida sobre os NITs e, especificamente, sobre os NITs catarinenses. Depois de levantar o estado da arte, o desafio foi mapear as ICTs catarinenses com NIT implementado ou em fase de implementação, para, assim, delimitar o universo da pesquisa de campo.

O mapeamento aqui apresentado, com 19 NITs identificados, decorre do cruzamento de informações obtidas em diferentes meios: relatórios do FORMICT e do FORTEC; atas e documentos da Rede NITSC; publicações acadêmicas; informações fornecidas pela Fapesc; e, principalmente, do contato direto, via e-mail e/ou telefone, com a Reitoria ou a Direção das ICTs, a partir de dados cadastrais presentes em bases como o Portal do Ministério da Educação (e-MEC). Entre os meses de janeiro e junho de 2022, foram contatadas 24 ICTs, sendo que, destas, 19 estavam aptas – isto é, tinham NIT implementado ou em fase

de implementação – e formalizaram o seu interesse em participar da pesquisa, encaminhando a documentação demandada para o trâmite do projeto em Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Assim, participaram da pesquisa as seguintes instituições:

1. Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul);
2. Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc);
3. Universidade da Região de Joinville (Univille);
4. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS);
5. Universidade Regional de Blumenau (FURB);
6. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), unidade Suínos e Aves;
7. Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc);
8. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Estado de Santa Catarina (Epagri);
9. Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp);
10. Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó);
11. Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc);
12. Instituto Federal Catarinense (IFC);
13. Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC);
14. Centro Universitário Avantis (UniAvan);
15. Centro Universitário Barriga Verde (Unibave);
16. Centro Universitário de Brusque (Unifebe);

17. Institutos SENAI de Inovação e Tecnologia;
18. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);
19. Universidade do Vale do Itajaí (Univali).

As trajetórias dos NITs dessas ICTs estão apresentadas individualmente nos 19 capítulos que compõem a obra. A construção dos capítulos envolveu a consulta a documentos institucionais – resoluções, portarias, regulamentos, atas, relatórios, etc. –; ao conteúdo veiculado nas páginas eletrônicas das instituições; a artigos, dissertações e teses; a palestras e conferências disponíveis na internet; e a realização de entrevistas com os representantes dos NITs. Os relatos orais, captados nas reuniões pela mediação de um roteiro de perguntas pré-estabelecido, depois de transcritos e analisados, serviram como fio condutor para a ordenação dos fatos ocorridos em cada instituição.

Os capítulos nascem, portanto, do encontro de uma profusão de fontes, com destaque para as memórias das pessoas que viveram ou vivenciam o dia a dia dos NITs e realizaram ou realizam suas ações administrativas e políticas. A perspectiva metodológica da história oral, é importante que se diga, carrega o atributo da subjetividade (MONTYSUMA, 2006, p. 119). Por isso, a pretensão deste livro não é, de forma alguma, fornecer a história – única e oficial – dos NITs pesquisados, mas apresentar algumas de suas nuances,

invariavelmente marcadas pela interpretação dos entrevistados – e das próprias pesquisadoras – sobre os acontecimentos narrados.

A escrita é fruto, também, de um processo dialógico, considerando que houve o envio dos textos aos entrevistados e suas equipes, para leitura prévia e considerações. Nesse canal de diálogo, alguns NITs compartilharam materiais e encaminharam imagens para a inclusão nos seus respectivos capítulos. Pela disponibilidade e partilha, em todas as fases da pesquisa, reiteramos os nossos agradecimentos aos entrevistados e suas equipes.

Para a elaboração desta introdução, por outro lado, a colaboração da Fapesc foi indispensável. Agradecimentos são devidos ao Presidente Fábio Zabot Holthausen, pela entrevista concedida, presencialmente, no escritório da Fundação localizado no Pollen Parque Científico e Tecnológico, e a Randolpho Decker e Fernanda Beduschi Antonioli Neves, pelo compartilhamento de documentos e informações sobre os editais de fomento aos NITs.

Agradecimentos, ainda, à Unochapecó e ao Pollen Parque Científico e Tecnológico, por oferecem a estrutura necessária para a realização da pesquisa.

Finalmente, registramos que, apesar de os capítulos terem passado pela revisão das ICTs, as autoras assumem total responsabilidade pelos textos produzidos.

Referências

BRASIL. **Chamada Pública MCT/FINEP/Ação Transversal - Pró-Inova n. 01/2008**. Brasília: Finep, 2008.

BRASIL. **Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2004.

BRASIL. **Lei n. 13.243, de 11 de janeiro de 2016**. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004 [...]. Brasília: Presidência da República, 2016.

BRASIL. Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Relatório FORMICT ano-base 2018**. Brasília: MCTI, 2019. Disponível em: <https://www.inova.rs.gov.br/upload/arquivos/202006/16181556-relatorio-formict-2019.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022.

CORAL, Eliza. Apresentação. *In*: VAILATI, Priscila Voigt; TRZECIAK, Dorzeli Salete; CORAL, Eliza (org.). **Estruturação e gestão de núcleos**

de inovação tecnológica: Modelo PRONIT. Blumenau: Nova Letra, 2012. p. 11-14.

DECKER, Randolpho. **Informações sobre editais da Fapesc em fomento aos NITs**. Destinatário: Tuana Paula Lavall. [S.l.], 24 ago. 2022.

FAPESC – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina. **Chamada Pública Fapesc/PROGEPI/NIT n. 002/2006**: Programa de Gestão da Propriedade Intelectual – PROGEPI. Florianópolis: Fapesc, 2006.

FAPESC – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina. **Chamada Pública Fapesc n. 14/2019**: Programa de Apoio à Consolidação de Núcleos de Inovação Tecnológica de Instituições de Pesquisa Científica e Tecnológica no Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Fapesc, 2019.

FAPESC – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina. **Edital de Chamada Pública Fapesc n. 27/2022**: Programa de Apoio à Consolidação de Núcleos de Inovação Tecnológica de Instituições de Pesquisa Científica e Tecnológica no Estado de Santa Catarina. 2. ed. Florianópolis: Fapesc, 2022.

FIEC – Federação da Indústria do Estado do Ceará. **Índice FIEC de Inovação dos Estados 2021**. 2021. Disponível em: https://arquivos.sfiec.org.br/nucleoeconomia/files/files/Indexe-FIEC-Inovacao_2021.pdf. Acesso em: 27 ago. 2022.

FONTANELA, Cristiani. Prática dos núcleos de inovação tecnológica de Santa Catarina. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, 5., 2019, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ENPI, 2019. p. 733-742.

FORTEC – Fórum Nacional de Gestores de Inovações e Transferência de Tecnologia. **Relatório anual da Pesquisa FORTEC de Inovação: ano-base 2020**. 2021. Disponível em: https://fortec.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Relato%CC%81rio_anual_Ano_Base_2020_final_dez2021.pdf. Acesso em: 25 ago. 2022.

HOLTHAUSEN, Fábio Zobot. **O papel da Fapesc na consolidação dos NITs catarinenses**. Entrevista concedida à Tuana Paula Lavall. 2022.

MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. Um encontro com as fontes em História Oral. **Revista Estudos Ibero Americanos**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 117-125, jun. 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/1304/1009>.



01.

**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E
EMPREENDEDORISMO (AGETEC)
DA UNIVERSIDADE DO SUL DE
SANTA CATARINA (UNISUL)**

A Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) é uma instituição de ensino superior, integrante do Ecossistema Ânima de Aprendizagem, que se projeta, no Estado de Santa Catarina, a partir do município de Tubarão, alcançando outras regiões, ao longo de seus mais de 50 anos de história. Atua na produção, no desenvolvimento e na disseminação do conhecimento, por meio da pesquisa, do ensino e da extensão, em todos os níveis e áreas de conhecimento, nas modalidades presencial e digital.

A criação da Unisul decorre de um movimento da comunidade de Tubarão, que ansiava pela implantação do ensino superior na cidade. Em 1964, sob a liderança de um grupo de empresários, jornalistas e políticos, que havia realizado visita técnica à recém-inaugurada Faculdade de Ciências Econômicas de Blumenau, fundou-se a Faculdade de Ciências Econômicas do Sul de Santa Catarina, mantida pelo Instituto Municipal de Ensino Superior (Imes). Na condição de autarquia municipal, operando, inicialmente, sem cobrança de mensalidades, a instituição funcionava em salas do Colégio Dehon (CARDOSO, 2016, p. 15-18).

Em 1967, diante da incompatibilidade do projeto de expansão da Faculdade com a natureza autárquica de seu mantenedor, o Imes deu lugar à Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina (Fessc) (UNISUL, 2021, [s.p.]). A Fessc, instituição autônoma e pública, mas de direito privado, esteve comprometida, desde seus primórdios,

com a pesquisa e a extensão, além do ensino, circunstância que pavimentou a luta pela universidade, nos anos seguintes (CARDOSO, 2016, p. 21-25).

Na década de 1970, a cartela de cursos da Fundação, até então limitada às Ciências Econômicas, ampliou-se. Com a criação da Escola Superior de Ciências e Pedagogia, passaram a ser oferecidas as licenciaturas em Pedagogia, Letras e Filosofia. Na segunda metade da década, são criadas as escolas superiores de Tecnologia e de Ciências da Saúde e Promoção Social. Em paralelo, a aquisição do Colégio Dehon, em 1971, pela Fessc, entrelaçou definitivamente a trajetória das duas instituições (CARDOSO, 2016, p. 30-31).

A transformação da Fessc em Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) aconteceu em 1989, mesmo ano do seu reconhecimento como universidade, pelo Parecer n. 28/89 do Conselho Federal de Educação, homologado pela Portaria n. 028 (UNISUL, 2021, [s.p.]). Nessa época, a universidade reunia, aproximadamente, 3 mil estudantes, e iniciava o seu processo de expansão, que ganhou contornos mais concretos em 1992, com a abertura do campus de Araranguá (CARDOSO, 2016, p. 57).

A década de 1990 foi marcada por avanços que permitiram à Unisul consolidar-se como espaço de referência em ensino, pesquisa e extensão. O portfólio de cursos, da graduação à pós-graduação,

foi quadruplicado, e houve a criação do campus Grande Florianópolis, em 1996, e, logo em seguida, da Cidade Universitária Pedra Branca, em Palhoça. No final da década, novas unidades foram inauguradas em Laguna, Imbituba, Içara e Braço do Norte (UNISUL, 2021, [s.p.]).

Os anos 2000 reservaram – além de melhorias na infraestrutura dos campi e unidades e investimento na qualificação dos recursos humanos –, um salto tecnológico, que colocou a universidade em sintonia com a realidade virtual apresentada pela globalização. Em 2002, pioneira na modalidade, a Unisul obteve o credenciamento para a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade de educação a distância; no ano seguinte, para a graduação, na mesma modalidade (UNISUL, 2021, [s.p.]).

Até 2021, a universidade contava com 6 campi: Araranguá, Braço do Norte, Içara e Tubarão na região Sul, Florianópolis, Pedra Branca e UniSul Digital – criada em 2005, para a gestão do ensino à distância. A partir de abril de 2021, foram incorporadas 4 novas unidades em Balneário Camboriú, Florianópolis (Continente e Ilha) e Itajaí. Nesses espaços, são oferecidos mais de 90 cursos de graduação, cinco mestrados, quatro doutorados, e dezenas de cursos de especialização e *nanodegrees* (UNISUL, 2021, [s.p.]).

Em sua trajetória, a Unisul sempre se preocupou em inovar – no aspecto infraestrutural, no didático-pedagógico, na relação com a comuni-

dade, entre outros. Não por acaso, a inovação é um dos elementos mais marcantes da identidade da Unisul, constituindo um dos valores da instituição e integrando os Planos de Desenvolvimento Institucional, de forma substancial, há, pelo menos, dois ciclos (UNISUL, 2021, [s.p.]).

Entre as estruturas que dão suporte à Unisul na busca por “[...] ser reconhecida como uma Universidade Inovadora, capaz de gerar impactos relevantes e sustentáveis [...]”, destaca-se o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), denominado Agência de Inovação e Empreendedorismo da Unisul (AGETEC). A próxima seção recupera os principais momentos da história do setor e apresenta as suas perspectivas e desafios.

AGETEC: conhecendo o NIT da Unisul

As origens do NIT da Unisul remontam ao início dos anos 2000. Com a sanção da Lei de Inovação e o lançamento do primeiro edital da Fapesc para a estruturação de NITs em ICTs catarinenses, um grupo de professores do campus de Tubarão organizou-se na preparação de uma proposta. Apesar não ter obtido êxito no edital, o grupo deu continuidade às tratativas, e, em 2006, levou o *Projeto de Criação de um Programa de Interação Universidade-Empresa, para a Geração de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I)*

para a apreciação da Reitoria da Unisul (SCHMITZ *et al.*, 2014, p. 37; HOLTHAUSEN, 2015, p. 5).

Atento à demanda dos professores, o Reitor constituiu, por meio da Portaria n. 432/06-85, uma comissão para avaliar a viabilidade da criação do programa. Com o objetivo de conhecer iniciativas semelhantes, a comissão realizou visitas técnicas ao Parque Científico e Tecnológico da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Tecnopuc-PUCRS), ao Centro Tecnológico da Universidade do Vale do Paraíba (Univap) e à Agência de Inovação da Universidade Estadual de Campinas (Inova-Unicamp), no Brasil; e à Escola de Tecnologia Superior da Universidade de Montreal, no Canadá (HOLTHAUSEN, 2015, p. 5).

Ao finalizar os trabalhos, a comissão sugeriu a implementação de dois projetos estratégicos: a) a criação do Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação da Unisul (ITEC), e b) a elaboração da política de propriedade intelectual da universidade. O projeto para a constituição do ITEC foi aprovado e incluído entre as ações a serem executadas pela nova gestão universitária, a partir de 2009. Conforme o planejamento, o ITEC assumiria a tarefa de criar a política institucional de propriedade intelectual (SCHMITZ *et al.*, 2014, p. 37). O ITEC, nesse sentido, “[...] seria o organismo para atender às necessidades de inovação e acompanhar

as discussões, em nível nacional, dos Núcleos de Inovação Tecnológica.” (CARDOSO, 2016, p. 59).

No entanto, o grupo à frente da estruturação do ITEC – formado pelos professores Mauri Heerdt, Solange Leda Gallo, Fábio Zabot Holthausen, Rafael Ávila Faraco e Ademar Schmitz – entendeu, ao estudar mais profundamente o modelo pretendido para o órgão, que o projeto deveria ser transformado em uma agência. Diferente do Instituto, que faz, essencialmente, pesquisa aplicada, a agência se caracteriza por articular a relação da universidade com o setor produtivo e o governo. Assim, com a concordância da Reitoria, a Agência de Gestão, Desenvolvimento Científico, Tecnologia e Inovação da Unisul (AGETEC) passou a ser estruturada no âmbito da Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Pro-PPGI) (CARDOSO, 2016, p. 60; SCHMITZ *et al.*, 2014, p. 37).

A institucionalização da AGETEC aconteceu em 2010, por meio da Resolução n. 79/2010, do Gabinete do Reitor, levada, posteriormente, para aprovação no Conselho Universitário. O Regulamento do órgão, apensado à Resolução, definiu a Agência como o NIT da Unisul, atribuindo-lhe um conjunto de competências, reproduzido no Quadro 1.

Quadro 1. Atribuições da AGETEC

- a) Fortalecer as áreas de conhecimento, por meio do desenvolvimento e gerenciamento de projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), serviços e extensionismo tecnológicos;
- b) Articular a universidade com o setor produtivo e o governo nas questões relacionadas à inovação;
- c) Gerenciar a propriedade intelectual e a transferência de tecnologia;
- d) Definir, disseminar e supervisionar as políticas e diretrizes para incubadoras e parques tecnológicos, disseminando o empreendedorismo e a inovação;
- e) Organizar as redes de pesquisa institucionais, centros e institutos de pesquisa, definindo suas políticas e diretrizes.

Fonte: elaboração das autoras (2022), com reprodução do art. 3º, da Resolução n. 79/2010/GR (UNISUL, 2010, [s.p.]).

O art. 4º da Resolução previa que a AGETEC fosse composta pela Direção, pela Consultoria Jurídica (CONJUR), pela Assessoria de Negócios de P&D e Serviços Tecnológicos, pelo Escritório de Projetos de P&D e de Serviços Tecnológicos (EPD), pelo Escritório de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (EPITT), pela Coordenação das Incubadoras e Parques Tecnológicos, e pela Coordenação das Redes, Centros e Institutos de Pesquisa e Inovação (UNISUL, 2010, [s.p.]). Desses órgãos, foram, de fato, implementados, além da Direção, a CONJUR, o EPD e o EPITT (HOLTHAUSEN, 2015, p. 7).

A partir dessa base estruturante, a equipe iniciou os atendimentos à comunidade acadêmica, e, em paralelo, atuou na elaboração dos instrumentos normativos relacionados à inovação e à propriedade intelectual, no âmbito da universidade. Em 2010, a Política de Propriedade Intelectual foi aprovada, e, no mesmo ano, promoveu-se o 1º Seminário Nacional de Inovação em Tubarão, evento que teve seis edições consecutivas (2010-2015), e inseriu a Unisul e a região no circuito de atividades para a disseminação da cultura da inovação no Estado de Santa Catarina (SCHMITZ *et al.*, 2014, p. 37).

Entre os anos de 2009 e 2011, a Unisul participou do Projeto de Implantação e Estruturação do Arranjo Catarinense de Núcleos de Inovação Tecnológica (PRONIT), financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e promovido pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL), pela Fapesc e pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). As capacitações oferecidas no âmbito desse projeto foram fundamentais para o enfrentamento dos desafios que se apresentaram nos primeiros anos de existência da AGETEC (ATTANÁSIO; SCHNEIDER, 2022, [s.p.]).

Superadas as etapas do planejamento (2005-2008) e da criação e estruturação (2009-2010), a Agência ingressou na terceira fase da sua história (SCHMITZ *et al.*, 2014, p. 38). Nela, verificou-se “[...] um crescimento exponencial das atividades, prioritariamente por conta do au-

mento do número de projetos e pelo aumento da captação de recursos." (SCHMITZ *et al.*, 2014, p. 38).

Nesta terceira fase, foram realizadas, além de outras duas edições do Seminário Nacional de Inovação, o Congresso Brasileiro de Propriedade Intelectual, em 2012. A programação de eventos, somada ao trabalho consistente realizado na Agência, trouxeram as primeiras premiações: em 2011 e 2012, a Unisul conquistou o primeiro lugar no Prêmio Stemmer de Inovação, concedido pela Fapesc, nas categorias Instituição de Ciência, Tecnologia e Inovação e Instituição Inovadora, respectivamente; e, em 2011, conquistou o segundo lugar no Prêmio Finep de Inovação/Região Sul (SCHMITZ *et al.*, 2014, p. 38).

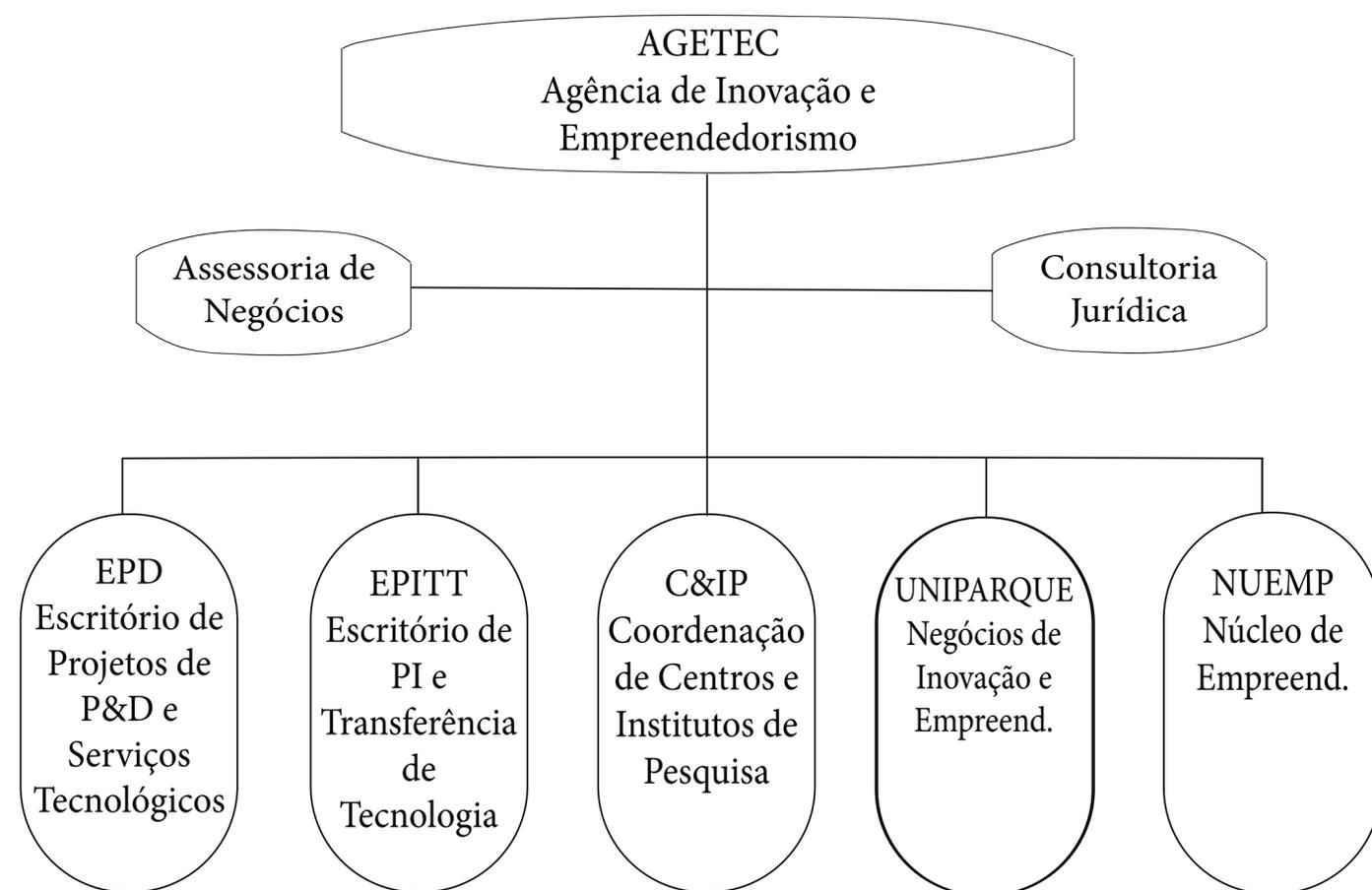
O ano de 2012 foi marcado, também, pela inauguração do Parque Tecnológico da Unisul, o Uniparque, no campus de Tubarão. O Uniparque nasce com a proposta de ser um acelerador do processo de inovação, e, conseqüentemente, do desenvolvimento socioeconômico da região, ao abrigar empresas voltadas à área. O Parque passou a comportar o Centro Regional de Inovação e Empreendedorismo, conhecido como Incubadora CRIE, ambiente da Unisul para novos negócios, com atuação na pré-incubação e na incubação. Naquele contexto, além do protagonismo no processo de concepção e estruturação do Unipar-

que, coube à AGETEC mediar a relação das empresas residentes com a universidade (CARDOSO, 2016, p. 64).

A quarta fase da AGETEC iniciou-se em 2013, com a posse de uma nova gestão universitária. A AGETEC passa a ser reconhecida como Agência de Inovação e Empreendedorismo da Unisul, e a estar vinculada à Pró-Reitoria de Ensino, de Pesquisa e de Extensão (Pró-EPEX) e à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (Pro-DI). Nesse novo momento de sua história, o órgão conquista "[...] responsabilidade maior como agência de desenvolvimento institucional e regional, incorporando as iniciativas relacionadas à incubação de empresas [...]", antes descentralizadas nos campi (SCHMITZ *et al.*, 2014, p. 38).

A reestruturação incluiu, também, a criação de uma instância, dentro da AGETEC, com a finalidade de colaborar com a geração de novas oportunidades de negócios junto ao setor produtivo e ao governo: o Núcleo de Empreendedorismo (NUEMP) (HOLTHAUSEN, 2015, p. 8). Dessa forma, em 2013, a estrutura organizacional da AGETEC estava posta conforme a representação da Figura 1.

Figura 1. Estrutura organizacional AGETEC (2013)



Fonte: adaptado de Attanásio (2021, [s.p.]).

À medida que cresceu e se consolidou internamente, a AGETEC expandiu a sua influência e contribuiu com o fortalecimento da cultura da inovação e empreendedorismo na região Sul do Estado. Uma de suas maiores contribuições, nesse sentido, foi a articulação para que a cidade de Tubarão fosse escolhida, em 2013, como um dos polos de inovação do Estado de Santa Catarina. Inicialmente, não havia previsão

de a cidade figurar no grupo, mas, graças a mobilização da AGETEC e liderança da Unisul, do governo municipal e entidades associativas do setor privado, o Polo não apenas foi constituído, como está recebendo um Centro de Inovação, cuja entrada em funcionamento está prevista para 2022 (SCHMITZ *et al.*, 2014, p. 43; ATTANÁSIO; SCHNEIDER, 2022, [s.p.]).

Os avanços da agenda da inovação verificados regionalmente motivaram novos movimentos do ponto de vista institucional, em uma verdadeira dinâmica de retroalimentação entre práticas internas e externas. Houve a necessidade de descompactar e capilarizar as ações de inovação e empreendedorismo na universidade: descompactar no sentido de multiplicar os agentes e estruturas envolvidos nesse processo; e capilarizar, no de disseminar a temática em todos os níveis da Unisul – ensino, pesquisa e extensão. Essas mudanças foram absorvidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019 (HOLTHAUSEN, 2015, p. 10).

Na Grande Florianópolis, no campus da Pedra Branca, a AGETEC conta, desde 2015, com o Laboratório de Inovação e Empreendedorismo da Unisul (iLab), espaço misto, com ambientes de *coworking*, pré-incubação, *hub* de *startups* e *spin-offs* universitárias, e arena para eventos, cursos e disciplinas ligadas à inovação e empreendedorismo. Apenas no primeiro ano de funcionamento, o iLab atendeu aproximadamente 1,5 mil pessoas, em mais de 50 eventos. Entre os resul-

tados alcançados pelo iLAB está a conquista do Prêmio Endeavor de Educação Empreendedora 2016, conferido pela Endeavor Brasil e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) (TROMBINI, 2017, [s.p.]).

Com o advento de uma nova gestão universitária (2017-2022), a AGETECC passou a vincular-se à Pró-Reitoria de Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação e Inovação (PRO-EPPEXI). No novo momento, “[...] além do compromisso de criar uma ambiência favorável ao desenvolvimento de CT&I e de negócios inovadores [...]”, a Agência assumiu ainda mais fortemente “[...] a responsabilidade de promover a transversalidade da Inovação e do Empreendedorismo na universidade.” (FELIPE, 2018, p. 112).

Entre as ações realizadas no período está o processo de mapeamento de competências que culminou no projeto Unisul Soluções, portfólio de produtos e serviços da instituição, este portfólio tinha como principal objetivo promover de forma proativa, o fortalecimento da interação entre a universidade-empresa-governo-sociedade (quádrupla hélice), por meio do desenvolvimento de soluções para problemas e oportunidades reais (ATTANÁSIO, 2021, [s.p.]).

Até meados de 2020, a AGETECC atuou sob uma base composta por Direção e seis núcleos, a maioria deles remanescentes da estrutura inicial proposta na Resolução n. 79/2010, com atribuições conforme o Quadro 2.

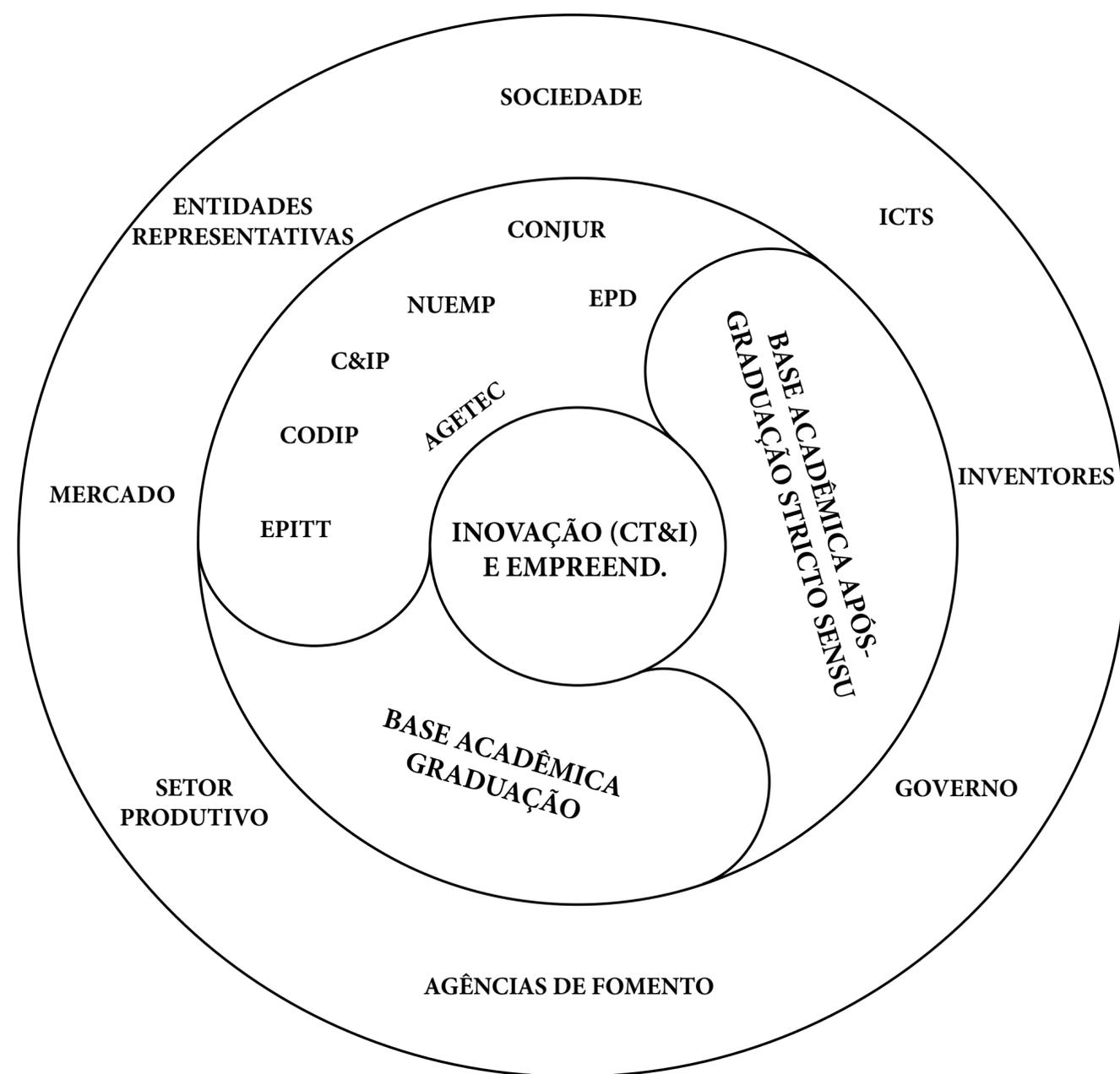
Quadro 2. Atribuições dos escritórios da AGETECC (2018)

- a. Escritório de Projetos de P&D e Serviços Tecnológicos (EPD): prospecção, apoio à elaboração, gerenciamento e prestação de contas dos projetos vinculados à Unisul;
- b. Escritório de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (EPITT): gestão da propriedade intelectual, com o encaminhamento das solicitações de proteção junto aos órgãos competentes, e viabilização das transferências de tecnologia. Consultoria e assessoramento na área de propriedade intelectual;
- c. Coordenação das Incubadoras e Parques Tecnológicos (CODIP): definição das políticas institucionais para ambientes de inovação e empreendedorismo (incubadoras, parques científicos e tecnológicos, laboratórios de inovação, etc.), e integração dessas estruturas. Eixo articulador do Uniparque, da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UNISUL) e da Incubadora CRIE;
- d. Núcleo de Empreendedorismo (NUEMP): fomento ao empreendedorismo, na instituição e no seu entorno, com a formulação de políticas e estratégias para a geração de valor, negócios e desenvolvimento sustentável;
- e. Coordenação de Centros e Institutos de Pesquisa (C&IP): proposição de políticas direcionadas à criação e operação de novas unidades de pesquisa;
- f. Consultoria Jurídica (CONJUR): assessoria jurídica nas relações mantidas pela AGETECC com o setor produtivo e o governo.

Fonte: elaboração das autoras (2022), com base em Felipe (2018, p. 113).

A interação desses subsetores com outros agentes da universidade e de fora dela colocava em movimento o Sistema de Inovação e Empreendedorismo da Unisul, que foi evoluindo ao longo do tempo, por meio do desenvolvimento e maturidade deste sistema, representado na Figura 2.

Figura 2. Sistema de Inovação e Empreendedorismo da Unisul



Fonte: elaboração das autoras (2022), a partir de Attanásio (2021, [s.p.]).

A migração da Unisul para o Ecosistema Ânima de Aprendizagem, em 2020, trouxe novas perspectivas organizacionais para a instituição. A AGETEC foi alcançada por esse processo, e encontra-se, atualmente, em fase de reposicionamento.

Em continuidade ao que se apresentava como tendência antes mesmo da integração – descompactação e capilarização das atividades –, muitas das atribuições da AGETEC encontram-se, agora, disseminadas dentro do Ecosistema Ânima, priorizando-se o trabalho em rede. Alguns dos escritórios da Agência deixaram de existir, sendo integrados a estruturas corporativas, enquanto outros, a exemplo do EPD, ampliaram a sua esfera de atuação e atribuições, com atendimento à Unisul e a todas as Instituições de Ensino Superior da região Sul do país. Nesse formato, não há, portanto, como representar o NIT da Unisul por meio de um organograma rígido e compartimentado, já que o seu funcionamento se dá de forma aberta e colaborativa em todo Ecosistema Ânima (ATTÂNASIO; SCHNEIDER, 2022, [s.p.]).

O novo momento tem oportunizado à AGETEC aprender a partir das ações existentes no Grupo Ânima, considerada uma das maiores organizações educacionais privadas de ensino superior do país, com cerca de 390 mil estudantes em suas 25 instituições, assim como implementar e/ou participar de programas institucionais (ATTANÁSIO; SCHNEIDER, 2022, [s.p.]).

Entre esses programas, é possível citar, entre outros: a) o Ânima Nest, programa de pré-aceleração de *startups*; b) o Ânima Lab, espaço de integração curricular e de conexões com o mercado, que ganhou uma unidade no campus de Tubarão; c) o Ânima Lab Hub, rede de laboratórios temáticos com o objetivo de catalisar e fomentar oportunidades de inovação e empreendedorismo de base tecnológica nas áreas do conhecimento do Ecossistema Ânima. Por outro lado, a Agência tem colocado o seu conhecimento e experiência em gestão da inovação e da propriedade intelectual a serviço do Ecossistema, contribuindo com o aperfeiçoamento das práticas de outras instituições (ATTANÁSIO; SCHNEIDER, 2022, [s.p.]).

Independentemente das mudanças, a AGETEC de forma integrada ao Ecossistema Ânima, segue exercendo forte protagonismo na construção de parcerias com o setor produtivo, o governo e outras instituições científicas e tecnológicas. Contabiliza casos de sucesso no desenvolvimento de projetos de C,T&I com atores governamentais, em nível municipal, estadual e federal, e com empresas de todos os portes, recebendo, muitas vezes, contrapartidas de agências de fomento nacionais – como, por exemplo, a Financiadora de Projetos e Estudos (Finep) – e internacionais – como União Europeia e a Agência Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento, dentre outras (ATTANÁSIO, 2021, [s.p.]).

Além disso, processa um grande fluxo de contratos de prestação de serviços. A busca do setor produtivo, nesse sentido, é impulsionada pela infraestrutura de laboratórios da universidade, que dispõe de Laboratório Industrial Químico, Laboratório de Certificação (Labcert), Laboratórios de Engenharia Civil, entre outros. Outra iniciativa que potencializa o interesse dos agentes externos é o já mencionado Unisul Soluções, portfólio de serviços organizado em eixos como: Inovação e Serviços Tecnológicos Industriais, Serviços e Tecnologias Educacionais, e Gestão, Desenvolvimento Regional e Negócios (ATTANÁSIO, 2021, [s.p.]).

De acordo com levantamento referente ao ano de 2021, ao longo de sua trajetória, a AGETEC viabilizou mais de 400 projetos e aproximadamente 80 convênios de cooperação e termos de parceria, somando mais de 900 parceiros externos, tanto em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, quanto em contratos de prestação de serviços (ATTANÁSIO, 2021, [s.p.]).

Por acreditar que as conexões geram oportunidades de avanço, a Universidade, sendo representada pela Agência ou outros representantes, se faz presente em espaços de debate, como comitês e fóruns locais, regionais e nacionais. Na região Sul do Estado, participa do Conselho Tubarão 180°; do Plano de Desenvolvimento Sustentável Tubarão 180°; do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Tubarão; do Comitê de Implantação do Centro

de Inovação, Comitê ODS de Tubarão, entre outros. Em Florianópolis, integra o Conselho Municipal de Inovação; o Arranjo Promotor de Inovação e Economia Criativa e a Rede de Economia Criativa de Florianópolis. A Incubadora CRIE e o Uniparque, por sua vez, fazem parte da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec) (ATTANÁSIO, 2021, [s.p.]).

Nos últimos quatro anos, a AGETEC tem colaborado ativamente com o movimento para a constituição da Rede Catarinense de NITs, a Rede NITSC. A articulação é um dos desdobramentos do Edital de Chamada Pública n. 14/2019, da Fapesc – Programa de Apoio à Consolidação dos NITs das ICTs do Estado de Santa Catarina –, no qual a Unisul teve o projeto *Consolidação do Núcleo de Inovação Tecnológica da Unisul e Fortalecimento da Economia do Conhecimento no Estado de Santa Catarina* contemplado (ATTANÁSIO; SCHNEIDER, 2022, [s.p.]).

Considerando este novo momento da universidade, o horizonte da AGETEC tem a perspectiva de consolidar a sua posição e potencializar suas ações na direção de contribuir com mais impacto e relevância para que o Ecossistema Ânima cumpra o seu objetivo de transformar o país pela educação. Seja por meio da integração com as 25 instituições do grupo e outras estruturas, seja potencializando iniciativas em conjunto com verticais integrantes do Ecossistema Ânima, em áreas de atuação como a Gastronomia (Le Cordon Bleu),

o Direito (Ebradi), a Gestão (HSM e HSMu), a Medicina (Inspirali), com destaque para a inovação e empreendedorismo oportunizada pela SingularityU Brazil e o Learning Village, hub de inovação e tecnologia com foco em educação e desenvolvimento de pessoas (ÂNIMA EDUCAÇÃO, 2022, [s.p.]).

Nesse caminho, o desafio é compatibilizar as expectativas, integrar e criar sinergias com as oportunidades que o Ecossistema Ânima proporciona e do próprio ambiente externo quanto à atuação do NIT, considerando o aprendizado de seu legado construído em mais de uma década de história, se transformando constantemente para se manter relevante e impactar positivamente o entorno e a sociedade.

Principais legislações em vigor

Resolução n. 79/2010/GR – Cria e Regulamenta a AGETEC.

Onde encontrar

Endereço: Av. José Acácio Moreira, 787, Bairro Dehon, Tubarão, SC, 88704-900.

E-mail: contato@animaeducacao.com.br

Site: <https://www.unisul.br/>

Referências

ÂNIMA EDUCAÇÃO. **Ecosistema Ânima**. 2022. Disponível em: <https://animaeducacao.com.br/ecossistema-anima/>. Acesso em: 29 ago. 2022.

ATTANÁSIO, Fabrício da Silva. **Palestra ministrada no Workshop Organização e Gestão de NITs**. Epagri. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eH3L_l4BrKE&t=4194s. Acesso em: 13 jul. 2022.

ATTANÁSIO, Fabrício da Silva; SCHNEIDER, Jonas. **Histórias e Perspectivas do NIT da Unisul**. Entrevista concedida à Cristiani Fontanela e Tuana Paula Lavall. [S.l.], 2022.

CARDOSO, Darlete. **Unisul: força e alma da comunidade**. Palhoça, SC: Ed. Unisul, 2016.

FELIPE, Luciana Flôr Correa. **Da Mitologia à Ciência: entrelaçamentos entre o enfoque Ciência, Tecnologia e Sociedade e a relação Universidade-Empresa**. 2018. 228 f. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação

Científica e Tecnológica, Centro de Ciências Físicas e Matemáticas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

HOLTHAUSEN, Fábio Zobot. Agência de Inovação e Empreendedorismo da Unisul: modelo de gestão universitária inovadora. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 8, n. 3, p. 1-19, set. 2015.

SCHMITZ, Ademair *et al.* Agência de Gestão, Desenvolvimento Científico, Tecnologia e Inovação da Unisul: contexto, processo de estruturação e principais resultados alcançados na relação Universidade-Empresa-Governo. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO, 8., 2014, Brasília. **Anais do 8º Congresso ABIPTI: ambiente inovador no Brasil – desafios para o desenvolvimento socioeconômico**. Brasília: ABIPTI, 2014. p. 32-45.

TROMBINI, Jéssica. **Notícias**: Projeto da Unisul apoiado pela FAPESC já deu origem a 25 startups. 2017. Disponível em: <http://confap.org.br/news/projeto-da-unisul-apoiado-pela-fapesc-ja-deu-origem-a-25-startups/>. Acesso em: 14 jul. 2022.

UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina. **A Unisul: fortalecendo comunidades, formando cidadãos do mundo**. 2021. Disponível em:

<https://estude.unisul.br/a-unisul/#:~:text=Nossa%20Hist%C3%B3ria-1964,do%20Estado%20de%20Santa%20Catarina>. Acesso em: 15 jul. 2022.

UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina. **Resolução n. 79/2010, do Gabinete do Reitor, 3 de março de 2010**. Dispõe sobre a criação e o regulamento da Agência de Gestão, Desenvolvimento Científico e Inovação Tecnológica – AGETEC. Tubarão, 2010.

The background features a vibrant blue bokeh effect with soft, out-of-focus light spots. Overlaid on this is a perspective view of a network grid, where nodes are represented by small, glowing blue and white spheres connected by thin white lines, creating a sense of depth and connectivity.

02.

**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS (AGIR)
DA UNIVERSIDADE DO OESTE
DE SANTA CATARINA (UNOESC)**

A Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) foi uma das primeiras instituições de ensino superior a serem criadas na mesorregião Oeste do Estado. Ela é mantida pela Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina (FUNOESC), entidade sem fins lucrativos, que é mantenedora, também, do Hospital Universitário Santa Terezinha (HUST); do Colégio Expressivo, localizado na Cidade de Xanxerê; do Colégio Superação, em Videira; do colégio Superativo, de Joaçaba; e da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (FACISA) e do Colégio Expressivo, de Xaxim.

As trajetórias da Unoesc se confundem com as da sua instituição mantenedora. A Funoesc foi constituída em 1968, pelo poder público do município de Joaçaba, por meio da Lei n. 545/68, com a denominação, à época, de Fundação Universitária do Oeste Catarinense (FUOC). Em 1991, a FUOC uniu-se à Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste), de Chapecó, e à Fundação Educacional e Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe (Femarp), de Videira, para, juntas, formarem a Unoesc. Nesse arranjo, os cursos de Economia, Administração Rural, Geografia e História eram oferecidos em Chapecó; o de Direito, em Videira; e o de Letras, em Joaçaba (FUNOESC, 2018, p. 53).

Com o início do processo de credenciamento da nova instituição, uma série de melhorias foram implementadas, a fim de cumprir as exigências do Ministério da Educação: oferta de novos cursos; edificação de

salas de aula, laboratórios e bibliotecas; qualificação do corpo docente, com o encaminhamento de professores para programas de mestrado e doutorado; estruturação da pós-graduação *lato sensu*; redefinição das políticas, diretrizes e objetivos da instituição. Essas medidas permitiram um crescimento exponencial da Unoesc na década de 1990, e culminaram no seu reconhecimento como universidade, em 1996 (FUNOESC, 2018, p. 59).

No final dos anos 1990, a Fundação Educacional dos Municípios do Alto Irani (FEMAI) e a Fundação Educacional do Extremo-Oeste de Santa Catarina (Funesc) passaram a compor a estrutura da Unoesc, como campi universitários nas cidades de Xanxerê e São Miguel do Oeste, respectivamente. Em 2002, o campus de Chapecó se desligou da instituição, para formar a Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) (FUNOESC, 2018, p. 41).

Nos anos 2000, a Unoesc se consolidou como uma das mais importantes universidades do Estado de Santa Catarina, com atuação consistente nos três eixos – ensino, pesquisa e extensão. Entre os avanços registrados no período, pode-se citar o início das atividades dos programas de pós-graduação *stricto sensu*; a implementação de serviços que beneficiam diretamente a comunidade, como o Hospital Veterinário e os Núcleos de Prática Jurídica; e a abertura da modalidade de ensino a distância (UNOESC, 2022, [s.p.]).

Situada na mesorregião Oeste, a universidade conta, atualmente, com cinco *campi* – Joaçaba, Videira, Xanxerê, São Miguel do Oeste e Chapecó –, e com cinco unidades – Capinzal, Campos Novos, Pinhalzinho, Maravilha e São José do Cedro (UNOESC, 2022, [s.p.]).

Nos 170 mil metros quadrados, que constituem a estrutura física da Unoesc, são oferecidos mais de 80 cursos de graduação, nas modalidades *on-line* e presencial; quase 100 cursos de especialização; mais de duas centenas de cursos de extensão, seis programas de mestrado e dois programas de doutorado. São, aproximadamente, 900 professores e mais de 730 colaboradores diretos, para atender quase 18.400 alunos, somando desde a educação básica até o doutorado (FUNOESC, 2018, p. 60). Esses recursos humanos e materiais são mobilizados para o cumprimento do objetivo institucional de “[...] contribuir com os processos de desenvolvimento, mediante a produção e a difusão do conhecimento e da cultura.” (UNOESC, 2022, [s.p.]).

Nos 65 grupos de pesquisa da Unoesc, mais de 600 pesquisadores agem na proposição de intervenções científicas e tecnológicas, produzindo novos conhecimentos em pelo menos oito áreas do saber, e ajudando no suprimento de carências regionais (FUNOESC, 2021, p. 50). Nos últimos anos, e especialmente, a partir da constituição do Polo de Inovação Vale do Rio do Peixe (Polo INOVALE), a Unoesc tem desempenhado um importante papel na pro-

moção da inovação e na articulação dos atores regionais, públicos e privados, para essa finalidade. A Agência de Inovação e Relações Institucionais (AGIR) é o setor da Unoesc responsável por conduzir essas ações, e a seção a seguir explora alguns momentos de sua história e as suas perspectivas.

AGIR: conhecendo o NIT da Unoesc

A trajetória de construção e consolidação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da Unoesc começa na primeira década deste século. Naquele contexto, a inovação ingressava na agenda política nacional enquanto estratégia para a promoção de desenvolvimento, e atenta a esse movimento, a universidade passou a estruturar seu próprio *habitat* inovador.

Em 2003, a Unoesc inicia um projeto na área de pré-incubação, com o objetivo de fomentar iniciativas decorrentes de trabalhos de conclusão de curso, com potencial para a geração de negócios tecnológicos. A Pré-Incubadora Tecnológica da Unoesc (Tecnovale), em funcionamento no campus de Joaçaba, atendia projetos de alunos, egressos, docentes e funcionários, ainda em fase preliminar, auxiliando na construção do plano de negócios, na análise de viabilidade de novos empreendimentos e, se fosse o caso, no processo de estabe-

lecimento de parcerias e formalização dos novos negócios (LAZZAROTTI, 2022, [s.p.]).

Esse impulso inicial para a criação de um ambiente inovador coincidiu com o advento da Lei n. 10.973/2004, a Lei de Inovação, e com os desdobramentos dessa legislação em nível estadual. A Lei de Inovação do Estado de Santa Catarina, Lei n. 14.328/2008, que contou com representantes da Unoesc diretamente envolvidos no seu processo de elaboração, elencou a implantação dos NITs nas ICTs do Estado como medida de apoio à inovação tecnológica (LAZZAROTTI, 2022, [s.p.]). Assim, para atender à determinação legal, mas, sobretudo, à necessidade orgânica de fortalecer a governança da inovação e da propriedade intelectual na instituição, a Unoesc cria o Núcleo de Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual do Oeste de Santa Catarina (NIT-Oeste), em 2007. Com a constituição do NIT, a Pré-Incubadora Tecnológica passa a operar vinculada ao novo órgão.

A implantação do NIT-Oeste foi apoiada pela Fapesc, no âmbito do primeiro edital de fomento à estruturação dos NITs do Estado, o Edital de Chamada Pública FAPESC/PROGEPI/NIT n. 002/2006. À época, pela natureza multicampi da universidade, a Fapesc sugeriu a constituição de um NIT de abrangência regional, daí o nome NIT-Oeste. O lançamento oficial do NIT-Oeste aconteceu em abril de 2008, com a presença do Presidente da Fapesc, Antônio Diomário de Queiroz, e

de representante da então Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Joaçaba (LAZZAROTTI, 2022, [s.p.]).

A Resolução n. 152/CONSUN/2007 formalizou a criação do NIT da Unoesc. O NIT surge como “[...] órgão suplementar da Administração Central da Universidade, destinado a oferecer apoio à pesquisa e inovação, estabelecer parcerias e cooperação técnico-científica, dentro das suas finalidades.” (UNOESC, 2007, [s.p.]). As finalidades destacadas envolviam a gestão da propriedade intelectual, da inovação e da transferência de tecnologia, e a interação com o setor privado e com outras instituições, nessas competências. O Quadro 1 apresenta a íntegra desses objetivos, de acordo com o art. 2º da Resolução.

Quadro 1. Finalidades do NIT-Oeste (2007)

- a) Gerir a propriedade intelectual resultante de pesquisas geradas na instituição e demais instituições de pesquisa da região;
- b) Atuar no fomento à inovação tecnológica e propriedade intelectual no âmbito de abrangência da instituição e da região;
- c) Estreitar a relação universidade-empresa com o propósito de identificar as necessidades empresariais da região e desenvolver projetos de pesquisa em parceria;
- d) Criar rede de integração com outras instituições de pesquisa da região em consonância com o Programa de Gestão da Propriedade Intelectual da Fapesc e a Rede Catarinense de Propriedade Intelectual;
- e) Apoiar a transferência de tecnologia;

- f) Estimular e promover a proteção jurídica e a exploração econômica das criações intelectuais e inovações;
- g) Estabelecer normas para a proteção ao uso dos resultados das pesquisas desenvolvidas na instituição ou com a sua participação;
- h) Contribuir para a formação de uma cultura institucional sobre a propriedade intelectual;
- i) Trabalhar em parceria com demais instituições de ensino superior e pesquisa da região e entidades como o Sebrae, a FIESC/SENAI, a Embrapa, a Epagri, as ACIS e outras instituições afins;
- j) Estabelecer contratos de parcerias com empresas da região que tenham interesse em investir em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias;
- k) Redigir pedidos de patentes e contratos de transferência de tecnologia.

Fonte: elaboração das autoras (2022), com reprodução do art. 2º da Resolução n. 152 (UNOESC, 2007, [s.p.]).

Vinculado à Reitoria da universidade, o NIT-Oeste nasce com uma estrutura organizacional concisa, formada pelo Coordenador – posição ocupada, pela primeira vez, pelo professor Fábio Lazzarotti, do curso de Administração – e por uma equipe de professores, acionada conforme as demandas do setor. Os esforços iniciais do NIT estiveram voltados para a elaboração da política institucional de propriedade intelectual, normatização fundamental à execução das atividades no setor (LAZZAROTTI, 2022, [s.p.]).

A Política de Propriedade Intelectual da Unoesc foi concebida sob a assessoria de Luiz Otávio Pimentel, professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A normatização confiou ao NIT o exercício e cumprimento das disposições da Política, incluindo o apoio

a projetos de pesquisa e extensão, a transferência de tecnologias, interna ou externamente, o estímulo e a promoção da proteção jurídica e a exploração econômica das criações intelectuais (UNOESC, 2007, [s.p.]). Apesar da excelência do texto, a preocupação prioritária com a proteção dos ativos intangíveis, nos primeiros anos de funcionamento do NIT, retraiu os avanços nos processos de inovação.

Com o tempo e a prática, percebeu-se que era preciso estimular a criatividade e a vocação inovadora da comunidade acadêmica, afinal “[...] não existe ativo a ser protegido nem resultados a serem compartilhados, se não houver uma ideia precedente.” (LAZZAROTTI, 2022, [s.p.]). A regulamentação da Política de Pesquisa e Inovação (P&I) da universidade, em 2011, ajudou a atender essa demanda.

A legislação, instituída pela Resolução n. 203/CONSUN/2011, estabeleceu o Programa de Apoio aos Processos de Inovação, com o objetivo “[...] estimular o pesquisador no desenvolvimento de produtos (bens de capital, bens de consumo duráveis e não duráveis, serviços, softwares) e processos (de fabricação e controle) inovadores.” (UNOESC, 2011a, [s.p.]). O planejamento estratégico do NIT aparece como um dos instrumentos dinamizadores da Política de P&I, elencados no art. 6º (UNOESC, 2011a, [s.p.]).

A mobilização do NIT-Oeste, para a disseminação da cultura da inovação na região, percorreu diferentes caminhos: desde a reorganização interna do órgão, visando a otimização dos trabalhos; passando

pela viabilização de parcerias com o setor produtivo, para a consecução de projetos de pesquisa e desenvolvimento; até a realização de eventos, para aproximar os atores do ecossistema local de C,T&I.

Em agosto de 2011, o NIT passou a operar em espaço físico próprio e com a equipe reformulada – além do Coordenador, quatro professores da Universidade e uma colaboradora formavam o grupo. A reestruturação do NIT ocorreu em razão da liberação de ala no prédio onde se situava a Reitoria e do desenvolvimento do Projeto do Polo de Inovação Vale do Rio do Peixe (Polo INOVALE), que previa, entre outras metas, a retomada das atividades da Pré-Incubadora Tecnológica da Unoesc, setor gerido pelo NIT (UNOESC, 2011b, [s.p.]).

Na mesma época, intensificaram-se os cursos, *workshops* e outras atividades formativas, voltadas tanto para o público da universidade quanto para a comunidade externa. Entre essas iniciativas, destaca-se a Tempestade de Ideias, evento destinado a estudantes de graduação e pós-graduação, em fase de escolha de tema para o trabalho de conclusão de curso. Na Tempestade de Ideias, os acadêmicos tiveram contato com representantes de empresas da região – algumas das quais, pré-incubadas pelo NIT –, que compartilharam suas demandas e sugeriram a realização de pesquisas. Nos anos seguintes, a atividade ganharia novas edições, ainda que com nome diferente (UNOESC, 2013a, [s.p.]).

Dois acontecimentos foram decisivos para a consolidação do NIT da Unoesc na segunda década dos anos 2000: a abertura do Programa de Pós-Graduação em Administração, inicialmente com o mestrado profissional, e, depois, com o doutorado acadêmico; e a implementação do já mencionado Polo INOVALE.

Os cursos de pós-graduação oxigenaram a produção científica da universidade e fortaleceram o perfil professor-pesquisador. Diferente do professor-conteudista, habituado a desempenhar apenas o ensino devido à carga horária limitada, os professores inseridos nos Programas passaram a ter maior disponibilidade para liderar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, além de serem figuras importantes na esfera dos grupos de pesquisa, articulando e motivando estudantes de todos os graus acadêmicos, para a realização dessas atividades. Por outro lado, a pós-graduação descortinou novas oportunidades de captação de recursos, via editais de agências públicas e privadas, nas áreas de C,T&I (LAZZAROTTI, 2022, [s.p.]).

Quanto ao segundo acontecimento, é possível afirmar que as trajetórias do NIT e do Polo INOVALE se entrelaçam, em muitos momentos. O Polo INOVALE teve sua origem em 2009, quando lideranças do Conselho de Desenvolvimento Regional (CDR), da então Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Joaçaba – entre as quais, membros do NIT e professores do Mestrado Profissional em

Administração e da área das Engenharias, da Unoesc – decidiram pela elaboração de um plano de desenvolvimento regional, o Plano de Desenvolvimento do Polo de Inovação Vale do Rio do Peixe, coordenado pela Unoesc e contemplado em edital de chamada pública da Fapesc (UNOESC, 2020b, [s.p.]).

A Unoesc participou ativamente do processo de implantação do Polo, e o NIT, de modo especial, empregou muitos esforços em prol do projeto. Em 2013, por exemplo, quando o Polo dava seus primeiros passos, o Coordenador do NIT, professor Ricardo Antonello, visitou as prefeituras da região de Joaçaba, para divulgar o início das atividades do Polo e sensibilizar as autoridades municipais sobre a sua importância (UNOESC, 2013b, [s.p.]).

Na continuidade das ações do polo INOVALE, o NIT esteve envolvido na organização do programa de capacitação de agentes locais de inovação. Por meio dele, representantes de cada município da região de abrangência do Polo receberam treinamento nessa temática, em aspectos como as legislações aplicáveis e as formas de acesso a mecanismos de incentivo. A partir do programa de capacitação, formou-se uma rede de multiplicadores, fundamental para que uma programação de eventos – como *startup weekends* e *hackathons* – pudessem acontecer nos anos seguintes (LAZZAROTTI, 2022, [s.p.]).

O Polo INOVALE surge, assim, como uma “aglomeração de organizações”, com interesses correlatos na disseminação da inovação e de novas tecnologias. Com abrangência inicial de 14 municípios, articula, atualmente, atores de 22 cidades, e dispõe de um Centro de Inovação, localizado em Joaçaba, entregue à comunidade em 2020 (POLO INOVALE, 2022, [s.p.]).

Empresas pré-incubadas na Unoesc, com auxílio da equipe do NIT, encontram-se instaladas no Centro de Inovação ou na Incubadora Tecnológica de Luzerna (ITL) e colhem excelentes resultados. É o caso da Odeme Dental Research e da Salus Dermatoglilfia, a primeira com atuação no segmento de equipamentos para pesquisa médica e odontológica, e a segunda, no de impressão digital com marca de individualidade biológica (UNOESC, 2020b, [s.p.]). A Agência de Gestão da Inovação e de Relações Institucionais (AGIR) da Unoesc, que desempenha, hoje, as funções do NIT da universidade, constitui, também, um dos *habitats* de inovação do Polo INOVALE.

A AGIR foi criada em 2017, como órgão vinculado à Reitoria, com a finalidade de “[...] promover a política institucional de inovação da Unoesc, por meio do ensino, da pesquisa, da extensão e da implementação de parcerias com empresas, instituições e governos [...]”, atuando, ainda, na captação de recursos financeiros para a execução de projetos e programas, na própria universidade ou em insti-

tuições parceiras, voltados para o desenvolvimento institucional e regional (UNOESC, 2017, [s.p.]).

As atribuições da AGIR, definidas na Resolução n. 4/CONS.ADM./FUNOESC/2017, instrumento que a instituiu, são apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2. Atribuições da AGIR (2017)

- a) Captar recursos externos e demais formas de viabilização de projetos de pesquisa, de inovação e de extensão no âmbito da AGIR e de outros órgãos da Unoesc;
- b) Elaborar e implementar a política institucional de inovação da Unoesc, abrangendo a implantação e gestão da Central de Serviços da Unoesc, mediante análise de viabilidade;
- c) Promover a transferência de tecnologia e a oferta de serviços tecnológicos nas empresas e demais organizações públicas e privadas;
- d) Implementar *habitats* de inovação, como incubadoras ou pré-incubadoras de empreendimentos inovadores nos campi, bem como fomentar a instalação de polos e parques tecnológicos;
- e) Desenvolver ações de orientação sobre a propriedade intelectual, transferência de tecnologia, pesquisa em colaboração com o setor produtivo, dentre outros, objetivando formar uma cultura institucional de inovação e empreendedorismo no meio acadêmico;
- f) Articular com os diversos stakeholders da Unoesc, objetivando estreitar as relações institucionais e/ou o estabelecimento de parcerias que permitam a execução dos projetos demandados pela instituição;
- g) Promover a cooperação nacional e internacional para a implementação de inovações e o desenvolvimento tecnológico gerado pela Unoesc;

- h) Planejar e gerir a estrutura organizacional da AGIR, mediante definição de metas e indicadores que possibilitem a entrega de valor para a Unoesc, além de assegurar a auto sustentabilidade econômico-financeira da Agência;
- i) Acompanhar o desenvolvimento dos projetos e contratos institucionais que versem sobre inovação e serviços técnicos/tecnológicos ou que possam resultar em criação intelectual.

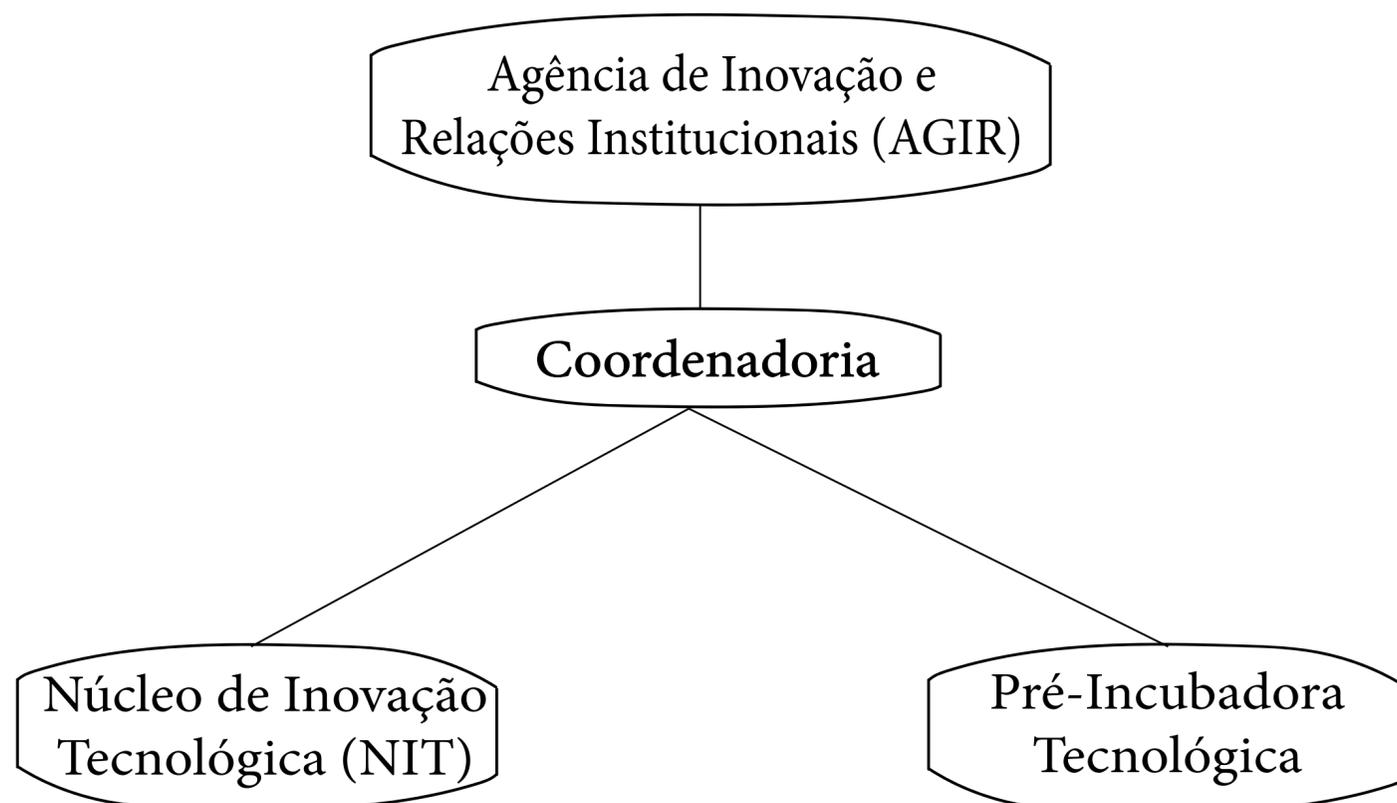
Fonte: elaboração das autoras (2022), com reprodução parcial do art. 2º da Resolução n. 04/CONS.ADM./FUNOESC/2017 (UNOESC, 2007, [s.p.]).

Com a criação da AGIR, a professora Jéssica Romeiro Mota, da área do Direito, foi designada para a Coordenação, cargo que ocupa até o presente momento. Quanto à equipe, nos moldes do que acontecia no NIT-Oeste, a Coordenadora segue assessorada por uma assistente administrativa, e conta com um grupo de professores, de diferentes cursos, que são consultados conforme a demanda (LAZZAROTTI, 2022, [s.p.]).

Além de desempenhar o papel de NIT, a AGIR realiza a gestão da Pré-Incubadora Tecnológica da Unoesc, espaço no qual os empreendedores contam com apoio comercial, de gestão, financeiro, tecnológico e jurídico, para materializar suas ideias (LAZZAROTTI, 2022, [s.p.]). Em 2020, foram pré-incubados, nesse *habitat* de inovação, 15 projetos: 2 em Chapecó; 10 em Joaçaba; e 3 em São Miguel do Oeste. No âmbito das ações que envolvem a Pré-Incubadora, estabeleceu-se uma parceria sólida entre a AGIR e a Incubadora Tecnológica de Luzerna (ITL),

com um expressivo número de projetos pré-incubados pela primeira sendo encaminhados, posteriormente, para incubação na segunda (FUNOESC, 2021, p. 57).

Figura 1. Organograma interno AGIR-Unoesc (2022)



Fonte: elaboração das autoras (2022), com base em Lazzarotti (2022, [s.p.]).

Em 2020, a AGIR sofreu duas transformações: primeiro, no seu posicionamento dentro do organograma da universidade, deixando de

estar diretamente ligada à Reitoria, e segundo, no seu quadro de atribuições, atualizado em relação àquele definido em 2017.

Por força da Resolução n. 11/2020, do Conselho de Administração da Unoesc, a AGIR tornou-se uma agência operacional vinculada à Coordenadoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Inovação, órgão subordinado à Pró-Reitoria Acadêmica. A normativa estabelece, ainda, a atuação prioritária da AGIR no campus de Joaçaba. Diante da natureza multicampi da Unoesc, essa configuração estimula os demais campi a desenvolverem seus próprios NITs, mantendo-se, a Agência, como um ponto de referência e apoio, em razão de estar consolidada e possuir uma estrutura mais robusta, em parceria com o Polo INOVALE. Além de Joaçaba, os campi de Chapecó, Videira, Xanxerê e São Miguel do Oeste também possuem estrutura semelhante implementada ou em fase de implementação (FUNOESC, 2020, [s.p.]; LAZZAROTTI, 2022, [s.p.]).

As novas atribuições da AGIR, por sua vez, estão estipuladas na Portaria n. 90/2020. Mais amplas que as fixadas pela normatização anterior (Resolução n. 04/2017), elas abrangem atividades de direção nas áreas de pesquisa, pós-graduação, extensão e inovação, e sinalizam o movimento da universidade para atualizar as diretrizes relativas à inovação, com previsão de elaboração de uma nova Política (UNOESC, 2020a, [s.p.]). O Quadro 3 reproduz, com adaptações, as competências descritas no art. 2º da Portaria n. 90/2020.

Quadro 3. Atribuições da AGIR (2020)

- a) Coordenar e executar as políticas e diretrizes para o desenvolvimento da pesquisa, da pós-graduação, extensão e inovação do campus de Joaçaba;
- b) Planejar, executar e avaliar as atividades relativas às suas competências; e acompanhar e avaliar os programas, projetos e atividades relacionados à pesquisa, pós-graduação, extensão e inovação do campus;
- c) Incentivar a produção, a publicação científica e a inovação na Unoesc em Joaçaba, Campos Novos e Capinzal; e coordenar os programas de iniciação científica no campus Joaçaba;
- d) Captar recursos externos e demais formas de viabilização de projetos de pesquisa, de inovação e de extensão no âmbito da AGIR e das demandas solicitadas por outros órgãos da Unoesc;
- e) Participar da elaboração e apoiar a implementação da política institucional de inovação da Unoesc, sob a responsabilidade da Coordenadoria Geral de Pesquisa, Pós-graduação, Extensão e Inovação;
- f) Apoiar na implementação do programa de conformidade à Lei Geral de Proteção de Dados em conjunto com o Setor de Regulação da Unoesc;
- g) Promover o estímulo à transferência de tecnologia e a oferta de serviços tecnológicos nas empresas e demais organizações públicas e privadas;
- h) Implementar e apoiar a consolidação de *habitats* de inovação, no campus de Joaçaba, bem como fomentar a instalação de polos e parques tecnológicos, em parceria com a iniciativa privada e o setor público;
- i) Desenvolver ações de orientação sobre a propriedade intelectual, transferência de tecnologia, pesquisa em colaboração com o setor produtivo, dentre outros, objetivando formar uma cultura institucional de inovação e empreendedorismo no meio acadêmico;
- j) Articular com os diversos stakeholders da Unoesc, objetivando estreitar as relações institucionais e/ou o estabelecimento de parcerias que permitam a execução dos projetos demandados pelo campus de Joaçaba;

- k) Planejar e gerir a estrutura organizacional da AGIR, mediante definição de metas e indicadores que possibilitem a entrega de valor para o campus de Joaçaba, além de assegurar a auto sustentabilidade econômico-financeira da Agência;
- l) Acompanhar o desenvolvimento dos projetos e contratos do campus de Joaçaba que versem sobre inovação e serviços técnicos/tecnológicos ou que possam resultar em criação intelectual.

Fonte: elaboração dos autores (2002), com reprodução parcial do art. 2º da Portaria n. 60/2020 (UNOESC, 2020a, [s.p.]).

Ao longo da trajetória de desenvolvimento e consolidação do NIT da Unoesc – e da AGIR como uma unidade –, o apoio da Fapesc foi fundamental. Além dos recursos decorrentes do primeiro edital de fomento aos NITs, em 2007, a Unoesc participou do Projeto de Implantação e Estruturação do Arranjo Catarinense de Núcleos de Inovação Tecnológica (PRONIT), executado entre 2009 e 2013, com acesso a financiamento que permitiu consolidar o Núcleo, mas, principalmente, à capacitação e oportunidades de aperfeiçoamento que promoveram ganhos expressivos em termo de gestão. Mais recentemente, a Unoesc participou do Edital de Chamada Pública n. 14/2019, no qual obteve a aprovação da proposta “Apoio à Implantação e Capacitação de Núcleos de Inovação Tecnológica - Unoesc”, que está em execução. No âmbito desse edital, a AGIR integra o movimento para a constituição da Rede Catarinense de NITs – a Rede NITSC (LAZZAROTTI, 2022, [s.p.]).

Destaca-se, ainda, que, de forma indireta, a atuação da Fapesc no processo de implantação e na manutenção do Polo INOVALE be-

neficia a AGIR, já que ela faz parte desse ecossistema de inovação (LAZZAROTTI, 2022, [s.p.]).

Com quase 15 anos de história, o NIT da Unoesc vivencia um momento de melhoria dos processos de trabalho e de ampliação dos relacionamentos interinstitucionais. Aproveitando as condições favoráveis do espaço em que se insere – a região do Polo INOVALE –, o NIT, por meio da AGIR, exerce protagonismo na promoção de conexões entre a universidade, o setor produtivo, o governo e a sociedade. A perspectiva, nesse sentido, é de trabalhar, cada vez mais, em sistema de rede, estabelecendo parcerias com outros atores, no sentido de qualificar as atividades realizadas.

Principais legislações em vigor

Resolução n. 213/CONSUN/2009 – Define a Política e Diretrizes para a gestão da Propriedade Intelectual no âmbito da Unoesc.

Resolução n. 203/CONSUN/2011 – Regulamenta a Política de Pesquisa e Inovação da Unoesc.

Resolução n. 11/CONS.ADM/FUNOESC/2020 – Cria a Agência de Gestão da Inovação e de Relações Institucionais da Unoesc Joaçaba.

Portaria n. 90/UNOESC-R/2020 – Define as atribuições da Coordenação da AGIR, em Joaçaba.

Onde encontrar

Endereço: Rua Getúlio Vargas, 2125, Bloco 2, sala 213, Campus I, Joaçaba, SC.

E-mail: nit.jba@unoesc.edu.br

Site: <https://www.unoesc.edu.br/pesquisa/nit>

Instagram: @agir.unoesc | <https://www.instagram.com/agir.unoesc/>

Referências

FUNOESC – Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina. **FUNOESC 50 anos**: Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina. Joaçaba: Editora Unoesc, 2018.

FUNOESC – Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina. **Relatório social 2020**. Joaçaba: Editora Unoesc, 2021.

FUNOESC – Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina. **Resolução n. 11/CONS.ADM/2020, 29 de abril de 2020**. Cria a Agência de Gestão da Inovação e de Relações Institucionais da Unoesc Joaçaba. Joaçaba, 2020.

LAZZAROTTI, Fábio. **Histórias e perspectivas do Núcleo de Inovação Tecnológica da Unoesc**. Entrevista concedida à Cristiani Fontanela e Tuana Paula Lavall. 2022.

POLO INOVALE – Polo de Inovação Vale do Rio do Peixe. **O Polo**. 2022. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/noticias/single/polo-de-inovacao-pauta-reunioes-com-prefeitos-da-regiao-de-joacaba>. Acesso em: 16 abr. 2022.

UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina. **Histórico**: uma evolução percebida ao longo do tempo. 2022. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/unoesc/historico>. Acesso em: 19 abr. 2022.

UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina. **Portaria n. 90/UNOESC-R/2020, 25 de maio de 2020**. Define as atribuições da Coordenadoria da Agência de Gestão da Inovação e de Relações Institucionais da Unoesc, em Joaçaba. Joaçaba, 2020a.

UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina. **Resolução n. 04/CONS.ADM/FUNOESC/2017, 10 de março de 2017**. Cria a Agência de Gestão da Inovação e de Relações Institucionais da Unoesc. Joaçaba, 2017.

UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina. **Resolução n. 152/CONSUN/2007, 12 de dezembro de 2007**. Cria o Núcleo de Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual do Oeste de Santa Catarina – NIT-OESTE. Joaçaba, 2007.

UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina. **Resolução n. 203/CONSUN/2011, 14 de dezembro de 2011**. Regulamenta a política de pesquisa e inovação da Unoesc. Joaçaba, 2011a.

UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina. **Notícias**: Acadêmicos e empresários levantam demandas para pesquisas. 2013a. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/noticias/single/academicos-e-empresarios-levantam-demandas-para-pesquisas>. Acesso em: 14 abr. 2022.

UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina. **Notícias**: Núcleo de Inovação Tecnológica tem nova estrutura. 2011b. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/noticias/single/nucleo-de-inovacao-tecnologica-tem-nova-estrutura>. Acesso em: 14 abr. 2022.

UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina. **Notícias**: Polo de Inovação pauta reuniões com prefeitos da região de Joaçaba. 2013b. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/noticias/single/>

polo-de-inovacao-pauta-reunioes-com-prefeitos-da-regiao-de-joacaba. Acesso em: 12 abr. 2022.

UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina. **Notícias:** Unoesc e Polo Inovale, juntos pela inovação e o desenvolvimento regional. 2020b. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/noticias/single/unoesc-e-polo-inovale-juntos-pela-inovacao-e-desenvolvimento-regional>. Acesso em: 15 abr. 2022.



03.

**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E
TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA
(AGITTE) DA UNIVERSIDADE DA
REGIÃO DE JOINVILLE (UNIVILLE)**

A Universidade da Região de Joinville (Univille) foi uma das primeiras instituições de ensino superior a funcionar no norte catarinense. Ela é mantida pela Fundação Educacional da Região de Joinville (FURJ), entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que é mantenedora, também, do Parque de Inovação Tecnológica de Joinville e Região (Inovaparq).

Os percursos da Univille confundem-se com os da instituição que a mantém. A FURJ nasceu em 15 de março de 1965, com a Faculdade de Ciências Econômicas, e, a partir de 1969, foi incorporada à Fundação Joinvilense de Ensino (FUNDAJE), instituição criada em 1967. Os cursos ofertados, nos anos iniciais, vinculavam-se à mencionada Faculdade de Ciências Econômicas, à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e à Escola Superior da Educação Física e Desportos (UNIVILLE, 2015, [s.p.]).

Em 1971, a FUNDAJE transformou-se em Fundação Universitária do Norte Catarinense (FUNC), e, no mesmo ano, houve a criação de duas novas faculdades: a Faculdade de Administração de Empresas e a Faculdade de Ciências Contábeis. As unidades de ensino mantidas pela FUNC foram transferidas, em 1975, para o Bairro Bom Retiro, em Joinville, onde começou a funcionar o campus universitário (UNIVILLE, 2019a, p. 12).

Ainda em 1975, a denominação Fundação Educacional da Região de Joinville surge, no horizonte da FUNC, por força da Lei Municipal n.

1423/1975. A FURJ, nos termos da legislação, passou a contar com uma estrutura organizacional formada por oito Centros de Ensino, com inserção em diversas áreas do saber (UNIVILLE, 2015, [s.p.]).

No fim da década de 1980, ganhou força o movimento pelo reconhecimento da FURJ enquanto universidade. A demanda foi articulada em torno do projeto "Rumo à Universidade", e, após a elaboração da proposta, em 1990, protocolou-se, no Conselho Federal de Educação, a Carta Consulta para a transformação da FURJ em Univille. Com a aceitação da Carta, iniciou-se o processo de acompanhamento, período em que muitas melhorias foram implementadas, para atender às exigências do Conselho Federal, e, posteriormente, do Conselho Estadual de Educação (UNIVILLE, 2015, [s.p.]).

Os anos 1990 foram marcados, portanto, pela ampliação da oferta de cursos, edificação de novas salas de aula e laboratórios, qualificação do corpo docente, instalação do campus de São Bento do Sul e inauguração de sua sede, entre outras medidas (UNIVILLE, 2019a, p. 13). O Colégio de Aplicação da FURJ – hoje, Colégio Univille – cujas atividades iniciaram na década de 1970, continuava em pleno funcionamento (UNIVILLE, 2015, [s.p.]).

O credenciamento da Univille aconteceu em 1996, após a aprovação, um ano antes, do ato constitutivo da universidade, pelo Conselho Estadual de Educação. A FURJ seguiu na condição de enti-

dade mantenedora. A partir desse marco, a instituição fortaleceu, ainda mais, o seu compromisso com o ensino de qualidade, a produção do conhecimento e as ações junto à comunidade (UNIVILLE, 2019a, p. 13).

Os anos 2000 trouxeram novas oportunidades de crescimento para a Univille. Entre as principais realizações desse período estão a inauguração das unidades de São Francisco do Sul e Centro-Joinville, em 2004 e 2005, respectivamente; a implementação do Colégio Univille no campus de São Bento do Sul (2006) e na unidade de São Francisco do Sul (2018); a abertura do primeiro curso de doutorado da universidade – no Programa de Pós-Graduação em Saúde e Meio Ambiente –, em 2014; e a autorização para o oferecimento de ensino na modalidade a distância, em 2018 (UNIVILLE, 2019a, p. 13-14; UNIVILLE, 2015, [s.p.]).

Atualmente, a Univille oferece mais de 70 cursos de graduação – aproximadamente, 50 presenciais e 20 a distância –, seis de mestrado e dois de doutorado, além de uma vasta cartela de especializações. São mais de 7 mil alunos matriculados em diferentes níveis de formação – do ensino fundamental à pós-graduação (UNIVILLE, 2021, p. 11). Na extensão, funcionam quatro programas e 23 projetos institucionais (UNIVILLE, 2022b, [s.p.]); e, na pesquisa, são mais de 40 grupos certificados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (UNIVILLE, 2022a, [s.p.]).

Desde 2009, a Univille conta com um Parque de Inovação Tecnológica, o Inovaparq, que movimenta não apenas o ecossistema de inovação interno, como o de toda região. O Inovaparq, no entanto, não é o único e tampouco o mais antigo *habitat* de inovação da universidade. De forma pioneira, a instituição implementou o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) em 2006, apenas dois anos após a promulgação da Lei de Inovação. A seção seguinte recupera a trajetória desse setor e apresenta as suas perspectivas.

Agitte: conhecendo o NIT da Univille

O NIT da Univille, um dos pioneiros do Estado de Santa Catarina, foi criado em 2006, por meio da Resolução n. 05/2006, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), com a denominação Núcleo de Inovação e Propriedade Intelectual (NIPI). O setor, instituído para atender às determinações da Lei de Inovação, nasce com “[...] o objetivo de apoiar a disseminação da cultura inovadora e empreendedora entre estudantes e professores da Universidade, com orientação e suporte técnico e jurídico à proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia para o setor produtivo.” (UNIVILLE, 2007, [s.p.]).

Vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), por força da Resolução n. 03/2007, responsável por regulamentar os ob-

jetivos, as atribuições e a composição do NIPI, o Núcleo tinha como Coordenador o Chefe da Área de Pesquisa da universidade. A equipe constituía-se de professores e funcionários da instituição, com expertise para atuar nas especialidades do NIPI, além de estudantes e bolsistas recém-doutores com atuação nas áreas do direito, empreendedorismo, inovação e tecnologia. Em seu formato inicial, a estrutura do NIPI contava, também, com um Núcleo Consultivo de Inovação e Propriedade Intelectual, composto por profissionais pertencentes ou não aos quadros da Univille, atuando, voluntariamente, no assessoramento ao NIPI (UNIVILLE, 2007, [s.p.]).

O NIPI foi precursor, dentro da Univille, dos debates sobre inovação e propriedade intelectual. Não por acaso, muitas das atribuições do setor estavam voltadas para o aculturamento e sensibilização da comunidade acadêmica frente a essas temáticas, como se observa no Quadro 1.

Com a criação do NIPI, a Univille assumiu, portanto, um novo papel: “[...] o de formar pessoas que pudessem contribuir com a sociedade também por meio da inovação, seja social ou tecnológica, sensibilizando-as para a importância da criatividade e do empreendedorismo [...]”, construindo, assim, um ambiente propício à transformação do conhecimento em bens e serviços, para a promoção, em última análise, do desenvolvimento econômico e do bem-estar social (UNIVILLE, 2019c, p. 5).

Quadro 1. Atribuições do NIPI (2007)

- a) Estimular e promover a valorização do conhecimento gerado na Universidade;
- b) Proporcionar suporte técnico orientativo a atividades inovadoras e empreendedoras resultantes de iniciativas de professores e estudantes da Univille;
- c) Promover palestras, seminários e oficinas de inovação e empreendedorismo;
- d) Proporcionar suporte técnico e jurídico orientativo sobre propriedade intelectual, direito autoral e patente;
- e) Promover palestras, seminários e minicursos sobre propriedade intelectual;
- f) Elaborar e manter atualizado um banco de dados das cadeias e arranjos produtivos das Regiões de Joinville, São Bento do Sul e São Francisco do Sul;
- g) Identificar no setor produtivo as demandas e necessidades para inovação de processos e produtos e encaminhá-las ao escritório de projetos;
- h) Assessorar a elaboração do requerimento de proteção das criações intelectuais da instituição junto aos órgãos encarregados do registro, patente e certificado de propriedade intelectual no Brasil e no exterior e acompanhar o andamento do processo;
- i) Acompanhar as relações com instituições públicas e privadas desde as negociações preliminares até o cumprimento dos convênios e contratos com o objetivo de garantir à segurança jurídica;
- j) Zelar pelos interesses da instituição.

Fonte: elaboração das autoras (2022), com reprodução do art. 3º da Resolução n. 03/2007 (UNIVILLE, 2007, [s.p.]).

Além do fomento à cultura da inovação e da propriedade intelectual na universidade, coube ao NIPI o gerenciamento dos processos de solicitação de proteção das diferentes modalidades de propriedade

intelectual, e a elaboração e o acompanhamento de convênios e contratos firmados entre a Univille e outras ICTs, o setor produtivo e órgãos do governo. Registra-se, nesse sentido, grande incidência de acordos de pesquisa e desenvolvimento, de prestação de consultoria e assessoria, e de oferta de cursos e palestras (UNIVILLE, 2019c, p. 5).

Desde o início de sua trajetória, o NIPI desempenhou forte protagonismo no ecossistema de inovação do norte catarinense. Foi o criador e esteve à frente da coordenação geral do Fórum de Inovação de Joinville e Região – evento bienal com o objetivo de integrar governo, universidades e empresas para estimular parcerias e ações em inovação –, por quatro edições. A segunda edição do evento, realizada em 2009, por exemplo, aconteceu nas dependências da Univille e sediou a 1ª Semana de Inovação da Univille-Udesc-UFSC e o 2º Encontro do Fórum de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (FOR-TEC) da Região Sul (UNIVILLE, 2019c, p. 5; UFSC, 2009, [s.p.]).

O NIPI representou a Univille na proposição e articulação do Projeto de Implementação e Estruturação do Arranjo Catarinense de Núcleos de Inovação Tecnológica (PRONIT), programa financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e cofinanciado pela Fapesc (UNIVILLE, 2019c, p. 5). Na oportunidade, a equipe participou de capacitações na área de inovação, propriedade intelectual, transferência e valoração de tecnologias e, especialmente, planejamento estratégico

e gestão de NITs, aperfeiçoando, a partir do conhecimento adquirido, os processos de trabalho.

Em 2009, o estabelecimento do Inovaparq oxigenou o ambiente de inovação da Univille e alavancou as atividades do NIPI. Os atores instalados no Inovaparq, como os incubados da recém-inaugurada Incubadora de Empresas de Base Tecnológica (IBT) e algumas empresas da região, levavam suas dúvidas para o NIPI, que funcionava como importante peça do novo *habitat* de inovação. O NIPI esteve sediado no Inovaparq no início dos anos 2010, tendo sido transferido, em 2016, para o campus de Joinville, em espaço anexo às Coordenações de Pesquisa e de Extensão (RIANI, 2022, [s.p.]).

A essa altura, a equipe era formada pelas professoras Andréa Tamani- ni, então Coordenadora; Patrícia Areas, na condição de auxiliar jurídica; e Josiane Riani, auxiliar geral. Em 2016, com o afastamento de Andréa e Patrícia, licenciadas para cursar pós-doutorado no exterior, a equipe recebeu o reforço de uma profissional da área jurídica, com dedicação exclusiva ao NIPI (RIANI, 2022, [s.p.]).

Em 2016, o NIPI passou pela primeira grande transformação da sua história: converteu-se em Agência de Projetos e Transferência de Tecnologia. A Agência surge na estrutura organizacional da Univille, introduzida pela Resolução n. 52/16, do Conselho de Administração, como resultado da fusão entre dois setores: o NIPI e o Escritório de Desenvolvimento de Projetos (EDP) (UNIVILLE, 2016, [s.p.]). O EDP atu-

ava, até o momento, no apoio à gestão dos projetos institucionais e na prospecção de recursos, conforme determinação das Resoluções n. 10/2013 e n. 11/2013, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) (UNIVILLE, 2013, [s.p.]).

Com a integração dos setores, o objetivo foi centralizar na Agência a entrada de projetos, para a posterior distribuição, entre as Pró-Reitorias, de acordo com as respectivas especialidades. O novo setor, portanto, não só absorveu, como ampliou as funcionalidades reservadas a um NIT. Essa ampliação refletiu, por consequência, no alargamento da equipe, com a integração dos funcionários alocados no antigo EDP à Agência (RIANI, 2022, [s.p.]).

Dois anos mais tarde, enfatizando o compromisso da Univille com a promoção da inovação, a Agência de Projetos e Transferência de Tecnologia assumiu o nome de Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia (Agitte), mudança incorporada institucionalmente pela Resolução n. 34/2018, do Conselho Universitário. O setor permaneceu vinculado à PRPPG, formato que se mantém até a atualidade.

A criação da Agitte foi formalizada por meio da Resolução n. 05/2019 e as suas atribuições – reproduzidas no Quadro 2 –, fixadas pela Resolução n. 06/2019, ambas do Conselho Universitário.

Quadro 2. Atribuições da Agitte

- a) Elaborar parecer para subsidiar a tomada de decisão institucional sobre a proteção das criações intelectuais desenvolvidas no âmbito da Univille;
- b) Promover a proteção das criações intelectuais junto aos órgãos encarregados do registro, patente e certificado de propriedade intelectual no Brasil e no exterior;
- c) Avaliar e classificar, com relação ao potencial inovador, os resultados das atividades de Projetos de Pesquisa e de Desenvolvimento;
- d) Intermediar sobre a conveniência de divulgação de criação passível de proteção por propriedade intelectual;
- e) Acompanhar e avaliar, quanto a sua manutenção, os processos de proteção de propriedade intelectual;
- f) Gerenciar os processos de licenciamento, de transferência de tecnologia e de conhecimento;
- g) Acompanhar as relações com instituições públicas, comunitárias, sem fins lucrativos e privadas, no que diz respeito à propriedade intelectual, conforme os instrumentos jurídicos pactuados;
- h) Avaliar solicitação de inventor/criador independente no caso de possível adoção de criação;
- i) Disseminar a cultura da inovação, empreendedorismo, propriedade intelectual, transferência de tecnologia e de conhecimento;
- j) Realizar a prospecção de fontes de fomento para projetos de ensino, pesquisa, extensão, de desenvolvimento e inovação, transferência de tecnologia e de conhecimento e divulgá-los no âmbito da Univille e do Inovaparq;
- k) Promover parcerias entre a FURJ e entidades externas para cooperação nas áreas de pesquisa, ensino e extensão, no desenvolvimento de projetos de inovação, transferência de tecnologia e de conhecimento;
- l) Oferecer suporte aos coordenadores de projetos na gestão, acompanhamento, execução e prestação de contas.

Fonte: elaboração das autoras (2022), com reprodução do art. 3º da Resolução n. 06/2019 (UNIVILLE, 2019b, [s.p.]).

A emergência da Agitte como setor responsável pela condução dos assuntos relativos à inovação e à propriedade intelectual na Univille coincide com a aprovação da Política de Inovação e Propriedade Intelectual da FURJ. A Fundação, enquanto mantenedora da Univille e do Inovaparq, concebeu um instrumento amplo, pautado em três macroprocessos: o incentivo ao empreendedorismo e à inovação; a gestão da propriedade intelectual e da transferência de tecnologia e de conhecimento; e a disseminação das ações de inovação e propriedade intelectual (UNIVILLE, 2019c, p. 7).

Atribuiu-se à Agitte, em cooperação com o Inovaparq, a operacionalização das diretrizes fixadas na Política. Não por acaso, logo após a aprovação no Conselho Universitário, a equipe da Agência formou uma comissão para propor a regulamentação do instrumento. A minuta da resolução que detalha as ações inerentes à Política, elaborada nos anos de 2019 e 2020 e cujo trâmite foi paralisado em razão da pandemia, deve ser aprovada no segundo semestre de 2022, em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) (UNIVILLE, 2019c, p. 4; RIANI, 2022, [s.p.]).

Atualmente, a Agitte opera em quatro principais frentes: a) Inovação, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia; b) Prospecção de Recursos; c) Projetos e Prestação de Contas; e d) Apoio Jurídico (AGITTE, 2020a, [s.p.]).

Na área de Inovação, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia, cabe à Agitte identificar e prospectar projetos com potencial inovador ou de transferência de tecnologia, seja internamente, seja envolvendo outras instituições de ciência e tecnologia, caso em que também atua na construção e formalização dos acordos de parceria. Quanto à proteção da propriedade intelectual, a Agitte processa as demandas encaminhadas pela comunidade acadêmica – por meio da denominada Notificação de Potencial –, procedimento que envolve a realização de análise preliminar sobre a viabilidade da solicitação e a contratação de prestadora de serviços, para a fase de buscas de anterioridade (AGITTE, 2020a, [s.p.]; RIANI, 2022, [s.p.]).

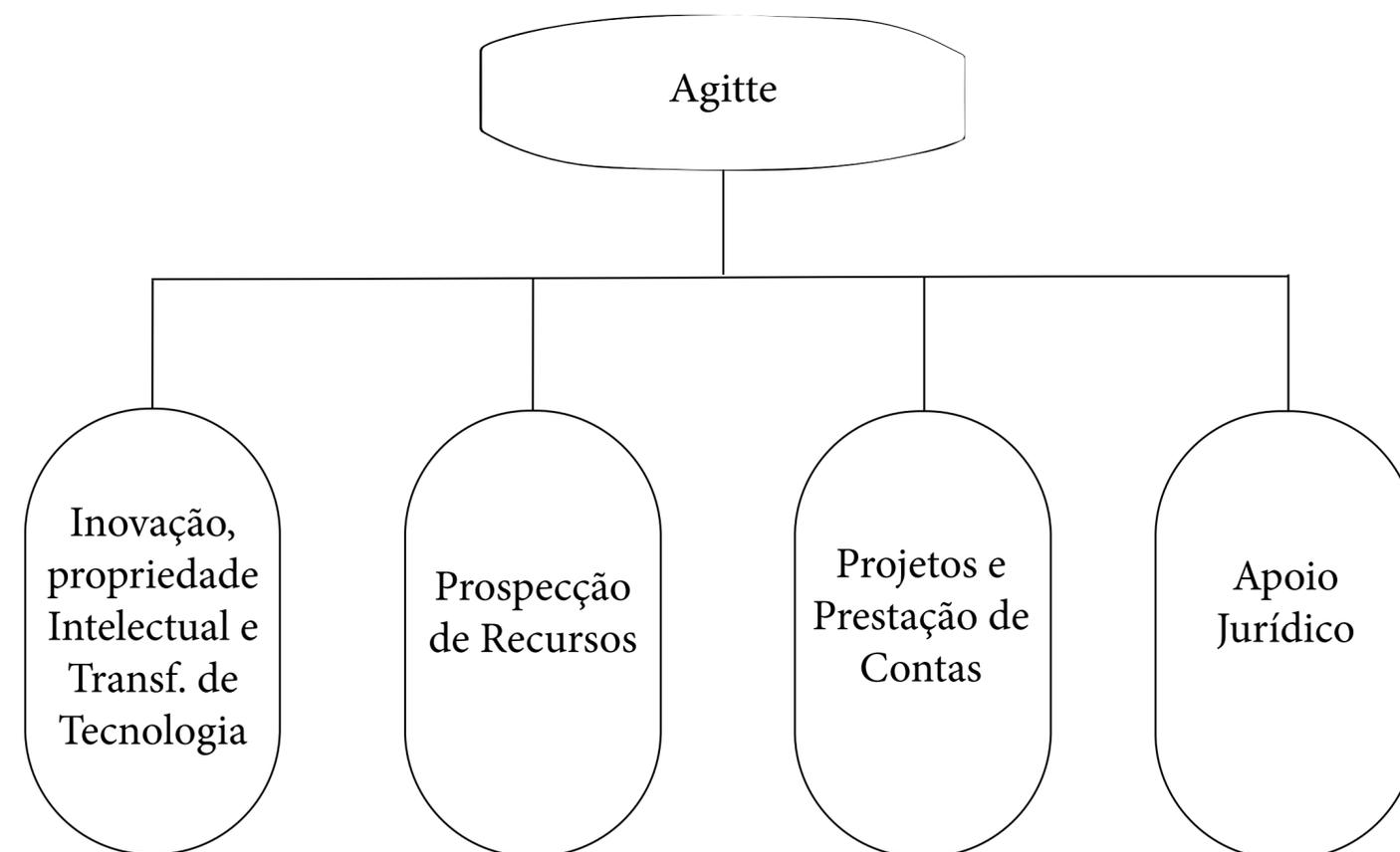
O acompanhamento do processo junto ao órgão competente, assim como a gestão dos pedidos concedidos, é realizado integralmente pela Agência. Para além dos encaminhamentos administrativos, e ainda dentro desse domínio – Inovação, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia –, a Agitte promove oficinas, *workshops* e palestras para o público interno e externo. Prática recorrente, nesse sentido, é a realização de capacitações em turmas dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação, para orientações gerais, atendendo a pedido dos docentes (AGITTE, 2020a, [s.p.]; RIANI, 2022, [s.p.]).

Na área de Prospecção de Recursos, compete à Agitte a análise e a divulgação de editais, nacionais e internacionais, de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I); o apoio, aos pesquisadores, na elaboração de projetos e na participação em eventos ou premiações; e à facilitação do diálogo entre pesquisadores e agências de fomento até a formalização de contratos e convênios. Esse campo de atuação está diretamente relacionado com o de Projetos e Prestação de Contas, que oferece suporte técnico, para os proponentes de projetos, quanto ao gasto dos recursos e a prestação de contas (AGITTE, 2020a, [s.p.]).

A última frente de trabalho da Agitte, Apoio Jurídico, atravessa todas as demais no que envolver aspectos legais e jurídicos. Isso inclui, entre outras atribuições, a redação e análise de instrumentos inerentes à propriedade intelectual e à transferência de tecnologia e de conhecimento; o monitoramento das propriedades intelectuais da FURJ/Univille; a redação de contratos de prestação de serviços em projetos aprovados com recurso externo; e o atendimento de interessados, para o esclarecimento de dúvidas (AGITTE, 2020a, [s.p.]; RIANI, 2022, [s.p.]).

O organograma da Agitte, conforme as áreas de atuação citadas, está representado na Figura 1, abaixo.

Figura 1. Organograma interno da Agitte



Fonte: elaboração das autoras (2022), com base em Agitte (2020a, [s.p.]).

No exercício dessas atividades, está uma equipe formada por cinco integrantes, atuantes no campus de Joinville: a Coordenadora – professora Josiane Riani –, três analistas e uma assessora jurídica. Considerando a natureza multicampi da Univille, a professora Andréa Tamarinini, lotada em São Bento do Sul, faz a interlocução entre a Agitte e aquele campus; enquanto as unidades São Francisco do Sul e Centro-

-Joinville são assistidas pela equipe do campus de Joinville, sempre que há demanda (RIANI, 2022, [s.p.]).

Na trajetória recente da Agitte, a contribuição da Fapesc foi decisiva para a alavancagem das ações, dentro e fora da universidade. A Agitte participou do Edital de Chamada Pública n. 24/2019, com o projeto *Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT: inovação e empreendedorismo na Univille*, e, por meio do auxílio financeiro, investiu, principalmente, na organização do portfólio de tecnologias da Univille e na contratação de serviço especializado para auxiliar no processo de solicitação de proteção da propriedade intelectual (RIANI, 2022, [s.p.]).

A participação no Edital n. 24 permitiu a ampliação da equipe, com a contratação de bolsistas, e o envolvimento na construção – ainda em curso – da Rede Catarinense de NITs, a Rede NITSC. A Univille, representada pelas professoras Andréa Tamanini e Patrícia Areas, integrantes da Agitte, fez parte da Governança de Implantação da Rede NITSC, entre os anos de 2019 e 2020 (RIANI, 2022, [s.p.]).

Além disso, de forma tangencial, o financiamento da Fapesc a projetos de pesquisa, inovação e empreendedorismo – inclusive com a instalação de novos ambientes e melhoria de laboratórios – dinamiza o espaço de inserção da Agitte, que passa a ser mais demandada por professores, alunos e pesquisadores (RIANI, 2022, [s.p.]).

A Fapesc, no entanto, não é a única parceira institucional da Agitte. A Agência dialoga com associações de representação do setor empresarial e outras universidades do Estado, e integra comitês municipais, como o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação (COMCITI) de Joinville. No âmbito do COMCITI, é uma das apoiadoras da Expolnovação, evento anual que movimenta o ecossistema de inovação de Joinville. No Inovaparc, por outro lado, participa de inúmeros grupos de trabalho, entre os quais o Programa de Empreendedorismo (Posso), programa de extensão da Univille voltado para a formação de uma cultura fomentadora de empreendimentos sustentáveis (RIANI, 2022, [s.p.]).

Esse conjunto de projetos faz com que a Agitte cumpra sua missão e se aproxime, cada vez mais, da visão e dos objetivos traçados (ver Quadro 3).

Quadro 3. Missão, visão e objetivos estratégicos da Agitte

Missão: articular ações institucionais em ciência, tecnologia e inovação, com foco na gestão e transferência de tecnologia e conhecimento em prol do desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental.

Visão: ser reconhecida nacionalmente como uma unidade de referência em inovação, transferência de tecnologia e de conhecimento que contribui para o desenvolvimento institucional e regional.

Objetivos: gerir a Política de Inovação e Propriedade Intelectual da FURJ; disseminar a cultura da inovação, propriedade intelectual e de empreendedorismo nas comunidades interna e externa; promover parcerias entre a FURJ e outras instituições para o desenvolvimento de projetos; oferecer suporte aos profissionais da Univille para elaboração, captação, execução e prestação de contas de projetos.

Fonte: elaboração das autoras (2022), com reprodução de Agitte (2020b, [s.p.]).

No horizonte de atuação da Agitte, algumas medidas se impõem enquanto parte do planejamento para os próximos anos. A primeira delas é regulamentar a entrada de projetos na Agência, por meio do lançamento de editais, de modo a identificar o potencial inovador das pesquisas e facilitar a distribuição dos recursos destinados ao registro da propriedade intelectual. Complementarmente, a partir da organização desses fluxos, pretende-se produzir indicadores, que auxiliem na tomada de decisão (RIANI, 2022, [s.p.]).

No eixo Inovação, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia, pretende-se dar maior atenção ao terceiro componente. A ideia é concretizar as primeiras transferências de tecnologia e conhecimento e formalizar iniciativas já existentes, mas que foram conduzidas entre pesquisadores e agentes externos, sem o devido trâmite institucional (RIANI, 2022, [s.p.]).

Ademais, a capacitação da equipe e o relacionamento com outros *habitats* de inovação – tanto da própria instituição quanto do ecossistema regional – são práticas a serem mantidas e ampliadas. O NIT da Univille, hoje Agitte, do alto dos seus mais de dez anos de história, já alcançou a consolidação, sendo que os desafios que se colocam, neste momento, envolvem aperfeiçoar os processos de trabalho e desbravar novas possibilidades de atuação.

Principais legislações em vigor

Resolução n. 05/2019/CONSU – Cria a Agitte.

Resolução n. 06/2019/CONSU – Define os objetivos e as atribuições da Agitte.

Resolução n. 25/2019/CONSU – Define a Política de Inovação e Propriedade Intelectual da Furj.

Onde encontrar

Endereço: Sala B-118, Campus Joinville, Bom Retiro, Joinville, SC.

E-mail: agitte@univille.br

Site: <https://www.univille.edu.br/pt-br/institucional/proreitorias/prppg/setores/agitte/index/884255>

Referências

AGITTE – Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia. **Estrutura e atuação**. 2020a. Disponível em: <https://www.univille.edu.br/pt-br/institucional/proreitorias/prppg/setores/agitte/estrutura-atuacao/884299?nocache=1>. Acesso em: 30 jun. 2022.

AGITTE – Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia. **Missão, visão e objetivos estratégicos**. 2020b. Disponível em: <https://www.univille.edu.br/ptbr/institucional/proreitorias/prppg/setores/agitte/index/884255>. Acesso em: 1 jul. 2022.

RIANI, Josiane Costa. **Histórias e perspectivas do NIT da Univille**. Entrevista concedida à Cristiani Fontanela e Tuana Paula Lavall. 2022.

UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville. **Balanco Social 2020**. 2021. Disponível em: https://www.univille.edu.br/community/novoportal/VirtualDisk.html/downloadDirect/2876472/000306_-_Balanc807o_Social_2020.pdf. Acesso em: 4 jul. 2022.

UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville. **Grupos de Pesquisa do CNPq certificados pela Univille**. 2022a. Disponível em: <https://www.univille.edu.br/pt-br/institucional/proreitorias/prppg/setores/coordenacao-pesquisa/grupos-pesquisa/886808>. Acesso em: 4 jul. 2022.

UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville. **Histórico**: linha do tempo. 2015. Disponível em: <https://www.univille.edu.br/pt.br/institucional/historico/597155>. Acesso em: 4 jul. 2022.

UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021**. Joinville: Editora Univille, 2019a.

UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville. **Programas institucionais de extensão**. 2022b. Disponível em: https://www.univille.edu.br/pt_br/institucional/proreitorias/proex/projetos_institucionais/598480. Acesso em: 4 jul. 2022.

UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville. **Resolução n. 03/07 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 22 de fevereiro de 2007.** Define objetivos, atribuições e composição do Núcleo de Inovação e Propriedade Intelectual – NIPI, da Univille. Joinville, 2007.

UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville. **Resolução n. 06/2019 do Conselho Universitário, 28 de março de 2019.** Define objetivos e atribuições da Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia – Agitte. Joinville, 2019b.

UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville. **Resolução n. 11/2013 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 31 de outubro de 2013.** Define os objetivos, atribuições e atividades do Escritório de Desenvolvimento de Projetos da Univille (EDP-Univille). Joinville, 2013.

UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville. **Resolução n. 25/19 do Conselho Universitário, 27 de junho de 2019.** Aprova a Política de Inovação e de Propriedade Intelectual da FURJ. Joinville, 2019c.

UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville. **Resolução n. 52/2016 do Conselho de Administração, 9 de dezembro de 2016.** Homologa o organograma da Univille. Joinville, 2016.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. **Notícias:** Univille, UFSC, Udesc e Associação de Joinville e Região de Pequena, Micro e Média Empresa promovem 2º Fórum de Inovação. 14 set. 2009. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2009/09/univille-ufsc-udesc-e-associacao-de-joinville-e-regiao-de-pequena-micro-e-media-empresa-promovem-2%C2%BA-forum-de-inovacao/>. Acesso em: 4 jul. 2022.



04.

**AGÊNCIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO E
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (AGIITEC) DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA
SUL (UFFS)**

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) é uma das mais jovens instituições de ensino superior público e federal do país. A criação da universidade, oficializada pela Lei n. 12.029, em setembro de 2009, é resultado da mobilização da sociedade civil e de entidades públicas no âmbito do Movimento Pró-Universidade Federal, organizado em 2005, e reflete os esforços para promover a interiorização do ensino superior no Brasil.

Em 2006, diante da negativa para a instituição de universidades próprias no sudoeste do Paraná, oeste de Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul –, os Estados, tendo como espaço de discussão o Fórum da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (MESOMERCOSUL), propuseram um projeto único, que contemplasse as três regiões. Formou-se, então, um grupo de trabalho, responsável por articular movimentos sociais, organizações e os poderes públicos das localidades envolvidas para a construção da proposta de implantação da universidade. Em 2007, o Ministério da Educação sinalizou a possibilidade de acolher a demanda do Movimento e tomou parte nos trabalhos, formando Comissão de Implantação do Projeto Pedagógico Institucional (UFFS, 2015a, [s.p.]).

Os passos seguintes envolveram a definição das áreas de influência da universidade, dos locais para o estabelecimento da sede e dos campi, dos cursos a serem implementados, da estrutura e do orçamento necessários. A essa altura, a Universidade Federal de Santa

Catarina (UFSC), na condição de instituição tutora, já estava também diretamente envolvida na elaboração do projeto da nova universidade (TREVISOL, 2016, p. 345).

Considerando o objetivo da instituição – contribuir para o desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul –, as cidades de Laranjeiras do Sul e Realeza, no Paraná, Cerro Largo e Erechim, no Rio Grande do Sul, e Chapecó, em Santa Catarina, foram escolhidas para abrigar os campi, e no caso dessa última, também a sede da universidade. Mais tarde, um novo campus da UFFS é construído na cidade de Passo Fundo (RS). A escolha dos cursos considerou as características dos locais de inserção, principalmente a predominância da agricultura familiar e dos negócios de pequeno porte (UFFS, 2015a, [s.p.]).

Com a oficialização da criação da UFFS, em setembro de 2009, tomaram-se medidas práticas, como a realização de concursos para docentes e servidores técnico-administrativos, a aquisição de mobiliário e livros, e a organização do primeiro processo seletivo discente, para viabilizar o início das atividades. A data de 29 de março de 2010, marcada por cerimônias nos cinco campi iniciais, é considerada o dia de início das atividades-fim da UFFS (UFFS, 2015a, [s.p.]).

A UFFS é considerada “a primeira universidade pública federal nascida dos movimentos sociais”, e, como tal, constrói sua identidade e define sua missão, objetivos, diretrizes e políticas a partir do compromisso com as camadas populares (TREVISOL, 2016, p. 348). Seu

perfil desenha-se, portanto, como “[...] universidade multicampi, interestadual, pública, democrática, popular e socialmente comprometida com a realidade sócio-histórica, econômica, política, ambiental e cultural da sua região de inserção.” (UFFS, 2019, p. 18).

Atualmente, a universidade oferece à comunidade mais de 40 cursos de graduação, ultrapassando a marca de 8 mil alunos. Conta, também, com um número expressivo de cursos de pós-graduação em nível de especialização (*lato sensu*), com turmas encerradas e em andamento; 15 programas de mestrado, sendo 13 de natureza acadêmica e dois profissionais; um programa de doutorado institucional e outros dois interinstitucionais; além de programas de Residência Médica e Residência Multiprofissional, em Chapecó e Passo Fundo.

Ingressando em sua segunda década, a UFFS dispõe de melhores condições para consolidar as estruturas existentes e destinar atenção a temáticas inicialmente consideradas não prioritárias, como é o caso da inovação. Nessa direção, o Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 elege, entre os seus objetivos, promover o desenvolvimento da pesquisa científica, da tecnologia e da inovação (Objetivo 4), sublinhando a importância do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da universidade, e da atualização e do cumprimento da Política Institucional de Inovação (UFFS, 2019, p. 276). A sessão adiante apresenta como essas questões estão acomodadas na instituição, ao promover um resgate histórico do NIT da UFFS.

AGITEC: conhecendo o NIT da UFFS

O NIT da UFFS enfrenta os desafios e as oportunidades de uma estrutura que se organiza em paralelo ao processo de construção da própria universidade. Nos três primeiros anos de existência da UFFS, a necessidade de estruturar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, tanto do ponto de vista institucional – definição de normatizações, composição de corpo docente e do quadro técnico, concepção do regime acadêmico dos cursos, etc. –, quanto do físico – instalação da Reitoria, edificação dos campi, etc. – fez com que a implementação do NIT, para cumprir as exigências legais, não fosse uma das prioridades da instituição.

Assim, as primeiras discussões acerca do NIT coincidiram com o processo de elaboração e aprovação da Política de Inovação da universidade, no ano de 2014 (SANTOS, 2022, [s.p.]). Entre os objetivos da Política, instituída em 30 de setembro de 2014, estava, justamente, o de criar e institucionalizar o Núcleo de Inovação Tecnológica e Social (NITS) da UFFS. O Núcleo teria como atribuições a gestão da inovação, nos termos da Lei de Inovação (n. 10.973/2004), e a coordenação de atividades de identificação de potenciais ativos intangíveis, proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia (UFFS, 2014, p. 3).

O contexto de criação da UFFS – marcado por uma ampla mobilização social pela vinda do ensino superior e gratuito para a Mesorregião Grande Fronteira Mercosul, até então, desassistida nesse

aspecto – e as características dos cursos disponibilizados – com menor predominância de cursos nas áreas das Engenharias e Ciências Tecnológicas – refletiram nas diretrizes da Política e no próprio desenho do NIT. Está posta, na Política, a indissociabilidade entre o fomento à inovação e o compromisso com o desenvolvimento social, demarcando-se como prioritárias as ações voltadas para as micro, pequenas e médias empresas e os empreendimentos solidários e cooperativos (UFFS, 2014, p. 3).

Não por acaso, o NIT da UFFS nasce com a proposta de atentar tanto para a inovação tecnológica, quanto para a inovação social:

[...] a atuação do NITS se dará na articulação das demandas de pesquisas de caráter tecnológico e social vinculadas à UFFS e/ou oriundas de organizações e da sociedade em busca de soluções inovadoras para problemas práticos do seu cotidiano, sejam elas de caráter tecnológico ou social. (UFFS, 2014, p. 9).

Na previsão da Política, o Núcleo, na qualidade de órgão executivo, deveria ser criado por portaria específica, com a indicação de servidor capacitado na área da inovação, para a direção. A estrutura organizacional contemplaria um Conselho Gestor, composto por representantes das instâncias acadêmicas e diretivas da UFFS, e pelo dirigente do NITS, responsável por indicar as diretrizes estratégicas do Núcleo (UFFS, 2014, p. 9-10).

Para dar cumprimento às disposições da Política, a Portaria n. 0693/GR/UFFS/2015, de 2 de julho de 2015, constituiu o NITS da UFFS. A normatização, sintética e sem o condão de regulamentar o órgão, vinculou o NITS à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEPG), e, mediante instrumento próprio, o professor Carlos Roberto França foi nomeado seu Coordenador. Dentro da PROPEPG, o NITS encontrava-se subordinado à Diretoria de Pesquisa, posicionamento que, na prática, dificultou o desenvolvimento do setor, pela distância em relação a estruturas mais centrais e com maior poder decisório na gestão universitária (UFFS, 2015c, [s.p.]; SANTOS, 2022, [s.p.]).

Além dos entraves habituais ao processo de estruturação de qualquer NIT, o NITS da UFFS precisou, desde os primeiros anos, ajustar a sua atuação à natureza multicampi e multiestado da universidade. O desafio estava, por um lado, em pensar estratégias para garantir representação nos campi situados fora de Chapecó, e, por outro, em conseguir se posicionar, de forma adequada, diante das legislações existentes nos três Estados – Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul (SANTOS, 2022, [s.p.]). Para atender ao primeiro objetivo, promovendo a descentralização do NITS, criou-se o Comitê Assessor de Inovação e Empreendedorismo, com representantes, docentes e técnicos, nos seis campi da universidade, e a equipe do NIT. O Comitê surgiu, assim, como instância consultiva e de articulação das demandas da comunidade acadêmica nos campi.

A primeira ação do NITS, com a presença, inclusive, dos representantes do Comitê, aconteceu nos dias 11 e 12 de agosto de 2015, e consistiu em um treinamento, ministrado por empresa de São Paulo, sobre busca de patentes e transferência tecnológica, utilizando a Plataforma ORBIT/QUESTEL. A capacitação teve patrocínio exclusivo do Edital de Chamada Pública n. 93/2013 MCTI/SETEC/CNPq, de apoio à criação de NITs, no qual o NITS da UFFS foi contemplado (UFFS, 2015c, [s.p.]).

No início de suas atividades, o NITS ocupou-se, principalmente, de demandas internas e de caráter estrutural: da elaboração de documentos, para padronizar os processos de trabalho, até a conscientização, entre os pares e principalmente junto à gestão da universidade, sobre a importância do NITS. A procura da comunidade acadêmica pelos serviços prestados era baixa, já que a universidade ainda estava dando seus primeiros passos na área da pesquisa. Os primeiros pedidos de patentes começaram a chegar em 2018, assim como as solicitações para o acompanhamento de acordos de parceria com empresas e outras universidades (SANTOS, 2022, [s.p.]).

Depois de cinco anos de atuação, marcados por avanços e percalços, o NITS passou pela primeira grande reestruturação de sua história. Em 2020, a Portaria n. 414/GR/UFFS criou a Agência de Internacionalização e Inovação Tecnológica (AGIITEC), órgão diretamente vinculado à Reitoria. A Agência, dirigida pelo Secretário ou Secretária Especial –

que, na atual gestão, é a professora Adriana Dervanoski – desempenha um duplo papel: o de NIT e o de divisão de apoio aos assuntos internacionais da universidade (ver Quadro 1). O seu posicionamento no organograma da instituição, próximo às instâncias máximas, viabiliza maior ganho de escala na tomada de decisão, atendendo, assim, à demanda antiga da equipe, no sentido de tornar a atuação mais célere e ágil (SANTOS, 2022, [s.p.]).

Quadro 1. Missão, valores, princípios e responsabilidade da AGIITEC

Missão: fortalecer a inovação e as relações internacionais com a UFFS.

Valores: projetos guiados pela ética e competência; foco nas necessidades da sociedade; transparência nas ações; compromisso com a qualidade dos serviços.

Princípios: ética e transparência; desenvolvimento sustentável; comunicação; sigilo; relevância.

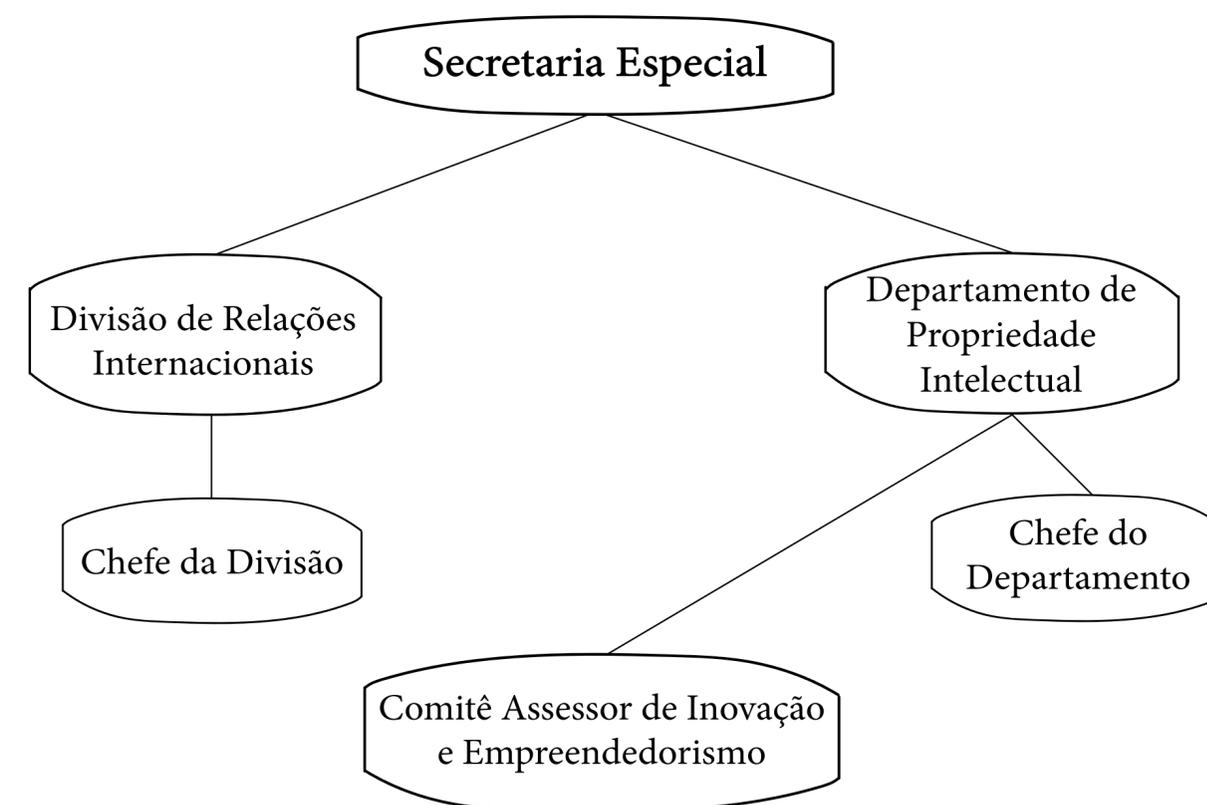
Responsabilidades: estimular a inovação tecnológica de modo a contribuir para o aumento da competitividade econômica e comercial do Brasil; buscar parcerias para a sustentabilidade econômica das propostas de inovação e geração de novos negócios; estabelecer e fortalecer uma rede de trabalho com outras instituições de ensino e de pesquisa, de modo a otimizar os recursos disponíveis nesta rede; zelar pelo sigilo das informações trocadas com pessoas físicas ou jurídicas que entrem em contato com a Agência; intensificar o uso de convênios internacionais estabelecidos com a UFFS, buscando incentivar o desenvolvimento de projetos inovadores.

Fonte: elaboração das autoras (2022), com base em UFFS (2022a, [s.p.]).

O organograma interno da AGIITEC é composto pelo Departamento de Propriedade Intelectual e pela Divisão de Relações Internacionais, conforme a representação gráfica da Figura 1. Criado pela Portaria n. 448/GR/UFFS/2020, o Departamento de Propriedade Intelectual, que desempenha as funções de NIT, atua em questões relacionadas à “[...] propriedade intelectual e transferência tecnológica; na prestação de serviços, prospecção e captação de recursos [...]”, e promove “[...] a interação entre universidade-comunidade, incubadoras tecnológicas e iniciativas empreendedoras.” (UFFS, 2022b, [s.p.]). De forma geral, as atividades desempenhadas pelo setor compreendem todas as citadas na Lei de Inovação, como de competência do NIT.

Atualmente, o departamento é coordenado por Ilson dos Santos, Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação, pelo Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (PROFNIT), e integrante do NIT da UFFS desde a sua criação, em 2015. Atua, também, no setor, uma servidora e um bolsista técnico (Edital de Chamada Pública Fapesc n. 14/2019).

Figura 1. Organograma da AGIITEC (UFFS)



Fonte: elaboração das autoras (2022), com base em UFFS (2022a, [s.p.]).

O Comitê Assessor de Inovação e Empreendedorismo segue em funcionamento, tendo sido revitalizado, em 2022, por meio da Portaria n. 2073/GR/UFFS/2022. A normatização reafirma o papel do Comitê no atendimento das solicitações da comunidade acadêmica, nas variadas esferas institucionais, e em parcerias com empresas e instituições externas (UFFS, 2022e, [s.p.]).

A composição do órgão de assessoramento mantém a representação de todos os campi da universidade, e, com o fim das restrições impostas pela pandemia, o planejamento da equipe do Departamento de Propriedade Intelectual da AGIITEC é intensificar a relação com esses representantes, fazendo capacitações presenciais nos seus espaços de atuação. O objetivo é formar os membros do Comitê para que eles sejam capazes de recepcionar os pesquisadores e dar a eles as informações de que necessitam (SANTOS, 2022, [s.p.]). O Quadro 2 apresenta as competências do Comitê Assessor de Inovação e Empreendedorismo.

Quadro 2. Competências do Comitê Assessor de Inovação e Empreendedorismo (2022)

- a) Promover o fortalecimento de parcerias interinstitucionais devidamente institucionalizadas, que sejam relevantes para a missão institucional da UFFS;
- b) Fomentar ações e iniciativas para a capacitação da comunidade universitária e regional, para o fortalecimento do ecossistema de inovação tecnológica, valorização da propriedade intelectual e empreendedorismo na UFFS;
- c) Auxiliar na simplificação e organização de fluxos para o estabelecimento de parcerias que envolvam projetos de inovação, transferência tecnológica;
- d) Fomentar parcerias junto ao ecossistema de inovação, desenvolvimento de empreendimentos promotores de desenvolvimento econômico ou social;
- e) Propor atualizações da Política de Inovação da UFFS;
- f) Deliberar sobre o interesse institucional quanto à comunicação de Invenção/Criação e pedido de proteção à Propriedade Intelectual ou equivalente;

- g) Fomentar o fortalecimento e implementação da política de Inovação da UFFS e a Transferência de Tecnologia;
- h) Fomentar parcerias interinstitucionais e a cultura do empreendedorismo na UFFS;
- i) Aprovar seu regimento interno e suas alterações.

Fonte: elaboração das autoras (2022), com reprodução do art. 4º, da Portaria 2073/2022 (UFFS, 2022e, [s.p.]).

O desafio de estruturar o NIT e mantê-lo em funcionamento tem sido compensado pelos resultados alcançados. A UFFS é titular/cotitular em dez pedidos de propriedade intelectual, concedidos ou em análise. Entre os pedidos concedidos, destaca-se a patente do processo de produção de biodiesel empregando resíduo de *Carya illinoensis* (nogueira-pecã) com efeito antioxidante, que tramitou no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) de forma prioritária por se tratar de patente verde. Outros pedidos envolvendo processos de produção de biocombustíveis estão tramitando no INPI, entre os quais o do processo de produção de biodiesel na presença de antioxidante natural derivado do resíduo da cevada (UFFS, 2022d, [s.p.]).

Muitas das tecnologias que compõem o portfólio da UFFS são fruto de parcerias em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I), realizadas com outras instituições e com a iniciativa privada. Nos últimos anos, foram firmados acordos de cooperação técnica e científi-

ca com empresas dos setores agropecuário, alimentício, de gestão de inovação, entre outras, e com universidades, como a Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (UFFS, 2022d, [s.p.]; SANTOS, 2022, [s.p.]).

Em 2022, os resultados de um projeto de P,D&I, parceria entre os pesquisadores da UFFS, Unicentro e de uma empresa agropecuária, foram publicados na revista científica *Scientific Reports*, do grupo Nature, após a AGIITEC tomar as medidas para a proteção do novo produto junto ao INPI, mediante depósito de pedido de patente. Esse caso é celebrado pela equipe da Agência, porque demonstra o alcance do trabalho de conscientização que vem sendo realizado, uma vez que, antes de encaminhar o estudo para publicação, os pesquisadores tiveram o cuidado de procurar o NIT para avaliar os aspectos de proteção da propriedade intelectual implicados (UFFS, 2022c, [s.p.]; SANTOS, 2022, [s.p.]).

Ainda na perspectiva da atuação e da articulação externa, a participação em redes e organizações coletivas é muito valorizada pela AGIITEC, que entende esses espaços como privilegiados para o acesso a conhecimento e recursos, e para troca de experiências que ajudem no apuro de suas práticas (SANTOS, 2022, [s.p.]).

Nos Estados nos quais a UFFS possui campus, a AGIITEC faz parte das seguintes redes de colaboração: Rede Catarinense de Inovação (RECEPETi), Rede Catarinense de NITs (Rede NITSC); Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Chapecó (CMCTI); Conselho Estadual de Combate à Pirataria (CECOP-SC); Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (SICT-RS); Rede Gaúcha de Propriedade Intelectual (RGPI) e Núcleos de Inovação Tecnológica do Paraná (NITPAR). Em nível nacional, integra o Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (FORTEC) (UFFS, 2022b, [s.p.]).

A proximidade com a comunidade materializa-se, por outro lado, nos eventos promovidos. No período da pandemia, aconteceram, virtualmente, diversas atividades, como a série de *lives* sobre Formação em Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica e Social. Materiais informativos, sejam escritos ou audiovisuais, também são produzidos com o objetivo de disseminar as culturas da inovação, do empreendedorismo e da propriedade intelectual. Há grande empenho em disponibilizar esses conteúdos para consulta, mantendo-se a página eletrônica da Agência em constante atualização (SANTOS, 2022, [s.p.]).

Figura 2. Identidade visual da AGIITEC



Fonte: acervo da AGIITEC (2022).

A alavancagem nos trabalhos do NIT da UFFS, verificada desde a criação da AGIITEC, em 2020, reflete o planejamento estratégico da gestão, mas, também, o fomento que o setor recebeu por meio do Edital de Chamada Pública Fapesc n. 14/2019 – Programa de Apoio à Implantação e Consolidação de Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs). No escopo do Edital, além da melhoria nas relações interinstitucionais, com a participação na criação da Rede NITSC, a Agência efetuou a contratação de bolsista, para auxiliar nas demandas, e investiu em capacitação e aperfeiçoamento operacional (SANTOS, 2022, [s.p.]).

Para 2022, a AGIITEC prevê uma dinamização ainda maior de suas atividades, a partir da nova Política de Inovação da UFFS, que está em fase de aprovação no Conselho Universitário. A Política, em substitui-

ção à normativa de 2014, começou a ser discutida e elaborada pelo NIT em 2016, após a publicação da Lei n. 13.243/2016. Com ela, espera-se um melhor aproveitamento das possibilidades abertas pelo novo marco legal de C,T&I (SANTOS, 2022, [s.p.]).

Completada a primeira década da universidade, ingressa-se, assim, em uma etapa de consolidação. O desafio que se apresenta é manter a equipe qualificada e atualizada nas competências técnicas que o segmento exige, fortalecer a presença do NIT em todos os campi da universidade e seguir estreitando os laços com a comunidade externa, incluindo outras ICTs.

Principais legislações em vigor

Resolução n. 9/CONSUNI/2014 – Aprova a Política de Inovação da UFFS.

Portaria n. 414/GR/UFFS/2020 – Cria a AGIITEC.

Portaria n. 448/GR/UFFS/2020 – Cria o Departamento de Propriedade Intelectual.

Portaria n. 2073/GR/UFFS/2022 – Constitui o Comitê Assessor de Inovação e Empreendedorismo.

Onde encontrar

Endereço: Reitoria, sala 1107, Av. Fernando Machado, 108 E Centro, Chapecó, SC | Campus Chapecó, sala 5, Bloco Biblioteca, Bairro Fronteira Sul, Chapecó, SC.

E-mail: agiitec@uffs.edu.br

Site: <https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/agiitec/depi/apresentacao-depi>

Instagram: [@agiitec.uffs](https://www.instagram.com/agiitec.uffs/) | <https://www.instagram.com/agiitec.uffs/>

Facebook: <https://www.facebook.com/pg/uffs.agiitec>

Referências

SANTOS, Ilson. **Histórias e perspectivas do Núcleo de Inovação Tecnológica da UFFS**. Entrevista concedida à Cristiani Fontanela e Tuana Paula Lavall. 2022.

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul. **Agência de Internacionalização e Inovação Tecnológica**: Apresentação. 2022a. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/agiitec>. Acesso em: 26 mar. 2022.

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul. **Agência de Internacionalização e Inovação Tecnológica**: Departamento de Propriedade Intelectual. 2022b. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/agiitec/depi/apresentacao-depi>. Acesso em: 24 mar. 2022.

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul. **Departamento de Propriedade Intelectual**: Notícias. 2022c. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/agiitec/depi/noticias>. Acesso em: 2 abr. 2022.

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul. **Departamento de Propriedade Intelectual**: Portfólio. 2022d. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/agiitec/depi/portifolio>. Acesso em: 29 mar. 2022.

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul. **História**. 2015a. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/historia. Acesso em: 5 abr. 2022.

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul. **Núcleo de Inovação Tecnológica e Social – NITS/UFFS**. 2015b. Disponível em: http://historico.uffs.edu.br/index.php?option=com_

content&view=article&id=7986&Itemid=2443&site=proppg. Acesso em: 27 mar. 2022.

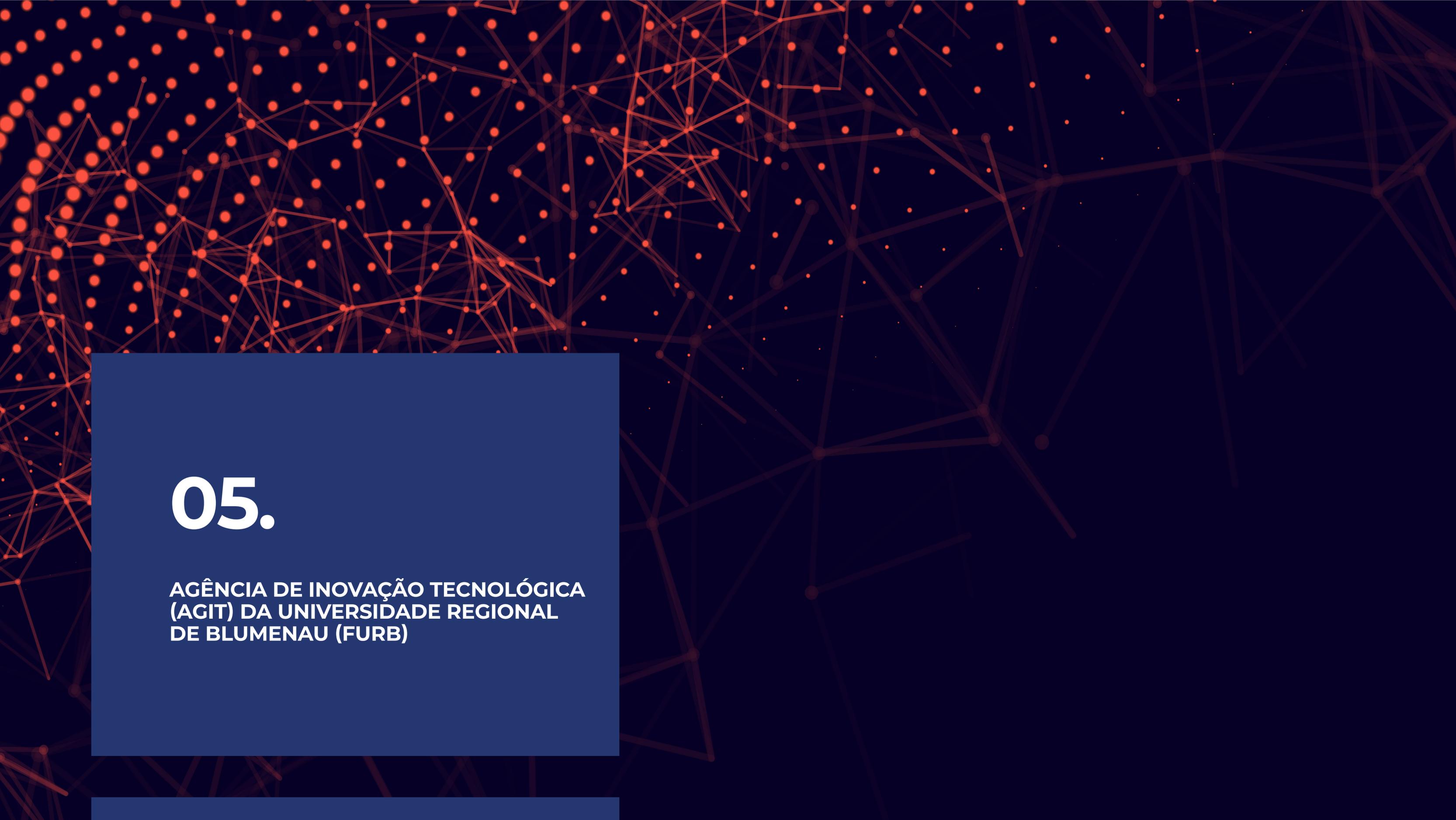
UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023**. 2019. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/plano_de_desenvolvimento_institucional. Acesso em: 5 abr. 2022.

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul. **Portaria n. 0693/GR/UFFS/2015, 02 de julho de 2015**. Constitui o Núcleo de Inovação Tecnológica e Social da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Chapecó, 2015c.

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul. **Portaria n. 2073/GR/UFFS/2022, 17 de fevereiro de 2022**. Constitui o Comitê Assessor de Inovação e Empreendedorismo (CAIE) da Agência de Internacionalização e Inovação Tecnológica – AGIITEC. Chapecó, 2022e.

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul. **Resolução n. 9/2014/CONSUNI/CPPG, 30 de setembro de 2014**. Aprova a Política de Inovação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Chapecó, 2014.

TREVISOL, Joviles. O ensino superior público na Mesorregião Fronteira Sul: a implantação da UFFS. *In*: RADIN, José; VALENTINI, Delmir J.; ZARTH, Paulo A. (org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Editora UFFS, 2016. p. 333-352.



05.

**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
(AGIT) DA UNIVERSIDADE REGIONAL
DE BLUMENAU (FURB)**

A Universidade Regional de Blumenau (FURB) apresenta uma trajetória simbólica e representativa quando se pensa no papel das instituições de ensino superior no desenvolvimento de regiões interiores. Criada em 1964, foi a primeira instituição a estabelecer-se no interior de Santa Catarina, após a onda de movimentos pela ampliação do ensino superior no Estado, iniciada na década de 1950.

Em Blumenau, as reivindicações foram articuladas pela União Blumenauense de Estudantes e pela Câmara dos Vereadores, até alcançarem as escolas e a imprensa, e se popularizarem na comunidade. A partir da sensibilização do poder público, especialmente do Executivo municipal, iniciou-se o estudo de viabilidade sobre a implantação do ensino superior, considerando três sugestões de cursos: Filosofia, Química e Economia. Por influência do setor empresarial, o último foi o escolhido, resultando na criação da Faculdade de Ciências Econômicas (FACEB), instituída pela Lei Municipal n. 1.233, de 5 de março de 1964 (SCHIMITT; SASSE; COSTA, 2017, [s.p.]).

Em 1967, a FACEB passou a ser gerida pela Fundação Universitária de Blumenau (FUB), entidade constituída, naquele ano, com o objetivo de criar e manter institutos de ensino superior de estudo e de pesquisa. Ainda em 1967, foram criadas, como unidades integrantes da FUB, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Blumenau e a Faculdade de Ciências Jurídicas de Blumenau. Em dezembro de

1968, a Fundação alterou seu nome para Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) (FURB, 2021, [s.p.]).

Os primeiros anos da FURB foram marcados por muitos desafios, inclusive quanto à estruturação do seu espaço físico. O envolvimento da comunidade, no entanto, mostrou-se fundamental para superá-los: a construção da sede para abrigar os cursos – que, então, funcionavam em escolas de ensino básico – só foi possível graças ao esforço popular, materializado em uma rifa (FURB, 2021, [s.p.]).

Na década de 1970, a FURB já demonstrava protagonismo na promoção da ciência e da tecnologia no Vale do Itajaí. Além de oferecer, ao mercado, profissionais com formação nas Engenharias – Civil e Química, inicialmente –, criou, em 1972, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). O IPT, transformado, no final dos anos 1990, no Instituto de Pesquisas Tecnológicas de Blumenau (IPTB), alcançou posição de referência na realização de ensaios laboratoriais, especialmente nas análises químicas e projetos experimentais com alimentos (FURB, 2021, [s.p.]).

Embora desenvolvesse atividades de pesquisa e de extensão desde a primeira década de sua existência, a FURB foi reconhecida e credenciada como universidade apenas em 1986, por meio da Portaria n. 117, do Ministério da Educação. A partir desse marco, seguiu crescendo e se consolidando como um dos principais polos de produção de conhecimento do Sul do país, processo que se intensifi-

cou com a abertura de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, entre os quais foi pioneiro o Mestrado em Educação (1991).

Atualmente, e conforme estabelece a Lei Complementar Municipal n. 743, a FURB apresenta natureza jurídica de autarquia municipal de regime especial, com autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (SCHIMITT; SASSE; COSTA, 2017, [s.p.]). Trata-se, portanto, de universidade pública, integrada, de forma indireta, à administração do município de Blumenau. A missão da FURB é “[...] promover o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação, respeitando e integrando a diversidade cultural, fomentando o desenvolvimento social, econômico e ambiental responsável.” (FURB, 2022b, [s.p.]).

A instituição organiza-se em 7 unidades universitárias, quais sejam: Centro de Ciências da Educação; Centro de Ciências da Saúde; Centro de Ciências Exatas e Naturais; Centro de Ciências Humanas e da Comunicação; Centro de Ciências Jurídicas; Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Centro de Ciências Tecnológicas. São oferecidos 41 cursos de graduação, 120 cursos de pós-graduação *lato sensu*, 10 cursos de mestrado e um curso de doutorado, reunindo, aproximadamente, 8 mil alunos (FURB, 2022c, [s.p.]). A FURB conta, também, com uma unidade de ensino médio e profissionalizante, a Escola Técnica do Vale do Itajaí (ETEVl), em funcionamento desde 1981.

Além do campus principal, onde se localiza a Reitoria, a universidade dispõe de outros quatro campi, todos no município de Blumenau. Atenta aos desafios contemporâneos, investe na promoção do desenvolvimento tecnológico e na capacidade de inovação da região em que está inserida, colocando o conhecimento que produz à disposição de empresas, organizações e da comunidade em geral, por meio de projetos colaborativos de pesquisa, licenciamentos, transferência de tecnologia, prestação de serviços especializados, entre outros. Nesse terreno, destacam-se as competências e habilidades articuladas na Agência de Inovação Tecnológica (AGIT), o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da FURB, objeto da seção a seguir.

AGIT: conhecendo o NIT da FURB

Os primeiros passos para a criação de um NIT, na FURB, ocorreram com o advento da Lei de Inovação (n. 10.973/2004). Diante da previsão legal do NIT, a professora Micheline Gaia Hoffmann, atuante no curso de graduação em Administração e vinculada ao Instituto Gene, iniciou as tratativas para a implementação da estrutura, na universidade. Esse movimento resultou na celebração de um convênio entre a FURB e o Instituto Gene, por meio do qual a universidade atribuiu à associação o desenvolvimento das atividades previstas na Lei de Inovação (WIGGERS; ARRABAL, 2022, [s.p.]).

Com a desvinculação do Instituto Gene da FURB, o fomento à inovação e a gestão da propriedade intelectual passaram a ser exercidos de forma descentralizada. As ações de estímulo à inovação estiveram concentradas, de 2007 a 2010, no Núcleo de Pesquisa e Extensão (Nupex), e, mais tarde, com a incorporação do Nupex pelo Instituto FURB de Serviços, Pesquisa e Inovação, neste órgão. Enquanto canal de aproximação entre a FURB e a comunidade, o Instituto FURB promoveu palestras, capacitações e *workshops* sobre inovação, além de representar os interesses da FURB, nesta área, nas relações com a iniciativa privada, o terceiro setor, e o poder público (FURB, 2012a, [s.p.]).

Os pedidos de proteção de propriedade intelectual e a manutenção dos títulos, por outro lado, ficaram a cargo de escritórios terceirizados, contratados no âmbito de cada projeto de pesquisa, inovação e/ou desenvolvimento. Esse modelo, por envolver uma multiplicidade de escritórios, dificultava o controle da situação dos ativos, assim como não contribuía para a construção de relações consistentes entre a comunidade acadêmica e o empresariado (WIGGERS; ARRABAL, 2022, [s.p.]).

A retomada do processo de implementação do NIT ocorreu em 2012, com a aprovação da Política de Inovação, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia da FURB. A legislação formalizou a existência do NIT, ao prever, em seu art. 5º, que a gestão executiva das

atividades de inovação, transferência de tecnologia e proteção da propriedade intelectual da universidade fosse exercida por esse setor, nos termos do art. 16 da Lei da Inovação e do art. 17 do Decreto 5.563/2005. De acordo com a Política, o NIT deveria funcionar como um órgão de suporte e promoção para a inovação, a transferência de tecnologia e a proteção da propriedade intelectual, desempenhando as atribuições legais mínimas (FURB, 2012b, [s.p.]). Na coordenação das atividades, estava a professora Ilisângela Mais, do curso de Administração, que contava com a consultoria jurídica do professor Alejandro Knaesel Arrabal, do curso de Direito.

Paralelo ao NIT, a Política de Inovação criou o Comitê de Avaliação da Propriedade Intelectual e Inovação (CAPII), estrutura de caráter consultivo (FURB, 2012b, [s.p.]). O CAPII apresentava-se como um órgão de avaliação não apenas do ponto de vista legal, mas, também, do estratégico, fomentando a inovação e valorizando o trabalho dos pesquisadores da FURB. De acordo com a Política, o CAPII tinha como atribuições mínimas

[...] avaliar e emitir parecer quanto à relevância e à oportunidade do encaminhamento de projetos e demandas de atividades institucionais e afins, para registro de Propriedade Intelectual no(s) órgão(s) competente(s), bem como quanto à transferência de tecnologias advindas de projetos institucionais. (FURB, 2012b, [s.p.]).

A primeira reunião do Comitê aconteceu em abril de 2014, para deliberar sobre a viabilidade da obtenção de patente de duas tecnologias desenvolvidas pelo Departamento de Engenharia Química da universidade. O grupo era então presidido pelo professor Marcos Rivail da Silva, e composto pelos diretores do centro e do departamento de origem da tecnologia, um pesquisador com domínio técnico da área e que não integrava a equipe de desenvolvimento do invento, e representantes da área de conhecimento específico dos projetos avaliados (FURB, 2014, [s.p.]).

A partir do último semestre de 2015, o professor Vinicyus Rodolfo Wiggers, do Departamento de Engenharia Química, assumiu a coordenação do NIT, inaugurando um período de mudanças no setor. Com formação pregressa na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o professor Vinicyus buscou imprimir no NIT da FURB um pouco do que experienciou, enquanto demandante, na Inova, agência de inovação da Unicamp, reconhecida como uma das mais atuantes e eficientes do país (WIGGERS; ARRABAL, 2022, [s.p.]).

Entre as medidas implementadas, destaca-se a contratação de Ana Paula Colombo, bacharela em Direito e egressa da FURB, para desempenhar a função de Coordenadora de Propriedade Intelectual. O ingresso de Ana Paula – que, posteriormente, cursou o Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnolo-

gia para Inovação (PROFNIT) – significou a vinculação de pessoa, de forma integral e consistente, ao quadro do NIT, atendendo demandas que a atuação de docentes e bolsistas, normalmente com cargas horárias reduzidas, não era capaz de alcançar (WIGGERS; ARRABAL, 2022, [s.p.]).

A contratação de uma pessoa em tempo integral, capacitada em PI, oportunizou a internalização efetiva da gestão dos ativos intangíveis da universidade, o que representou um passo fundamental para a Agência em termos organizacionais, redução de custos administrativos sobre os expedientes junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e ganho de eficiência no trato com questões operacionais relativas à manutenção dos ativos. Outro fator importante decorrente da internalização diz respeito à possibilidade de promover melhores estratégias de capacitação, oportunizando o incremento de ações dirigidas à difusão da cultura de propriedade intelectual e redação qualificada de patentes (WIGGERS; ARRABAL, 2022, [s.p.]).

Com o advento da Lei n. 13.243/2016 – novo marco legal da C,T&I –, a equipe do NIT sentiu a necessidade de promover a atualização da Política de Inovação, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia da FURB. A nova Política foi aprovada em 2018, destinando um capítulo para regulamentar o funcionamento do NIT, e é, atualmente, a principal legislação interna a respeito da temática.

A primeira novidade, trazida pela normativa, refere à posição do NIT no organograma da universidade: o art. 19 formaliza a vinculação do setor à Reitoria, a quem responde diretamente. Na sequência, o instrumento faculta o uso da denominação Agência de Inovação Tecnológica (AGIT) – nome que passa a ser definitivamente adotado –, para designar o NIT (FURB, 2018, [s.p.]). As atribuições da AGIT, perpassando as áreas da propriedade intelectual, da inovação e da transferência de tecnologia, estão descritas no art. 20 da Política, reproduzido no Quadro 1 adiante.

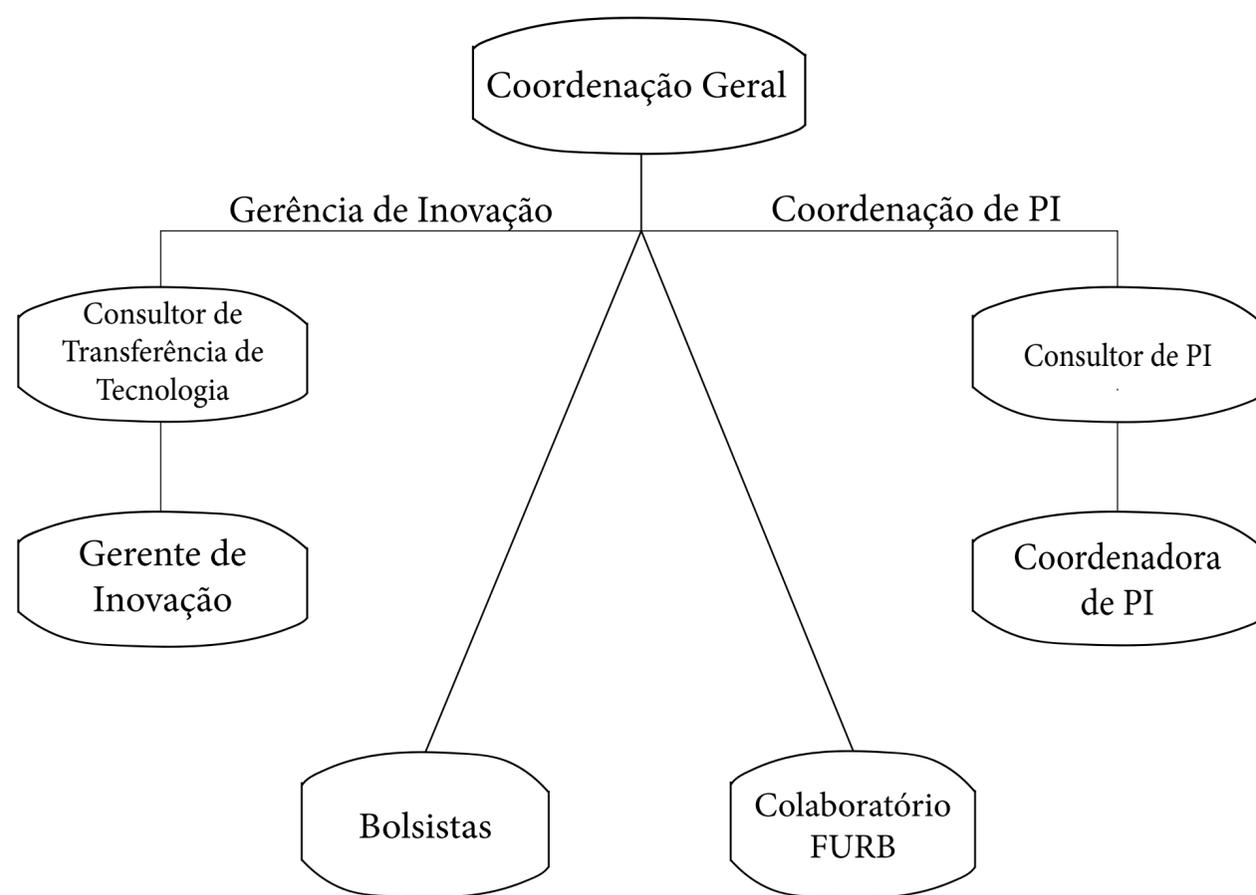
A AGIT foi, então, estruturada em três unidades integradas: a Coordenação Geral; a Coordenação de Propriedade Intelectual; e a Gerência de Inovação. O professor Vinicyus Wiggers e a Me. Ana Paula Colombo estão, respectivamente, à frente das duas Coordenações, enquanto o cargo de Gerente de Inovação encontra-se vago. Atuam, ainda, na Agência, o professor Alejandro Knaesel Arrabal, na condição de Consultor de Propriedade Intelectual; o professor Rodrigo dos Santos Cardoso, como Consultor de Transferência de Tecnologia; e três bolsistas – o mestrando Erly Ian Santos, e os graduandos Otávio Arrabal e Tuani Gomes Porto (FURB, 2018, [s.p.]; WIGGER; ARRABAL, 2022, [s.p.]). A Figura 1 apresenta o organograma interno da AGIT.

Quadro 1. Atribuições da AGIT

- a) Promover o estímulo à inovação, à proteção de criações desenvolvidas na instituição e transferência de tecnologia, nos termos da Política;
- b) Avaliar as atividades e projetos desenvolvidos no âmbito da Universidade, para identificação de possível proteção à propriedade intelectual e/ou de potencial econômico à transferência de tecnologia;
- c) Avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção;
- d) Opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição;
- e) Opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na instituição, passíveis de proteção intelectual;
- f) Acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição;
- g) Desenvolver estudos de prospecção tecnológica e de inteligência competitiva no campo da propriedade intelectual, de forma a orientar as ações de inovação da FURB;
- h) Desenvolver estudos e estratégias para a Transferência de Tecnologia gerada pela FURB;
- i) Contribuir com a promoção e o acompanhamento das relações da FURB com as empresas e outras instituições, em projetos, parcerias, contratos e convênios, relacionados direta ou indiretamente à Inovação Tecnológica;
- j) Negociar e gerir os acordos de Transferência de Tecnologia oriunda da FURB;
- k) Gerir as marcas da FURB, em relação aos expedientes junto ao INPI.

Fonte: adaptação das autoras (2022), a partir do art. 20 da Política de Inovação, Propriedade Intelectual e Transferência Tecnológica da FURB (2018, [s.p.]).

Figura 1, Organograma interno da AGIT



Fonte: elaboração das autoras (2022), com base em Wiggers (2021, [s.p.]).

Dentro da estrutura organizacional da AGIT, a Coordenação Geral atua na definição dos procedimentos de gestão e zela pela execução da Política de Inovação, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia da universidade. De forma mais específica, acompanha as políticas institucionais que interessam à atuação da AGIT; articula a realização de parcerias interinstitucionais; propõe as dire-

trizes para a consecução de projetos entre universidade-empresa e de transferência de tecnologia; faz a gestão dos procedimentos para a tomada de decisão sobre proteção de propriedade intelectual e lidera a prospecção de oportunidades de inovação (FURB, 2018, [s.p.]). Tem, portanto, um forte caráter gerencial e representativo da Agência, seja nas instâncias institucionais superiores, seja fora da instituição.

A Coordenação de Propriedade Intelectual, por sua vez, é a responsável pela gestão e pela disseminação da cultura da propriedade intelectual na FURB. São de sua competência: a difusão e a orientação sobre questões de proteção de propriedade intelectual; o incentivo e a orientação para o acesso às bases de patentes nacionais e internacionais; a instrução, o encaminhamento e o acompanhamento dos pedidos de patentes ou registro nos órgãos competentes; a avaliação e a elaboração de contratos, convênios e acordos inerentes à propriedade intelectual; o desenvolvimento de indicadores sobre propriedade intelectual, e o seu acompanhamento; a avaliação e valoração de tecnologias, com a finalidade de protegê-las e explorá-las economicamente (FURB, 2018, [s.p.]).

Finalmente, as competências da Gerência de Inovação estão ligadas a assuntos relacionados à inovação e à transferência de tecnologia, na universidade. Estão implicadas, portanto, atividades como: a promoção de parcerias com empresas para o desenvolvimento e

transferência de tecnologia; a difusão da cultura da inovação na instituição; a promoção de serviços e projetos, para o aproveitamento das competências internas e das oportunidades externas; a atuação nos processos de captação de recursos relacionados à inovação; a coordenação dos processos de avaliação e valoração de tecnologias, visando sua exploração econômica; a gestão de projetos e contratos relacionados à transferência de tecnologia; e o desenvolvimento de indicadores de transferência de tecnologia, e o seu acompanhamento (FURB, 2018, [s.p.]).

A rotina no escritório da AGIT, hoje localizado em uma sala do Centro de Inovação de Blumenau, envolve o atendimento à comunidade acadêmica e externa, para esclarecimento de dúvidas e o encaminhamento de demandas sobre propriedade intelectual e inovação, além da realização de trâmites internos. A FURB, por meio da AGIT, é uma das poucas instituições do Estado que não terceiriza o processo de solicitação dos títulos de propriedade intelectual, e ainda presta assessoria, nesta área, a empresas.

Cabe diretamente à Agência, por exemplo, a realização de buscas de anterioridade; o auxílio, aos pesquisadores, na redação das patentes; o depósito e a manutenção dos títulos no INPI. Na parte de inovação e transferência de tecnologia, por outro lado, a AGIT elabora e/ou faz a análise de contratos de transferência de tecnologia, de licenciamento, de convênios, de termos de cooperação técnica, de termos de confi-

dencialidade, entre outros. Realiza, também, a gestão dos *royalties* devidos à FURB (FURB, 2022a, [s.p.]; WIGGERS; ARRABAL, 2022, [s.p.]).

Com atuação comprometida com a difusão da cultura da propriedade intelectual e da inovação – como está assentado na sua missão (Figura 1) –, a AGIT promoveu e segue promovendo oficinas de capacitação para pesquisadores, alunos e comunidade externa. Entre as principais, citam-se: Busca de anterioridade em base de patentes como ferramenta para a elaboração de projetos de P,D&I; Meios jurídicos de proteção à propriedade intelectual no contexto da universidade; Estratégias de proteção de projetos inovadores; e Elaboração de planos de negócios inovadores (WIGGERS, 2021, [s.p.]). Evento de grande notoriedade, organizado pela AGIT, é a Feira de Inovação e Empreendedorismo de Blumenau.

A Feira de Inovação e Empreendedorismo, que acontece desde 2019, é um espaço de divulgação de soluções inovadoras – produtos, processos e modelos de negócios –, desenvolvidas por estudantes do ensino fundamental, médio e universitário, por técnicos e professores, com o objetivo de estimular o interesse por ciência, tecnologia e inovação, em Blumenau e região. Na primeira edição, mais de dez instituições de ensino participaram da Feira, com destaque para o envolvimento do público não-universitário. Em 2021, com as restrições impostas pela pandemia, a Feira de Inovação aconteceu no formato híbrido – presencial e *on-line* (WIGGERS; ARRABAL, 2022, [s.p.]).

Quadro 2. Missão e visão da AGIT

Missão: fortalecer as ações de inovação tecnológica de modo a promover a proteção do patrimônio intelectual da instituição; disseminar a cultura de propriedade intelectual na Universidade; e incentivar parcerias com o setor produtivo.

Visão: ser referência em inovação no Estado de Santa Catarina.

Fonte: elaboração das autoras (2022), com base em FURB (2022a, [s.p.]).

Por estar localizada no Centro de Inovação de Blumenau, a AGIT tem construído uma relação frutífera com os demais atores do ecossistema regional de inovação ali estabelecidos (ARRABAL *et al.*, 2021). Com as empresas, e, nesse caso, não apenas com aquelas sediadas no Centro de Inovação, mantém aberto um canal permanente de possíveis parcerias, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBITI/Empresas. O PIBITI, lançado em edital de fluxo contínuo, fomenta atividades de iniciação tecnológica para a resolução de demandas da empresa parceira. A universidade aloca horas de trabalho para o professor orientador e dispõe da infraestrutura, enquanto a empresa custeia a bolsa de pesquisa do estudante, numa reunião de esforços que beneficia todos os envolvidos (WIGGERS; ARRABAL, 2022, [s.p.]).

Na trajetória da AGIT, o apoio recebido da Fapesc, por meio do Edital n. 14/2019, está sendo fundamental para a consolidação e alavancagem das atividades. Além do provimento de bolsistas de graduação e mestrado, contratou-se, com apoio dos recursos provenientes do

Edital, serviço de consultoria, que tem permitido aprimorar a atuação na área de transferência de tecnologia. Resultado direto dessa medida é a construção da Vitrine Tecnológica, portfólio de tecnologias da FURB, disponível para acesso em ambiente virtual (WIGGERS; ARRABAL, 2022, [s.p.]).

Em 2019 e 2020, a AGIT consolidou as suas três primeiras transferências de tecnologia, e, em 2022, recebeu os primeiros valores referentes a *royalties*. No tocante à propriedade intelectual, o número de pedidos de depósito ativos no INPI saltou de um, em 2015, para 22, em 2020, demonstrando o sucesso das estratégias traçadas em 2016, quando a Agência foi reestruturada. Em abril de 2021, para coroar esses resultados, a AGIT conquistou o Prêmio Inovação Catarinense – Professor Caspar Erich Stemmer, conferido pela Fapesc, na categoria Institutos de Ciência e Tecnologia (ICT) Inovadora (WIGGERS, 2021, [s.p.]; WIGGERS; ARRABAL, 2022, [s.p.]).

Entre as principais parcerias firmadas entre a FURB e a iniciativa privada, e intermediadas pela AGIT, pode-se citar o Prêmio Orlando Zeno Pamplona de Inovação em Design de Iluminação, promovido pelo curso de graduação em Design e pela Blumenau Iluminação. Essa iniciativa selecionou projetos de luminárias, desenvolvidos pelos acadêmicos de Design, para a produção e comercialização, em todo território nacional, pela empresa parceira (BROCCO; ROSA; ARRABAL, 2021). A AGIT acompanhou o processo em sua integralidade: desde a elabora-

ção do edital do concurso, passando pela estruturação e protocolo do pedido de registro de desenho industrial no INPI, até a negociação dos royalties com a Blumenau Iluminação (FURB, 2022d, [s.p.]).

Por outro lado, e do ponto de vista da sua articulação com os NITs de outras ICTs do Estado, destaca-se a participação da AGIT no movimento pela criação da Rede Catarinense de NITs, a Rede NITSC. Na condição de participante do Edital n. 14/2019 da Fapesc, no escopo do qual as ações da Rede NIT são desenvolvidas, a AGIT tem podido compartilhar as suas experiências e boas práticas, assim como apreender as dos demais participantes.

No horizonte de atuação da AGIT, e considerando o nível de organização já alcançado na Coordenação de Propriedade Intelectual, com fluxos de trabalho definidos e em pleno funcionamento, o foco, agora, está no fortalecimento da área de inovação e transferência de tecnologia. A perspectiva é implementar o cargo de Gerente de Inovação e alavancar a visão empreendedora dos pesquisadores da instituição. Além disso, dar continuidade ao trabalho que, em um intervalo de tempo curto, permitiu à Agência colher importantes frutos.

Principais legislações em vigor

Resolução 71/2018 – Aprova a Política de Inovação, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia da FURB.

Onde encontrar

Endereço: Câmpus 2, Sala Centro de Inovação Blumenau-102, 1º andar, Rua São Paulo, 3250, Itoupava Seca, Blumenau, SC.

E-mail: agit@furb.br

Site: <https://www.furb.br/web/5465/inovacao-e-pesquisa/agencia-inovacao-tecnologica>

LinkedIn: <https://br.linkedin.com/in/agitfurb>

YouTube: <https://www.youtube.com/channel/UC7QwRe2og1Tn6t1tB-vqUENg>

Instagram: @agitfurb | <https://www.instagram.com/agitfurb/>

Referências

ARRABAL, Alejandro Knaesele *et al.* Agência de inovação tecnológica da FURB: um retrato do presente para uma visão de futuro. *In:* ARRABAL, Alejandro Knaesel; CARVALHO, Luciano Castro de; CARDOSO, Rodrigo dos Santos (org.). **Cultura da inovação e propriedade intelectual**. Curitiba: Bagai, 2021. p. 165-181. Disponível em: <https://editorabagai.com.br/product/cultura-da-inovacao-e-propriedade-intelectual/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

BROCCO, Raquel; ROSA, Valéria Ilsa; ARRABAL, Alejandro Knaesel. Percursos metodológicos para a inovação em projetos de luminárias: o case Design FURB e Blumenau Iluminação. *In*: ARRABAL, Alejandro Knaesel; CARVALHO, Luciano Castro de; CARDOSO, Rodrigo dos Santos (org.). **Cultura da inovação e propriedade intelectual**. Curitiba: Bagai, 2021. p. 111-126. Disponível em: <https://editorabagai.com.br/product/cultura-da-inovacao-e-propriedade-intelectual/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau. **Agência de Inovação Tecnológica**. 2022a. Disponível em: <https://www.furb.br/web/5465/inovacao-e-pesquisa/agencia-inovacao-tecnologica>. Acesso em: 21 mar. 2022.

FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau. **Arquivo de notícias**: Audiência de debate Política de Inovação, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia. 2012a. Disponível em: <https://www.furb.br/web/1704/noticias/arquivo/2012/08/audiencia-debate-politica-de-inovacao-propriedade-intelectual-e-transferencia-de-tecnologia/1116>. Acesso em: 17 mar. 2022.

FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau. **Arquivo de notícias**: FURB instala Comitê de Avaliação de Propriedade

Intelectual e Inovação. 23 abr. 2014. Disponível em: <https://www.furb.br/web/1704/noticias/arquivo/2014/04/furb-instala-comite-de-avaliacao-de-propriedade-intelectual-e-inovacao/3069>. Acesso em: 16 mar. 2022.

FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau. **Linha do tempo da FURB**. 2021. Disponível em: <https://bu.furb.br/CMU/expoVirtuais/linhaTemporal.php>. Acesso em: 23 mar. 2022.

FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau. **Missão, visão e valores**. 2022b. Disponível em: <https://www.furb.br/web/1488/institucional/a-furb/apresentacao/balao/1938>. Acesso em: 23 mar. 2022.

FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau. **Resolução n. 041/2012, 22 de outubro de 2012**. Institui a Política de Inovação, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia da FURB, e dá outras providências. Blumenau, 2012b.

FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau. **Resolução n. 071/2018, 4 de setembro de 2018**. Estabelece a Política de Inovação, de Propriedade Intelectual e de Transferência de Tecnologia da FURB, e dá outras providências. Blumenau, 2018.

FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau. **Sobre nós** [LinkedIn]. 2022c. Disponível em: <https://br.linkedin.com/school/furb/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

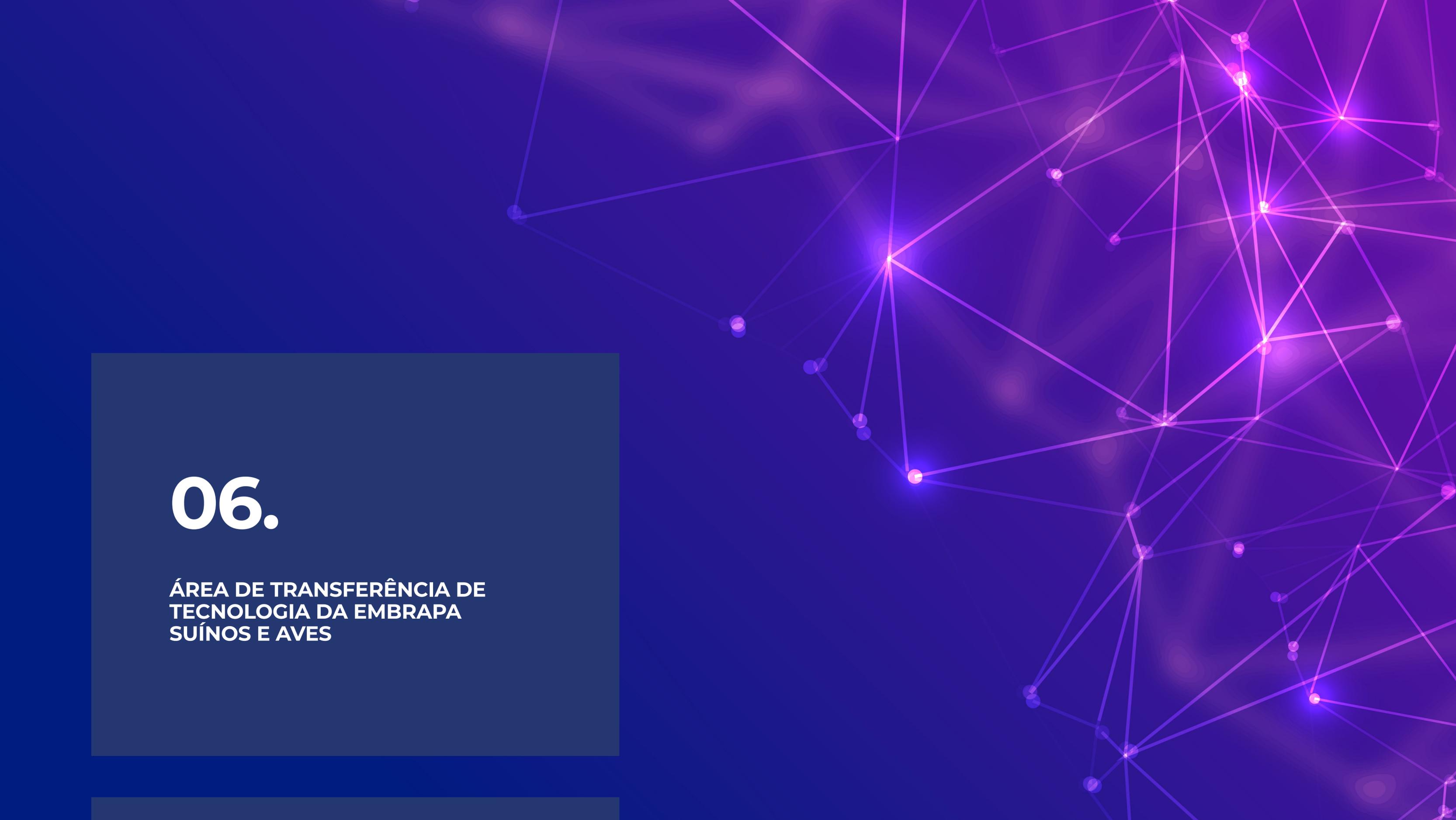
FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau. **Vitrine Tecnológica**. 2022d. Disponível em: <https://sites.google.com/view/agitfurb/tecnologias-licenciadas/lumin%C3%A1rias>. Acesso em: 22 mar. 2022.

INSTITUTO GENE. **Quem somos**. 2022. Disponível em: <https://www.institutogene.org.br/sobre/>. Acesso em: 17 mar. 2022.

SCHIMITT, Darlan Jevaer; SASSE, Liane Kirsten; COSTA, Viegas Fernandes da. **Breve histórico da Universidade Regional de Blumenau**. 2017. Disponível em: <https://bu.furb.br/CMU/expoVirtuais/outros/Breve%20Historico%20da%20FURB.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2022.

WIGGERS, Vinicyus Rodolfo. Apresentação AGIT-FURB. **Encontro dos NITs de Santa Catarina**, 2 jun. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r03cGzt0Qnk&t=27s>. Acesso em: 16 mar. 2022.

WIGGERS, Vinicyus Rodolfo; ARRABAL, Alejandro Knaesel. **Histórias e perspectivas da AGIT**. Entrevista concedida à Cristiani Fontanela e Tuana Paula Lavall. 2022.



06.

**ÁREA DE TRANSFERÊNCIA DE
TECNOLOGIA DA EMBRAPA
SUÍNOS E AVES**

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) tem suas origens na década de 1970. Para diminuir o déficit entre o crescimento da demanda e a oferta nacional de alimentos e fibras, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento idealizou uma estrutura de pesquisa e extensão agropecuária que renovasse as bases da agricultura praticada no país, a fim de modernizá-la tecnologicamente e torná-la mais produtiva e competitiva (EMBRAPA, 2022a, [s.p.]). Em 1972, a Lei n. 5.851 autorizou o Poder Executivo a instituir empresa pública para atender a finalidade destacada.

A efetiva criação da Embrapa aconteceu no ano seguinte, quando o Decreto n. 72.020 aprovou os estatutos da Empresa e determinou sua instalação. A nova empresa substituiu o Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária (DNPEA), responsável pela coordenação dos órgãos de pesquisa federais existentes, herdando, assim, 92 bases físicas: 9 sedes dos institutos regionais, 70 estações experimentais, 11 imóveis e 2 centros nacionais. A partir dessa estrutura inicial, a Embrapa passou a operar na condição de administradora de todo o sistema de pesquisa agropecuária, em nível federal (EMBRAPA, 2022a, [s.p.]).

O modelo institucional, adotado pela Embrapa, foi o do estabelecimento de centros de pesquisa nos Estados, com foco em produtos ou em regiões. A instalação dos primeiros centros por produtos aconteceu em 1974 – Trigo, em Passo Fundo, Rio Grande do Sul; Ar-

roz e Feijão, em Goiânia; Gado de Corte, em Campo Grande, e Seringueira, em Manaus (EMBRAPA, 2022a, [s.p.]). Em 1975, criou-se o Centro Nacional de Pesquisa em Suínos, localizado na cidade de Concórdia, Santa Catarina.

A criação da Embrapa Suínos coincidiu com o florescimento da cadeia suinícola na região do Alto Uruguai catarinense, fator que influenciou na escolha de Concórdia para sediar a Unidade. Após visita do Ministro da Agricultura à Concórdia, onde conheceu o trabalho de melhoramento genético e avaliação de suínos realizado, de forma independente, pelas granjas e empresas, o processo de instalação do Centro, na localidade, não demorou a iniciar (SOUZA, 2011, p. 24-26).

No período entre 1976 e 1978, foram estruturados, no Distrito de Tamanduá, campos experimentais, além de uma unidade de melhoramento genético e de um laboratório de pesquisa. Em 1978, diante da expansão da produção avícola no Brasil, a Embrapa decidiu investir na pesquisa científica na área. Pela similaridade das cadeias produtivas, o novo segmento de investigação foi integrado ao Centro Nacional de Pesquisa em Suínos, circunstância que originou a Embrapa Suínos e Aves (SOUZA, 2011, p. 25-26).

A partir dessa infraestrutura mínima e da chegada dos primeiros pesquisadores, a Unidade “[...] precisou se afirmar em um mundo em que quase tudo ainda estava por fazer, do ponto de vista da pesqui-

sa agropecuária." (SOUZA, 2011, p. 27). Logo nos primeiros anos de atividades, a Empresa apresentou resultados importantes, como a entrega de soluções para doenças, o melhoramento genético dos rebanhos, o aprimoramento de rações e a criação de equipamentos para o manejo dos animais.

Atualmente, a Unidade dispõe de uma área de 210 hectares, e conta com um complexo de laboratórios – Análises Físico-Químicas; Sanidade e Genética Animal; Laboratório de Biogás; Laboratório de Biotecnologia e Nanotecnologia –, Campos Experimentais, Unidades de Produção de Suínos, Aves e Biometano, Núcleo de Conservação Genética de Aves, Abatedouro, Central de Coleta de Sêmen, entre outras instalações. São 177 empregados, sendo 42 pesquisadores, 50 analistas, 29 técnicos e 56 assistentes, atuantes em especialidades como veterinária, zootecnia, biologia, agronomia, tecnologia ambiental, genética e biologia molecular, epidemiologia, sanidade e nutrição animal, agronegócios, entre outros (EMBRAPA, 2021a, [s.p.]).

As pesquisas desenvolvidas na Embrapa Suínos e Aves giram em torno de cinco núcleos temáticos: Produção de Aves; Produção de Suínos; Sanidade de Aves; Sanidade de Suínos; e Meio Ambiente. Em 2020, a equipe técnica da Unidade trabalhou em 61 projetos de pesquisa – 37 como líder e 24, enquanto participante em planos de ação e atividades de outras Unidades e instituições (MARTINS; SUREK, 2022, [s.p.]).

Nos últimos dois anos, a dinâmica de aprovação e gerenciamento de projetos na Embrapa sofreu alterações, e uma agenda focada em inovação foi consolidada. A nova forma de gerenciar os projetos “[...] têm permitido à Embrapa uma aproximação ainda maior e mais dinâmica com as cadeias produtivas, fortalecendo o seu compromisso com as soluções para a agropecuária.” (MARTINS; SUREK, 2022, [s.p.]).

As diretrizes para esse posicionamento inovador procedem da sede, em Brasília – especificamente da Secretaria de Inovação e Negócios (SIN) e da Secretaria de Pesquisa e Desenvolvimento (SPD). Na Unidade, os agentes responsáveis por implementar as mudanças integram, principalmente, os setores de Transferência de Tecnologia e de Pesquisa e Desenvolvimento. A próxima seção faz um retrospecto de como as competências relativas ao Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) têm sido exercidas na Embrapa, com ênfase no papel desempenhado pela Embrapa Suínos e Aves.

Conhecendo o NIT da Embrapa

As atividades de inovação, transferência de tecnologia e gestão da propriedade intelectual atravessam os fluxos de trabalho da Embrapa, desde a sua criação, de forma muito orgânica, considerando a natureza da empresa: uma ICT pública de pesquisa, desenvolvimento e inovação. No entanto, a articulação dessas ações acontece

a partir de um NIT único, a SIN, localizada na unidade central, em Brasília, e vinculada à Diretoria Executiva de Inovação e Tecnologia.

Antes do advento da Lei de Inovação, em 2004, a Embrapa já contava com duas importantes diretrizes internas sobre transferência de tecnologia e proteção do conhecimento produzido na instituição: a Política Institucional de Gestão de Propriedade Intelectual (Deliberação n. 22/96, de 02/07/96) e a Política de Negócios Tecnológicos (Deliberação n. 10/99, de 16/03/1999). Ao instituir esses regramentos ainda na década de 1990, colocou-se em posição de vanguarda, tentando “[...] compatibilizar sua missão pública com a necessária aproximação com o setor produtivo [...]”, eixo que viria a ser um dos norteadores da Lei de Inovação (SILVA; DIAS; FOLLE, 2007, p. 61).

Após a aprovação da Política de Propriedade Intelectual, em 1996, a Embrapa adotou medidas para arquitetar um ambiente institucional propício à sua implementação. Nessa perspectiva, a empresa criou, em 1997, o Departamento de Transferência e Comercialização de Tecnologias (DTC), e, em 1998, as denominadas Áreas de Negócios Tecnológicos, nas Unidades Descentralizadas, e a Secretaria de Propriedade Intelectual, vinculada ao Diretor-Presidente. Em 1999, o DTC transformou-se em Serviço de Negócios para Transferência de Tecnologia, passando por diversas alterações, nas décadas seguintes, tanto em termo de estrutura organizacional, quanto de nomenclatura (SILVA; DIAS; FOLLE, 2007, p. 61-62).

Atualmente, conforme se mencionou, as atividades voltadas para inovação e negócios na Embrapa são coordenadas pela Diretoria de Inovação e Tecnologia e articuladas pela SIN. A SIN

[...] é uma unidade organizacional do nível tático, corresponsável pela gestão do macroprocesso de inovação e responsável pelos processos de gestão de ativos, gestão de inovação e negócios, gestão de marketing, e gestão do escalonamento e exploração comercial de ativos. (EMBRAPA, 2022c, [s.p.]).

Atua, também, na coordenação da rede de inovação e negócios da Embrapa, que inclui Escritórios de Inovação e Negócios (EIN), nas Unidades Descentralizadas, apoiando a execução das atribuições da SIN (EMBRAPA, 2022c, [s.p.]).

A SIN é composta por coordenadorias e gerências, com atribuições específicas, sendo elas: Coordenadoria de Estruturação da Rede Interna de Inovação e Negócios; Coordenadoria de Inovação Digital; Coordenadoria de Planejamento e Controle Administrativo; Coordenadoria de Suporte Jurídico à Inovação e Negócios; Gerência de Acesso a Mercados; Gerência de Ativos; Gerência de Inovação; Gerência de Integração de Processos, Produtos e Mercados; e Gerência de Marketing. Na execução dessas funções, reúne, aproximadamente, 153 colaboradores (EMBRAPA, 2022c, [s.p.]).

Além da estrutura central, em cada Unidade Descentralizada existe uma equipe focada nos processos de inovação e negócios. Na

Embrapa Suínos e Aves, quem faz essa interface, desempenhando muitas das atribuições do NIT, é a Área de Transferência de Tecnologia. Dentro do organograma da Unidade, essa área ocupa a posição de Chefia Adjunta de Transferência de Tecnologia (CHTT), ao lado da Chefia Adjunta de Pesquisa e Desenvolvimento (CHPD) e da Chefia Adjunta de Administração (CAA). As três encontram-se vinculadas à Chefia Geral.

A Chefia de Transferência de Tecnologia concentra atividades de mediação com o ambiente externo, especificamente com o setor produtivo e outras organizações. Relaciona-se, fortemente, com a Chefia de Pesquisa e Desenvolvimento, no sentido de orientar os projetos de pesquisa para o modelo da inovação aberta e de ocupar-se de operações técnicas, que viabilizam ou decorrem das pesquisas realizadas, como a formalização de parcerias e a proteção e o licenciamento de ativos (MARTINS; SUREK, 2022, [s.p.]).

Desde o estabelecimento da Unidade, em 1975, as competências que são exercidas, hoje, pela Área de Transferência de Tecnologia, sempre foram desempenhadas por algum setor da instituição, embora com denominações distintas. No entanto, elas foram progressivamente aperfeiçoadas e orientadas para a consecução dos objetivos e das prioridades institucionais de cada época. A partir de 2010, por exemplo, observou-se maior ênfase na interação com o setor produtivo, com enfoque na realização de parcerias para proje-

tos de cocriação e codesenvolvimento, e na captação de recursos externos (MARTINS; SUREK, 2022, [s.p.]).

A atuação da Unidade é balizada pelos instrumentos normativos emanados da Sede, com destaque para a Política de Inovação, norma elaborada pela SIN e vigente desde 2018. A Política “[...] visa dar maior flexibilidade e agilidade tanto para a pesquisa quanto para a execução do processo de gestão da inovação [...]”, representando “[...] o posicionamento da Embrapa frente ao cenário futuro de inovação e permitindo à Empresa incorporar os avanços previstos no Marco Legal de CT&I.” (EMBRAPA, 2018, [s.p.]).

Nos termos do documento, a Embrapa se orienta, na área de inovação, de acordo com as seguintes diretrizes: a) promoção de uma gestão da inovação de excelência; b) estruturação e consolidação de ambientes promotores da inovação aberta; c) promoção da cultura, de práticas e de um ambiente interno voltados à inovação; d) ampliação da participação e do protagonismo da Embrapa no mercado de inovação; e) compartilhamento de riscos e benefícios da inovação; e f) promoção da diversificação e da ampliação dos mecanismos de financiamento da inovação (EMBRAPA, 2018, [s.p.]).

A partir da observância da Política de Inovação, a Unidade consegue alinhar as estratégias, as estruturas, os processos e as equipes de trabalho, para o fortalecimento das competências e das capacidades da

Embrapa. A Área de Transferência de Tecnologia, mais diretamente envolvida com esse mandato, tem as suas atribuições definidas no item 3.3 do Regimento Interno da Unidade, conforme o quadro abaixo.

Quadro 1. Atribuições da Área de Transferência de Tecnologia da Embrapa Suínos e Aves

- a) Coordenar o processo de elaboração e de revisão dos documentos alinhados à estratégia corporativa, bem como de planejamento e de atualização das suas estratégias;
- b) Analisar as demandas estratégicas relacionadas aos ambientes externo e interno da Unidade e estabelecer o planejamento da Unidade por meio da consolidação das agendas de pesquisa e desenvolvimento P&D, de Transferência de Tecnologia (TT) e de Desenvolvimento Institucional;
- c) Coordenar o acompanhamento e a avaliação das atividades técnicas e administrativas da Unidade;
- d) Promover o relacionamento e a integração da Unidade com outras unidades da Embrapa e com organizações públicas e privadas;
- e) Realizar reuniões permanentes com as Chefias Adjuntas da Unidade para compartilhar informações, orientar e alinhar a tomada de decisão sobre temas estratégicos;
- f) Implementar os atos necessários ao cumprimento dos objetivos e da missão da Unidade;
- g) Apoiar a Diretoria Executiva e as Unidades Centrais nos assuntos relacionados à Unidade.

Fonte: elaboração das autoras (2022), com reprodução do item 3.3 do Regimento Interno da Embrapa Suínos e Aves (EMBRAPA, 2020b, [s.p.]).

A Área de Transferência de Tecnologia comporta, atualmente, dois setores atuando fundamentalmente nas competências de NIT: o Setor de Prospeção e Avaliação Tecnológica (SPAT) e o Setor de Articulação e Implementação da Programação de Tecnologia (SIPT).

O SPAT, que conta com uma equipe formada por cinco colaboradores, atua, entre outras funções, na identificação dos problemas cujas soluções podem resultar em tecnologias; na análise *ex-ante* do impacto dos projetos de pesquisa liderados pela Unidade; na avaliação do impacto e do nível de adoção das tecnologias geradas; e na orientação acerca do processo de registro de propriedade intelectual das tecnologias geradas pela Unidade. Vale registrar que, na aferição do nível de maturidade tecnológica, a Embrapa utiliza a escala Technology Readiness Level (TRL), e na gestão e qualificação dos ativos, recorre ao sistema Gestec (EMBRAPA, 2020b, [s.p.]; MARTINS; SUREK, 2022, [s.p.]).

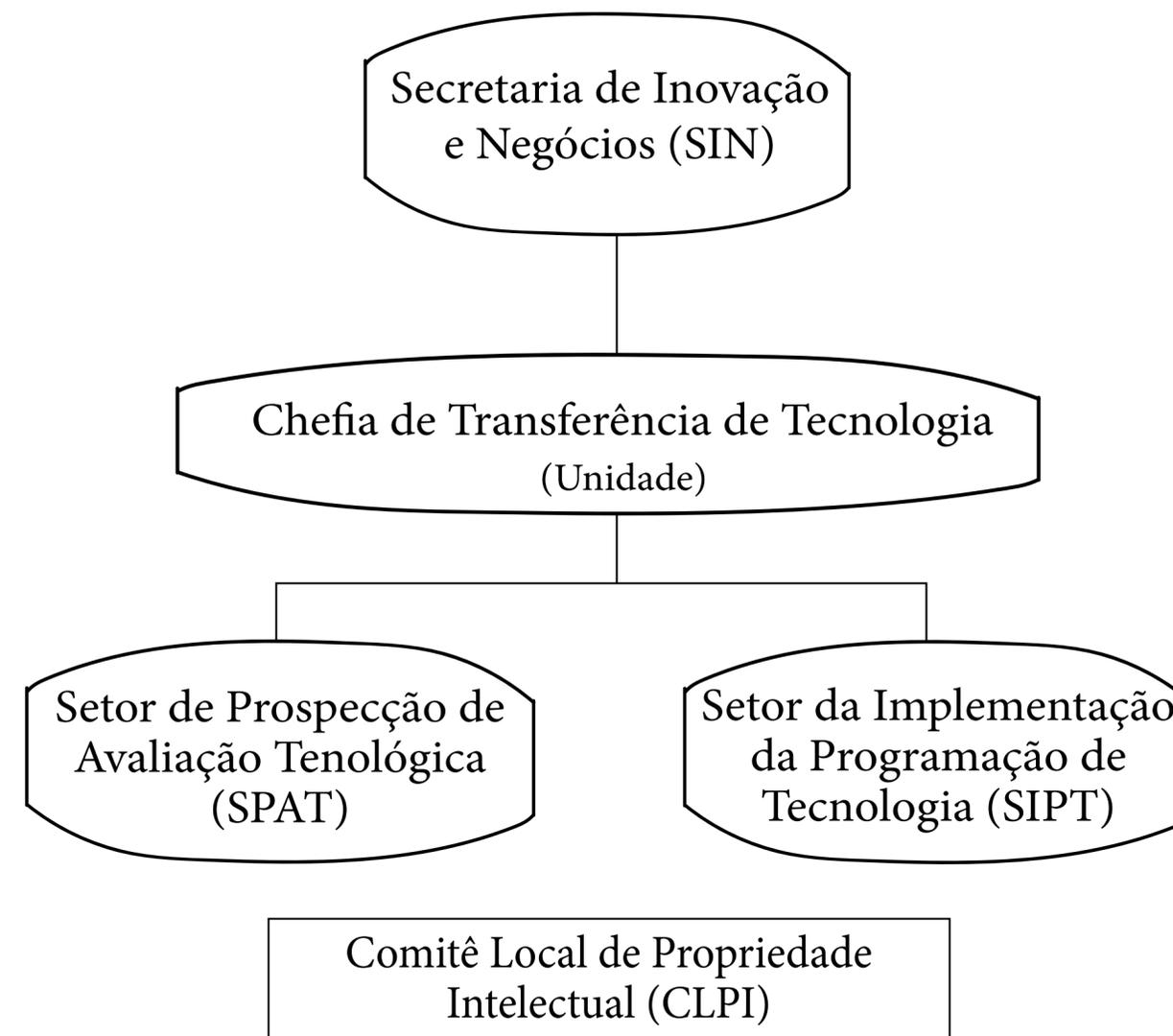
Por outro lado, a equipe do SIPT, composta por seis colaboradores, viabiliza os meios necessários ao processo de transferência tecnológica e à entrega dos produtos tecnológicos, objeto de acordos de parceria. Nessa perspectiva, interage com agentes externos para a concepção de projetos de transferência de tecnologia; elabora e coordena a execução de contratos de negócios; apoia a execução de eventos de transferência tecnológica patrocinados pelos agen-

tes parceiros; e organiza e divulga o portfólio de tecnologias da Unidade (EMBRAPA, 2020b, [s.p.]; MARTINS; SUREK, 2022, [s.p.]).

No organograma da instituição (ver Figura 1 adiante), ainda há espaço para o Comitê Local de Propriedade Intelectual (CLPI), conselho que delibera sobre a viabilidade dos potenciais pedidos de proteção. O Comitê Local é presidido pelo Chefe Adjunto de Transferência de Tecnologia, e reúne, ainda, secretários e membros ordinários (MARTINS; SUREK, 2022, [s.p.]).

Nos casos em que propriedade intelectual dos ativos desenvolvidos é exclusiva da Embrapa, o procedimento para o depósito envolve etapas realizadas tanto na Unidade quanto na SIN. Na Unidade, a área de Transferência de Tecnologia elabora o relatório de qualificação do ativo, que é avaliado pelo CLPI. Após a aprovação pelo CLPI, desenvolve-se um plano de *marketing* para o ativo e ele é encaminhado para a SIN, responsável pelo encaminhamento do registro e/ou depósito. Por conta da limitação dos recursos, a empresa é criteriosa e prioriza proteger, e manter os títulos, apenas das tecnologias rentáveis à instituição (EMBRAPA, 2022b, [s.p.]; MARTINS; SUREK, 2022, [s.p.]).

Figura 1. Organograma da Área de Transferência de Tecnologia da Embrapa Suínos e Aves, quanto às competências de NIT



Fonte: elaboração das autoras (2022), com base em EMBRAPA (2020b [s.p.]).

Atenta às transformações no ambiente produtivo e no ecossistema de inovação, a Embrapa tem passado por mudanças na estruturação

de processos. Por essa razão, a demanda por atualização e capacitação das equipes é constante. As oportunidades de formação derivam de projetos da SIN ou da própria Unidade. No âmbito da SIN, uma das iniciativas é o Diálogo para Inovação, atividade que reúne, mensalmente, os colaboradores da área de transferência de tecnologia de todas as Unidades, para alinhamento das ações e treinamento sobre matéria específica (EMBRAPA, 2021c, [s.p.]; MARTINS; SUREK, 2022, [s.p.]).

Na Unidade, além de capacitar a equipe imediatamente ligada à transferência de tecnologia, a Chefia preocupa-se em fazer chegar até os pesquisadores informações sobre inovação, transferência de tecnologia e propriedade intelectual. De modo mais pontual, membros das equipes do SPAT e do SIPT participam do programa de qualificação profissional da Embrapa, com a oportunidade de cursar MBA em Negócios ou em Gestão de Projetos (MARTINS; SUREK, 2022, [s.p.]).

Ao longo do ano, são realizadas oficinas, seminários estratégicos sobre diferentes temas de interesse para atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) nas cadeias produtivas de suínos e aves. Anualmente é realizada a Semana de Planejamento, período em que são discutidas as ações de PD&I para curto, médio e longo prazo, incluindo o apoio de todas as áreas – laboratórios, campos experimentais, setor financeiro, comitês e comissões – que

dão suporte às atividades de pesquisa e transferência de tecnologia (MARTINS; SUREK, 2022, [s.p.]).

O acultramento em inovação alcança, também, o público externo, por meio de eventos e cursos livres. Muitas dessas atividades são idealizadas e executadas com auxílio de parceiros, sejam eles representantes do setor produtivo – especialmente agroindústrias e suas entidades representativas –, sejam outros atores do ecossistema local de C,T&I – como os Centros de Inovação, a exemplo do Pollen Parque Chapecó (MARTINS; SUREK, 2022, [s.p.]).

Na trajetória recente de eventos promovidos pela Embrapa Suínos e Aves é marcante a estruturação do Programa Inova – Fuçar, Chocar e Inovar, em 2021. O Programa foi construído de modo a integrar duas experiências pregressas: os desafios de ideias InovaPork, de 2019, e InovaAvi, de 2020. O InovaPork teve, como proposta, promover a inovação de impacto na suinocultura, por meio da reunião de ideias inovadoras em qualquer estágio de maturidade, com potencial para se tornarem negócios e soluções à cadeia produtiva de suínos (EMBRAPA, 2019, [s.p.]). O InoAvi, por sua vez, despontou, no ano seguinte, com a mesma finalidade, mas direcionado à cadeia produtiva de aves (EMBRAPA, 2020a, [s.p.]).

O Programa Inova representa, nessa perspectiva, “[...] o amadurecimento dos desafios de ideias e fortalece um movimento de inovação na suinocultura e avicultura [...]”, tendo por objetivo “[...] fomen-

tar soluções em desenvolvimento que possam impactar as cadeias produtivas, além de alavancar oportunidades de parcerias entre atores dos setores envolvidos.” (EMBRAPA, 2021b, [s.p.]). Na primeira edição, realizada no segundo semestre de 2021, foram inscritas 32 propostas, das quais dez foram selecionadas para a final – cinco em cada eixo do Programa (InovaPork e InovaAvi).

A Fapesc atua como parceira da Embrapa Suínos e Aves na realização do Programa Inova. O fomento da Fundação foi fundamental para que o primeiro InovaPork acontecesse, em 2019, já que o projeto foi contemplado no Edital de Chamada Pública n. 01/2019 (Proeventos 2019/2020). Com os recursos do Edital de Chamada Pública n. 34/2021 (Proeventos 2021/2022), a Embrapa planeja promover a I Jornada de Carne Cultivada, em agosto de 2022 (MARTINS; SUREK, 2022, [s.p.]).

Além dos editais de auxílio a eventos, a Unidade participou do Edital de Chamada Pública n. 14/2019 – Programa de Apoio à Implantação e Consolidação de Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs). Entre os desdobramentos deste edital, está a participação da Embrapa Suínos e Aves no movimento para a criação e desenvolvimento da Rede Catarinense de NITs, a Rede NITSC, espaço para compartilhamento de experiências na gestão dos NITs e estreitamento do relacionamento entre as ICTs do Estado (MARTINS; SUREK, 2022, [s.p.]).

O trabalho desenvolvido na Unidade vem produzindo frutos, como atesta o portfólio de projetos da Unidade. Os resultados contemplam três categorias: Apoio à Inovação, Ativos Pré-Tecnológicos e Ativos Tecnológicos. Em 2020, no quesito Apoio à Inovação, a Unidade atuou em 14 ações e pesquisas, que apoiaram a formulação ou execução de políticas públicas. Entre elas, destaca-se o trabalho de pesquisa com cereais de inverno para alimentação animal. No mesmo ano, a equipe técnica da Unidade, por meio da organização e participação em reuniões técnicas e *workshops*, subsidiou, tecnicamente, a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca de Santa Catarina na elaboração do Programa de Incentivo ao Plantio de Grãos de Inverno (MARTINS; SUREK, 2022, [s.p.]).

Ainda no suporte à elaboração de políticas públicas, ações foram realizadas em projetos de sanidade animal, como os de modernização do sistema de inspeção sanitária de suínos e de aves. Outros resultados, no Apoio à Inovação, foram percebidos em processos e metodologias (17), estudos prospectivos (12), capacitação e atualização tecnológica de agentes multiplicadores (9), capacitação interna estratégica (2), arranjo institucional (1) e *software* (1) (MARTINS; SUREK, 2022, [s.p.]).

No domínio dos Ativos Pré-Tecnológicos, as entregas aconteceram, especialmente, com bancos de dados (22), coleções biológicas (16) e metodologias técnico-científicas (2). Enquanto em Ativos Tecnoló-

gicos, registram-se as entregas de cultivares (10), processos agropecuários (6), máquinas e/ou implementos (4) e produtos e/ou insumos agropecuários (01) (MARTINS; SUREK, 2022, [s.p.]).

Na última década, o reconhecimento das ações realizadas pela Embrapa Suínos e Aves tem se materializado em premiações, em nível regional e nacional. Entre as últimas honrarias conquistadas, destaca-se: a) vencedora da 7ª edição do Prêmio Stemmer de Inovação Catarinense 2017, na categoria instituição inovadora; b) vencedora do Prêmio Inovação em Pesquisa Avícola, concedido pela Associação Gaúcha de Avicultura (ASGAV) e pelo Sindicato da Indústria de Produtos Avícolas no Estado do RS (SIPARGS), pelo projeto Nanovo: Recobrimento nanoestruturado em ovos comerciais (2018); c) terceira colocada na Edição 2020 do Prêmio Stemmer de Inovação Catarinense, na categoria instituição de Ciência e Tecnologia Inovadora; e d) premiada, pelo Ministério do Meio Ambiente, na 8ª edição do Prêmio A3P 2020, pelo Projeto BiogásFORT® (MARTINS; SUREK, 2022, [s.p.]).

Em 2022, a Embrapa está passando pelo Projeto Transforma que visa aprimoramento do modelo de organização, operação e gestão da Empresa, pautado nos níveis de excelência operacional e de produtividade, com melhoria de qualidade e redução de gastos, o que vai possivelmente alterar o atual modelo de funcionamento do NIT.

Principais legislações

Norma n. 037.005.001.012 – Define a Política de Inovação da Embrapa.

Onde encontrar

Endereço: Rodovia BR-153, Km 110, Distrito de Tamanduá, Caixa Postal: 321, CEP 89715-899, Concórdia, SC.

E-mail: suinos-e-aves.imprensa@embrapa.br

Site: <https://www.embrapa.br/suinos-e-aves>

<https://www.embrapa.br/secretaria-de-inovacao-e-negocios-sin>

Referências

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Embrapa Suínos e Aves**. 2021a. (Encarte). Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/10180/45139359/Encarte+Embrapa+Su%C3%ADnos+e+Aves/b563c10e-440c-b17f-5f16-611a8803c9d4>. Acesso em: 27 maio 2022.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Documentos institucionais**: Política de Inovação. 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/politica-de-inovacao>. Acesso em: 20 maio 2022.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **InovaAvi**: chocando ideias. 2020a. Disponível em: <http://inovaavi.com.br/2020/>. Acesso em: 26 maio 2022.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **InovaPork**: fuçando ideias. 2019. Disponível em: <http://inovapork.com.br/2019/>. Acesso em: 26 maio 2022.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Memória Embrapa**: história da Embrapa. 2022a. Disponível em: <https://www.embrapa.br/memoria-embrapa/a-embrapa>. Acesso em: 27 maio 2022.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Processo de pedido de proteção de ativo**. 2022b. (Fluxograma).

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Programa Inova**: chocar, fuçar e inovar. 2021b. Disponível em: <https://www.embrapa.br/inova>. Acesso em: 26 maio 2022.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Regimento Interno da Embrapa Suínos e Aves**. 2020b. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/10180/56277335/Regimento-Interno-da-Embrapa-Suinos-e-Aves.pdf/c75ab51c-143a-3b98-c5b6-451c729d4048>. Acesso em: 20 maio 2022.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Secretaria de Inovação e Negócios**. 2022c. Disponível em: <https://www.embrapa.br/secretaria-de-inovacao-e-negocios-sin>. Acesso em: 19 maio 2022.

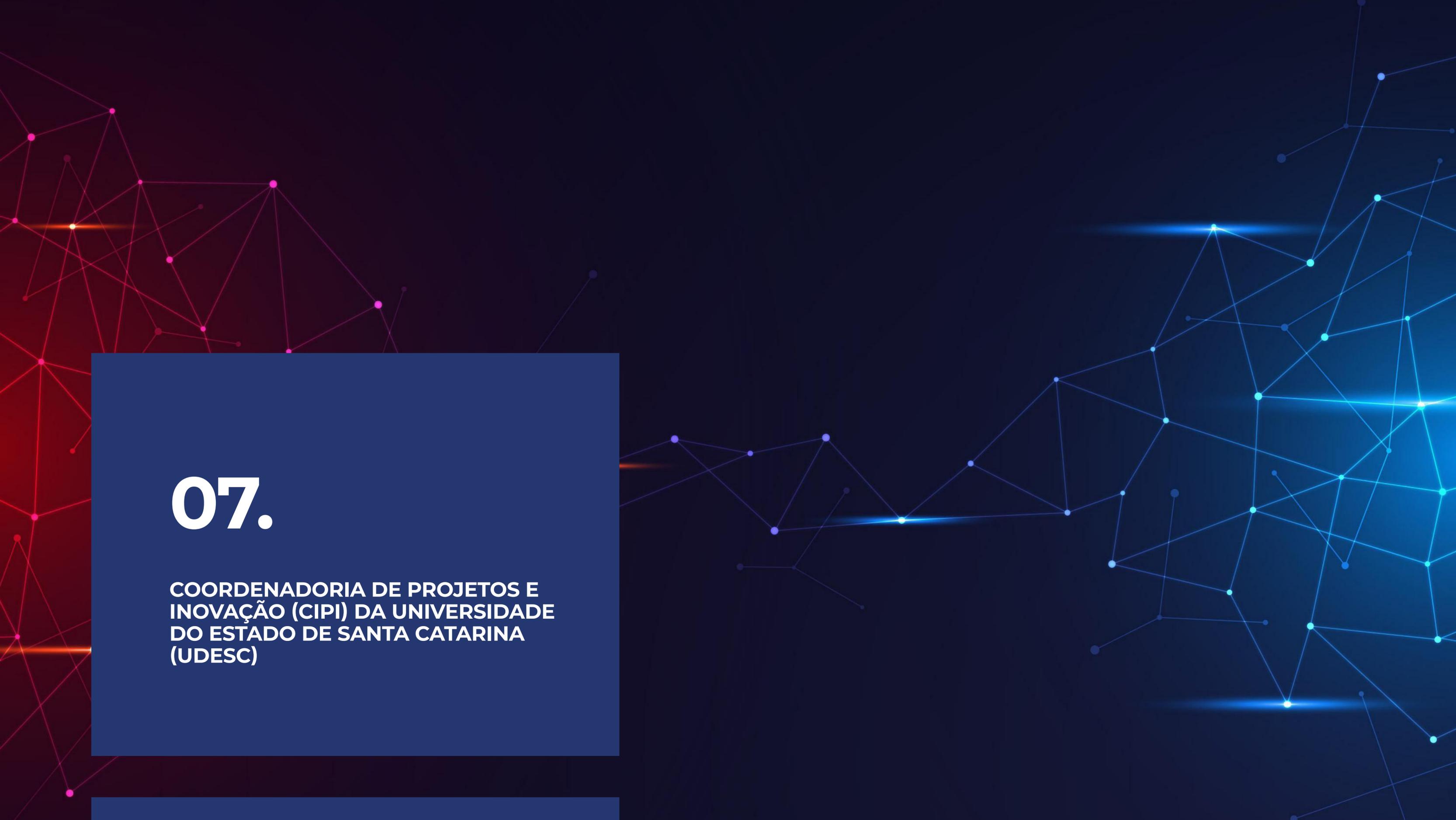
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **SIN apostou em diálogo com UDs para avanço da agenda de inovação em 2021**. 2021c. Brasília: Embrapa, 2021.

MARTINS, Franco Muller; SUREK, Diego. **Histórias e perspectivas da Área de Transferência de Tecnologia Embrapa Suínos e Aves**. Entrevista concedida à Cristiani Fontanela e Tuana Paula Lavall. 2022.

SILVA, Felix Andrade da; DIAS, José Manuel Cabral de Sousa; FOLLE, Sergio Mauro. A lei da Inovação e a Cultura Empreendedora: reflexões a partir do programa de incubação de empresas da Embrapa. **Locus Científico**, [s.l.], v. 1, n. 3, p. 58-65, 2007. Disponível em: <https://ainfo>.

cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/178195/1/ID-29017-1.pdf.
Acesso em: 18 maio 2022.

SOUZA, Jean Carlos Porto Vilas Boas. Sonho, desafio e tecnologia.
In: SOUZA, Jean Carlos Porto Vilas Boas *et al.* (ed.). **Sonho, desafio e tecnologia**: 35 anos de contribuições da Embrapa Suínos e Aves. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2011. p. 19-58.



07.

**COORDENADORIA DE PROJETOS E
INOVAÇÃO (CIPI) DA UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE SANTA CATARINA
(UDESC)**

A Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) foi criada em 1965, pelo Decreto Estadual n. 2802, como resultado da agregação de três faculdades catarinenses: a Faculdade de Educação (Faed) e a Escola Superior da Administração e Gerência (Esag) – sediadas em Florianópolis e fundadas, respectivamente, em 1963 e 1964 – e a Faculdade de Engenharia de Joinville (FEJ), constituída em 1956.

Na década de 1970, a instituição expandiu-se, com a implantação da Escola Superior de Medicina Veterinária, em Lages, da Escola Superior de Educação Física, em Florianópolis, e com a inauguração do campus universitário, em Joinville. Assim, a universidade, “[...] que nasceu com a vocação de desenvolver as regiões do Estado em diferentes setores, trouxe outra inovação no cenário universitário brasileiro a partir da criação de infraestruturas multicampi.” (SANTHIAS, 2015, p. 17).

Nos anos 1990, a Udesc é reconhecida como universidade, pelo MEC, e conquista autonomia didático-científica, administrativa e de gestão, por meio da criação da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, passando a ofertar ensino totalmente gratuito. Nas décadas seguintes, estrutura centros de ensino em outras regiões do Estado: em 2002, cria o Centro Educacional do Oeste (CEO); em 2006, os centros de São Bento do Sul (Ceplan), do Alto Vale do Itajaí (Ceavi), e de Laguna (Ceres); em 2010, o Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí (Cesfi), em Balneário Camboriú (UDESC, 2016, [s.p.]).

Atualmente, a universidade conta com 12 unidades, presentes em dez cidades, além de 27 polos de apoio presencial para o ensino a distância, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UDESC, 2016, [s.p.]). Com atuação pautada na indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a Udesc se consolida como uma instituição atenta ao perfil socioeconômico e cultural das regiões de sua inserção.

Em Florianópolis, onde se localiza o campus I, são ofertados cursos voltados à educação e à prestação de serviços. Em Joinville e São Bento do Sul, que correspondem ao campus II, os cursos atendem à demanda do setor industrial, predominando as áreas da engenharia e informática, além de licenciaturas. No campus III, em Lages, têm destaque as ciências agroveterinárias. Na região Oeste, o campus IV, nas cidades de Chapecó, Pinhalzinho e Palmitos, alinhado às expectativas da agroindústria, dispõe de cursos como Zootecnia, Engenharia de Alimentos e Engenharia Química. No Campus V, em Ibirama e Balneário Camboriú, predominam as áreas da engenharia e gestão; enquanto no Campus VI, em Laguna, são ofertados os cursos de Engenharia de Pesca, Ciências Biológicas e Arquitetura e Urbanismo (UDESC, 2022a, [s.p.]).

A comunidade estudantil da Udesc é formada por, aproximadamente, 15 mil alunos, distribuídos em 59 cursos de graduação e 51 mestrados e doutorados. Mais de 95% dos professores efetivos da instituição

têm titulação de mestres e/ou doutores. Na extensão, são realizadas, anualmente, 700 ações, com o objetivo de devolver à comunidade o conhecimento obtido no ensino e na pesquisa. Projetos, como o Hospital Veterinário e a Clínica Escola de Fisioterapia, beneficiam mais de 600 mil pessoas todos os anos (UDESC, 2022a, [s.p.]).

A produção científica da universidade organiza-se em torno de 220 grupos de pesquisa, certificados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento e Tecnológico (CNPq), com projetos alcançando oito grandes áreas: Ciências Agrárias; Biológicas; da Saúde; Exatas e da Terra; Humanas; Sociais Aplicadas; Engenharias; e Linguística, Letras e Artes (UDESC, 2022a, [s.p.]).

Na última década, a Udesc tem buscado inserir a inovação de forma transversal em suas atividades, contribuindo para o desenvolvimento de soluções com impacto no ambiente acadêmico e na comunidade em geral. As ações, nesse sentido, são conduzidas pela Coordenadoria de Projetos e Inovação (CIPI), setor que também desenvolve as funções de Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da Udesc. A seção seguinte apresenta a trajetória do NIT, na sua configuração junto à CIPI.

CIPI: conhecendo o NIT da Udesc

Na Udesc, a existência de uma estrutura administrativa, desempenhando funções nas áreas da propriedade intelectual e da inovação,

precede à constituição do NIT. Desde 1995, a universidade abriga uma unidade do Escritório de Direitos Autorais (EDA), da Biblioteca Nacional, com competência para encaminhar pedidos de registro de obras. Para dar apoio ao órgão, a Udesc instituiu, em 2007, a Coordenadoria de Propriedade Intelectual (COPI) (ROCZANSKI, 2022, [s.p.]).

A Coordenadoria nasce para dar suporte ao EDA, mas inicia, também, um trabalho de aculturação em inovação e propriedade intelectual na instituição. Nessa perspectiva, organiza ações de formação, como o Curso Básico de Inovação e Propriedade Intelectual, destinado a informar a comunidade acadêmica e externa sobre a Lei Catarinense de Inovação, e o Seminário de Pesquisa Científica e Inovação, que contou com a participação do então Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Álvaro Prata (UDESC, 2009, [s.p.]; ROCZANSKI, 2022, [s.p.]). As atividades da COPI, no entanto, eram ainda pontuais.

Entre maio de 2009 e dezembro de 2011, a participação da Udesc no Projeto de Implantação e Estruturação do Arranjo Catarinense de Núcleos de Inovação Tecnológica (PRONIT) oportuniza reflexão sobre a forma de gestão da inovação e da propriedade intelectual na universidade. As capacitações oferecidas no âmbito do projeto evidenciam a necessidade de implementar um setor para induzir a inovação de forma mais sistemática, assim como proteger e rentabilizar, com maior efetividade, os resultados das pesquisas desenvolvidas na Udesc. Naquele

momento, já se cogitava a elaboração de uma política de inovação e a institucionalização do NIT, mas esses planos não foram materializados de imediato (ROCZANSKI, 2022, [s.p.]).

Em 2013, com a alteração do Regimento Geral da universidade, a COPI incorpora o Setor de Projetos e Parcerias, antes vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. O novo regramento amplia o objetivo da Coordenadoria: “[...] antes focada na gestão da PI, passa, agora, a coordenar as atividades inerentes às parcerias com instituições públicas e privadas, inovação, transferência de tecnologia e de propriedade intelectual na Udesc [...]”, além de “[...] prospectar parcerias nos diversos segmentos no intuito de viabilizar projetos institucionais.” (CIPI, 2020, [s.p.]). Depois da reformulação, a estrutura recebe o nome de Coordenadoria de Projetos e Inovação (CIPI).

A CIPI nasce, e permanece até hoje, vinculada ao Gabinete do Reitor. Nos anos iniciais, a sua composição limitava-se à Coordenadora – a técnica-administradora Carla Regina Magagnin Roczanski –, e a um servidor, responsável pelo EDA. Nesse período, houve o esforço de visitar os Centros da Udesc, promovendo palestras, em algumas dessas oportunidades, com o objetivo de capilarizar a atuação da CIPI nos campi. Com o passar do tempo, e em razão da demanda, o Centro de Ciências Tecnológicas, de Joinville, alocou uma servidora, em regime de tempo parcial, para atuar nas atribuições da Coordenadoria (ROCZANSKI, 2022, [s.p.]).

Entre as primeiras realizações da CIPI, destaca-se a retomada do processo de construção da Política de Inovação da Udesc. A partir da minuta que vinha sendo elaborada pela COPI, no âmbito do PRONIT, chegou-se ao texto final, aprovado pelo Conselho Universitário em 16 de outubro de 2014, na forma da Resolução n. 090/2014. A Política, formalmente denominada Programa Institucional de Inovação e de Bolsas para Inovação, atribuiu ao NIT, por meio da CIPI, a gestão das atividades de inovação e de propriedade intelectual da universidade. Na prática, portanto, a CIPI passou a funcionar como NIT da Udesc, embora as suas atribuições ultrapassassem as de um NIT (UDESC, 2014, [s.p.]).

A primeira versão do Regimento Interno da CIPI data de 2015. O documento reafirmava a competência da CIPI para coordenar o NIT da Udesc (art. 5º, I), havendo identidade entre os servidores da CIPI e do NIT, com a possibilidade de alocação de pessoal a critério da Reitoria, inclusive de servidores dos Centros onde houvesse o desenvolvimento de pesquisa e inovação. Quanto à estrutura, a legislação definiu o Setor de Projetos e Parcerias (SEPROJ) como o órgão central da CIPI, auxiliado pela Comissão Técnica de Inovação e Propriedade Intelectual (CTIPI), colegiado responsável por assistir a implementação das políticas de inovação e propriedade intelectual da universidade (UDESC, 2015, [s.p.]).

Em 2016, a mudança de gestão veio acompanhada de alterações na composição da Coordenadoria. O SEPROJ foi extinguido e houve a incorporação do Setor de Controladoria de Convênios de Recursos Externos (SECORE), vinculado, originariamente, à Pró-Reitoria de Planejamento. A inclusão do SECORE trouxe para a CIPI a gestão orçamentária dos recursos externos captados pela Udesc, formato organizacional que permanece vigente, tendo sido institucionalizado pela Resolução n. 16/2017, que deu nova redação ao Regimento Interno da Coordenadoria (CIPI, 2020, [s.p.]).

As competências da CIPI são fixadas pelo art. 5º do Regimento Interno, e encontram-se reproduzidas no Quadro 1, abaixo.

Quadro 1. Competências da CIPI de acordo com seu Regimento Interno

- a) Coordenar o NIT e promover e estimular a política de propriedade intelectual;
- b) Apoiar o desenvolvimento e a transferência de tecnologia, e incentivar a inovação;
- c) Disseminar e executar as políticas e normas de propriedade intelectual, inovação e empreendedorismo da Udesc, aprovadas pelos órgãos superiores;
- d) Incentivar a criação e consolidação de empresas emergentes com base no conhecimento científico inovador;
- e) Estimular ação conjunta da Udesc com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, para a formação de recursos humanos em gestão da propriedade intelectual, inovação e empreendedorismo;

- f) Padronizar instrumentos de contratação, termos de confidencialidade e documentos necessários para estabelecer as parcerias e transferir tecnologias;
- g) Apoiar e estimular empresas de base tecnológica, por meio da atividade de pré incubação e incubação de empresas;
- h) Manter intercâmbio com entidades de fomento;
- i) Propor a política de implementação, coordenação, condução e sistematização da inovação e propriedade intelectual da Udesc;
- j) Apoiar, estimular e promover o registro de propriedade intelectual na Udesc;
- k) Representar a Udesc, interna e externamente, nos assuntos referentes à inovação e propriedade intelectual;
- l) Operacionalizar a solicitação de inventor independente para adoção de invenção;
- m) Assessorar a elaboração de projetos de captação de recursos;
- n) Programar, coordenar, executar e controlar as atividades relativas à captação de recursos externos;
- o) Providenciar documentação necessária para o financiamento dos projetos aprovados em editais de chamadas públicas;
- p) Providenciar o cadastramento junto às entidades para o financiamento de projetos de pesquisa e de desenvolvimento da Universidade;
- q) Assessorar os grupos de pesquisa/pesquisadores e docentes extensionistas na submissão de projetos aos diversos órgãos de fomento;
- r) Pesquisar e divulgar editais de chamada pública para financiamento da pesquisa, extensão, ensino e pós-graduação de natureza institucional;
- s) Monitorar e acompanhar junto às agências de fomento os programas de apoio em fluxo contínuo e por editais;
- t) Divulgar os serviços prestados pelos laboratórios da Udesc;
- u) Elaborar anualmente o Plano de Emendas Parlamentares a serem solicitadas ao Legislativo Federal.

Fonte: elaboração das autoras (2022), com reprodução parcial do art. 5º, do Regimento Interno da CIPI (UDESC, 2017, [s.p.]).

Ao lado da SECORE, o Comitê Técnico de Inovação e Propriedade Intelectual (COMIPI), órgão consultivo criado em substituição à CTIPI, também compõe a CIPI. O COMIPI é constituído pela Coordenadora de Projetos e Inovação, na condição de Presidente; pela Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação; pelo Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Comunidade; pelos Diretores de Pesquisa dos Centros da Udesc; e por representantes do NIT nos Centros da Udesc. Entre as atribuições do Comitê, destaca-se o acompanhamento do processamento dos pedidos e da manutenção dos títulos de propriedade intelectual da Udesc, dos procedimentos de licenciamento e transferência das criações, e da prospecção de oportunidades de parceria (UDESC, 2017, [s.p.]).

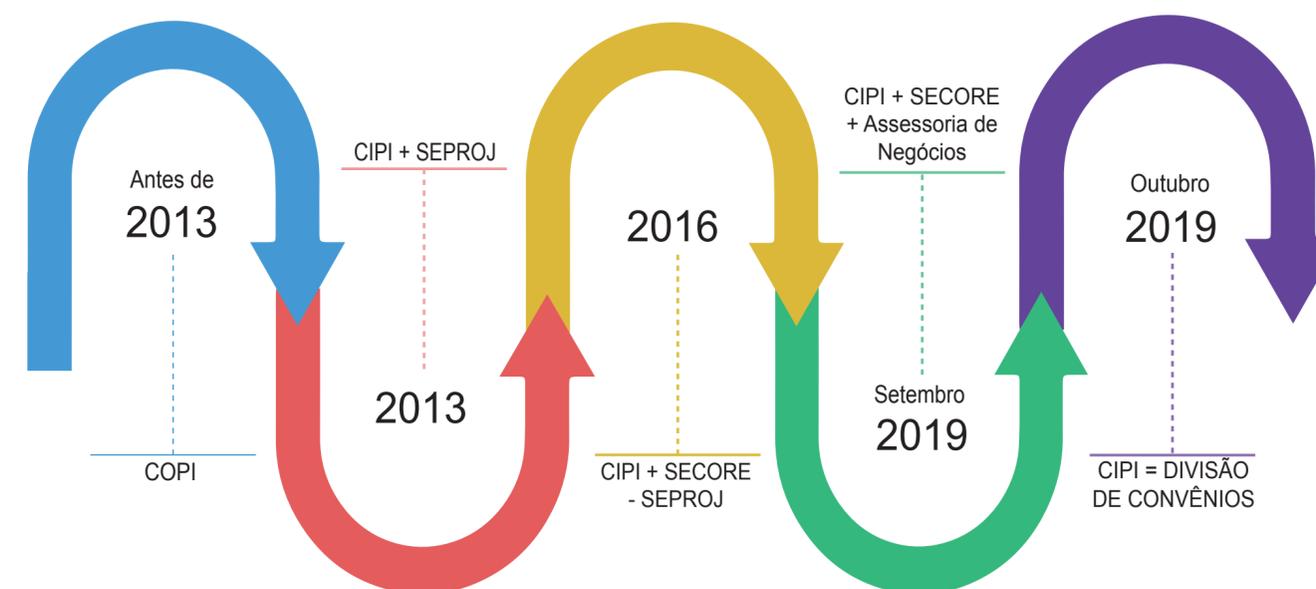
Diante da natureza multicampi da universidade, a CIPI tem se posicionado por meio da definição de pessoas para atuarem nos Centros, em representação ao NIT. Os representantes NIT são “[...] os braços do NIT nos doze Centros: eles ajudam a divulgar as ações, levam e trazem as demandas.” (ROCZANSKI, 2022, [s.p.]). Para que eles tenham condições de entender as necessidades locais e responder ao público demandante, a CIPI investe fortemente em capacitação.

Desde 2019, além do SECORE e do COMIPI, a CIPI agregou um setor voltado para a gestão dos convênios celebrados pela universidade. A Coordenadoria acompanha e monitora os acordos dessa natureza em todas as suas fases: auxilia os pesquisadores a elaborarem o Plano de Trabalho; dá parecer sobre o teor das minutas; tramita a documen-

tação nas instâncias superiores da universidade; recebe os recursos e acompanha seu uso; e, finalmente, faz a prestação de contas (CIPI, 2020, [s.p.]; ROCZANSKI, 2022, [s.p.]).

Com a intenção de fortalecer a interação com o ecossistema de inovação catarinense, foi criada, também em 2019, uma repartição de assessoria de negócios, para atuar na articulação dos pesquisadores com o setor produtivo. Em 2020, o organograma da universidade passou por modificações, e a função de confiança encarregada dessa competência foi realocada em outra coordenadoria. Informalmente, contudo, a CIPI continuou intermediando o relacionamento universidade–empresa, na medida de suas possibilidades estruturais (CIPI, 2020, [s.p.]).

Figura 1. Linha do tempo da CIPI

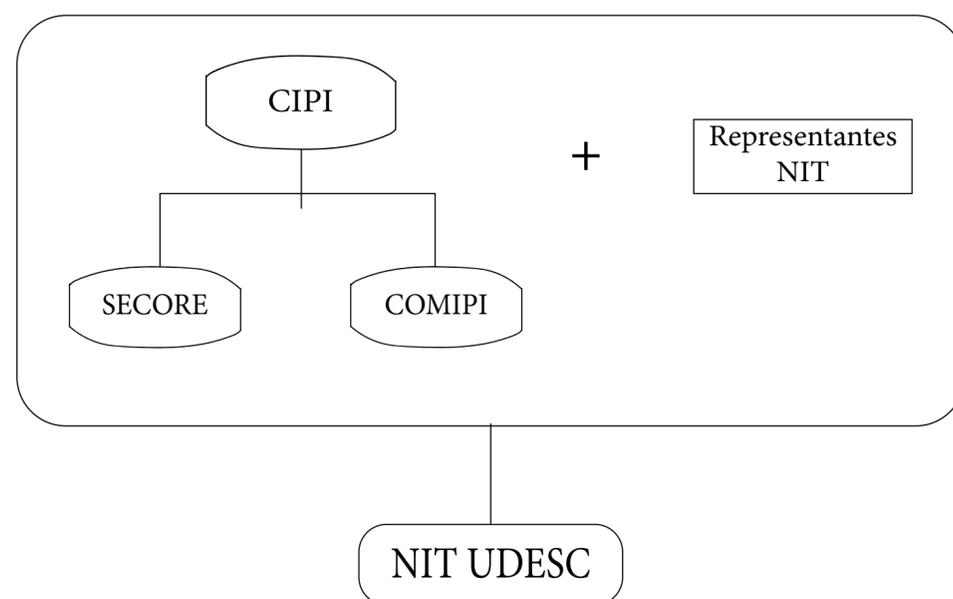


Fonte: CIPI (2020, [s.p.]).

Na Udesc, portanto, o “[...] NIT foi desenhado com uma estrutura semelhante à uma comissão, englobando toda a CIPI [...]” (CIPI, 2020, [s.p.]), conforme se observa na Figura 2. Embora as atribuições do setor tenham sido pensadas e definidas no Regimento Interno dentro do que se espera de um NIT, ao longo do tempo outras atividades, importantes para a universidade, mas sem conexão direta com o objetivo do setor, foram delegadas à Coordenadoria.

Atualmente, as ações de inovação, transferência tecnológica, proteção à propriedade intelectual e empreendedorismo concorrem com atividades operacionais, como as de execução orçamentária e tramitação de convênios e contratos institucionais (CIPI, 2020, [s.p.]).

Figura 2. Organograma do NIT Udesc



Fonte: adaptação das autoras (2022), a partir de CIPI (2020, [s.p.]).

Entre as funções que a CIPI desempenha, mais diretamente voltadas à área de propriedade intelectual e inovação, estão a organização do Edital do Inventor e da Bolsa de Estímulo à Invenção. O Edital do Inventor é lançado anualmente com o objetivo de regulamentar a tramitação, na CIPI, dos projetos com potencial para resultarem em títulos de propriedade intelectual para a universidade. Professores, alunos e demais servidores da Udesc, interessados em proteger suas invenções, mediante depósito de patentes, podem participar do Edital. Se a proposta for selecionada, inicia-se o procedimento de registro, com as buscas de anterioridade, a avaliação pelo COMIPI, a elaboração dos pedidos de patente das invenções e o respectivo depósito. Esses processos são realizados por uma empresa especializada na área, contratada com recursos da Udesc (ROCZANSKI, 2022, [s.p.]).

A Bolsa de Estímulo à Inovação, por outro lado, é medida instituída pela Política de Inovação da Universidade, com a finalidade de apoiar “[...] os membros da comunidade universitária envolvidos com atividades de inovação, em cooperação técnico-financeira com agência(s) de fomento(s) e/ou entidade(s) produtiva(s) externa(s), públicas ou privadas.” (UDESC, 2014, [s.p.]). Em outras palavras: o pesquisador desenvolve projeto de caráter inovador, mediante recebimento de bolsa por parte de órgão de fomento ou de empresa que se beneficiará diretamente dos resultados. A primeira bolsa dessa modalidade foi implementada em 2020 (ROCZANSKI, 2022, [s.p.]).

A Vitrine Tecnológica da Udesc, disponível na página virtual da instituição, indica a existência de 19 pedidos de patente e modelos de utilidade, 3 registros de marcas, 3 registros de cultivares e 5 registros de *software*. São casos de sucesso, por exemplo, o das cultivares de morango Pircinque e Jonica, melhoradas no Centro de Ciências Agro-veterinárias (CAV), de Lages, a partir de morangueiros originários da Itália. Além de intermediar o registro dessas cultivares, a CIPI é responsável por fazer a gestão dos *royalties* (UDESC, 2022c, [s.p.]).

Além dessas rotinas específicas, a CIPI envida esforços para construir uma cultura de inovação que ultrapasse os muros da universidade. Nesse sentido, promove capacitações e eventos que atingem o público interno e externo, e integra espaços de discussão coletiva sobre a temática.

A Coordenadora de Projetos e Inovação, representando o NIT, tem assento no Comitê Municipal de Inovação de Florianópolis e na Câmara de Inovação da Acafe, e participa do movimento para a estruturação da Rede Catarinense de NITs – no qual, vale destacar, a Udesc exerceu a coordenação da primeira governança (2019-2020) – e do Pacto pela Inovação de Santa Catarina. A articulação com o setor produtivo, em paralelo, acontece pela proximidade com órgãos representativos e associações comerciais, como, por exemplo, a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) (ROCZANSKI, 2022, [s.p.]).

A Fapesc também tem papel importante no fortalecimento do NIT da Udesc. Primeiro, pelo financiamento concedido às pesquisas das mais diferentes áreas, que, por sua vez, funcionam como insumo para a inovação. Segundo, pelo lançamento de editais de apoio aos NITs, no que se destaca o Edital n. 14/2019, do qual a Udesc participou. Os recursos desta chamada pública auxiliaram no aperfeiçoamento das atividades e suscitaram a formação de um grupo de trabalho para apresentar à Reitoria proposta de reestruturação do NIT, com a sua efetiva institucionalização no âmbito da CIPI (ROCZANSKI, 2022, [s.p.]).

A reivindicação da CIPI ainda não foi acolhida, mas a regulamentação do NIT, por meio de instrumento próprio, segue sendo um dos objetivos a serem alcançados, agora na esfera do denominado Projeto Fortalece NIT Udesc. A expectativa é que possam ser definidas regras detalhadas sobre os limites e as possibilidades do NIT no relacionamento com o setor privado, favorecendo o estabelecimento de parcerias e reforçando a atuação na área da transferência de tecnologia (UDESC, 2022b, [s.p.]).

O Projeto pretende, também, institucionalizar e criar a rede interna do NIT Udesc, formada pelos representantes de cada Centro; definir ações para atender as necessidades institucionais e dos Centros no estímulo à inovação e ao empreendedorismo; e mapear e documentar os principais processos do NIT (UDESC, 2022b, [s.p.]).

Além disso, outro desafio a ser enfrentado pelo setor é o da limitação da equipe, formada, atualmente, pela Coordenadora, uma servidora, e dois bolsistas, que não auxiliam exclusivamente nas atividades do NIT. Ampliar o quadro pessoal, assim como prosseguir investindo fortemente em capacitação, são medidas fundamentais para que o NIT da Udesc continue sua trajetória ascendente e para que a inovação atravesse, cada vez mais, todas as áreas da universidade.

Principais legislações em vigor

Resolução n. 090/2014 – Cria e normatiza o Programa Institucional de Inovação e o Programa de Bolsas para Inovação da Udesc.

Resolução n. 16/2017 – Dá nova redação à Resolução n. 089/2015, que aprova o Regimento Interno da CIPI.

Onde encontrar

Endereço: Av. Madre Benvenuta, 2007, Itacorubi, Florianópolis, SC, CEP: 88.035-901.

E-mail: cipi.reitoria@udesc.br

Site: <https://www.udesc.br/inovacao>

Instagram: <https://www.instagram.com/cipi.udesc/>

Referências

CIPI – Coordenadoria de Projetos e Inovação da UDESC. **Institucionalização do NIT Udesc**. Florianópolis, 2020.

ROCZANSKI, Carla Regina Magagnin. **Histórias e perspectivas do NIT da Udesc**. Entrevista concedida à Cristiani Fontanela e Tuana Paula Lavall. 2022.

SANTHIAS, Paulo Roberto. Udesc escreve a história de Santa Catarina e do Brasil. *In*: UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina. **Udesc 50 anos**: a história da universidade dos catarinenses. Florianópolis: Diretoria da Imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina, 2015.

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina. **Apresentação**. 2022a. Disponível em: <https://www.udesc.br/sobre>. Acesso em: 17 maio 2022.

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina. **Histórico**. 2016. Disponível em: <https://www.udesc.br/sobre/historico>. Acesso em: 17 maio 2022.

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina. **Notícia:** Curso Básico de Inovação e Propriedade Intelectual, organizado pela Udesc, tem 80 participantes. 2009. Disponível em: https://www.udesc.br/noticia/curso_b%C3%A1sico_de_inova%C3%A7%C3%A3o_e_propriedade_intelectual__organizado_pela_udesc__tem_80_participantes. Acesso em: 10 maio 2022.

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina. **Projeto Fortalece NIT Udesc.** 2022b. Disponível em: <https://www.udesc.br/inovacao/projetofortalecenitudesc>. Acesso em: 15 maio 2022.

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina. **Resolução n. 089/2015/CONSUNI, 09 de dezembro de 2015.** Aprova o Regimento Interno da Coordenadoria de Projetos e Inovação - CIPI, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc. Florianópolis, 2015.

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina. **Resolução n. 090/2014/CONSUNI, 16 de outubro de 2014.** Cria e normatiza o Programa Institucional de Inovação e o Programa de Bolsas para Inovação da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc. Florianópolis, 2014.

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina. **Resolução n. 016/2017/CONSUNI.** Dá nova redação à Resolução n. 086/2015/CONSUNI. Florianópolis, 2017.

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina. **Vitrine Tecnológica.** 2022c. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJljoINjgzOGY3NjltZDliMSooOTkoLWJiZGUtYjllODUyMjlkNGNhli-widCI6ImE1YjZlNGE4LWw1OGUtNGU4YS05N2E5LWE3ZjU2N-DE1YTEXZCJg&pageName=ReportSection2ec957e3c3ae61b3fafd>. Acesso em: 14 maio 2022.

08.

**NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
(NIT) DA EMPRESA DE PESQUISA
AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO
RURAL DE SANTA CATARINA
(EPAGRI)**

A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) é uma empresa pública, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, que atua fundamentalmente na área de educação profissional e tecnológica, pesquisa, assistência técnica e extensão rural e pesqueira.

No início dos anos 1990, a administração pública de Santa Catarina passou por um processo de reorganização. A reforma administrativa alcançou os Sistemas Estaduais de Pesquisa Agrícola e de Extensão Rural, havendo a fusão da Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (EMPASC), da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina (EMATER-SC), da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC) e de mais duas entidades que atuavam em eixos específicos – a Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina (ACARPESC) e o Instituto de Apicultura do Estado de Santa Catarina (IASC). Dessa união, nasceu a Epagri, instituída por meio do Decreto n. 1.080/91, na forma de sociedade de economia mista (EPAGRI, 2022d, [s.p.]).

Em seu primeiro planejamento estratégico, a Epagri elegeu como prioridades a execução de dois projetos de reestruturação institucional: um voltado para o desenvolvimento rural sustentável e outro para a modernização organizacional. Em 2005, incorporou o Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (Institu-

to Cepa/SC) e teve sua natureza jurídica alterada para a de empresa pública (EPAGRI, 2022d, [s.p.]).

Atualmente, a Epagri organiza a sua atuação em torno de três grandes objetivos: a) promover a preservação, recuperação, conservação e utilização sustentável dos recursos naturais; b) buscar a competitividade da agricultura catarinense frente a mercados globalizados, adequando os produtos às exigências dos consumidores; e c) promover a melhoria da qualidade de vida do meio rural e pesqueiro (EPAGRI, 2022d, [s.p.]). As ações de extensão, pesquisa e desenvolvimento da Empresa estão distribuídas em nove programas, que operacionalizam esses objetivos. São eles: Aquicultura e Pesca; Fruticultura; Gestão e Mercados; Grãos; Olericultura; Pecuária; Gestão e Desenvolvimento Institucional; Capital Humano e Social; e Desenvolvimento e Sustentabilidade Ambiental (EPAGRI, 2022c, [s.p.]).

Sediada em Florianópolis, a Epagri conta com Unidades de Extensão – Gerências Regionais, Escritórios Municipais e Centros de Treinamento – e Unidades de Pesquisa – Centros Especializados, Estações Experimentais e Campos Experimentais – espalhadas por todo o Estado (EPAGRI, 2022g, [s.p.]). Emprega, aproximadamente, 1657 pessoas, sendo que pelo menos 14% dos funcionários têm mestrado e/ou doutorado, e 22,5% concluíram o ensino superior (EPAGRI, 2022d, [s.p.]).

Em 2020, o Balanço Social demonstrou que, naquele ano, para cada real aplicado na Epagri, obteve-se retorno social de R\$ 6,92 para os

catarinenses (EPAGRI, 2021b, p. 8-9). As oportunidades e melhorias experimentadas pelos agricultores e piscicultores, com reflexos na sociedade em geral, indicam a preocupação da Epagri com a construção de um ambiente promotor de inovações. Nesse cenário, é notável o papel desempenhado pelo Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), setor cujos principais aspectos da história serão resgatados na seção adiante.

Conhecendo o NIT da Epagri

A natureza da Epagri – empresa pública de pesquisa e de extensão – torna de primeira ordem a proteção dos ativos intangíveis ali produzidos. A Epagri atua diretamente no desenvolvimento de tecnologias para as atividades rural e pesqueira, com destaque na criação de novas cultivares, circunstância que a coloca em estreita ligação com o sistema de proteção à propriedade intelectual que se ergue desde o Ministério da Agricultura e à luz da Lei 9.456/1997. Não por acaso, as competências de um NIT, relacionadas à propriedade intelectual, sempre fizeram parte das atividades operacionais da Empresa, ainda que, inicialmente, de forma fragmentada.

Na década de 1990, na ausência de um departamento próprio para realização do registro de cultivares e do pedido de proteção, competia a Mário Angelo Vidor, então Coordenador do Programa de Sementes

e Mudas, o exercício dessas funções. Com expertise para trabalhar na interlocução com o Ministério da Agricultura, Mário realizava os trâmites referentes às espécies frutíferas, florestais, de grãos e pastagens. O advento da Lei de Inovação, em 2004, com a previsão do NIT, fez despertar o interesse pela temática da inovação, e começaram a ser ventiladas estratégias para aproximar esta agenda daquela da propriedade intelectual, dentro da Epagri (VIDOR; NEUBERT, 2022, [s.p.]).

Esse movimento ganhou impulso e produziu seus primeiros frutos a partir de 2008, com a participação da Epagri no projeto de Implantação e Estruturação do Arranjo Catarinense de Núcleos de Inovação Tecnológica, o PRONIT. No âmbito do PRONIT, representantes da Empresa participaram de treinamentos e elaboraram as diretrizes para a política de propriedade intelectual e para o regimento do NIT, cuja implementação começou a ser planejada.

Em 2009, a Epagri aprovou, por meio da Deliberação da Diretoria Executiva (DEX) n. 06/2009, a Política Institucional de Gestão de Propriedade Intelectual, e instituiu, no anexo 2 da mesma normativa, o NIT, para coordenar, aplicar e avaliar a Política (EPAGRI, 2009, [s.p.]).

Com a Política Institucional de Gestão de Propriedade Intelectual – atualizada no ano seguinte (Deliberação DEX n. 09/2010) –, a Epagri pretendeu desenhar um caminho de equilíbrio entre a sua missão social e a busca por resultados financeiros, reversíveis para o sistema público. Foram definidas as orientações gerais para a gestão das di-

versas formas de propriedade intelectual da Empresa, assim como os mecanismos operacionais para o uso das prerrogativas existentes nas legislações sobre a temática. A Política também incentivou fortemente a cooperação entre a Epagri e outras instituições, incluindo a possibilidade de destacamento de técnicos, para atuarem junto às parceiras, no fomento à inovação (EPAGRI, 2009, [s.p.]; EPAGRI, 2010b, [s.p.]).

Por outro lado, em complemento ao documento que instituiu o NIT, a Epagri elaborou, no ano de 2010, o Regimento Interno do setor, consolidado na Deliberação DEX n. 5/2010. Em seu art. 1º, o instrumento conferiu ao NIT a natureza de assessoria consultiva da Diretoria Executiva, com a finalidade de gerenciar a política de incentivo à pesquisa científica e à inovação tecnológica e de viabilizar estratégias e ações relacionadas à propriedade intelectual nos âmbitos interno e externo da Epagri (EPAGRI, 2010a, [s.p.]).

Neste formato inicial, a estrutura do NIT contemplava a Direção, exercida por um colegiado, e o Grupo Executivo de Apoio, instância menor e de assessoramento do NIT. O primeiro órgão era composto pelo Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação, seu Presidente; pelo Gerente de Pesquisa e Inovação; por um pesquisador da Gerência de Pesquisa e Inovação e por um representante de cada uma das Unidades de Pesquisa. Por outro lado, e de acordo com o Regimento, o Grupo Executivo de Apoio deveria reunir, no mínimo, quatro pesquisadores, um advogado e um técnico da área financeira (EPAGRI, 2010a, [s.p.]).

Dentro do modelo idealizado para o NIT, a Direção surge como instância decisória, com as atribuições descritas no Quadro 1; enquanto o Grupo Executivo de Apoio, como o responsável pela rotina operacional, nas seguintes atividades: a) acompanhamento dos pedidos de proteção e da manutenção dos títulos de propriedade intelectual; b) acompanhamento da avaliação das tecnologias, dos processos e dos produtos, para o encaminhamento de eventuais pedidos de obtenção dos direitos de propriedade intelectual; c) análise e elaboração de normas e pareceres sobre matérias que lhe fossem atribuídas por legislação externa e interna; e d) execução das tarefas definidas pela Direção do NIT (EPAGRI, 2010a, [s.p.]).

Quadro 1. Competências da Direção do NIT (2010)

- a) Avaliar e regulamentar as atividades do NIT em concordância com a legislação vigente;
- b) Definir diretrizes para a implementação de uma política institucional de proteção e transferência do conhecimento;
- c) Deliberar sobre matérias que lhe sejam atribuídas por legislação externa e interna, bem como pelo Grupo Executivo de Apoio;
- d) Zelar pela implantação e desenvolvimento da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia, estabelecendo critérios para o exercício dos direitos à propriedade intelectual dos quais a Epagri seja detentora;
- e) Avaliar as demandas apresentadas pelo setor agropecuário empresarial e pela sociedade, para a prática da inovação;

- f) Estabelecer normas para a disponibilização de pesquisadores do quadro funcional da Epagri para atuarem junto às instituições científicas e tecnológicas de Santa Catarina;
- g) Participar, com a Gerência de Pesquisa e Inovação, da avaliação e classificação dos resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa;
- h) Definir políticas institucionais relacionadas a sua área de competência, inclusive, quanto à aplicação de receitas decorrentes de propriedade intelectual;
- i) Avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção pela Epagri;
- j) Promover a proteção de criadores e a divisão dos resultados oriundos de suas criações;
- k) Sugerir pela conveniência e promover a proteção das criações, inovações e transferências de tecnologias desenvolvidas na instituição e sua manutenção e comercialização;
- l) Definir e implementar a sistemática institucional para a seleção de produtos e processos passíveis de proteção;
- m) Zelar pela proteção do ativo intangível da Epagri;
- n) Promover e auxiliar na capacitação de recursos humanos necessários à implantação e contínuo desenvolvimento da política de gestão da propriedade intelectual;
- o) Estabelecer mecanismos de acompanhamento dos depósitos dos pedidos referentes à propriedade intelectual, visando a impugnação de todo pedido de proteção a processos ou produtos quando decorrentes da atividade de pesquisa na Empresa, requeridos em nome próprio por terceiros ou por qualquer de seus empregados;
- p) Coordenar a elaboração das normas operacionais para as solicitações encaminhadas por qualquer Unidade da Epagri referentes à formalização, junto às autoridades competentes, de requerimentos de reconhecimento de propriedade intelectual pela invenção, criação ou obtenção de processos ou produtos gerados pela Epagri;

- q) Coordenar a criação e manutenção dos Comitês de Propriedade Intelectual da Epagri e das Comissões Internas de Biossegurança;
- r) Atuar em consonância com os demais NITs apoiados pela Fapesc;
- s) Propor à Diretoria Executiva, cláusulas de negócios consideradas indispensáveis aos contratos firmados pela Epagri;
- t) Contribuir para dirimir disputas administrativas, no âmbito da Empresa, quanto à invenção de processos ou produtos passíveis de terem a propriedade intelectual protegida;
- u) Elaborar seu regimento interno submetendo-o à Diretoria Executiva;
- v) Avaliar a conveniência, e propor à DEX, a terceirização dos serviços de requerimento, acompanhamento e manutenção de pedidos de proteção de propriedade intelectual.

Fonte: adaptação das autoras (2022), a partir do art. 5º do Regimento Interno (EPAGRI, 2010a, [s.p.]).

Em agosto de 2010, na mesma Deliberação que atualizou a Política de Gestão de Propriedade Intelectual (DEX n. 9/2010), a institucionalização do NIT da Epagri foi reafirmada, com a reprodução, em um dos anexos, dos principais pontos do Regimento Interno.

No entanto, apesar de essas legislações representarem notáveis avanços na condução dos assuntos ligados à propriedade intelectual e inovação tecnológica dentro da Epagri, a efetivação das medidas nelas dispostas não se deu de imediato. Na prática, no período compreendido entre os anos de 2010 e 2016, as atividades do NIT foram desempenhadas pela então Gerência de Pesquisa e limitavam-se à atuação do Grupo Executivo de Apoio. Os esforços estiveram concentrados na disseminação da cultura da inovação e na conscientização, entre os pares e principalmente junto à Diretoria, sobre a importância

de a Empresa contar com um NIT. Embora a pesquisa e a inovação façam parte do DNA da Epagri, é característico do setor agropecuário uma demora maior na recepção de novidades. Com a proposta do NIT não foi diferente: “[...] havia dificuldade em entender o que era o NIT, para que servia. O NIT não era uma coisa palpável, inclusive para a Diretoria.” (VIDOR; NEUBERT, 2022, [s.p.]).

No processo de divulgação do NIT, a principal força mobilizadora veio dos funcionários alocados na sede da Epagri, em Florianópolis. Depois, considerando a grande capilaridade da Empresa no território catarinense e atendendo à recomendação recebida no PRONIT, a Gerência de Pesquisa passou a articular com representantes das 13 unidades de pesquisa distribuídas pelo Estado. Este modelo de atuação e de estrutura organizacional não vingou e o NIT ficou por cerca de 6 anos com atividades limitadas à certificação, registro e proteção das criações, estas essencialmente cultivares (VIDOR; NEUBERT, 2022, [s.p.]).

Em meados de 2016, diante da crescente demanda pela regularização das parcerias à luz das orientações do marco legal da inovação e das demais legislações adjacentes, a organização do NIT foi retomada. Ainda integrando o Departamento Estadual de Gestão da Pesquisa e da Inovação, já em 2017, foi elaborado documento com as *Orientações básicas para celebração de instrumentos jurídicos relacionados à pesquisa e inovação*, com modelos de minutas para as diferentes

demandas de parcerias e seus respectivos fluxos internos para tramitação (VIDOR; NEUBERT, 2022, [s.p.]).

Na sequência da sua evolução, em 2019 o NIT da Epagri conquistou estrutura própria e saiu da Gerência de Pesquisa. No organograma interno da Epagri, o NIT desponta como um setor vinculado à Diretoria de Ciência, Pesquisa e Inovação (DPCI) – no mesmo nível hierárquico do Departamento Estadual de Gestão de Pesquisa e Inovação (Gerência de Pesquisa) e do Departamento Estadual de Comunicação e Marketing (Gerência de Marketing) – e apresenta natureza operacional e de assessoria (EPAGRI, 2022a, [s.p.]). Além de promover ganhos em autonomia e reconhecimento, a separação do NIT da Gerência de Pesquisa fez justiça aos objetivos do setor, que incluem não apenas a proteção de produtos e processos decorrentes da pesquisa, como também da extensão.

A partir das alterações promovidas em 2019, o NIT da Epagri iniciou uma trajetória de constante e gradativa consolidação, alicerçada em missão, visão e valores bem definidos (ver Quadro 2, adiante). Em 2019, foi contemplado no Edital de Chamada Pública n. 14, Programa de Apoio à Implantação e Consolidação de Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), da Fapesc, cujos recursos auxiliaram no fortalecimento do NIT em frentes importantes, como a capacitação do pessoal e a troca de experiência com outros NITs do Estado, para o aperfeiçoamento do modelo de gestão. Entre as atividades realizadas no âmbito

desse Edital, cita-se: a) o Workshop de Organização e Gestão de NITs, em 2021, com a exposição de *cases* das ICTs parceiras: Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (VIDOR; NEUBERT, 2022, [s.p.]); b) o Seminário sobre Pesquisa e Inovação no Agro e c) e dois cursos sobre a metodologia Technology Readiness Level (TRL/MRL).

A configuração atual do NIT decorre da nova versão do Regimento Interno (Deliberação DEX 02/2021), aprovada em fevereiro de 2021, em substituição à Deliberação DEX n. 05/2010 e à Deliberação DEX n. 09/2010. A mudança no Regimento, capitaneada pela equipe do NIT, atende à necessidade de adequar a normatização às atualizações legislativas e às novas compreensões, demandas e desafios institucionais, e de dinamizar os processos e facilitar a operacionalidade e a articulação das instâncias decisórias do NIT (EPAGRI, 2021a, [s.p.]).

Com a reformulação, o NIT da Epagri assume forte protagonismo no fomento à inovação, característica explícita na definição do seu objetivo geral:

[...] zelar pela implantação, manutenção e desenvolvimento da Política de Inovação da Epagri, bem como a formulação de estratégias e a execução de ações relacionadas à propriedade intelectual das criações da Epagri e à permanente construção de ambiente interno promotor de inovações. (EPAGRI, 2021a, [s.p.]).

Além da Política de Inovação da Epagri – que está em processo de apreciação, pela Diretoria, e deve ser aprovada ainda em 2022 –, a atuação do NIT se pauta na Política de Inovação da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural (SAR) e na Política de Inovação do Estado de Santa Catarina, e nas legislações vigentes no Estado e no país (EPAGRI, 2021a, [s.p.]).

Quadro 2. Missão, visão e valores do NIT

Missão: estimular a adequada proteção e transferência das invenções e inovações da Epagri, buscando a integração da mesma com a comunidade, contribuindo com o desenvolvimento rural, social e tecnológico do Estado e da nação.

Visão: ser um NIT de referência estadual e nacional, facilitador do desenvolvimento científico, tecnológico e cultural, de interesse social e ambiental, gerando benefícios e competitividade notáveis para Epagri, para Santa Catarina e para o Brasil.

Valores: zelo pela imagem da Epagri e do Estado de Santa Catarina; valorização da potencialidade dos pesquisadores da Epagri e das instituições parceiras; transparência; comportamento ético; responsabilidade social e ambiental; confiança; comprometimento com o desenvolvimento e difusão de soluções para os agricultores, para as cadeias produtivas, para os sistemas e arranjos produtivos de Santa Catarina.

Fonte: elaboração das autoras (2022), reproduzindo informações de EPAGRI (2022e, [s.p.]).

Em termos de estrutura organizacional (Figura 1), a composição atual do NIT inclui três órgãos: a Coordenação, a equipe de apoio à Coordenação e o Colegiado. A Coordenação é exercida pelo Co-

ordenador, empregado público efetivo da Epagri, cujas atribuições encontram-se descritas no art. 7º do Regimento – reproduzido no Quadro 2 adiante – e na Política de Inovação. Desde 2016, o NIT é coordenado por Enilto de Oliveira Neubert, a quem compete as atividades de gestão e a mediação junto à Diretoria a qual o NIT está vinculado e aos demais setores da Empresa (EPAGRI, 2021a, [s.p.]; VIDOR; NEUBERT, 2022, [s.p.]).

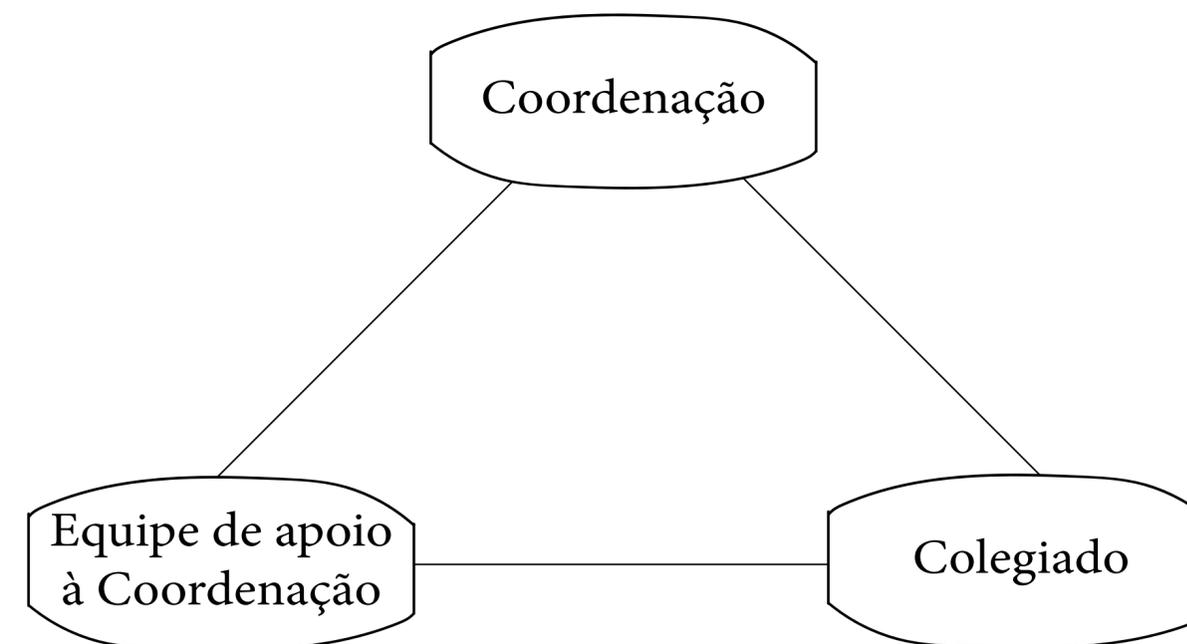
A equipe de apoio à Coordenação, nos termos do Regimento (EPAGRI, 2021a, [s.p.]), é formada por empregados da área técnica finalística da Empresa, em regime integral, contando, ainda, com o assessoramento extraordinário das áreas administrativa/operacional, financeira e jurídica. Atualmente, constitui a equipe de apoio, Mário Vidor, responsável pelo registro e proteção de cultivares.

Por outro lado, o Colegiado, considerado a instância decisória mais importante do NIT, tem a seguinte composição mínima: a) Coordenador do NIT; b) Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação; c) Diretor de Extensão Rural e Pecuária; d) Gerente do Departamento Estadual de Pesquisa e Inovação (DEGPI); e) Gerente do Departamento Estadual de Extensão Rural e Pecuária (DERP); f) Analistas de pesquisa e/ou de extensão integrantes da equipe do NIT; g) Representantes do DEGPI, do DERP, do Departamento Jurídico (DJUR), do Departamento Estadual de Gestão Econômico Financeira (DEGEF) e do Departamento Estadual de Gestão da Tecnologia de Informação (DEGTI).

Em paralelo à atuação do Colegiado na sua forma plena, grupos de trabalhos são constituídos conforme as demandas do NIT (EPAGRI, 2021a, [s.p.]; VIDOR; NEUBERT, 2022, [s.p.]).

O Quadro 3 apresenta as competências do Colegiado, que são as mesmas da Coordenação. Diferente do primeiro Regimento Interno do NIT, que, por refletir as prioridades da sua época, era pouco enfático ou mesmo silente sobre prospecção de tecnologias, inovação e transferência de inovação, a nova legislação destaca e promove esses aspectos dentro da Empresa.

Figura 1. Organograma interno NIT-Epagri



Fonte: elaboração das autoras (2022), com base Epagri (2021a, [s.p.]).

Quadro 3. Atribuições da Coordenação e do Colegiado do NIT (2021)

- a) Zelar pela implantação, manutenção e desenvolvimento da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia;
- b) Organizar e desenvolver as atividades de apoio à inovação no ecossistema em que a Epagri está inserida;
- c) Avaliar e classificar as tecnologias resultantes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento das disposições legais;
- d) Avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma do artigo 22 da Lei Federal n. 10.973/2004;
- e) Opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na Epagri, isoladamente ou por meio de parceria, bem como definir e implementar a sistemática institucional para a seleção de produtos e processos passíveis de proteção;
- f) Opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na Epagri, passíveis de proteção pela legislação de propriedade intelectual;
- g) Acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da Epagri;
- h) Prospectar tecnologias e soluções de inteligência competitiva no campo da propriedade intelectual, de forma a orientar as ações de inovação da Epagri;
- i) Propor estratégias para a transferência de inovação gerada pela Epagri, isoladamente ou por meio de parceria;
- j) Promover, opinar e acompanhar o relacionamento da Epagri com empresas, órgãos e entidades públicas, em especial para atividades relacionadas a contratos de transferência de tecnologia, licenciamento, cessão de direito de uso, prestação de serviços técnicos, e acordos de parceria;
- k) Coordenar, assessorar e opinar sobre a negociação e gestão dos acordos de transferência de tecnologia oriunda da Epagri, sem prejuízo das atribuições incumbidas à Diretoria Executiva e a cada gestor e fiscal de contratos;

- l) Atender, orientar e avaliar demandas apresentadas pelo setor empresarial e pela sociedade à Epagri para a prática de inovação;
- m) Atuar de forma articulada com os demais NITs de ICTs públicas ou privadas, incluindo aqueles da Rede NIT e interagir com os diferentes ecossistemas de inovação de interesse da Epagri;
- n) Promover a cultura de inovação na Epagri, estimulando a capacitação contínua em assuntos pertinentes ao NIT;
- o) Propor ferramentas para acompanhar a gestão das relações da Epagri com terceiros que envolvam pesquisa, desenvolvimento e inovação;
- p) Propor redação e revisão do seu Regimento Interno e suas alterações, submetendo-o à Diretoria Executiva da Epagri para aprovação.

Fonte: adaptação das autoras (2022), a partir do art. 7º do Regimento Interno (EPAGRI, 2021a, [s.p.]).

Pelas suas peculiaridades – de ser parte de uma instituição de pesquisa e extensão no segmento agropecuário e pesqueiro –, a demanda do NIT da Epagri quanto à proteção de seus ativos tecnológicos, está voltada, principalmente, para o registro e a proteção de cultivares no Registro Nacional de Cultivares (RNC) e no Sistema Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC), respectivamente. Grande parte dos Programas da empresa têm, pelo menos, uma tecnologia registrada, com destaque para os cultivares de ciclo produtivo anual, como arroz, feijão e hortaliças, que permitem mais agilidade na pesquisa e desenvolvimento, além de cultivares ligados à fruticultura (VIDOR; NEUBERT, 2022, [s.p.]).

O portfólio da Epagri conta com tecnologias de natureza física e digital, práticas para produção vegetal ou animal e procedimentos para

geração de produtos, divididas em onze categorias: cultivar gerado e registrado; equipamento; estirpe; insumo; mapeamento/zonamento; metodologia; prática agropecuária ou aquícola; processo agroindustrial; raça/linhagem; sistema para produção agropecuária, aquícola ou agroindustrial; e *software* (EPAGRI, 2022f, [s.p.]). Essas tecnologias encontram-se expostas na página eletrônica do NIT, espaço que, em tempos de digitalização da vida, se projeta, cada vez mais, como uma vitrine de negócios.

Entre as mais de 400 tecnologias desenvolvidas e registradas pela Epagri, destacam-se as cultivares SCS417 Monalisa (cultivar de maçã), SCS123 Pérola (cultivar de arroz irrigado), e SCS373 Valessul (cultivar de cebola), todas com proteção no SNPC; o *website* Agroconnect, plataforma de informações agrometeorológicas com informações sobre condições atmosféricas, tendências de tempo e à ocorrência de doenças em determinadas culturas; e o aplicativo Infoagro, que disponibiliza informações para apoiar agricultores e formuladores de políticas públicas nas tomadas de decisões (EPAGRI, 2022f, [s.p.]).

No intervalo 2016–2021, o NIT da Epagri analisou 476 instrumentos jurídicos, como contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento, contratos de cessão de direito de uso ou de exploração de criação protegida, contratos de prestação de serviços técnicos especializados e acordos de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação. Desses, 52,2% foram em parceria com a iniciativa privada;

27,3%, com instituições de ensino; 14,1%, com instituições públicas; e 6,4%, com instituições internacionais (EPAGRI, 2022b, [s.p.]).

O NIT é integrante do movimento que está constituindo a Rede Catarinense de NITs, a Rede NITSC, espaço no qual mantém interlocução com os NITs de outras ICTs do Estado. De forma mais direta, tem entre as suas principais parceiras a UFSC, a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e, especialmente, pela semelhança de seus propósitos, a Embrapa (VIDOR; NEUBERT, 2022, [s.p.]).

Com a Embrapa, vale destacar, se estabelece um diálogo estreito, e de muito aprendizado, sobre a implementação da TRL/MRL. A Secretaria de Inovação da Embrapa é referência, no Brasil, na utilização desta escala de maturidade tecnológica, e a pretensão do NIT da Epagri é, a partir daquela experiência, definir uma estratégia interna, para a implantação da TRL. Esse seria um passo importante para a divulgação e negociação das tecnologias da Empresa (VIDOR; NEUBERT, 2022, [s.p.]). No horizonte de atuação do NIT, além desta, outras frentes de trabalho se apresentam.

Para operar com mais qualidade e agilidade, a equipe planeja realizar ajustes internos, que envolvem a atualização de normatizações, definição de fluxos de trabalho, implantação de sistema de controle de riscos nos processos de gestão e padronização de instrumentos jurídicos. Estão postos, também, como desafios, a maior integração com

os ecossistemas de inovação, via implantação de proposta de inovação aberta, e a ampliação dos modelos de negócios (VIDOR; NEUBERT, 2022, [s.p.]).

Outro projeto futuro é, resgatando o planejamento estratégico desenhado na época do PRONIT, aumentar a presença do NIT nas unidades de pesquisa. A viabilização desse objetivo demandaria a existência de um representante, em cada unidade, com conhecimento e competências para identificar as demandas e fazer a articulação com a sede. A perspectiva, portanto, é a de que o NIT da Epagri tenha, cada vez mais, “os braços estendidos pelo interior” (VIDOR; NEUBERT, 2022, [s.p.]).

Dentro de sua breve trajetória, feita de desafios e de êxitos, em um caminho de consolidação que ainda está sendo percorrido, o NIT da Epagri desempenha um papel de relevo na promoção da inovação e na proteção da propriedade intelectual no setor agropecuário catarinense, beneficiando inúmeros produtores rurais e a população em geral.

Principais legislações em vigor

Deliberação DEX n. 09/2010 – Aprova a nova versão da Política Institucional de Gestão de Propriedade Intelectual.

Deliberação DEX n. 02/2021 – Aprova a nova versão do Regimento Interno do NIT.

Onde encontrar

Endereço: Rodovia Admar Gonzaga, 1347, Bairro Itacorubi, Florianópolis/SC.

E-mail: nit@epagri.sc.gov.br

Site: <https://nit.epagri.sc.gov.br/>

Referências

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. **Deliberação DEX n. 02/2021**. Aprova a nova versão do Regimento Interno do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da Epagri. Florianópolis: Epagri, 2021a.

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. **Deliberação DEX n. 05/2010**. Aprova o Regimento Interno do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da Epagri. Florianópolis: Epagri, 2010a.

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. **Deliberação DEX n. 06/2009**. Institui a Política Institucional de Gestão da Propriedade Intelectual, na forma e condições do

documento 1; e o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), na forma e condições do documento 2. Florianópolis: Epagri, 2009.

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. **Deliberação DEX n. 09/2010**. Aprova a nova versão da Política Institucional de Gestão de Propriedade Intelectual. Florianópolis: Epagri, 2010b.

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. **Estrutura organizacional**. 2022a. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/a-epagri/quem-somos/>. Acesso em: 6 mar. 2022.

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. **NIT Epagri em números (2016-2021)**. 2022b. Disponível em: <https://nit.epagri.sc.gov.br/>. Acesso em: 8 mar. 2022.

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. **Programas**. 2022c. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/a-epagri/programas/>. Acesso em: 16 mar. 2022.

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. **Quem somos**: uma história de sucesso e relevância

para Santa Catarina. 2022d. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/a-epagri/quem-somos/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

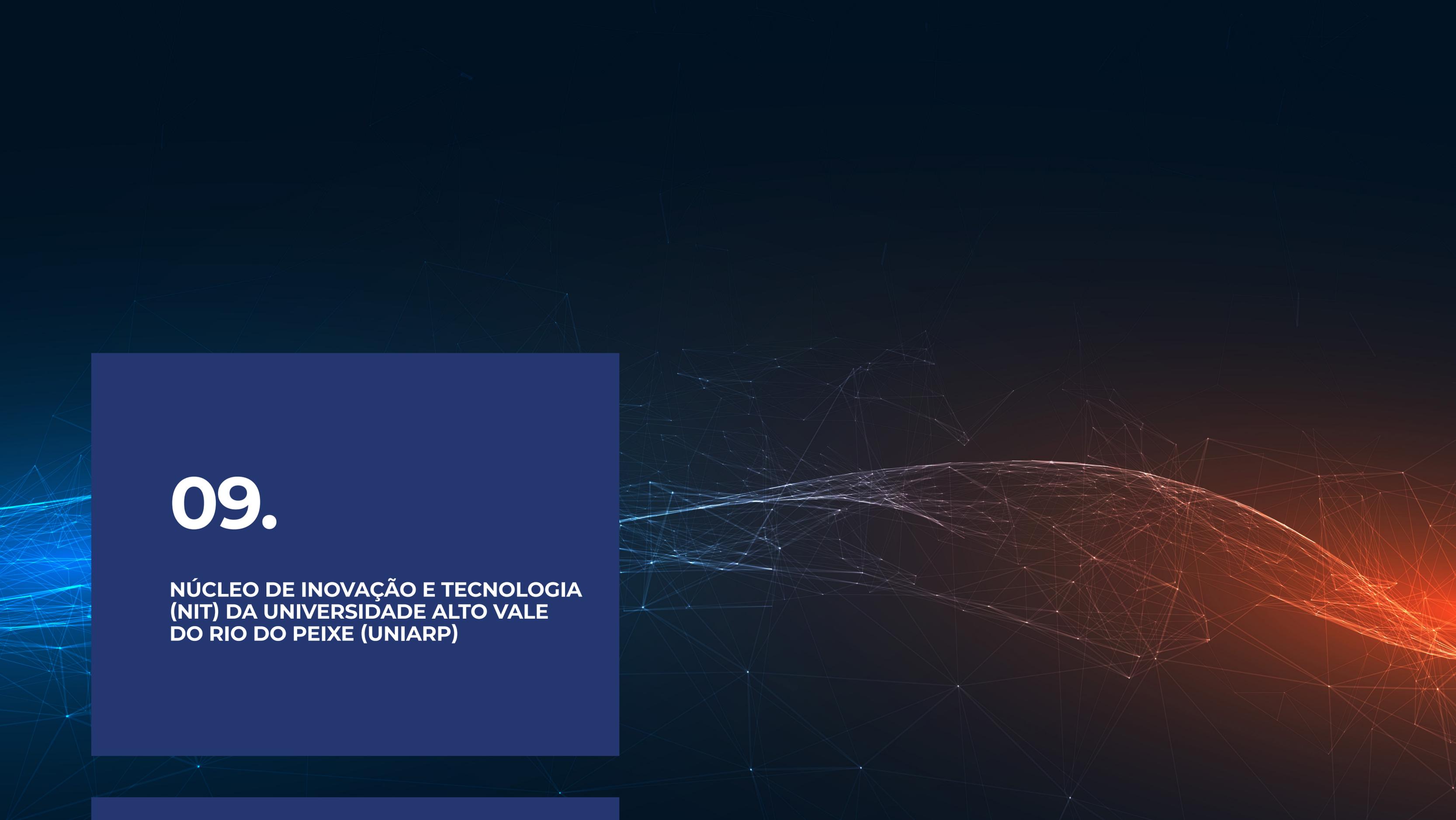
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. **Relatório de Gestão e Sustentabilidade**: 2020. Florianópolis, SC: Epagri, 2021b.

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. **Sobre o NIT Epagri**. 2022e. Disponível em: <https://nit.epagri.sc.gov.br/index.php/sobre-o-nit-epagri/#missao>. Acesso em: 7 mar. 2022.

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. **Tecnologias destaques**. 2022f. Disponível em: <https://nit.epagri.sc.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. **Unidades**. 2022g. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/a-epagri/unidades/>. Acesso em: 16 mar. 2022.

VIDOR, Mário Angelo; NEUBERT, Enilto de Oliveira. **Histórias e perspectivas do NIT-Epagri**. Entrevista concedida à Cristiani Fontanela e Tuana Paula Lavall. 2022.



09.

**NÚCLEO DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA
(NIT) DA UNIVERSIDADE ALTO VALE
DO RIO DO PEIXE (UNIARP)**

A Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp) é uma das principais instituições de ensino superior da região Meio-Oeste e a única universidade localizada no município de Caçador. As suas raízes remontam à Faculdade Alto Vale do Rio do Peixe (Fearpe), instituída em 26 de setembro de 1971, por meio da Lei Municipal n. 27/1971, como resultado dos esforços empreendidos pela sociedade caçadoreense, sob a liderança do Bispo Dom Orlando Dotti, para a interiorização da educação de nível superior.

As atividades da Fearpe iniciaram-se em junho de 1972, com a oferta dos cursos de Pedagogia e Letras. As 150 vagas iniciais foram preenchidas, principalmente, por professores do ensino básico, de Caçador e outros municípios da região, como Rio do Sul, Campos Novos, Curitibanos, Piratuba e Videira. Os primeiros anos da Faculdade foram marcados por muitos desafios: falta de investimentos, dificuldades para formar um corpo docente qualificado, limitações de infraestrutura e de logística (CECCATO; HAHN; MARTINS, 2021, p. 18; SANTOS, 2013, p. 8-10). Até 1976, ano da finalização parcial das obras do campus, a totalidade das aulas acontecia no Salão Nobre do antigo Colégio Nossa Senhora Aparecida (SANTOS, 2013, p. 13).

Nas décadas seguintes, novos cursos foram implementados e a Fearpe, antes uma fundação de direito público, passou a ter natureza de “[...] ente público de direito privado, filantrópico e sem fins lucrativos, dotada de autonomia administrativa, patrimonial, econômico-

-financeira e didático-disciplinar.” (CECCATO; HAHN; MARTINS, 2021, p. 25).

Em 1990, a Fearpe juntou-se a outras fundações educacionais do Estado – Fundação Educacional do Alto Uruguai Catarinense (Feauc), Fundação Universitária do Planalto Norte Catarinense (Funploc), Fundação Educacional do Norte Catarinense (Funorte) e Fundação Educacional do Planalto Central Catarinense (Feplac) – na proposição de projeto para a criação da Universidade do Contestado (UnC). Após a aprovação pelo Conselho Federal de Educação, em 1992, a proposta começou a ser executada, com o reconhecimento definitivo da universidade conquistado em 1996, e a instalação efetivada em 1997 (SANTOS, 2013, p. 36-37).

A Reitoria da UnC foi fixada em Caçador, e o período que se seguiu é descrito como de crescimento expressivo no número de alunos, melhoria da infraestrutura, início das atividades nos cursos de pós-graduação, expansão da pesquisa e da extensão, entre outras conquistas. A partir de 2006, no entanto, divergências de entre as fundações mantenedoras da UnC e a exigência, pelo Ministério Público Estadual, de que elas fossem unificadas, fizeram com que o arranjo fosse repensado (CECCATO; HAHN; MARTINS, 2021, p. 36-40).

Após uma tentativa frustrada de unificação – que dividiu opiniões e mobilizou a comunidade acadêmica –, a separação das instituições foi aprovada na Assembleia Geral, em dezembro de 2009. No

mesmo ato, criou-se a Uniarp, mantida pela Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Funiarp) (CECCATO; HAHN; MARTINS, 2021, p. 39-54).

O novo momento reservou à universidade a expansão do campus de Fraiburgo – existente desde 1989 –, a aprovação de dois programas de pós-graduação *stricto sensu* – o Mestrado Acadêmico em Sociedade e Desenvolvimento (2015) e o Mestrado Profissional em Educação Básica (2016) –, o início da oferta de cursos na modalidade a distância (2017) e a implantação do curso de graduação em Medicina (2018) (CECCATO; HAHN; MARTINS, 2021, p. 64-69).

Atualmente, a Uniarp oferece mais de 30 cursos, entre bacharelados, licenciaturas e cursos superiores de tecnologia, nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências da Saúde e Ciências Humanas. São 5 mil estudantes, mais de 300 docentes, além de técnicos e auxiliares, desfrutando de uma estrutura que conta com 147 salas de aula, 37 laboratórios, biblioteca, teatro, arena multiuso, entre outros (UNIARP, 2022, [s.p.]; FAPESC, 2022, [s.p.]).

Uma das mais recentes ações da Uniarp, no sentido de qualificar os serviços prestados à comunidade acadêmica e externa, foi a criação do Núcleo de Inovação e Tecnologia (NIT). A institucionalização do NIT reafirma o papel da instituição na promoção da inovação em Caçador e região, e alimenta a expectativa pelo alcance de bons resultados, em curto, médio e longo prazo. A próxima seção apresenta

os principais aspectos do processo de constituição do NIT e as suas perspectivas.

Conhecendo o NIT da Uniarp

Narrar as trajetórias que constituem o NIT da Uniarp é descrever os primeiros passos de um movimento em construção e investigar as razões que desencadearam esse processo. Diferente da maioria dos NITs que compõem o ecossistema catarinense, o NIT da instituição encontra-se em fase de implementação: começou a ser estruturado em 2021, após o amadurecimento de uma ideia que acompanha as lideranças universitárias envolvidas, pelo menos, desde 2017.

Naquele ano, professores e gestores da Uniarp lideraram uma mobilização pela ativação do ecossistema de C,T&I da região. Considerando o desperdício de oportunidades que a ausência de uma matriz econômica de base inovadora e tecnológica trazia à região, as lideranças entenderam que a Uniarp, por ser a principal instituição de ensino superior local, deveria ser protagonista desse movimento (HAHN, 2022a, [s.p.]).

As reuniões, o planejamento e a sensibilização dos atores locais duraram aproximadamente dois anos, com a articulação de outros atores interessados, como o poder público municipal, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), a Associação Comer-

cial e Industrial de Caçador (ACIC), a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) e o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Em 2019, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Caçador propôs financiar a estruturação e manutenção de um Centro de Inovação no município. Assim, o Centro de Inovação Inova Contestado, criado com o objetivo de fornecer um ambiente físico aos empreendedores, para a realização de capacitações, ações, programas e políticas, abriu suas portas em julho de 2019 (HAHN, 2022a, [s.p.]; CAÇADOR, 2021, [s.p.]).

A Uniarp foi parceira em todas as fases de implantação do Centro de Inovação, embora a gestão das atividades tenha sido conduzida por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Caçador. Em 2021, a partir do balanço realizado sobre os dois primeiros anos de funcionamento do Centro, percebeu-se que, apesar da infraestrutura, poucos projetos inovadores eram irradiados dali, por não existir uma cultura de empreendedorismo inovador na região. A Uniarp entendeu, então, que precisava “dar um passo atrás” e organizar-se internamente para contribuir de forma mais estratégica, e a partir de suas especialidades – ensino, pesquisa e extensão –, com o fortalecimento do ecossistema regional de inovação (HAHN, 2022a, [s.p.]).

Essa mudança de direção foi fortemente influenciada pelas orientações recebidas da Fapesc, na pessoa do Presidente Fábio Zabot Holthausen, que, em visita à universidade, incentivou a criação do

NIT, para ser a instância articuladora das ações relativas à inovação dentro da instituição. Ela também acompanha um reposicionamento institucional iniciado em 2019, quando a inovação, a criatividade e o empreendedorismo foram incluídos como diretrizes do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), no escopo do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2022 (HAHN, 2022a, [s.p.]).

Em agosto de 2021, a professora Ivanete Schneider Hahn, docente nos cursos de graduação e no Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Sociedade, foi nomeada, por meio da Portaria n. 078/2021, para implantar e coordenar o NIT da Uniarp, setor vinculado à Vice-Reitoria Acadêmica. A implementação do NIT tem exigido um amplo trabalho de convencimento e conscientização junto a todos os *stakeholders* da universidade –, e ganhou mais solidez com a participação da universidade no Edital de Chamada Pública n. 29/2021, da Fapesc, voltado para projetos de melhoria de infraestrutura (UNIARP, 2021, [s.p.]; HAHN, 2022a, [s.p.]).

Com os recursos provenientes desse edital, a Uniarp executou uma importante etapa da implantação do NIT: a estruturação do seu espaço físico. A sede do NIT foi pensada para abrigar espaço *maker*, sala de aula, laboratório de ensino e *coworking*, e é motivo de muito orgulho para as pessoas envolvidas na institucionalização do Núcleo (HAHN, 2022b, [s.p.]). Nas palavras da professora Ivanete: “[...] no momento em que a existe o espaço, as pessoas se sentem convi-

dadas a ocupá-lo. O espaço passa a ter 'vida'. Isso gera interesse e ajuda a construir a cultura de inovação pretendida. Estamos ingressando em outro patamar!" (HAHN, 2022a, [s.p.]).

Paralelamente, a equipe do NIT, formada, hoje, pela professora Ivanete e por dois bolsistas de iniciação científica, trabalha na elaboração da proposta de Política Institucional de Inovação. A Uniarp ainda não tem instituída uma política dessa natureza, razão pela qual está se balizando, nessa primeira versão, nas políticas de outras universidades comunitárias, além do disposto na Lei de Inovação, com as atualizações trazidas pelo marco legal de 2016. O caminho para a aprovação do documento é longo – com o necessário escrutínio da Procuradoria Institucional, do Conselho Universitário e do Conselho Curador –, mas deve representar a efetiva formalização e regulamentação do NIT (HAHN, 2022a, [s.p.]).

A fase inicial do NIT também tem sido marcada pelo desenvolvimento da identidade visual do projeto e pelo seu posicionamento nas mídias sociais. A marca do NIT, reproduzida na Figura 1, representa o formato do mapa dos 15 municípios do Alto Vale do Rio do Peixe, região beneficiada pelo *habitat* de inovação que começa a se desenhar a partir do Núcleo. Nas redes sociais, uma página compartilha registros da trajetória do NIT e faz divulgação científica de temas relacionados à inovação e ao empreendedorismo (NIT-UNIARP, 2022b, [s.p.]).

Figura 1. Identidade visual do NIT da Uniarp



Fonte: reproduzido de Hahn (2022b, [s.p.]).

Para o corpo docente e os gestores da Uniarp, o lançamento do NIT, com a apresentação das etapas de sua implementação, dos seus objetivos e finalidades, aconteceu em maio de 2022. Na ocasião, estiveram reunidos representantes da Reitoria, das Coordenações de cursos de graduação e pós-graduação, do Núcleo de Apoio Pedagógico, do Escritório Modelo – responsável por projetar a sala do NIT –, coordenadores de setores, pesquisadores e professores. Essa aproximação faz parte da estratégia de incluir o NIT e a inovação nos Projetos Pedagógicos de cursos de graduação e pós-graduação e nos projetos de pesquisa e extensão, para fomentar uma educação empreendedora (NIT-UNIARP, 2022a, [s.p.]).

O processo de estruturação do NIT da Uniarp está sendo conduzido para que o Núcleo esteja apto a alcançar objetivos definidos. O primeiro deles é estimular as atividades de C,T&I, inicialmente no âmbito da universidade e, depois, nas outras ICTs da região. Para que a experiência do NIT seja exitosa e longínqua, a coordenação considera indispensável a existência de uma atmosfera inovadora, capaz de retroalimentar as ações do Núcleo (HAHN, 2022a, [s.p.]; HAHN, 2022b, [s.p.]).

O segundo objetivo é promover a integração de pesquisadores, professores, estudantes, profissionais, empreendedores e agentes públicos na região do Alto Vale do Rio do Peixe. O desafio, nessa esfera, é aproximar esses atores para que as pesquisas realizadas na universidade sejam mais significativas e alinhadas às demandas regionais. Considerando que a região se destaca como um dos principais polos de base florestal, olerícolas e frutícolas do Estado, existe um terreno fértil para o desenvolvimento de tecnologias voltadas para esses setores produtivos (HAHN, 2022a, [s.p.]; HAHN, 2022b, [s.p.]).

O terceiro e quarto objetivos estão conectados: apoiar o desenvolvimento das pesquisas desenvolvidas na Uniarp e em outras ICTs da região, e difundir e democratizar o acesso aos seus resultados. O apoio à pesquisa é medida a ser planejada em parceria com a Coordenação de Pesquisa. Quanto à difusão, a equipe do NIT pretende desenvolver canais, relatórios e formas mais dinâmicas de tornar

acessível e conhecida a produção científica local, facilitando a internalização pela comunidade. Reconhece-se que o conhecimento, quando confinado às bibliotecas, repositórios institucionais e revistas científicas, não alcança integralmente as suas potencialidades (HAHN, 2022a, [s.p.]; HAHN, 2022b, [s.p.]).

Em longo prazo, após fortalecer a pesquisa aplicada e o desenvolvimento de novos produtos e processos, o objetivo do NIT é fazer a gestão da propriedade intelectual e intermediar a transferência da tecnologia oriunda da Uniarp para a comunidade (HAHN, 2022a, [s.p.]; HAHN, 2022b, [s.p.]). Essa etapa representará a maturidade do NIT, com a percepção de valores decorrentes de *royalties*, por exemplo, e o efetivo alcance de suas finalidades.

Com o funcionamento do NIT, espera-se beneficiar os estudantes e pesquisadores da universidade – especialmente aqueles vinculados ao Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Sociedade; ao Mestrado Profissional em Educação Básica; e ao Fundo de Apoio à Pesquisa da Uniarp – e de outras ICTs; empreendedores e inventores do Alto Vale do Rio do Peixe, assim como as associações e federações representativas dessa classe; agentes governamentais locais e agentes de inovação regional, como o Centro de Inovação Inova Contestado e Centro de Inovação Videira (HAHN, 2022b, [s.p.]).

O NIT da Uniarp tem, no seu horizonte, os desafios e as oportunidades de um projeto que se encontra em estágio inicial. A perspecti-

va, portanto, é cumprir todas as etapas do planejamento referente à implementação, inserindo-se no cotidiano das atividades acadêmicas. Depois, exceder os limites institucionais, na interação com outros agentes integrantes do ecossistema regional de inovação, acompanhando as oportunidades e desbravando novas frentes de atuação.

Principais legislações internas

Portaria n. 078/2021/Reitor – Nomeia docente para implantar e coordenar o NIT da Uniarp.

Onde encontrar

Endereço: Rua Victor Baptista Adami, 800 – Centro, Caçador – SC, 89500-199, Bloco D, 3º Andar.

E-mail: uniarp@uniarp.edu.br

Site: <https://uniarp.edu.br/>

Instagram: [@nituniarp](https://www.instagram.com/nituniarp/) | <https://www.instagram.com/nituniarp/>

Referências

CECCATO, Aline; HAHN, Ivanete Schneider; MARTINS, Anderson Antônio Mattos. **Uniarp 50 anos: história e memórias**. Caçador: Editora EdUniarp, 2021.

FAPESC – Fundação de Amparo à Pesquisa e à Inovação do Estado de Santa Catarina. **Uniarp comemora 50 anos de história no Meio-Oeste**. 2022. Disponível em: <https://www.fapesc.sc.gov.br/uniarp-50-anos-de-conhecimento-no-meio-oeste-catarinense/>. Acesso em: 5 jun. 2022.

HAHN, Ivanete Schneider. **Histórias e perspectiva do NIT da Uniarp**. Entrevista concedida à Cristiani Fontanela e Tuana Paula Lavall. 2022a.

HAHN, Ivanete Schneider. **Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT)**. 2022b. Apresentação do Power Point.

CAÇADOR (Prefeitura Municipal). **Centro de Inovação Inova Contestado de Caçador completa dois anos**. Caçador, 24 jul. 2021. Disponível em: <https://www.cacador.sc.gov.br/noticias/ver/2021/07/centro-de-inovacao-inova-contestado-de-cacador-completa-dois-anos-neste-sabado>. Acesso em: 5 jun. 2022.

NIT-UNIARP – Núcleo de Inovação e Tecnologia da Uniarp. **Registro do encontro de apresentação do NIT Uniarp**. Caçador, 4 maio 2022. Instagram: @nituniarp. 2022a. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CdJpKfzvZa/>. 2022a. Acesso em: 4 jun. 2022.

NIT-UNIARP – Núcleo de Inovação e Tecnologia da Uniarp. **Seja bem-vindo à página online do NIT/Uniarp**. Caçador, 28 abr. 2022. Instagram: @nituniarp. 2022b. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cc5baD5ue6p/>. Acesso em: 4 jun. 2022.

SANTOS, Angela Cardoso dos. **A história da Educação Superior na região de Caçador**. Fearpe; UnC; Uniarp, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/10462840/A_hist%C3%B3ria_da_Educa%C3%A7%C3%A3o_Superior_na_regi%C3%A3o_de_Ca%C3%A7ador_Fearpe_UnC_Uniarp. Acesso em: 5 jun. 2022.

UNIARP – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. **Portaria n. 078/2021/Reitor, 18 de agosto de 2021**. Nomeia docente para implantar e coordenar o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da UNIARP Caçador, SC. 2021.

UNIARP – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. **Quem somos**. 2022. Disponível em: <https://uniarp.edu.br/quem-somos/#historia>. Acesso em: 5 jun. 2022.



10.

**NÚCLEO DE INOVAÇÃO E
TRANSFERÊNCIA TECNOLÓGICA
(NITT) DA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA
DA REGIÃO DE CHAPECÓ
(UNOCHAPECÓ)**

A Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) é uma instituição de ensino superior, de natureza comunitária, criada pela Resolução n. AS/002/2002, de 11 de março de 2002, com sede na cidade de Chapecó, e mantida pela Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste).

A Fundeste surgiu no início da década de 1970, como resultado de um movimento comunitário, com o objetivo de trazer o ensino superior para a região Oeste de Santa Catarina. O dia 04 de julho de 1970, data de uma assembleia geral com autoridades e representantes de 37 municípios, é considerado o marco da constituição da Fundeste. A formalização da Fundação, no entanto, deu-se apenas em dezembro de 1971, pela Lei Municipal n. 141, e sua instalação solene, em fevereiro de 1972 (FUNDESTE, 2022a, [s.p.]).

O primeiro curso ofertado foi o de Pedagogia, ainda em 1972. Dois anos mais tarde, a Fundação instalou-se no endereço onde se situa, hoje, a Unochapecó, e passou a oferecer os cursos de Administração e Ciências Contábeis. A década de 1980 representou o início das atividades na pós-graduação *lato sensu*, com a formatura da primeira turma de Especialização em Engenharia da Produção, em 1982. Nesse período, criaram-se, ainda, os primeiros programas de pesquisa e extensão: o Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina (CEOM) e o Setor de Educação Permanente (SEP) (FUNDESTE, 2022a, [s.p.]).

No ano de 1990, a Fundeste uniu-se à Fundação Educacional do Oeste Catarinense (FUOC), de Joaçaba, e à Fundação Educacional Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe (FEMARP), de Videira, para constituir a Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), que assumiu o comando do ensino superior em Chapecó. Apesar da suspensão de suas atividades acadêmicas, a Fundeste permaneceu com personalidade jurídica, atuando como comantenedora da Fundação Unoesc até 2001 (UNOCHAPECÓ, 2022a, [s.p.]).

Diante da vontade de formar uma universidade em Chapecó, no segundo semestre de 2000, lideranças locais começaram a planejar a reativação da Fundeste, fato que se concretizou em março de 2021. Em 27 de agosto de 2002, a Fundação assumiu integralmente as atividades do Campus Chapecó, que se transformou na Unochapecó, em um processo participativo e dialógico, envolvendo diferentes atores regionais, integrantes de comissões de trabalho, da Assembleia Geral e do Conselho Curador da Fundeste (UNOCHAPECÓ, 2022a, [s.p.]).

Credenciada pelo Decreto Estadual n. 5.571, de 27 de agosto de 2002, a Unochapecó fez da primeira década dos anos 2000 um período de consolidação e crescimento. Entre as novidades implementadas, destaca-se a criação do Instituto Regional para o Desenvolvimento Sustentável (2003) – atualmente, Instituto Goio-Ên –, mantido pela Fundeste; e a aprovação do primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Ambientais (2005). Além disso, a infraestrutura passou

por ampliações e investiu-se fortemente na qualificação dos docentes (FUNDESTE, 2022a, [s.p.]).

Na segunda década dos anos 2000, as atividades de ensino, pesquisa e extensão foram expandidas, e a inovação tornou-se uma dimensão relevante e almejada, especialmente com a fundação do Pollen Parque Científico e Tecnológico. Hoje, além de funcionar na cidade sede, a Unochapecó está instalada em São Lourenço do Oeste, alcançando, no total, 6.610 alunos, de graduação e pós-graduação, *stricto* e *lato sensu* (FUNDESTE, 2022b, p. 60).

Na graduação, são oferecidos 58 cursos, de forma presencial e a distância, divididos em seis escolas do conhecimento: Escola de Gestão e Negócios; Escola de Comunicação e Criatividade; Escola de Humanidades; Escola de Saúde; Escola de Agrárias e Ambiente; e Escola Politécnica. Na pós-graduação *stricto sensu*, são seis cursos de mestrado e três de doutorado; e, na pós-graduação *lato sensu*, mais de 40 opções de especializações, presenciais e digitais (FUNDESTE, 2022b, p. 60).

A produção científica da universidade organiza-se a partir de 38 grupos de pesquisa, cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A extensão, por sua vez, está contemplada em 15 programas institucionais – muitos dos quais executados com apoio de parceiros externos –, e 63 projetos curriculalizados (FUNDESTE, 2022b, p. 84).

A Unochapecó tem como visão “[...] ser referência enquanto universidade comunitária, democrática, inovadora, empreendedora e internacionalizada.” (UNOCHAPECÓ, 2022b, [s.p.]). Por isso, nos últimos anos, tem priorizado a aproximação com o setor produtivo e com as organizações sociais, “[...] aprimorando seus instrumentos de apoio ao desenvolvimento, com foco na inovação tecnológica, na agilidade e na qualidade dos serviços que presta.” (UNOCHAPECÓ, 2022b, [s.p.]).

Entre as estruturas que contribuem para a construção de uma cultura da inovação na universidade está a Agência de Gestão da Inovação e o Núcleo de Inovação e Transferência Tecnológica (NITT). A seção seguinte recupera os principais aspectos históricos desse setor estratégico e apresenta as perspectivas que compõem o seu horizonte de atuação.

NITT: conhecendo o NIT da Unochapecó

A história do NITT da Unochapecó é construída dentro de um processo amplo, de reposicionamento institucional e acadêmico-pedagógico, que está em curso há mais de dez anos, no sentido de fortalecer o papel da universidade na articulação com o setor produtivo e o governo. Nesse percurso, o NITT figurou como um dos pilares que deram sustentação para que a Unochapecó se tornasse referência em inovação no Oeste de Santa Catarina.

A criação do NITT aconteceu em 2008, por meio da Resolução n. 036/2008, do Conselho Universitário, motivada pela necessidade de descentralizar ações e dar celeridade à tramitação de procedimentos e iniciativas relacionadas à inovação tecnológica, à proteção da propriedade intelectual, à transferência de tecnologia e à elaboração de projetos institucionais. Buscava-se, também, atender ao disposto na Lei de Inovação Tecnológica (Lei 10.973/04) e na recém-promulgada Lei Catarinense de Inovação (UNOCHAPECÓ, 2008c, [s.p.]).

A instituição do NITT foi estratégica, naquele contexto, para o fomento de uma cultura de inovação no ambiente universitário, somando ao trabalho que vinha sendo realizado pela Incubadora Tecnológica da Unochapecó (INCTECH), desde 2003. Por outro lado, e na perspectiva da comunidade regional, a formação do NITT amplificou o debate, em formação, sobre as condições necessárias para a execução de um projeto de Parque Tecnológico em Chapecó (FANTINELLI *et al.*, 2017, [s.p.]).

O NITT surge, no organograma da instituição, vinculado à então Vice-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação, com natureza de assessoria, e para atender a um duplo objetivo: a) dar apoio na elaboração de projetos, na gestão e no contato com agências de fomento, no tocante à pesquisa, à extensão e à prestação de serviços; e b) coordenar e operacionalizar ações fundamentadas na inovação tecnológica, em todos os segmentos da ciência e da tecnologia, servin-

do de facilitador à concretização de parcerias com o setor produtivo (UNOCHAPECÓ, 2008c, [s.p.]). As competências do NITT, definidas no art. 8º da Resolução n. 36/2008, encontram-se reproduzidas no Quadro 1, adiante.

O setor foi apresentado a autoridades, representantes do meio acadêmico e empresarial e estudantes, no dia 5 de junho de 2008, em solenidade que contou com palestra do Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável de Santa Catarina. Localizado no térreo do Bloco F, o NITT teve como seu primeiro Coordenador Luiz Henrique Castelan Carlson, professor do curso de graduação em Engenharia de Alimentos (UNOCHAPECÓ, 2008b, [s.p.]).

Um ano mais tarde, a Resolução n. 30/2009, do Conselho Universitário, aprovou a estrutura do NITT. Entendeu-se, considerando as linhas de atuação do Núcleo, serem necessários dois agentes articuladores: um, na área de inovação tecnológica e propriedade intelectual, e outro, na de prospecção e captação de recursos. A representação política do NITT no meio acadêmico, no setor produtivo e nos mais diversos setores da sociedade, seria exercida pelo Coordenador Geral; enquanto as atividades de suporte técnico-administrativo, por um analista de projetos, com dedicação exclusiva (UNOCHAPECÓ, 2009e, [s.p.]).

Quadro 1. Competências do NITT da Unochapecó

- a) Propor a Política de Propriedade Intelectual da Unochapecó;
- b) Identificar necessidades e potencialidades para atividades de pesquisa, extensão e prestação de serviços para a comunidade;
- c) Potencializar as atividades do NIT no ensino, na graduação e na pós-graduação;
- d) Implementar, sedimentar e zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia;
- e) Apoiar o desenvolvimento de projetos de pesquisa, extensão e prestação de serviços que busquem a captação de recursos externos;
- f) Organizar, intermediar e responsabilizar-se pela gestão de transações de prestação de serviços da Unochapecó com a comunidade;
- g) Opinar pela conveniência e promover o pedido de registro de patentes, além de opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na instituição, passíveis de proteção intelectual;
- h) Mapear as necessidades de pesquisa e desenvolvimento das indústrias e as oportunidades de captação de recursos;
- i) Promover capacitação, em inovação tecnológica, dos colaboradores da Unochapecó;
- j) Estimular e apoiar o desenvolvimento de projetos de cooperação, envolvendo empresas, ICTs, e outras organizações.

Fonte: elaboração das autoras (2022), com reproduções do art. 8º, da Resolução n. 36/2008 (UNOCHAPECÓ, 2008c, [s.p.]).

A proposição da Política de Propriedade Industrial e Transferência de Tecnologia da Unochapecó, atribuição definida no Regulamento do NITT, foi uma das primeiras medidas executadas pelo setor. Depois da elaboração, discussão e tramitação no Conselho Universitário, a Polí-

tica tornou-se conhecida pela Resolução n. 032/2010. O documento fixou os critérios para a gestão dos direitos e obrigações inerentes às criações intelectuais produzidas na instituição, assim como àqueles relacionados à transferência de tecnologia, mediante a comercialização e licenciamento dos bens intangíveis de propriedade da universidade (UNOCHAPECÓ, 2010b, [s.p.]).

Na esfera do NITT, a Política teve, entre outros méritos, o de definir o papel do Núcleo nas diferentes fases do processo de proteção – desde o recebimento da comunicação de invenção até eventual depósito e licenciamento da propriedade industrial (UNOCHAPECÓ, 2010b, [s.p.]). Em 2015, o texto da Política sofreu alterações, e a nova versão, consolidada na Resolução n. 179/2015, do Conselho Universitário, permanece vigente até a atualidade.

Nos primeiros anos de funcionamento, por serem ainda incipientes as pesquisas com potencial para resultar em pedidos de proteção da propriedade intelectual, as demandas do NITT concentraram-se na mediação dos contratos de prestação de serviços e na prospecção e gestão de projetos de interesse da Unochapecó.

O NITT firmou parceria com a Associação das Câmaras Municipais do Oeste de Santa Catarina (Acamosc), para a realização de capacitações, em temáticas como práticas legislativas, desenvolvimento e planejamento territorial, e para a promoção do curso em Planejamento Público e Aspectos do Código Ambiental de Santa Catarina – progra-

mações direcionadas a agentes públicos municipais (UNOCHAPECÓ, 2008a, [s.p.]). Além disso, no seu primeiro ano de existência, prestou serviços aos municípios de São Lourenço do Oeste (SC) e São Valentim (RS) na elaboração, respectivamente, do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social e do Planejamento Estratégico Participativo Integrado (UNOCHAPECÓ, 2009c, [s.p.]).

Na atuação enquanto escritório de projetos, o Núcleo foi decisivo para a execução, na Unochapecó, do projeto Desenvolvimento e Transferência Tecnológica do Cultivo e Processamento de Fitoterápicos na Região Oeste Catarinense, financiado pela Prefeitura Municipal, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pela Caixa Econômica Federal. O projeto é lembrado como “o primeiro case de sucesso, do NITT, na gestão de projetos” e os seus resultados foram apresentados no Seminário de Desenvolvimento e Transferência Tecnológica no Cultivo e Processamento de Fitoterápicos na região Oeste Catarinense, cuja realização contou com o apoio do Núcleo (UNOCHAPECÓ, 2011a, [s.p.]).

Em 2009, o NITT captou recursos do Governo do Estado, mediante o Edital n. 12/2009, da Fapesc, para a realização do programa Estruturação Estratégica para Desenvolvimento da Inovação no Oeste Catarinense. Dele resultaram a implantação do Doutorado Interinstitucional em Engenharia de Produção, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); a elaboração do projeto do

Mestrado Profissional em Tecnologia e Gestão da Inovação; a criação de três incubadoras regionais, nas cidades de Palmitos, Saudades e Seara; a criação dos cursos de graduação em Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica; e a implementação da estratégia de núcleos de pesquisa e estruturação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da Unochapecó (UNOCHAPECÓ, 2013b, [s.p.]). Essas iniciativas fomentaram a produção científica com potencial inovador e, no caso das incubadoras regionais, aproximaram a universidade do setor produtivo, alavancando a atuação do NITT.

Enquanto se ocupava de rotinas administrativas, o Núcleo também dava passos importantes na disseminação das temáticas relacionadas ao seu campo de trabalho. No ano de 2009, organizou o I Seminário Sul Brasileiro de Inovação e Transferência de Tecnologia, reunindo acadêmicos e lideranças das esferas pública e privada, para debater pautas como inovação tecnológica e desenvolvimento, regulamentação de contratos universidade/empresa, propriedade industrial como diferencial competitivo e a estruturação de parques tecnológicos (UNOCHAPECÓ, 2009b, [s.p.]). O sucesso do evento garantiu que ele se tornasse tradicional na programação do NITT, chegando, em 2018, à quarta edição.

O NITT avançava nos seus propósitos, mas, por ser uma estrutura em implementação, ainda enfrentava desafios, especialmente no aperfeiçoamento do modelo de gestão e na operacionalização das ativi-

dades. A busca de conhecimento, nas mais diversas fontes – cursos, congressos, troca de experiência com NITs de outras ICTs, etc. – serviu de fórmula para superar as dificuldades. A participação no Projeto de Implantação e Estruturação do Arranjo Catarinense de Núcleos de Inovação Tecnológica (PRONIT), entre os anos de 2009 e 2011, foi um fato marcante, nesse sentido.

O PRONIT, financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e promovido pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL), pela Fapesc e pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), oportunizou capacitações em temas como: elaboração e gestão de projetos, busca em base de dados de patente, elaboração de contratos de prestação de serviços, avaliação e valoração de tecnologias, gestão da propriedade intelectual e transferência tecnológica (UNOCHAPECÓ, 2009d, [s.p.]). As ações, que sempre contaram com a participação de representantes do NITT, eram desenvolvidas, principalmente, em Florianópolis. Na Unochapecó, a apresentação do PRONIT aconteceu em novembro de 2009, com a presença de Eliza Coral, consultora do IEL (UNOCHAPECÓ, 2009a, [s.p.]).

O envolvimento no PRONIT proporcionou o desenvolvimento de competências técnicas e do planejamento estratégico para a consolidação do NITT, e possibilitou a ampliação da equipe, com a destinação de recursos para a contratação de uma bolsista. Por outro lado, potencializou os contatos com outras instituições de ensino, plantando

a semente da rede enquanto mecanismo de organização e interação entre os NITs catarinenses.

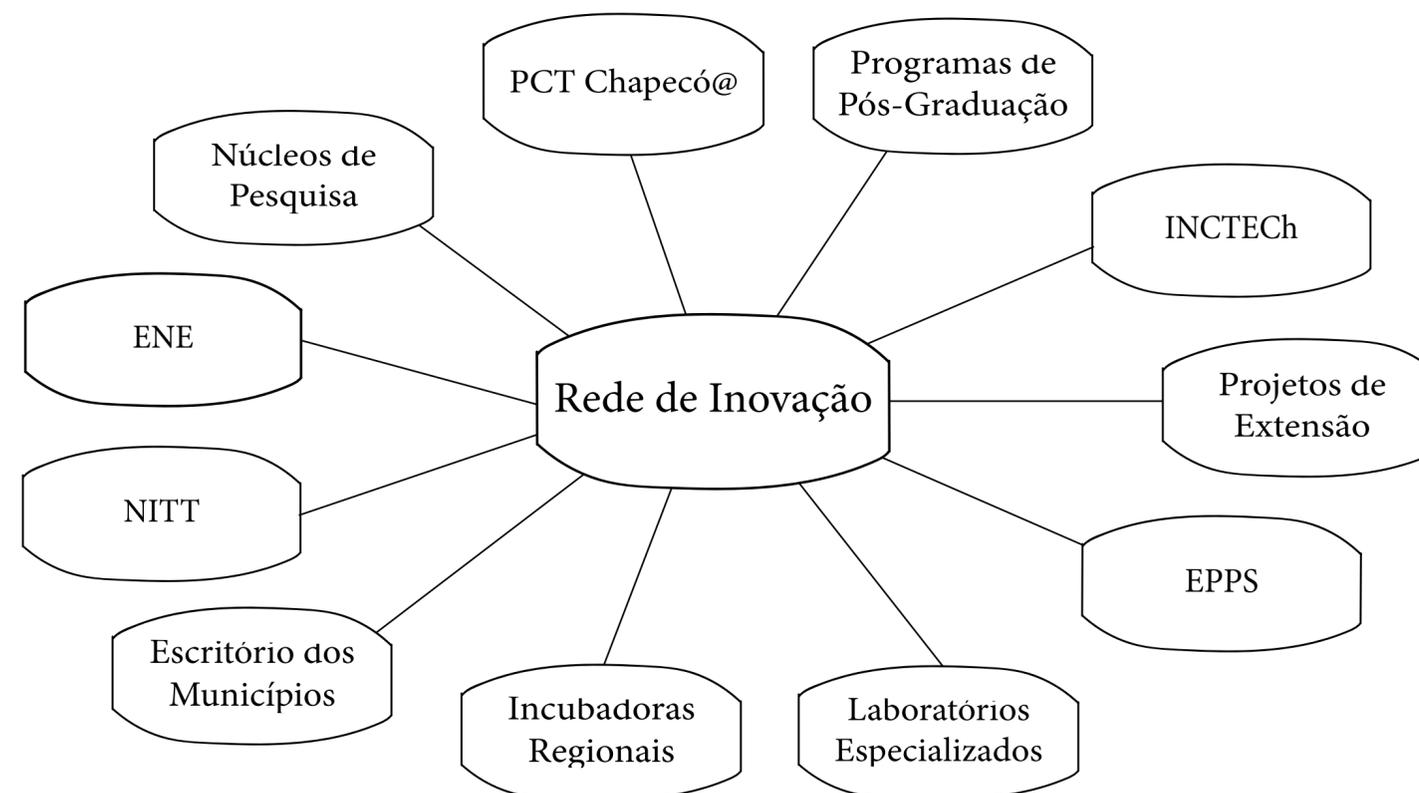
Os estímulos que vinham do ambiente externo faziam crescer a visibilidade e a importância institucional do NITT, indicando a necessidade de criar meios para a expansão do Núcleo. Assim, em agosto de 2010, o setor ganhou novas instalações, no Bloco E da universidade. À época, a coordenação do NITT estava a cargo da professora Rose de Oliveira Mendes, e a ampliação da infraestrutura física coincidiu com o lançamento do Centro de Residência em Software (CRS), que passou a compor, junto com o NITT e a INCTECh, a nascente Rede de Inovação da Unochapecó (UNOCHAPECÓ, 2010a, [s.p.]).

Nessa primeira fase da trajetória do NITT (2008-2013), a interação com o setor produtivo resultava tanto de um movimento orgânico, motivado pelas demandas de pesquisadores e empresas, quanto de situações pontuais com grande capacidade de projeção do Núcleo, como a participação em feiras de negócios. O NITT esteve presente em duas edições da Feira de Multissoluções em Gestão, Serviços e Tecnologia, a Expen, sendo que, na primeira, em 2011, organizou o Workshop de Gestão da Inovação (UNOCHAPECÓ, 2011b, [s.p.]). Na Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó, a Efapi, realizada no mesmo ano, contou com *stand* próprio, oportunidade para a divulgação do trabalho realizado e para a prospecção de novas parcerias (UNOCHAPECÓ, 2011c, [s.p.]).

A criação do Parque Científico e Tecnológico (PCT) Chapecó @ – hoje, Pollen Parque Científico e Tecnológico –, pela Portaria n. 132/2012, inaugurou um novo momento na governança da inovação na universidade, com impactos diretos nos setores que se ocupavam dessa função, incluindo o NITT. A formalização do PCT foi resultado de um longo planejamento, iniciado em 2008, que envolveu debates e arranjos interinstitucionais e o desenvolvimento do ecossistema local de inovação. Após duas missões de reconhecimento, em 2010 e em 2011, para aprendizagem em parques de referência, na região da Catalunha, na Espanha, estruturou-se de forma definitiva o projeto de implantação do Parque (FANTINELLI *et al.*, 2017, [s.p.]). A equipe do NITT, especialmente a coordenação, esteve envolvida em todos os estágios desse processo.

No ano de 2013, a Rede de Inovação da Unochapecó foi institucionalizada, com a centralização de diferentes atores envolvidos na consecução do PCT, alguns já em funcionamento, como o NITT e a INCTECh, e outros recém-fundados, como o Escritório de Projetos e Prestação de Serviços (EPPS), o Escritório de Municípios (EM) e o Escritório de Negócios e Empreendedorismo (ENE). A implementação da Rede contribuiu para “[...] a articulação dos agentes do setor produtivo com as capacidades de pesquisa, extensão e ensino instaladas na universidade [...]” (FANTINELLI *et al.*, 2017, [s.p.]), e deu suporte para que as próximas etapas da implantação do Parque fossem concretizadas.

Figura 1. Organograma da Rede de Inovação (2013)



Fonte: elaboração das autoras (2022), com base em Fantinelli *et al.* (2017, [s.p.]).

A formação da Rede alterou a dinâmica de trabalho do NITT, especialmente quanto ao controle de projetos e à prestação de serviços, atribuições absorvidas pelo EPPS. Dessa forma, na nova configuração, o NITT passou a ocupar-se, principalmente da cooperação interinstitucional, da gestão da inovação tecnológica e da propriedade intelectual, e, em termos de estrutura física, transferiu-se para o terceiro piso do Bloco G, junto à Rede de Inovação. A coordenação do

Núcleo, nesse período, era desempenhada pelo professor Radamés Pereira (FONTANELA, 2022, [s.p.]).

Apesar das mudanças, seguia inalterado o protagonismo do NITT enquanto mobilizador e multiplicador de conhecimento, dentro e fora da universidade. Em 2013, o Núcleo promoveu um *workshop* internacional sobre Sistemas Regionais de Inovação, com a participação de profissionais do Brasil, da Itália, da Alemanha, da Argentina e da Colômbia; e apoiou a realização, pelo IEL, do *Workshop* de Integração do Sistema Regional da Inovação da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ, 2013a, [s.p.]). No biênio 2013-2014, organizou, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), duas edições do Congresso Internacional de Inovação Aberta na Indústria de Alimentos e Bebidas (FONTANELA, 2016, p. 155).

O ano de 2013 marca, também, a organização conjunta, pelo NITT e pela INCTECh, da primeira Maratona da Inovação. Em formato de competição, a Maratona forneceu ferramentas ao desenvolvimento de empreendimentos inovadores, a partir de ideias de estudantes de graduação e pós-graduação, estimulando projetos para incubação junto à INCTECh. Em 2018, o concurso chegou à sexta edição (UNOCHAPECÓ, 2018, [s.p.]).

Os frutos do acultramento para a inovação e para propriedade intelectual, assim como da consistência das pesquisas desenvolvi-

das na Unochapecó, começaram a ser colhidos em 2014, com o depósito do primeiro pedido de patente de titularidade da instituição (UNOCHAPECÓ, 2014, [s.p.]). A essa altura, o processamento das solicitações de proteção da propriedade intelectual seguia fluxos definidos, tal qual ocorre atualmente.

Na trajetória do NITT, a capacitação da equipe sempre foi prioridade. Em diferentes épocas, os funcionários e bolsistas alocados no setor participaram de cursos oferecidos pelo INPI, pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e por outras instituições do segmento. Em 2014, a Unochapecó celebrou um Termo de Cooperação com a Fondazione Bruno Kessler (FBK), de Trento, na Itália, para a realização de projetos colaborativos, e, no ano seguinte, a Coordenadora do NITT, professora Cristiani Fontanela, e outros dois representantes da universidade realizaram estudos, pelo período de três semanas, na instituição italiana (FONTANELA, 2016, p. 156).

A temporada na Itália permitiu conhecer o sistema Trentino de inovação e o modelo adotado pela FBK na gestão dos direitos de propriedade intelectual e transferência de tecnologia. Como desdobramento desse intercâmbio internacional, a Unochapecó promoveu o Seminário Inovação Científica e Aplicações Industriais: integração entre Brasil e Itália, com organização do NITT e do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão da Inovação, e apoio da FBK e da Fapesc (FONTANELA, 2016, p. 156).

Outras experiências internacionais vivenciadas pela coordenação do NITT, e que contribuíram para o aperfeiçoamento das atividades no setor, foram as participações: a) no Workshop Internacional Gerenciamento Tecnológico y Desarrollo Regional, em Córdoba, Argentina, em junho de 2015; b) na 25th International Conference for Management of Technology – IAMOT, na Flórida, Estados Unidos, em 2016; e c) na 26th International Association for Management of Technology Conference – IAMOT 2017, em Viena, Áustria, em maio de 2017 (FONTANELA, 2022, [s.p.]).

O início das atividades do Centro de Inovação Tecnológica de Chapecó, que abriga o Pollen Parque Científico e Tecnológico, no ano de 2021, inaugurou um novo estágio da história do Núcleo. A Unochapecó é a gestora do Parque, e, assim como os outros componentes da Rede de Inovação, agora denominada Agência de Gestão da Inovação, o NITT encontra-se instalado no local, circunstância que favorece significativamente a integração com os demais atores do ecossistema regional de inovação (FONTANELA, 2022, [s.p.]).

Nesse contexto, os eventos e capacitações são promovidos de modo colaborativo pelos escritórios da Agência, com atuação destacada dos membros do NITT. Antes mesmo da inauguração do Centro de Inovação e quando o Pollen Parque ainda era conhecido como Parque Científico e Tecnológico Chapecó@, a programação já contava com *summits*, *hackathons*, *talks*, e outras atividades (FONTANELA, 2022, [s.p.]).

Atualmente, no organograma da Unochapecó, o NITT vincula-se à Agência de Gestão da Inovação, que, por sua vez, responde diretamente ao Reitor. A equipe é formada por três integrantes: a professora Cristiani Fontanela – Coordenadora do Núcleo e professora dos cursos de graduação e mestrado em Direito da Unochapecó –, uma analista de projetos e uma técnica administrativa. Além das demandas na área de proteção à propriedade intelectual, o NITT intermedia todos os convênios e contratos realizados entre a Unochapecó e o setor produtivo, seja para a negociação e comercialização de tecnologias desenvolvidas pelos pesquisadores da universidade, seja para a execução de projetos de pesquisa e desenvolvimento em parceria (FONTANELA, 2022, [s.p.]).

Figura 2. Identidade visual do NITT da Unochapecó (2022)



Fonte: acervo NITT (2022).

Com a adoção, pela Unochapecó, do modelo de ensino da Aprendizagem Baseada na Experiência (Abex), em 2021, a atuação do NITT alcançou relevância institucional ainda maior. A Abex promoveu a reestruturação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), ampliando as práticas profissionais e o contato com a comunidade, a partir da identificação de situações-problemas e da proposição de projetos para enfrentá-las. A ação dos estudantes, quando envolve intervenção em espaços externos, é acompanhada pelo NITT, em todas as suas fases – da formalização da cooperação até a apresentação dos resultados (FONTANELA; FIORI, 2021, [s.p.]).

Apenas no âmbito da Abex, já passaram pelo NITT mais de 50 projetos. De forma geral, nos últimos cinco anos, o número de termos de cooperação firmados com o setor produtivo é superior a 80. Quanto à propriedade intelectual, existem sete pedidos de patente em processo de análise no INPI, oito desenhos industriais e dois programas de computador registrados, esses últimos em cotitularidade (FONTANELA; FIORI; 2021, [s.p.]).

No ano de 2019, o projeto *Manutenção e Consolidação do NITT da Unochapecó junto ao Centro de Inovação Chapecó e Parque Científico e Tecnológico Chapecó@*, proposto pela Coordenadora do NITT, foi contemplado no Edital de Chamada Pública n. 14/2019, da Fapesc. No âmbito desse projeto, foi elaborado o mapeamento de competências dos docentes da instituição, foi publicada uma cartilha in-

formativa sobre propriedade intelectual, organizou-se o portfólio de tecnologias, disponível eletronicamente na página da Unochapecó; contratou-se uma bolsista; promoveu-se a capacitação da equipe, realizaram-se eventos, entre outras medidas (FONTANELA, 2022, [s.p.]).

Para além das melhorias internas, o NITT da Unochapecó tem se envolvido ativamente na constituição da Rede Catarinense de NITs – a Rede NITSC –, iniciativa potencializada no marco do Edital n. 14/2019. A Coordenadora do Núcleo, professora Cristiani Fontanela, integrou o Comitê Gestor da Rede, no biênio 2021-2022 (FONTANELA, 2022, [s.p.]).

A Rede NITSC não é, no entanto, o único espaço de discussão e construção coletiva do qual o NITT participa. Na cidade de Chapecó, o Núcleo tem representação no Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Chapecó (CMCTI). Em nível nacional, faz parte do Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (FORTEC). Além disso, dialoga com associações de representação do setor empresarial, de Chapecó e região, e com outras universidades do Estado (FONTANELA, 2022, [s.p.]).

O percurso trilhado pelo NITT da Unochapecó, em mais de uma década, confunde-se com a própria trajetória da universidade na promoção da inovação, tanto na esfera institucional, quanto na Região Oeste de Santa Catarina. Consolidado em um ambiente favorável a

novas conexões, como é o Pollen Parque Científico e Tecnológico, o NITT segue empenhado em manter-se atualizado e capacitado para atender, com qualidade e eficiência, às demandas da comunidade acadêmica e de seus parceiros.

Principais legislações em vigor

Resolução n. 36/2008/CONSUN – Cria o NITT da Unochapecó.

Resolução n. 30/2009/CONSUN – Aprova a estrutura do NITT.

Resolução n. 179/2015/CONSUN – Atualiza a Política de Propriedade Industrial e Transferência de Tecnologia da Unochapecó.

Onde encontrar

Endereço: Pollen Parque Científico e Tecnológico, R. Eduardo Pedroso da Silva, 195 E – Efapi, Chapecó – SC, CEP 89809-060.

E-mail: nitt@unochapeco.edu.br

Site: <https://www.unochapeco.edu.br/nitt>

Instagram: @pollenparque | <https://www.instagram.com/pollenparque/>

Referências

FANTINELLI, Ricardo Scaratti *et al.* Framework estratégico de Parques Científicos e Tecnológicos: o caso Chapecó@. *In*: CONFERÊNCIA ANPROTEC, 27., 2017, Rio de Janeiro. **Anais da 27ª Conferência Anprotec.** 2017. Disponível em: <https://conferenciaanprotec.com.br/conferencia2017/wp-content/uploads/2017/10/Conferencia-Anprotec-2017-Anais-Completo.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2022.

FONTANELA, Cristiani. **Histórias e perspectivas do Núcleo de Inovação e Transferência Tecnológica (NITT) da Unochapecó.** Entrevista concedida à Tuana Paula Lavall. 2022.

FONTANELA, Cristiani. **Modelo jurídico para o Parque Científico e Tecnológico Chapecó@:** uma proposta a partir da abordagem da Tríplice Hélice. 2016. 287 f. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

FONTANELA, Cristiani; FIORI, Márcio Antonio. **O papel do NITT e a relação com a pesquisa científica.** Chapecó: Unochapecó, 2021. (Palestra ministrada no 10º Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação da Unochapecó). Disponível em: https://www.unochapeco.edu.br/portal/images/stories/publicacoes/2021/09/09_10_Seminario_Integrado_de_Ensino_Pesquisa_Extensao_e_Inovacao_da_Unochapeco.pdf

youtube.com/watch?v=M-c2lkGocvc&t=3061s. Acesso em: 17 ago. 2022.

FUNDESTE – Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste. **Quem somos**. 2022a. Disponível em: https://fundeste.org.br/index.php/quem_somos. Acesso em: 18 ago. 2022.

FUNDESTE – Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste. **Relatório de Sustentabilidade 2021**. 2022b. Disponível em: https://www.unochapeco.edu.br/ckfinder/userfiles/files/Unochapeco_78_MB.pdf. Acesso em: 18 ago. 2022.

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó. **A Fundeste**. 2022a. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/info/a-fundeste>. Acesso em: 18 ago. 2022.

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó. **A Unochapecó**. 2022b. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/info/a-unochapeco>. Acesso em: 18 ago. 2022.

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó. **Notícias**: Apresentação do PRONIT reúne empresários, docentes e acadêmicos. 2009a. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/nitt/noticias/apresentacao-do-pronit-reune-empresarios-docentes-e-academicos>. Acesso em: 11 ago. 2022.

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó. **Notícias**: Chapecó sedia o I Seminário Sul Brasileiro de Inovação e Transferência Tecnológica. 2009b. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/noticias/chapeco-sedia-o-i-seminario-sul-brasileiro-de-inovacao-e-transferencia-tecnologica>. Acesso em: 11 ago. 2022.

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó. **Notícias**: Concurso de ideias. 2018. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/noticias/ltimos-dias-para-estudantes-da-uno-se-inscreverem-na-maratona-da-inovacao>. Acesso em: 16 ago. 2022.

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó. **Notícias**: Encontro Regional de Práticas Legislativas Municipais. 2008a. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/nitt/noticias/encontro-regional-de-praticas-legislativas-municipais>. Acesso em: 10 ago. 2022.

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó. **Notícias**: Inauguração do novo espaço do NITT e do projeto

de residência de software. 2010a. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/nitt/noticias/inaugura-o-do-novo-espaco-do-nitt-e-do-projeto-residencia-de-software>. Acesso em: 12 ago. 2022.

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó. **Notícias:** NITT entrega resultados do primeiro case de sucesso na gestão de projetos. 2011a. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/noticias/nitt-entrega-resultados-do-primeiro-case-de-sucesso-na-gestao-de-projetos>. Acesso em: 10 ago. 2022.

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó. **Notícias:** NITT organiza palestra sobre inovação na Feira EXPEN. 2011b. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/nitt/noticias/nitt-organiza-palestra-sobre-inovacao-na-feira-expen>. Acesso em: 13 ago. 2022.

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó. **Notícias:** NITT/Unochapecó apresenta inovações na Efapi. 2011c. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/noticias/nitt-unochapeco-apresenta-inovacoes-na-efapi>. Acesso em: 13 ago. 22.

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó. **Notícias:** Núcleo de Transferência Tecnológica aproxima a

Unochapecó da comunidade. 2008b. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/noticias/nucleo-de-transferencia-tecnologica-aproxima-unochapeco-da-comunidade>. Acesso em: 9 ago. 2022.

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó. **Notícias:** Núcleo de Inovação e Transferência Tecnológica da Unochapecó completa um ano. 2009c. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/noticias/nucleo-de-inovacao-e-transferencia-tecnologica-da-unochapeco-completa-um-ano-de-atividades>. Acesso em: 10 ago. 2022.

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó. **Notícias:** RIS 2013 inicia calendário nacional de discussões sobre inovação. 2013a. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/noticias/ris-2013-inicia-calendario-nacional-de-discussoes-sobre-inovacao>. Acesso em: 13 ago. 2022.

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó. **Notícias:** Unochapecó é pioneira em invenção relacionada ao cultivo do milho. 2014. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/noticias/unochapeco-e-pioneira-em-invencao-relacionada-ao-cultivo-de-milho>. Acesso em: 16 ago. 2022.

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó.
Notícias: Unochapecó integra Rede Catarinense de Núcleos de Inovação. 2009d. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/noticias/unochapeco-integra-rede-catarinense-de-nucleos-de-inovacao>. Acesso em: 11 ago. 2022.

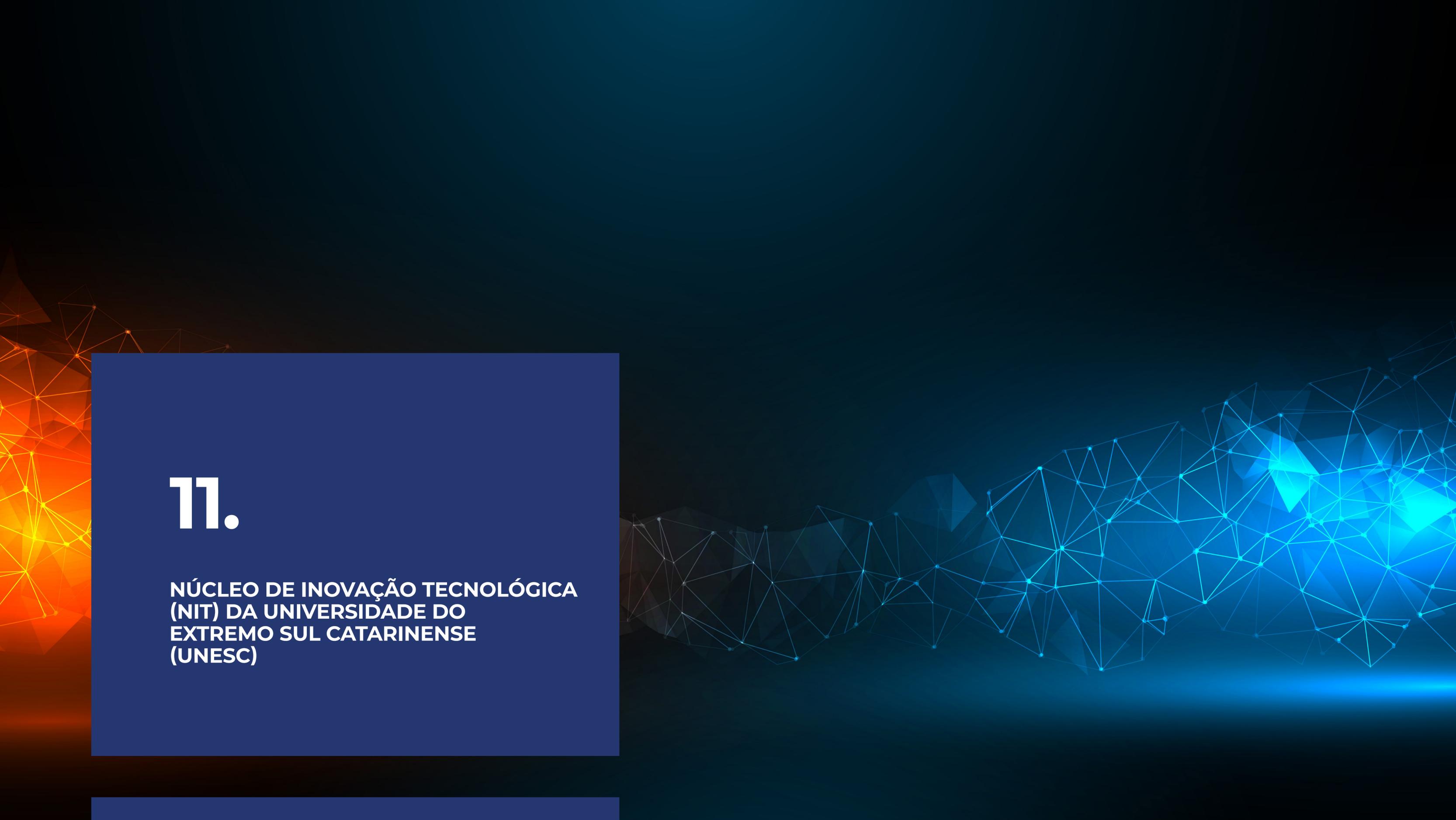
UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó.
Planejamento estratégico: Parque Científico e Tecnológico Chapecó@. 2013b.

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó.
Resolução n. 30/2009, do Conselho Universitário, 6 de maio de 2009. Aprova a estrutura do Núcleo de Inovação e Transferência Tecnológica (NITT). 2009e.

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó.
Resolução n. 32/2010, do Conselho Universitário, 18 de março de 2010. Aprova a Política Institucional de Propriedade Industrial e Transferência de Tecnologia da Unochapecó. 2010b.

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó.
Resolução n. 36/2008, do Conselho Universitário, 6 de maio de

2008. Cria o Núcleo de Inovação Tecnológica da Unochapecó que adotará a sigla NITT. 2008c.



11.

**NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
(NIT) DA UNIVERSIDADE DO
EXTREMO SUL CATARINENSE
(UNESC)**

A Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), de natureza comunitária, é mantida pela Fundação Educacional de Criciúma (Fucricri), primeira instituição a ofertar cursos de ensino superior no Sul do Estado. A sua criação, na década de 1960, atendeu aos anseios dos moradores da região, que, até então, precisavam deslocar-se para a capital ou para outros Estados, em busca de qualificação profissional.

O movimento em favor do ensino de nível superior, em Criciúma, ganhou máxima expressão com a realização, nos dias 22 e 23 de junho de 1968, do Seminário de Estudos Pró-Implantação do Ensino Universitário do Sul Catarinense. O evento reuniu educadores, intelectuais, políticos, magistrados, lideranças comunitárias e a imprensa, e resultou na promulgação da Lei n. 697, que criou a Fucricri. Além de atender ao apelo da comunidade organizada, a criação da instituição cumpria, também, promessa da campanha eleitoral do então prefeito Ruy Hülse (UNESC, 2018, [s.p.]).

Inicialmente, a Fucricri ofertou cursos voltados ao magistério, expandindo as opções, com o passar do tempo, para atender a demanda do setor empresarial. As aulas aconteciam no Colégio Madre Tereza Michel, e, a partir de 1971, na Escola Técnica General Oswaldo Pinto da Veiga (SATC). As primeiras instalações do atual campus, localizado no Bairro Universitário, em Criciúma, foram inauguradas em junho de 1974 (UNESC, 2018, [s.p.]).

Até setembro de 1991, a Fucricri mantinha quatro unidades de ensino: a Faculdade de Educação e Ciências de Criciúma (Faciēcricri), a Escola Superior de Educação Física e Desportos (Esede), a Escola Superior de Tecnologias (Estec) e a Escola de Ciências Contábeis e Administrativas (Escca). Com o início do processo de reconhecimento da Fundação como universidade, mostrou-se necessária a unificação regimental, com a integração das quatro entidades, e a criação da União das Faculdades de Criciúma (Unifacricri) (UNESC, 2018, [s.p.]; UNESC, 2020, p. 10).

Em agosto de 1992, o Conselho Federal de Educação acolheu a carta-consulta para a transformação da Unifacricri em Unesc, processo que foi efetivado, definitivamente, em 1997. A Unesc emerge, assim, como universidade, com o compromisso de promover “[...] a inserção social e o desenvolvimento da comunidade em que está inserida, por meio do ensino de qualidade, da produção e da disseminação do conhecimento pela pesquisa e pelas ações de extensão.” (UNESC, 2020, p. 14). A Fucricri segue como a mantenedora da nova instituição, assim como do Colégio Unesc.

Atualmente, com a missão de “[e]ducar, por meio do ensino, pesquisa e extensão, para promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida [...]” (UNESC, 2020, p. 16), a Unesc oferta 56 cursos de graduação, distribuídos nas modalidades presencial e a distância; oito cursos de mestrado, cinco cursos de doutorado;

além de diversos cursos de especialização. São, aproximadamente, 12 mil estudantes frequentando uma infraestrutura ampla, com salas de aula, biblioteca, parque científico e tecnológico, clínicas integradas na área da saúde, entre outros diferenciais (UNESC, 2020, p. 24).

Na pesquisa, contabiliza 84 grupos cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), os quais desenvolvem dez programas e 232 projetos, fazendo com que a produção científica da universidade tenha destaque, pela quantidade e qualidade, em rankings nacionais. Por outro lado, beneficia diretamente a comunidade regional por meio de 20 programas e 62 projetos de extensão, como, por exemplo, o Centro de Prática Jurídica (CPJ), o Centro Especializado em Reabilitação (CER) e o Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) (UNESC, 2020, p. 24).

Nos últimos anos, a Unesc tem investido fortemente em internacionalização, incentivando e promovendo experiências de mobilidade acadêmica em parceria com instituições de ensino superior estrangeiras. Outra fronteira que vem sendo desbravada a passos largos é a da inovação, com ações para a formação e consolidação de um ecossistema interno nesse sentido.

Entre os atores que integram esse ecossistema destaca-se o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), uma das primeiras estruturas

dessa natureza a serem instituídas no Estado. A seção seguinte recupera os principais aspectos históricos do NIT da Unesc e apresenta as perspectivas que compõem o seu horizonte de atuação.

Conhecendo o NIT da Unesc

A trajetória do NIT da Unesc confunde-se com a da Agência de Desenvolvimento, Inovação e Transferência Tecnológica (ADITT), estrutura a qual está vinculado. Em 2008, para atender às demandas internas e aproveitar oportunidades de fomento na área da inovação, a universidade criou, por meio da Resolução n. 03/2008, a ADITT, órgão de apoio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão.

A ADITT nasce com a finalidade de regular e facilitar o relacionamento entre a universidade e as empresas, articular o desenvolvimento de projetos com organizações públicas e privadas, e gerenciar a prestação de serviços tecnológicos e o oferecimento de capacitações e consultorias, pela Unesc. A configuração inicial do organograma da Agência contemplava a figura do Diretor, um Núcleo de Gestão da Inovação e Transferência Tecnológica (NUGITT), e os Setores de Apoio à Captação de Recursos (SEACAR) e de Prestação de Serviços (SPS) (UNESC, 2008, [s.p.]).

Nessa formatação, o Diretor, escolhido e nomeado pelo Reitor, assumia a condição de Coordenador da ADITT. Suas atribuições incluíam a representação da Agência nos órgãos da administração universitária e na comunidade; a gestão, supervisão e fiscalização das atividades realizadas; o estabelecimento de rotinas administrativas para o encaminhamento das demandas prospectadas e dos projetos e serviços desenvolvidos; a elaboração do plano de trabalho anual do setor, entre outras (UNESCO, 2008, [s.p.]). O primeiro Diretor da ADITT foi o professor Elídio Angioletto, do curso de Engenharia dos Materiais.

Ao SEACAR cumpria as funções relacionadas à captação de recursos externos para viabilizar projetos institucionais e interinstitucionais, assim como a divulgação dos editais de fomento. Nessa perspectiva, o Setor realizava o acompanhamento de todas as fases dos projetos, desde a submissão, passando pela providência da documentação, a aprovação, o andamento dos trabalhos, até a finalização, com o apoio aos pesquisadores na prestação de contas (UNESCO, 2008, [s.p.]).

O SPS, por outro lado, mediava o processo de contratação ou de fornecimento de serviços tecnológicos. Sob sua tutela estavam atividades como a estruturação de banco de dados, com o cadastro de profissionais de diversas áreas, para viabilizar possíveis

contratações no âmbito de programas e projetos; o atendimento das demandas de serviços, advindas da comunidade externa, com potencial para gerarem retorno financeiro à universidade; a proposição e celebração de convênios ou contratos referentes à prestação de serviços; a coordenação das ações de consolidação da política de prestação de serviços da Unesc, entre outras (UNESCO, 2008, [s.p.]).

Finalmente, o NUGITT funcionava como o NIT da instituição, em consonância com as determinações da Lei de Inovação Tecnológica. A missão do Setor era “[r]ealizar ações para proteger o patrimônio intelectual da Unesc e da comunidade; promover a transferência dos resultados de pesquisa à sociedade [...]”, na busca pelo fortalecimento e ampliação da interação entre a Unesc e o setor produtivo (UNESCO, 2009a, [s.p.]). Essa interação tinha como objetivo último beneficiar as atividades de ensino e pesquisa e contribuir para o desenvolvimento do país (UNESCO, 2009a, [s.p.]).

As atribuições do NUGITT, elencadas pelo art. 7º da Resolução que instituiu a ADITT, estão reproduzidas no Quadro 1. O Núcleo teve como sua primeira Coordenadora a professora Roseli Jenoveva Neto, da área da Administração, nomeada pela Portaria n. 98/2009/Reitoria (UNESCO, 2009b, [s.p.]).

Quadro 1. Atribuições do NUGITT (2008)

- a) Incentivar a inovação por meio da interação entre a universidade e as empresas com vista a promover o desenvolvimento regional, a qualidade e a sustentabilidade do ambiente da vida;
- b) Propor a política institucional de estímulo à criação e à proteção das criações, licenciamentos, inovações e outras formas de transferência de tecnologias;
- c) Incentivar ações que resultem em diagnóstico objetivo e preciso dos gargalos tecnológicos na produção;
- d) Articular o desenvolvimento de parcerias com vistas à elaboração e execução de projetos que resultem em inovação tecnológica de produtos, processos ou serviços;
- e) Avaliar a adoção de invenção independente e propiciar o desenvolvimento de projetos que viabilizem sua utilização e industrialização;
- f) Disponibilizar, em base de dados, informações atualizadas sobre as metodologias de gestão da inovação e de competências;
- g) Apoiar a criação e o uso de instrumentos de gestão da inovação;
- h) Negociar a titularidade da propriedade intelectual e o registro de eventuais inovações decorrentes dos projetos;
- i) Incentivar e orientar as ações de proteção de criações e licenciamentos;
- j) Resguardar os direitos de propriedade intelectual;
- k) Articular negociações, convênios/contratos que envolvam propriedade intelectual.

Fonte: elaboração das autoras (2022), com reprodução do art. 7º da Resolução n. 03/2008/Reitoria (UNESC, 2008, [s.p.]).

Na década inicial, o funcionamento da ADITT e do NUGITT acontecia de forma integrada, inclusive com identidade de coordenação e equipe, em alguns momentos. Essa fase foi marcada por ações de sensibilização, para pavimentar uma cultura de inovação na universidade,

e pela concepção de instrumentos que auxiliassem na definição dos limites da atuação da Agência e do Núcleo.

Em 2010, membros da equipe do NUGITT participaram da comissão de planejamento que deu origem ao Parque Científico, Tecnológico e de Inovação da Unesc (Iparque), inaugurado no ano seguinte (UNESC, 2010, [s.p.]). O professor Elídio Angioletto, primeiro Diretor da ADITT, assumiu a coordenação do Comitê de Implantação do Iparque. À medida que o espaço foi inaugurado, com a instalação de quatro institutos de pesquisa – Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas, Instituto de Alimentos, Instituto de Pesquisas Socioeconômicas e Instituto de Engenharia – e da Incubadora Tecnológica de Ideias e Negócios (ITEC.in), o ecossistema de inovação da Unesc ganhou densidade, aumentando a demanda pelos serviços da ADITT e do NUGITT (UNESC, 2011b, [s.p.]).

Em atenção a esse novo momento institucional, o Conselho Universitário aprovou, em 2011, a Resolução n. 10, sobre propriedade intelectual e gestão e proteção dos direitos a ela relativos. A normativa – que passou por atualizações, mas permanece em vigor –, fixa os critérios para a participação dos docentes, pesquisadores, técnicos administrativos e acadêmicos nos resultados financeiros obtidos com a exploração comercial de criação protegida. Em seu art. 8º delega à ADITT o apoio à transferência de tecnologia, o estímulo e a promoção da proteção jurídica, assim como a exploração econômica das criações intelectuais (UNESC, 2011a, [s.p.]).

A essa altura, a grande aproximação funcional entre a ADITT e o NUGITT fez com que o Núcleo deixasse de ser mencionado na Resolução n. 17/2012/Reitoria, responsável por atualizar as disposições relativas à Agência. O instrumento centralizou na ADITT, sem operar divisões entre setores, as atividades de estímulo à inovação, ao desenvolvimento regional e à transferência de tecnologia; gestão da propriedade intelectual; captação de recursos; e realização de eventos (UNESCO, 2012, [s.p.]).

Em 2015, a Unesc reforçou o seu compromisso com a construção de um ambiente universitário marcado pela inovação ao iniciar as discussões para a elaboração de políticas institucionais nesta área. Por força da Portaria n. 005/2015, foi constituída uma comissão para a condução dos trabalhos, formada por 13 professores de diversas especialidades, sob a presidência da professora Melissa Watanabe (UNESCO, 2015, [s.p.]). A finalização desse longo processo, marcado pelo alinhamento de objetivos, pela manifestação de diferentes instâncias deliberativas e pelo cumprimento de uma série de formalidades, ocorreu em outubro de 2016, com a aprovação da Política de Inovação, pelo Conselho Universitário, por meio da Resolução n. 13/2016.

A Política da Inovação revitalizou o Núcleo de Inovação Tecnológica da Unesc. Com o advento dessa norma, o setor passou a ser denominado NIT – e não mais NUGITT, como estabelecido na Resolução n. 03/2008 – e, ao lado da ADITT, firmou-se como estrutura compe-

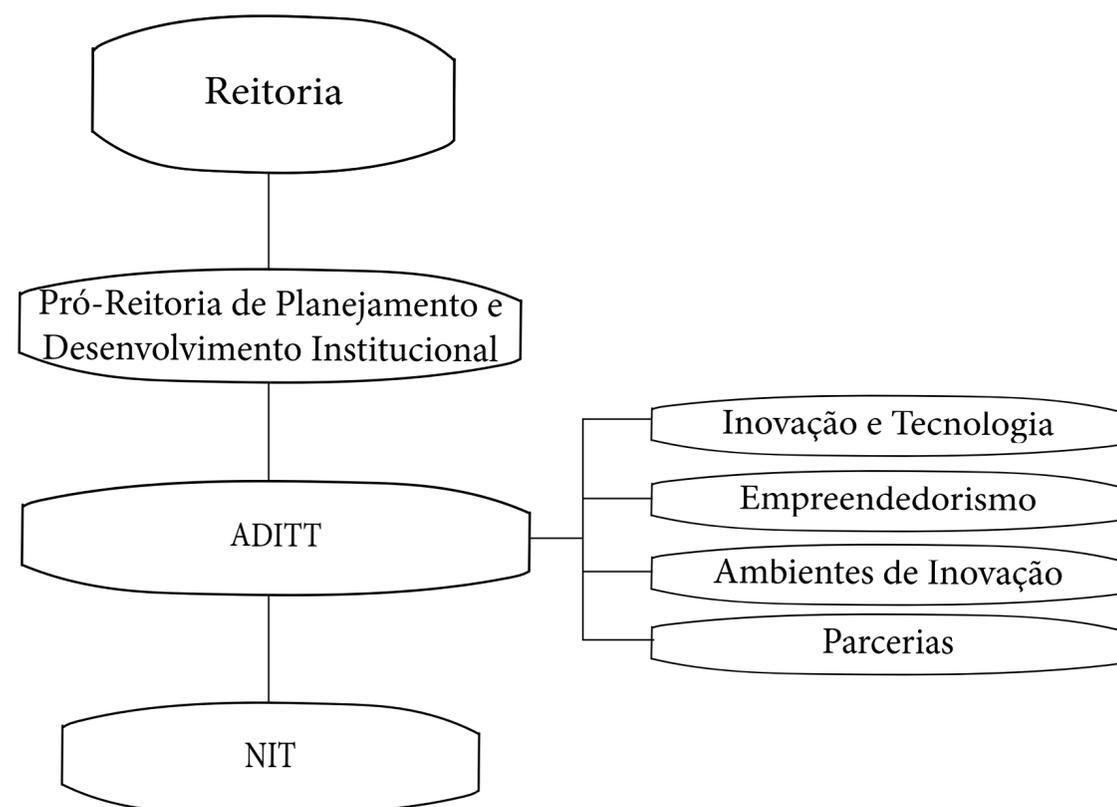
tente para gerir as atividades de inovação, propriedade intelectual e transferência de tecnologia na universidade. Além de encaminhar internamente as demandas relativas a essas temáticas, a Política encarregou o NIT de estabelecer parcerias com outros NITs e ICTs, para promover a inovação e a realização de projetos comuns, e atender às determinações governamentais, como o preenchimento de pesquisas e a apresentação de resultados (UNESCO, 2016, [s.p.]).

A introdução de diretrizes para orientar a comunidade acadêmica na esfera da inovação e da propriedade intelectual não se limitou, no entanto, à elaboração de instrumentos legais. O grupo de professores envolvido na formulação da Política de Inovação lançou, também, a Cartilha de Inovação e Propriedade Intelectual, material com a apresentação de conceitos básicos e a descrição dos procedimentos a serem adotados, junto à Unesc, para garantir a proteção dos direitos de propriedade intelectual resultantes de inovações.

A Cartilha foi criada para que as informações ali contidas servissem de “[...] ponto inicial de uma ampla divulgação e amadurecimento da cultura de inovação na Universidade [...]” (WATANABE *et al.*, 2016, p. 4), por isso a preferência por um formato leve e lúdico (WATANABE; SILVA, 2017, [s.p.]). O professor Michel Alisson da Silva, então Coordenador da ADITT, representou a Agência e o NIT nos trabalhos de produção e divulgação do material.

A partir desses esforços, a ADITT, vinculada à Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, consolidou-se como espaço de referência em inovação e propriedade intelectual na universidade. O NIT, por sua vez, enquanto eixo da Agência ligado ao pilar Inovação e Tecnologia (ver Figuras 1 e 2), aperfeiçoou processos operacionais e o relacionamento com outros programas institucionais de propósitos semelhantes, como o Núcleo de Empreendedorismo e a Incubadora Tecnológica (PORTAL ENGEPLUS, 2020, [s.p.]).

Figura 1. Posição do NIT no Organograma da Unesc



Fonte: elaboração das autoras (2022), com base em Nicoleit (2022, [s.p.]) e ADITT (2022, [s.p.]).

Quadro 2. Pilares da ADITT

Inovação e Tecnologia: identificar, organizar e conectar o conhecimento gerado pelo ensino, pesquisa e extensão.

Empreendedorismo: atrair e desenvolver agentes para a liderança de projetos que equilibram as 3 dimensões do desenvolvimento sustentável.

Ambientes e Inovação: ambientes com estrutura e tecnologia de ponta para promover e fomentar a pesquisa, o desenvolvimento, a inovação e o empreendedorismo.

Parcerias: ser um agente ativo na promoção do ecossistema de inovação e empreendedorismo a fim de fomentar o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Fonte: elaboração das autoras (2022), com reprodução de ADITT (2022, [s.p.]).

Sob a coordenação do professor Evânio Nicoleit – à frente do NIT desde 2018 –, trabalhou-se, fortemente, na padronização dos fluxos de trabalho. Uma das medidas adotadas foi a elaboração de documentos, como formulários e termos de compromisso, para todas as modalidades de proteção demandada, e a disponibilização desses modelos na página eletrônica do NIT, para facilitar o acesso pelos pesquisadores. No *website*, aliás, disponibiliza-se o fluxograma de solicitação de registro de propriedade intelectual, por meio do qual os interessados conhecem o trâmite do seu processo no Núcleo (NICOLEIT, 2022, [s.p.]).

No processamento das solicitações, o NIT constitui uma comissão *ad hoc* para avaliar a viabilidade da proposta e o interesse da Unesc no registro. Havendo parecer positivo, a busca de anterioridade e a redação dos pedidos de proteção são as únicas etapas delegadas a uma prestadora de serviços. A gestão dos títulos concedidos, com o pagamento da anuidade junto ao órgão competente, é realizada integralmente pelo NIT (NICOLEIT, 2022, [s.p.]).

Atualmente, prevalecem as solicitações de depósitos de patente, especialmente na área de Ciências, Engenharias e Tecnologias (CET) – desenvolvimento de materiais, de produtos, de processos. São mais de duas dezenas de pedidos tramitando no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), e algumas concessões, como a da patente de invenção de um colírio para tratamento de processo inflamatório intraocular, efetivada em 2021. Há, por parte do NIT, um estímulo aos pesquisadores para o desenvolvimento de programas de computador, sendo que existem, até o momento, dois registrados (ADITT, 2020, [s.p.]; NICOLEIT, 2022, [s.p.]).

Para além das atividades relacionadas à propriedade intelectual, outra importante frente de trabalho do NIT é o relacionamento direto com estudantes, professores e pesquisadores, para o esclarecimento de dúvidas. O NIT atende o público interessado tanto nas instalações do Iparque – em ambientes como o Talent Lab e a Incu-

badora Tecnológica –, quanto na sede da universidade, onde está localizada a secretaria do Núcleo. O compartilhamento de informações acontece, também, por meio de eventos, promovidos, na maioria das vezes, de forma articulada com a ADITT, e abertos para o público em geral, como Startup Weekends. Por outro lado, para atender a demandas específicas, o NIT organiza palestras em turmas da graduação ou nos programas de pós-graduação *stricto sensu* (NICOLEIT, 2022, [s.p.]).

A interação com o setor produtivo é favorecida pela existência de espaços estratégicos, dentro da universidade, para essa finalidade, a exemplo do Iparque e da Incubadora Tecnológica. A equipe do NIT oferece apoio aos incubados, e presta serviços de consultoria na área de propriedade intelectual e transferência de tecnologia, para empresas da região. A tendência é que essa aproximação se torne cada vez mais intensa, com o lançamento do Unesc Connect, *hub* de inovação da universidade (NICOLEIT, 2022, [s.p.]).

O Unesc Connect é uma plataforma que objetiva “[...] fazer com que diferentes pessoas, com variados projetos e demandas, sejam conectadas [...] para desenvolverem soluções dentro e fora da Universidade.” (UNESC, 2022, [s.p.]). O programa foi pensado para integrar os atores de inovação da Unesc; *startups*; pequenas, médias e grandes empresas; escolas públicas e privadas; potenciais empre-

endedores; consultorias de inovação; entidades governamentais; associações; aceleradores de *startups*; fundos de investimentos e a comunidade acadêmica (UNESC, 2022, [s.p.]).

Nas palavras do Gerente de Inovação da Unesc, professor Oscar Rubem Montedo, a iniciativa busca, em última análise, “[...] desenvolver a inovação no ecossistema interno, mas também no externo, procurando aproximar cada vez mais a Universidade da comunidade.” (UNESC, 2022, [s.p.]). A experiência de colocar em evidência os potenciais da universidade, em meio virtual, para criar conexões com agentes externos, não é nova, no entanto.

O NIT e a ADITT, com apoio da Fapesc, estruturaram, em 2020, a Vitrine Tecnológica da Unesc. Trata-se de um portfólio que apresenta as tecnologias desenvolvidas na universidade, os projetos de extensão e os grupos de pesquisa, divididos em quatro grandes áreas do conhecimento: Ciências, Engenharias e Tecnologias (CET); Ciências Sociais Aplicadas (CSA); Humanidades, Ciências e Educação (HCE); e Ciências da Saúde (SAU) (ADITT, 2020, [s.p.]).

O objetivo da Vitrine é

[...] promover e divulgar oportunidades para empresas, organizações sociais e órgãos públicos interessados em realizar parcerias com a Unesc, seja por meio de Licenciamento de Propriedade Intelectual ou Transferência de Tecnologia e Conhecimento. (ADITT, 2020, [s.p.]).

Atualmente, são mais de cem iniciativas expostas, e a perspectiva é ampliar esse número com a inclusão de dados sobre os laboratórios da universidade (NICOLEIT, 2022, [s.p.]).

Desde que foi instituído na Unesc, o NIT tem mantido uma relação profícua com a Fapesc, gerando resultados como a já mencionada Vitrine Tecnológica. Em 2009, a universidade participou do Projeto de Implantação e Estruturação do Arranjo Catarinense de Núcleos de Inovação Tecnológica (PRONIT), financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e cofinanciado pela Fapesc. Na ocasião, a equipe do NIT participou de capacitações sobre inovação, propriedade intelectual, valoração de tecnologias e, especialmente, planejamento estratégico e gestão de NITs, aprendizado fundamental para enfrentar os desafios dos primeiros anos de funcionamento do NIT (UNESC, 2009c, [s.p.]).

Em 2019, o projeto *Fortalecimento e consolidação da Política de Inovação da Unesc no ecossistema local e suas interações na Rede Catarinense de NITs*, proposto pelo Coordenador do NIT, professor Evânio Nicoleit, foi contemplado no Edital de Chamada Pública n. 14/2019, da Fapesc. No âmbito desse Programa, além das melhorias internas proporcionadas pelos recursos financeiros, o NIT da Unesc estabeleceu contato com NITs de outras ICTs do Estado, reunidos no movimento pela construção da Rede Catarinense de NITs, a Rede NITSC. O professor Evânio, representando o NIT da

Unesc, integrou Comitê Gestor da Rede, no biênio 2021-2022 (NICOLEIT, 2022, [s.p.]).

O NIT da Unesc integra, também, o Comitê de Implantação do Centro de Inovação de Criciúma, empreendimento desenvolvido em parceria com outras instituições do Sul catarinense, e com o apoio do governo do Estado, por meio da Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável e da Fapesc. No horizonte de atuação do NIT, há, portanto, a expectativa de seguir ampliando a sua rede de relacionamentos, seja com atores do setor produtivo, seja com outras instituições de pesquisa e desenvolvimento (NICOLEIT, 2022, [s.p.]; UNESCO, 2020, [s.p.]).

Como projeto futuro, o NIT da Unesc pretende internalizar integralmente o processo de solicitação de proteção de propriedade intelectual, passando a realizar as buscas de anterioridade e a redação dos títulos. Além disso, espera contribuir, de forma consistente, com a sustentabilidade econômica institucional, gerando, mediante transferências de tecnologia, prestação de serviços e outros meios, receitas para a instituição (NICOLEIT, 2022, [s.p.]).

O caminho a percorrer é longo e cheio de desafios, que devem ser superados a partir da contínua capacitação da equipe, do suporte institucional e da integração do NIT no ecossistema de inovação interno – que se ergue desde a ADITT – e externo. A perspectiva é,

portanto, fazer com que o NIT da Unesc seja, cada vez mais, lembrado como referência no sul do Estado.

Principais legislações em vigor

Resolução n. 03/2008/Reitoria (alterada pela Resolução n. 17/2012/Reitoria) – Cria a ADITT.

Resolução n. 10/2011/CONSU (alterada pela Resolução n. 07/2012/CONSU) – Dispõe sobre propriedade intelectual e a gestão e proteção dos direitos a ela relativos.

Resolução n. 13/2016/CONSU – Aprova a Política de Inovação da Unesc.

Onde encontrar

Endereço: Av. Universitária, 1105, Bairro Universitário, Criciúma, SC, 88806-000, Bloco Administrativo – Sala 21.

E-mail: aditt@unesc.net

Site: <https://aditt.unesc.net/nit>

Instagram: [@inovacaounesc](https://www.instagram.com/inovacaounesc/) | <https://www.instagram.com/inovacaounesc/>

Referências

ADITT – Agência de Desenvolvimento, Inovação e Transferência de Tecnologia da Unesc. **Pilares ADITT**. 2022. Disponível em: <https://aditt.unesc.net/home>. Acesso em: 24 jun. 2022.

ADITT – Agência de Desenvolvimento, Inovação e Transferência de Tecnologia da Unesc. **Vitrine Tecnológica**. 2020. Disponível em: <https://aditt.unesc.net/vitrine>. Acesso em: 24 jun. 2022.

NICOLEIT, Evânio. **Histórias e perspectivas do NIT da Unesc**. Entrevista concedida à Cristiana Fontanela e Tuana Paula Lavall. 2022.

PORTAL ENGEPLUS. **Agência de Inovação da Unesc completa 10 anos de trabalho em prol do empreendedorismo da região**. 2020. Disponível em: <https://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2020/agencia-de-inovacao-da-unesc-completa-10-anos-de-trabalho-em-prol-do-empreendedorismo-da-regiao>. Acesso em: 23 jun. 2022.

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense. **A Unesc**: histórico. 2018. Disponível em: <https://www.unesc.net/a-unesc/historico>. Acesso em: 27 jun. 2022.

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense. **NIT atua para garantir a gestão da propriedade intelectual e a transferência de tecnologia na Unesc**. 2020. Disponível em: <https://www.unesc.net/portal/aditt/blog/49205-nucleo-de-inovacao-tecnologica-atua-para-garantir-a-gestao-da-propriedade-intelectual-e-a-transferencia-de-tecnologia-na-unesc>. Acesso em: 24 jun. 2022.

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Núcleo de Gestão da Inovação e Transferência de Tecnologia: quem somos?** 2009a. Disponível em: <https://www.unesc.net/portal/capa/index/260/5394/>. Acesso em: 19 jun. 2022.

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Portaria n. 90/2010/Reitoria, 06 de outubro de 2010**. Constitui comissão para elaboração do projeto do Parque Científico, Tecnológico e de Inovação da UNESC. Criciúma, 2010.

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Portaria n. 98/2009/Reitoria, 28 de agosto de 2009**. Nomeia coordenadora do Núcleo de Gestão da Inovação e Transferência de Tecnologia, NUGITT. Criciúma, 2009b.

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Portaria n. 005/2015/PROPEX, 14 de maio de 2015.** Constitui comissão para a elaboração das Políticas de Inovação da UNESC. Criciúma, 2015.

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense. **PRONIT deverá reduzir a distância entre empresas e universidades.** 2009c. Disponível em: <https://www.unesc.net/portal/aicom/blog/8819-pronit-devera-reduzir-a-distancia-entre-empresas-e-universidades>. Acesso em: 24 jun. 2022.

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Relatório Balanço Social 2020.** 2020. Disponível em: https://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/20039.pdf?1630440387. Acesso em: 27 jun. 2022.

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 03/2008/Reitoria, 10 de outubro de 2008.** Cria a Agência de Desenvolvimento, Inovação e Transferência de Tecnologia, ADITT, órgão de apoio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da UNESC. Criciúma, 2008.

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 10/2011/CONSU, 21 de julho de 2011.** Dispõe sobre propriedade

intelectual e a gestão e proteção dos direitos a ela relativos, no âmbito da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC. Criciúma, 2011a.

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 17/2012/Reitoria, 23 de maio de 2012.** Altera disposições relativas à Agência de Desenvolvimento, Inovação e Transferência de Tecnologia, ADITT, estabelecidas na Resolução n. 03/2008/Reitoria. Criciúma, 2012.

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 13/2016/CONSU, 27 de outubro de 2016.** Estabelece a Política de Inovação da UNESC. Criciúma, 2016.

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Unesc Connect:** o hub de inovação da Universidade a serviço da comunidade. 2022. Disponível em: <https://www.unesc.net/portal/nossa-unesc/blog/51066>. Acesso em: 24 jun. 2022.

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Unesc lança Parque Científico e Tecnológico.** 2011b. Disponível em: <https://www.unesc.net/portal/aicom/blog/15445-unesc-lanca-parque-cientifico-e-tecnologico>. Acesso em: 22 jun. 2022.

WATANABE, Melissa *et al.* (org.). **Cartilha de Inovação e Propriedade Intelectual**. Criciúma: Editora da UNESCO, 2016.

WATANABE, Melissa; SILVA, Michel Alisson da. Cartilha de Inovação e Propriedade Intelectual: o caso da produção colaborativa desenvolvida pela UNESCO. *In*: CONFERÊNCIA ANPROTEC 2017, 2017, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anprotec, 2017. Disponível em: <https://conferenciaanprotec.com.br/conferencia2017/wpcontent/uploads/2017/10/Conferencia-Anprotec-2017-Anais-Completo.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2022.

A complex network of glowing blue and purple lines and nodes, resembling a digital or molecular structure, set against a dark blue background with a subtle gradient.

12.

**NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
(NIT) DO INSTITUTO FEDERAL
CATARINENSE (IFC)**

O Instituto Federal Catarinense (IFC) é resultado da integração das escolas agrotécnicas federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio, e dos colégios agrícolas de Araquari e Camboriú, vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A Lei n. 11.892, de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, entre os quais o IFC.

No mesmo ano de sua criação, o IFC ganhou um novo campus, em Videira, que substituiu a extensão da escola agrotécnica de Concórdia em funcionamento na localidade. Nos anos seguintes, no escopo dos planos de expansão da Rede Federal, foram constituídos outros nove campi, nas cidades de Abelardo Luz, Blumenau, Brusque, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul e São Francisco do Sul. A Reitoria, por sua vez, está localizada na cidade de Blumenau (IFC, 2022c, [s.p.]).

O Instituto caracteriza-se por oferecer educação em diversos níveis: formação inicial e continuada para trabalhadores, educação profissional técnica de nível médio, educação superior de graduação e pós-graduação – *lato* e *stricto sensu*. Por imposição legal, o IFC reserva, pelo menos, 50% de suas vagas para educação profissional técnica de nível médio, e, no mínimo, 20% das vagas para a educação superior em cursos de licenciatura (SOUZA, 2013, p. 123).

A oferta de cursos busca, preferencialmente, atender às necessidades das regiões de inserção dos campi, com o objetivo de promover “[...] a transformação da realidade social e econômica, contribuindo para desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e regionais.” (IFC, 2022c, [s.p.]). O Instituto é pautado, também, pela

[...] integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, pelo desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual e participação cidadã. (IFC, 2022b, [s.p.]).

Por derivar de escolas de formação agrotécnica e colégios agrícolas, o curso em agropecuária, integrado ou subsequente ao ensino médio, está presente na maioria dos campi, em regime de escola-fazenda. Trata-se de característica marcante do IFC, que dispõe de infraestrutura de alojamento e refeitório para os estudantes dos cursos dessa área, principalmente para aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica (IFC, 2022b, [s.p.]).

Atualmente, na educação profissional técnica de nível médio, somadas as ofertas de todos os campi, são 37 cursos na forma integrada ao ensino médio, e 20 na modalidade subsequente. No nível superior, são mais de 20 cursos de graduação, divididos entre licenciaturas e bacharelados; seis cursos de pós-graduação *lato sensu*, e outros seis, de *stricto sensu* – cinco mestrados profissionais e um

acadêmico. Apenas no primeiro semestre de 2022, ingressaram, no Instituto, aproximadamente 3.200 estudantes, distribuídos em todos esses níveis de formação (IFC, 2022d, [s.p.]).

Diferente do modelo de universidade tradicional, voltado, principalmente, para a pesquisa básica, a identidade científica do IFC se constrói na pesquisa aplicada, orientada para a solução das demandas locais e regionais. Apresenta, também, o diferencial de articular a educação superior com a básica e a profissional, circunstância que contribui para a existência de pesquisadores com perfis bastante diversos. Diante do potencial das pesquisas na geração de inovações, o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) tem papel estratégico dentro da estrutura organizativa do IFC. A próxima seção apresenta o resgate histórico e as suas perspectivas de atuação.

Conhecendo o NIT do IFC

A origem do NIT do IFC está estreitamente ligada à reorganização do sistema federal de educação, com a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), em 2008, e a consequente estruturação dos Institutos Federais, em substituição aos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e às escolas agrotécnicas. Em 2010, para alavancar as novas instituições, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) celebrou ter-

mos de compromisso, estabelecendo diretrizes a serem implementadas em curto, médio e longo prazo, pelos Institutos.

O acordo ajustado com o IFC estabelecia, na meta 16, a necessidade de implementação do NIT e de programas de estímulo à organização cooperativa, que incentivassem a pesquisa, a inovação e o empreendedorismo (SETEC; IFC, 2010, [s.p.]). Foi, portanto, com o objetivo de atender a essa determinação, e em vista de uma nascente e ainda tímida demanda de trabalho, que se criou o NIT do IFC, em julho de 2011, por meio da Resolução 009/2011, do Conselho Superior. Antes desse marco, na esfera das antigas escolas agrotécnicas do Estado de Santa Catarina, os encaminhamentos sobre propriedade intelectual – muito escassos – eram conduzidos, pontualmente, pela gestão (BARROS, 2022, [s.p.]).

A Resolução n. 009, que permanece em vigor até a atualidade, define o NIT como o órgão responsável por “[...] promover a adequada proteção às invenções geradas no âmbito do IFC, bem como o desenvolvimento de políticas de incentivo à cultura da inovação.” (IFC, 2011, [s.p.]). Ele exerce função de coordenação, e está vinculado à Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, que, por sua vez, liga-se à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. O NIT está instalado junto ao prédio da Reitoria do IFC, na cidade de Blumenau.

Além de criar o NIT e fornecer as diretrizes gerais sobre o funcionamento do NIT, a Resolução n. 009/2011 estabeleceu: a) o procedimen-

to de tramitação dos pedidos de registro de propriedade intelectual; b) as regras para a celebração de contratos de transferência de tecnologia e licenciamento; c) as regras para a prestação de serviços de inovação tecnológica, pelo IFC; e c) a forma de gestão dos rendimentos decorrentes de propriedade intelectual, transferência de tecnologia, prestação de serviços e afins (IFC, 2011, [s.p.]). Para colaborar com o funcionamento do NIT, instituiu-se, em 2012, o Comitê Permanente Interno de Propriedade Intelectual, órgão competente para analisar e julgar o mérito dos pedidos de proteção à propriedade intelectual (BARROS, 2022, [s.p.]).

No entanto, nos primeiros anos de atividade, embora existissem formalmente, tanto o NIT quanto o Comitê não apresentaram atuação expressiva. O desafio encontrava-se na base: ainda estava por ser construída uma cultura de pesquisa aplicada no Instituto, que explorasse as potencialidades de estudantes e professores e da infraestrutura física na geração de inovação, e, conseqüentemente, de ativos intangíveis (BARROS, 2022, [s.p.]).

Com o passar do tempo e a consolidação da instituição, esse panorama começou a ser alterado. Em 2018, iniciou-se um processo de revitalização do NIT, com o ingresso de um novo Coordenador – o servidor Rafael Paes de Barros, Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação – e a extinção do Comitê Permanente Interno de Propriedade Intelectual (BARROS,

2022, [s.p.]). No plano simbólico, depois de amplo trabalho de conscientização, realizado pela equipe do Núcleo junto à alta gestão, reformulou-se a missão institucional do IFC, com a inclusão da inovação como um dos aspectos da educação profissional oferecida pelas unidades (IFC, 2018, [s.p.]).

A partir desses eventos, o NIT ingressou em uma trajetória ascendente no cumprimento de suas competências, reafirmando o compromisso com a missão e os objetivos traçados quando da sua institucionalização (quadros 1 e 2). Nesse processo, dois aspectos mostraram-se fundamentais: a autonomia da equipe na tomada de decisões e na condução das atividades, e a padronização dos fluxos de trabalho (BARROS, 2022, [s.p.]).

A equipe, formada pelo Coordenador, um servidor técnico-administrativo, e um estagiário (Figura 1) realiza todas as funções vinculadas ao NIT, inclusive os pedidos de proteção de propriedade intelectual nos órgãos competentes e as etapas que o antecedem – como a busca de anterioridade e a redação dos pedidos de patentes. Não há, portanto, terceirização de atividades. Isso é possível graças à organização de formulários, para o preenchimento pelos interessados, dos quais se extraem o máximo de informações, e pela experiência dos servidores no desempenho dessas rotinas. Tais medidas e características otimizam o processamento das demandas (BARROS, 2022, [s.p.]; IFC, 2019a, [s.p.]).

Quadro 1. Missão e Objetivos do NIT-IFC

Missão: promover a proteção da propriedade intelectual e a transferência de tecnologia, e estimular, apoiar e acompanhar as ações de inovação tecnológica no IFC, fortalecendo o relacionamento com a comunidade e o desenvolvimento do país.

Objetivos: agregar valor à produção do conhecimento científico e tecnológico do IFC; apoiar e estimular a transferência de tecnologias em todos os segmentos da ciência e da tecnologia, em cumprimento à legislação vigente.

Fonte: elaboração das autoras (2022), com reproduções dos arts. 3 e 4 da Resolução n. 009/2011 (IFC, 2011, [s.p.]).

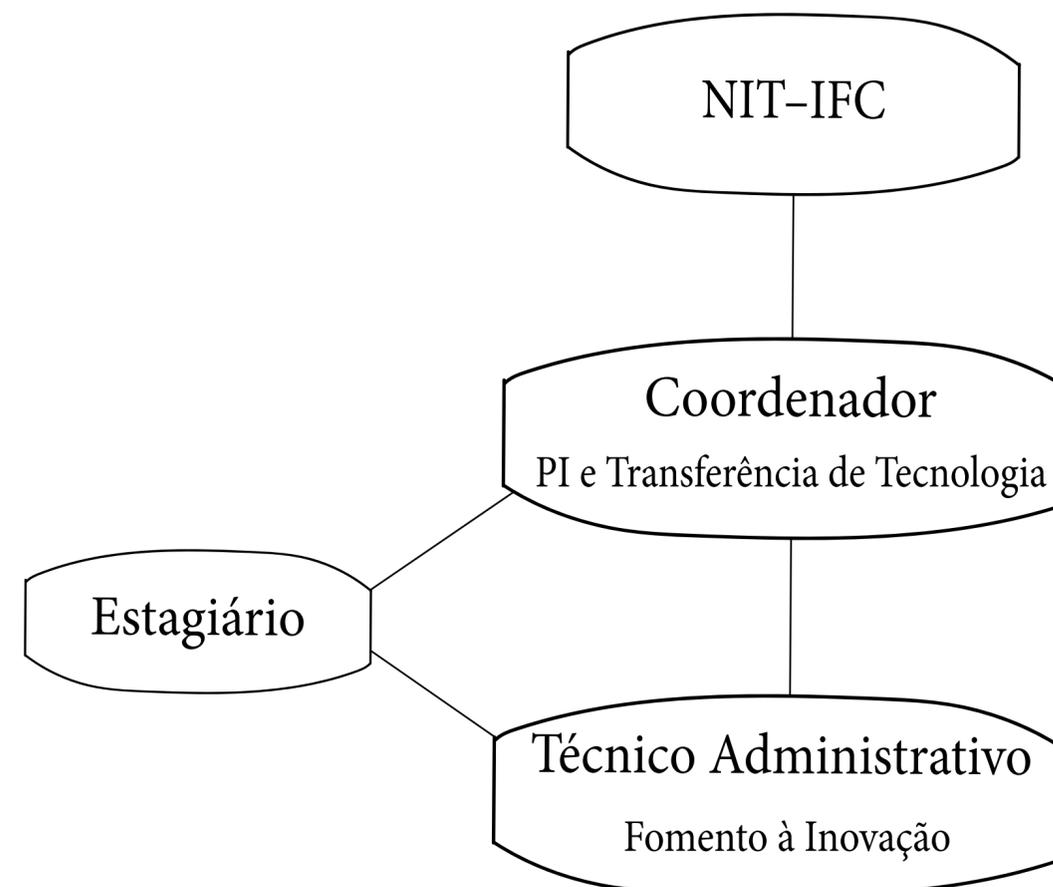
Quadro 2. Competências do NIT-IFC

- Desenvolver e zelar pela política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia;
- Avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento das disposições da Lei no 10.973, de 2004 e suas alterações;
- Avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção;
- Emitir parecer quanto à conveniência e promover o pedido de registro ou o pedido de patente no órgão competente e acompanhar o processo de proteção, nacional e/ou internacional, das criações desenvolvidas na instituição, e o seu licenciamento;
- Opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na instituição, passíveis de proteção intelectual;
- Acompanhar e zelar pela manutenção e defesa dos títulos de propriedade intelectual da instituição;

- Acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição;
- Avaliar acordos, contratos ou convênios a serem firmados entre o IFC e instituições públicas ou privadas, que tenham relação direta com o processo de inovação tecnológica;
- Promover as ações de transferência de tecnologia e licenciamento mediante celebração de instrumentos contratuais, com a aprovação do reitor.

Fonte: elaboração das autoras (2022), com reproduções do art. 6 da Resolução n. 009/2011 (IFC, 2011, [s.p.]).

Figura 1. Organograma interno do NIT-IFC



Fonte: elaboração das autoras (2022), com base em Barros (2022, [s.p.]).

A atuação do NIT-IFC desenvolve-se, atualmente, em três eixos: o fomento aos projetos de pesquisa aplicada; a propriedade intelectual; e a transferência de tecnologia. No primeiro campo, acontece o lançamento de editais internos e a divulgação de editais externos, em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Entre as práticas recorrentes está a abertura de editais para projetos de inovação com demanda induzida pelo IFC (BARROS, 2022, [s.p.]; IFC, 2022a, [s.p.]).

Ainda nessa seara, em 2021, via emenda parlamentar, destinou-se 1 milhão de reais para a execução de projeto de desenvolvimento de equipamentos que auxiliem no manejo de sistemas agroflorestais de cultivo. A pesquisa e desenvolvimento dos produtos acontecerá no campus de Luzerna, e a fase de experimentação, no de Concórdia. O NIT, enquanto instância intermediadora dos projetos de P&D, prepara-se para acompanhar esse processo, que promete gerar resultados inovadores (LUZERNA, 2021, [s.p.]; BARROS, 2022, [s.p.]).

Na área da propriedade intelectual, como já mencionado, o NIT avalia a possibilidade e a viabilidade dos pedidos de proteção, e, após o aval da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e da Reitoria, cuida dos trâmites burocráticos para implementá-los. Desde a criação do NIT, em 2011, até 2022, observou-se um crescimento exponencial no número de solicitações de diversas naturezas – patentes, desenhos industriais, programas de computador, entre outros. Em 2020, o NIT alcançou a marca de 100 pedidos protocolados – a maioria deles

ainda em análise –, e a projeção é que totalize 150 pedidos, em 2022 (BARROS, 2022, [s.p.]; IFC, 2021b, [s.p.]).

O aumento da procura por proteção aos produtos e processos desenvolvidos reflete o fortalecimento das atividades de pesquisa na instituição. Nesse ponto, a Fapesc desempenha papel estratégico: além de os pesquisadores do IFC participarem ativamente dos editais da Fundação, em suas diversas modalidades, em 2020 ela lançou um edital específico, com recursos para apoiar os grupos de pesquisa do Instituto (Edital de Chamada Pública n. 20/2020). Por outro lado, existe uma mobilização interna, coordenada pelo NIT, para a construção de uma cultura da inovação e da propriedade intelectual no IFC (BARROS, 2022, [s.p.]).

Nos anos de 2018 e 2019, a equipe do NIT visitou todas as unidades do Instituto. Nos campi, realizou palestras e estreitou o contato com os diretores locais. A partir dessa provocação, os convites, para fazer explanações sobre a atuação do NIT, começaram a aumentar. Assim, evoluiu-se de “[...] um NIT que não era sequer conhecido, para um NIT que não apenas é lembrado, como também solicitado.” (BARROS, 2022, [s.p.]). Em campi específicos, foram realizadas intervenções mais consistentes, como cursos e oficinas.

Com a pandemia de Covid-19, as visitas técnicas precisaram ser interrompidas, e as capacitações migraram para o ambiente virtual. Realizaram-se transmissões ao vivo, por meio das redes sociais do NIT-IFC,

e o Coordenador participou, como palestrante, de atividades similares organizadas por outras instituições. Nesse período, e em razão dessas programações, o Núcleo intensificou a relação com a Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC) e com a seccional catarinense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), integrando, até 2021, a Comissão de Direito da Inovação, Propriedade Intelectual e Combate à Pirataria, da segunda organização (BARROS, 2022, [s.p.]).

A volta à presencialidade permitiu a retomada dos eventos, entre os quais a Mostra de Inovação, realizada no âmbito da Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar (MICTI) do IFC. A primeira edição da Mostra ocorreu em 2019 na XII MICTI, com o objetivo de “[...] levar ao conhecimento da comunidade os cursos, soluções e tecnologias desenvolvidas no IFC [...]” e incentivar “[...] o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de novos projetos alinhados às demandas dos arranjos produtivos, culturais e sociais locais.” (IFC, 2019b, [s.p.]). A segunda edição da Mostra deve ocorrer em 2022.

Ainda em 2019, o NIT teve suas ações alavancadas em razão dos recursos advindos do Edital de Chamada Pública n. 14/2019, da Fapesc. O auxílio financeiro permitiu a contratação de três bolsistas – um graduado e dois graduandos –, que dinamizaram as atividades, a começar pela maior inserção do Núcleo nas redes sociais. Foi também em função desse Edital que o NIT ampliou a sua interlocução com os NITs

das demais ICTs do Estado, no âmbito da Rede NITSC (BARROS, 2022, [s.p.]).

No período recente, outro marco é a elaboração da Política de Inovação do IFC, aprovada em 14 de outubro de 2021, por meio da Resolução n. 51/2021, do Conselho Superior. A normativa, que encontra sua baliza no novo marco legal de C,T&I (Lei 13.243/16) e no Decreto n. 9.283/2018, é o principal regulamento sobre inovação, propriedade intelectual e transferência de tecnologia da instituição (IFC, 2021a, [s.p.]). A comissão que a instituiu era formada pelo Coordenador do NIT, na condição de presidente, por representantes das Pró-Reitorias de Ensino, de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, e de Extensão, e por representantes das unidades, e o texto passou por consultas públicas e pela aprovação em órgãos colegiados (BARROS, 2022, [s.p.]).

A Política de Inovação reafirma a competência do NIT para a gestão da propriedade intelectual pertencente ao IFC (art. 4º); para a realização da avaliação técnica e econômica e da auditoria técnica e contábil das transferências de tecnologia (art. 7º, parágrafo único; e art. 9º, parágrafo único); para mediar as negociações nos acordos de parceria ou cooperação tecnológica (art. 13, §2º); para opinar sobre a gestão dos recursos financeiros provenientes de transferência de conhecimento e tecnologia (art. 17, caput); entre outras (IFC, 2021a, [s.p.]).

Passados mais de dez anos desde a criação do NIT do IFC, observa-se que, entre as atribuições que lhe são conferidas, o órgão conse-

guiu se consolidar nas atividades relativas à propriedade intelectual e ao fomento da inovação. Os próximos passos envolvem aperfeiçoar as ações ligadas à transferência de tecnologia e ao relacionamento com o setor produtivo, de modo geral. Até o momento, a relação universidade-empresa, mediada pelo NIT, depende, fundamentalmente, da iniciativa dos pesquisadores, que realizam o primeiro contato com a iniciativa privada e alinham as possíveis parcerias (BARROS, 2022, [s.p.]).

A perspectiva, para os próximos anos, é, havendo força de trabalho para apoiar o planejamento, colocar-se próximo do setor produtivo, para entender suas demandas de modo mais orgânico. Além disso, seguir aperfeiçoando o trabalho que tem permitido bons resultados na área da propriedade intelectual e do fomento aos projetos de pesquisa e desenvolvimento.

Principais legislações em vigor

Resolução n. 009/2011/CONSUPER – Institui o NIT do IFC.

Resolução n. 51/2021/CONSUPER – Dispõe sobre o Regulamento da Política de Inovação do IFC.

Onde encontrar

Endereço: Rua das Missões, 100, Bairro Ponta Aguda, CEP 89051-00, Blumenau/SC.

E-mail: nit@ifc.edu.br

Site: <https://nit.ifc.edu.br/>

Instagram: @nit.ifc | <https://www.instagram.com/nit.ifc/>

Facebook: <https://www.facebook.com/nit.propi.ifc/>

Referências

BARROS, Rafael Paes de. **Histórias e perspectivas do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do IFC**. Entrevista concedida à Cristiani Fontanela e Tuana Paula Lavall. 2022.

IFC – Instituto Federal Catarinense. **Fluxograma**. 2019a. Disponível em: <https://nit.ifc.edu.br/category/fluxograma/>. Acesso em: 29 abr. 2022.

IFC – Instituto Federal Catarinense. **Editais internos**. 2022a. Disponível em: <https://nit.ifc.edu.br/category/editais/editais-internos/>. Acesso em: 2 maio 2022.

IFC – Instituto Federal Catarinense. **Missão e Visão**. 2018. Disponível em: <https://ifc.edu.br/missao-e-visao/>. Acesso em: 28 abr. 2022.

IFC – Instituto Federal Catarinense. **Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar (MICTI): I Mostra de Inovação**. 2019b. Disponível em: <https://eventos.ifc.edu.br/micti2019/i-mostra-de-inovacao/>. Acesso em: 2 maio 2022.

IFC – Instituto Federal Catarinense. **História do IFC**. 2022b. Disponível em: <http://brusque.ifc.edu.br/historia-do-ifc/>. Acesso em: 4 maio 2022.

IFC – Instituto Federal Catarinense. **Painéis de Dados**. 2022c. Disponível em: <https://ingresso.ifc.edu.br/paineis-de-dados/>. Acesso em: 4 maio 2022.

IFC – Instituto Federal Catarinense. **Resolução n. 009/2011/CONSUPER, 28 de julho de 2011**. Institui o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do IFC. Blumenau, 2011.

IFC – Instituto Federal Catarinense. **Resolução n. 51/2021/CONSUPER, 14 de outubro de 2021**. Dispõe sobre o Regulamento da Política de Inovação do IFC. Blumenau, 2021a.

IFC – Instituto Federal Catarinense. **Sobre o IFC**. 2022d. Disponível em: <https://ifc.edu.br/sobre-o-ifc/>. Acesso em: 4 maio 2022.

IFC – Instituto Federal Catarinense. **Vitrine Tecnológica**. 2021b. Disponível em: <https://nit.ifc.edu.br/category/vitrine-tecnologica/>. Acesso em: 28 abr. 2022.

LUZERNA (Prefeitura Municipal). **Município de Luzerna recebe duas emendas parlamentares**. 2021. Disponível em: <https://it-it.facebook.com/PrefeituraLuzerna/videos/aconteceu-na-manh%C3%A3-desta-ter%C3%A7a-feira-20-de-julho-a-entrega-de-duas-emendas-parla/304974704707826/>. Acesso em: 2 maio 2022.

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; IFC – Instituto Federal Catarinense. **Acordo de Metas e Compromissos**. Brasília, jun. 2010.

SOUZA, Ana Clara Medina Menezes de. **A importância do Núcleo de Inovação Tecnológica para o desenvolvimento científico e tecnológico do Instituto Federal Catarinense**. 2013. 189 f. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) – Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

The background features a complex network of thin, light blue lines connecting small, semi-transparent blue circular nodes. The nodes are scattered across the frame, with some forming distinct geometric shapes like triangles and polygons. The overall effect is a digital or technological mesh.

13.

**NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
(NIT) DO INSTITUTO FEDERAL
DE SANTA CATARINA (IFSC)**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) é uma das instituições de ensino mais antigas do Estado. Tem sua origem na Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, fundada em 1909, em Florianópolis, com o objetivo de formar profissionalmente jovens de classes socioeconômicas menos favorecidas. Ao longo dos anos, passou por transformações significativas, a maioria delas refletidas nas mudanças de nomenclatura da instituição.

Em 1937, a Escola de Aprendizes tornou-se Liceu Industrial de Florianópolis, e, cinco anos depois, a Escola Industrial de Florianópolis. Nessa época, já vinculada ao governo federal, a Industrial – como era conhecida a Escola – tinha enfoque na formação de mão de obra para suportar a expansão industrial que o país atravessava, com oferta de cursos industriais básicos e cursos de mestria (ALMEIDA, 2010, p. 49).

A Portaria Ministerial n. 331, de 17 de junho de 1968, transformou a instituição em Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF-SC), inaugurando o processo de extinção do curso ginásial, com a finalidade de especializar a escola em cursos técnicos de ensino médio. A reforma da educação básica, introduzida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Federal, em 1971, tornou definitivo o encerramento dos cursos primários na EFT-SC (IFSC, 2020, p. 40).

Entre a década de 1970 e o início da década de 1990, a EFT-SC viveu um período de expansão dos cursos, que já não se limitavam à área industrial, e territorial, com a abertura das primeiras unidades fora da capital do Estado. As unidades de São José, Jaraguá do Sul e Joinville foram inauguradas, respectivamente, em 1988, 1994 e 1995. Os anos 1990 foram marcados, também, pela implantação de uma nova modalidade de curso: o curso técnico pós-médio, conhecido, hoje, como subsequente (ALMEIDA, 2010, p. 111-118).

Após a transformação de todas as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), pela Lei n. 8948/1994 – com a implantação ficando condicionada à publicação de decreto específico –, a gestão da ETF-SC começou a elaborar, junto à comunidade escolar, o projeto institucional para a sua “cefetização”. O processo culminou na criação do CEFET-SC, por meio de decreto presidencial, em 2002. Esse novo momento reservou novidades como a abertura de cursos superiores de tecnologia e de pós-graduação *lato sensu* e a ampliação do número de campus (IFSC, 2020, p. 40).

Com o estabelecimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em 2008, a CEFET-SC transformou-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). O IFSC é uma instituição pública, com natureza de autar-

quia, vinculada ao Ministério da Educação, que oferece educação profissional de nível médio, superior (bacharelados com ênfase em engenharia e áreas técnicas, licenciaturas e cursos superiores de tecnologia) e cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* (IFSC, 2020, p. 41).

Hoje, o Instituto é composto por vinte campi, um campus avançado, um centro de referência e um polo de inovação, além da reitoria, localizada em Florianópolis. Em 2019, contava com 186 cursos técnicos, 33 superiores de tecnologia, 23 bacharelados, 14 licenciaturas, 31 especializações, e 6 mestrados. Somava mais de 44 mil alunos matriculados; aproximadamente 1,4 mil docentes, e 1,1 mil técnicos-administrativos (IFSC, 2020, p. 48).

Com forte inserção na pesquisa aplicada e na extensão, o IFSC encontra-se enraizado na realidade catarinense e contribui ativamente para o desenvolvimento do Estado. Nessa perspectiva, elegeu a inovação como um de seus valores, apostando em práticas que estimulam ações criativas, capazes de proporcionar soluções diferenciadas à sociedade (IFSC, 2020, p. 45).

Na estrutura do IFSC, o setor que responde pelo fomento à inovação e zela pelos direitos dela decorrentes – inclusive aqueles relativos à propriedade intelectual – é o Departamento de Inovação, mais conhecido pela sigla NIT (Núcleo de Inovação Tecnológica). A pró-

xima seção resgata a trajetória do NIT e apresenta os seus desafios e horizontes de atuação.

Conhecendo o NIT do IFSC

O surgimento do NIT do IFSC é resultado imediato da Lei de Inovação, que, em 2004, impôs a obrigatoriedade dessa estrutura nas ICTs públicas. Para adequar-se à legislação e diante da necessidade de um setor que zelasse pelo incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, fazendo a interface com o ambiente produtivo, o Conselho Diretor do CEFET-SC aprovou a criação do NIT, na sessão do dia 3 de dezembro de 2008.

A instituição do NIT foi formalizada pela Resolução n. 030/2008, que forneceu as diretrizes para a estruturação do Núcleo. Tudo estava por ser feito, já que, antes desse marco, as demandas na área de inovação e propriedade intelectual – ainda mínimas –, eram processadas pontualmente pela gestão, sem fluxos de trabalho organizados e equipe específica para dar suporte (DUTRA, 2022, [s.p.]).

A Resolução n. 030/2008 definiu como missão do NIT “[...] fortalecer o relacionamento do CEFET-SC com a comunidade, envolvendo órgãos de Governo, empresas e demais organizações da sociedade civil [...]”, com o objetivo de apoiar ações fundamentadas na inova-

ção tecnológica, para beneficiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão e promover, em última análise, “[...] a transferência do conhecimento em prol do desenvolvimento econômico, tecnológico e social do País.” (CEFET-SC, 2008, [s.p.]).

Dentro do organograma do CEFET-SC, o NIT nasce na condição de Coordenação, vinculado à Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, e instala-se em sala anexa à Reitoria, no Bairro de Coqueiros, em Florianópolis (CEFET-SC, 2008, [s.p.]). O primeiro Coordenador do Núcleo foi o professor Mario Lucio Roloff. Entre 2009 e 2011, a gestão esteve a cargo do professor Mario de Noronha Neto, que posteriormente assumiu a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFSC (DUTRA, 2022, [s.p.]).

A transformação do CEFET-SC em IFSC, por força da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, em nada alterou a constituição do NIT. Pelo contrário: reforçou a necessidade de sua implementação, em vista da finalidade declarada dos institutos federais de realizarem e estimularem a pesquisa aplicada, o empreendedorismo e o desenvolvimento científico e tecnológico, além de promoverem a produção e transferência de tecnologias, inclusive as de natureza social (BRASIL, 2008, [s.p.]).

Os primeiros anos de funcionamento do NIT foram marcados por muitos desafios. A cultura predominante no IFSC era, ainda, a de

uma escola técnica, com foco no ensino, e a pesquisa realizada, de baixo custo, tinha pouco potencial para gerar inovação. Com o tempo, e uma maior destinação de recursos para a pesquisa, o NIT começou a ser demandado, para o esclarecimento de dúvidas e para o encaminhamento dos primeiros pedidos de proteção da propriedade intelectual (DUTRA, 2022, [s.p.]).

O primeiro depósito patentário – referente ao processo de Monitoramento de Atividades de Natação (MAN), com uso de tecnologia de Identificação por Radiofrequência (RFId) – aconteceu em 2009. Para incentivar a prática, nos anos seguintes, o NIT, então transformado em Departamento de Inovação e Assuntos Internacionais, lançou, em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, editais de fomento (IFSC, 2012b, [s.p.]).

O edital pioneiro, nesse sentido, foi o do Inventor, cuja edição inaugural deu-se em 2011. O Edital do Inventor tinha por objetivo avaliar o potencial de proteção de propriedade intelectual de criações tecnológicas de servidores do IFSC (IFSC, 2012b, [s.p.]). A partir do mapeamento e da seleção de projetos, procedia-se a contratação de empresa especializada na busca de anterioridade e na redação dos títulos. O depósito dos pedidos e o acompanhamento junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) ficava sob a responsabilidade do NIT (IFSC, 2012b, [s.p.]; CARLSON, 2016, [s.p.]).

As primeiras edições do Edital do Inventor contemplavam apenas invenções passíveis de patente. Diante da diversidade das propostas submetidas, a chamada passou a abranger, em 2016, duas novas categorias: desenho industrial e programa de computador (IFSC, 2016, [s.p.]).

Em 2012, o estímulo à inovação foi reforçado com o lançamento do Edital de Prospecção Tecnológica, destinado aos Grupos de Pesquisa do IFSC. No escopo do Edital, o NIT oferecia apoio aos grupos interessados em redirecionar suas pesquisas e investir esforços em projetos inovadores. O professor Luiz Henrique Castelan Carlson, Chefe do Departamento de Inovação e Assuntos Internacionais na época, liderou essa iniciativa, assim como o Edital do Inventor (IFSC, 2012b, [s.p.]).

Nos primeiros passos de sua trajetória, o NIT também atuou fortemente na disseminação da cultura da inovação. As atividades envolviam, por exemplo, a oferta de palestras na área da inovação e da propriedade intelectual. Um dos esforços mais notáveis foi no sentido de informar os pesquisadores sobre a importância de buscar informações em bases de propriedade intelectual, estimulando-os a identificar produtos e processos já existentes, para, então, inovar em suas próprias pesquisas, com a finalidade de perseguir um potencial registro (SOUZA, 2013, p. 149).

A popularização do NIT fora do campus de Florianópolis – onde o Núcleo está sediado – tornou-se possível no âmbito do projeto Reitoria Itinerante. A iniciativa consistiu na visita do reitor, dos pró-reitores e de outros representantes da administração aos campi, para discutir o papel do IFSC. Na primeira edição do Reitoria Itinerante, em 2012, o Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, Mario de Noronha Neto, esteve presente nos campi Joinville e Jaraguá do Sul, e abordou temas como pesquisa, pós-graduação e a função do NIT (IFSC, 2012a, [s.p.]). Em 2014, na segunda edição, o professor Luiz Henrique Castelan Carlson visitou os campi Chapecó, São Miguel do Oeste e Xanxerê, onde ministrou palestras e um minicurso sobre o NIT (IFSC, 2014, [s.p.]).

Além de atuar na gestão da propriedade intelectual e no acultamento da comunidade acadêmica para essa temática, neste período inicial, o NIT do IFSC desempenhava, conforme a demanda, as demais competências definidas legalmente para os NITs, as quais foram reproduzidas na Resolução n. 030/2008, e sintetizadas no Quadro 1.

Quadro 1. Competências do NIT-IFSC

- a. Implementar, sedimentar e zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia;
- b. Avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento das disposições da Lei n. 10.973/2004;
- c. Avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção;
- d. Opinar pela conveniência e promover o pedido de registro ou o pedido de patente no órgão competente e acompanhar o processo de proteção, nacional e/ou internacional, das criações desenvolvidas na instituição, e o seu licenciamento;
- e. Promover as ações de transferência de tecnologia, licenciamento, industrialização e comercialização, direta ou indiretamente, mediante celebração de instrumentos contratuais e congêneres, e diligenciar toda e qualquer iniciativa que vise esse propósito;
- f. Opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na instituição, passíveis de proteção intelectual;
- g. Acompanhar e zelar pela manutenção e defesa dos títulos de propriedade intelectual da instituição;
- h. Ceder seus direitos sobre a criação, quando for o caso.

Fonte: elaboração das autoras (2022), com reproduções do art. 8º da Resolução n. 030/2008 (CEFET-SC, 2008, [s.p.]).

Passados 14 anos desde a sua instituição, a Resolução n. 030/2008 ainda é o documento de referência para a atuação do NIT. Na ausência de uma Política de Inovação e Propriedade Intelectual, a normativa traz importantes diretrizes acerca: a) da gestão dos recursos advindos das atividades do NIT; b) da divisão dos rendimentos

obtidos da exploração econômica dos inventos; c) da participação no processo de inovação, mediante a celebração de contratos de transferência de tecnologia e licenciamento; e d) da construção de parcerias com o setor produtivo e outros atores da tríplice hélice (CEFET-SC, 2008, [s.p.]).

No tocante às parcerias, é preciso destacar que, historicamente, essa tem sido uma das prioridades do NIT do IFSC. Busca-se

[...] incentivar e viabilizar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas nacionais, ICT, Fundações de Apoio e demais organizações, para a geração de produtos e processos inovadores. (IFSC, 2021c, [s.p.]).

Essas interações, quando formalizadas, materializam-se em acordos de pesquisa, desenvolvimento e inovação; contratos de propriedade intelectual; acordos de cooperação técnico-científica; contratos de prestação de serviços; entre outros. Até fevereiro de 2022, eram mais de 50 compromissos firmados, entre finalizados e em execução (IFSC, 2022a, [s.p.]).

Entre 2008 e 2011, embora não estivesse definido na Resolução n. 030/2018, o NIT auxiliava os pesquisadores contemplados em editais com aportes financeiros expressivos na gestão dos recursos e na prestação de contas. Nesta época, o Departamento de Inovação contava com cinco funcionários, incluindo o Chefe do Departamen-

to – Coordenador do NIT –, que se desdobravam para atender o volume de demandas (SOUZA, 2013, p. 150). Desde 2012, o IFSC recebe a ajuda de uma fundação de apoio, a Fundação Stemmer para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FEESC), entidade de direito privado e sem fins lucrativos, que passou a gerenciar os projetos de grande porte (DUTRA, 2022, [s.p.]).

No fomento ao empreendedorismo, o NIT IFSC desenvolveu, ou forneceu suporte, a diversas ações, algumas das quais se tornaram projetos permanentes na instituição. No início dos anos 2010, por exemplo, promoveu o Hotel de Projetos, programa de pré-incubação que disponibilizou espaço, no campus Florianópolis, para que os alunos pudessem, no prazo de um ano, desenvolver ideias e criar seus próprios negócios (SOUZA, 2013, p. 154). No campus de Garopaba, o projeto, executado mais recentemente, recebe a denominação Hotel Tecnológico, e fez a primeira seleção de hóspedes em 2021, com a aprovação de quatro propostas (IFSC, 2021b, [s.p.]).

Tradicional na programação do IFSC, o Desafio de Ideias Inovadoras é outra ação de estímulo ao empreendedorismo inovador apoiada pelo NIT e implementada, na instituição, como parte do Pacto pela Inovação. A competição, aberta a estudantes de todos os campi, conta com uma etapa de capacitação e aprimoramento dos projetos inscritos, com a utilização da metodologia Canvas. Na fase fi-

nal, os projetos são apresentados, em *pitchs*, e os melhores avaliados recebem premiação, em dinheiro, para colocarem em prática as ideias vencedoras. Em 2021, o Desafio, que acontece anualmente, chegou a sua 7ª edição (IFSC, 2021a, [s.p.]).

Na trajetória do NIT, entre os momentos que impulsionaram as atividades do setor, é possível citar a instalação do Polo de Inovação em Sistemas Inteligentes de Energia, no campus de Florianópolis, em 2017. Trata-se de um polo de pesquisa e inovação, vinculado à Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII), que atua em cooperação com o IFSC, com foco em demandas empresariais e no compartilhamento de risco na fase pré-competitiva da inovação (IFSC, 2022b, [s.p.]). Embora a FEESC faça a gestão de quase totalidade dos projetos que tramitam no Polo, o NIT, por ser referência em matéria de inovação dentro do IFSC, está na retaguarda dos pesquisadores, fornecendo suporte e orientações (DUTRA, 2022, [s.p.]).

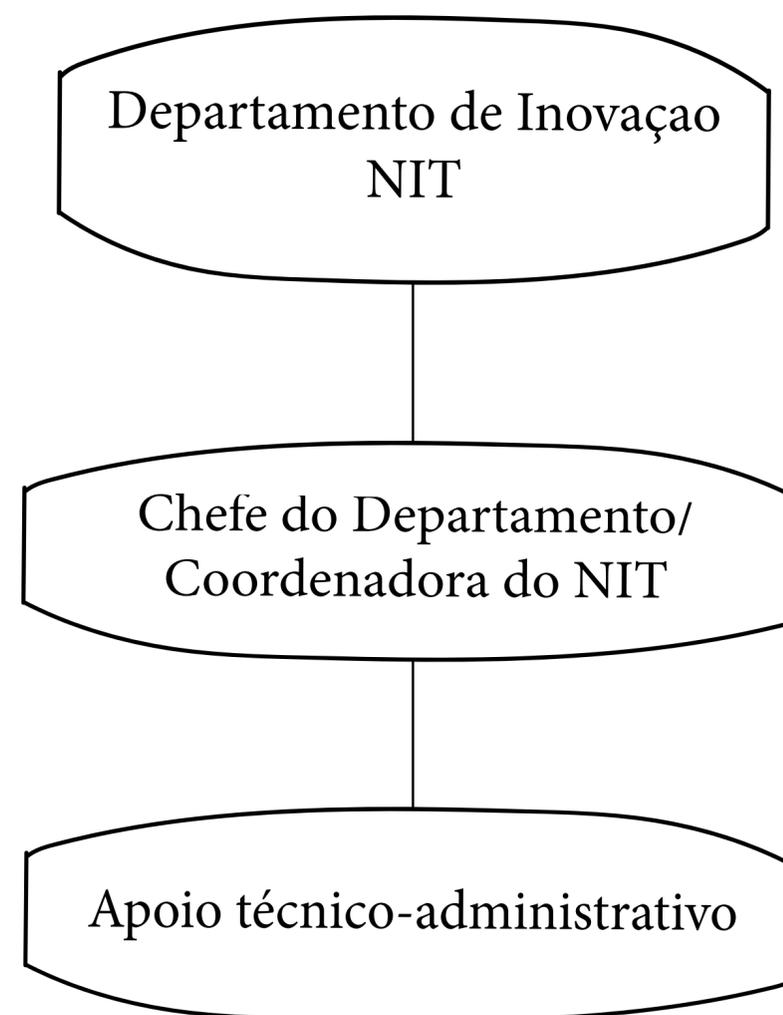
A implantação do Polo também contribuiu para a ampliação da rede de relacionamentos do NIT. A presença do novo *habitat* de inovação no campus de Florianópolis tem promovido um contato mais orgânico entre o NIT e as empresas, já que, em regra, essa aproximação dependia do movimento do pesquisador, em, a partir de seus interesses e círculos, construir parcerias. No momento, o

Polo está estruturado para atender empresas da área de Energia, mas, em razão dos resultados positivos, avalia-se a possibilidade de estender a atuação para outros segmentos (DUTRA, 2022, [s.p.]).

Atualmente, a equipe do Departamento de Inovação do Instituto, setor que desempenha o papel de NIT, é formada por cinco pessoas: a Chefe do Departamento, professora Cynthia Beatriz Scheffer Dutra, no exercício das funções de coordenação; e quatro servidores – Alisson Lessak, Gerson Goulart, Luiz Tumolo e Roberto Rocha –, responsáveis pelos encaminhamentos técnico-administrativos (DUTRA, 2022, [s.p.]). A Figura 1 representa o organograma do NIT do IFSC.

Um dos principais eixos de atuação do NIT permanece sendo o processamento das solicitações de proteção de produtos e processos resultantes das pesquisas desenvolvidas por servidores e alunos. O NIT mantém atualizada a Vitrine Tecnológica do IFSC, cujo acesso está disponível em meio eletrônico. Até 2022, totaliza 6 proteções de Desenho Industrial; 14 registros de Programas de Computador; e mais de 40 pedidos de Patentes, sendo 10 concedidas. O IFSC figura, nesses títulos, na qualidade de titular ou cotitular (IFSC, 2022c, [s.p.]).

Figura 1. Organograma do NIT do IFSC



Fonte: elaboração das autoras (2022), com base em Dutra (2022, [s.p.]) e Souza (2013, p. 145).

A equipe do NIT está sempre em busca de capacitação, especialmente porque há grande rotatividade em seus integrantes. Nesse sentido, participa de cursos oferecidos pelo INPI e pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) – no âmbito da OMPI, por exemplo,

a Chefe do Departamento realizou, recentemente, o curso de gestão de propriedade intelectual, e a equipe, o de busca patentária. A intenção é apropriar-se desses conteúdos para aprimorar os processos de trabalho, mas, sobretudo, para disseminá-los entre os pesquisadores (DUTRA, 2022, [s.p.]).

Nos últimos meses, a equipe tem tido a oportunidade de mobilizar os conhecimentos adquiridos em favor de uma meta específica: a construção da Política de Inovação do IFSC. A Política deve concentrar as diretrizes sobre inovação, propriedade intelectual e transferência de tecnologia, e, de forma especial, definir os limites e as possibilidades do IFSC na interação com o setor produtivo – questão que suscita muitas dúvidas entre os pesquisadores, atualmente (DUTRA, 2022, [s.p.]).

Espera-se, ainda, com o documento, estabelecer os critérios para que as criações intelectuais mereçam proteção. A ideia é, cada vez mais, buscar o alinhamento entre as pesquisas realizadas e os interesses dos arranjos produtivos regionais para evitar o desperdício de recursos com a manutenção de títulos que não se revertam em benefícios para a sociedade (DUTRA, 2022, [s.p.]; PIRES, 2018, p. 74).

A interlocução entre o NIT e outras instâncias da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação é, portanto, fundamental para a consecução desses objetivos institucionais. A Pró-Reitoria, por meio das Coordenações de Pesquisa, desempenha, também, papel estra-

tégico na capilarização do NIT nos campus do IFSC. Considerando a estrutura multicampi do Instituto, o Coordenador de Pesquisa de cada campus é quem faz a mediação entre as demandas existentes fora de Florianópolis e o NIT, estabelecendo o primeiro contato com os pesquisadores. Quando possível, representantes do Departamento de Inovação visitam os campi, para estreitar as relações (DUTRA, 2022, [s.p.]).

Do ponto de vista da articulação com a comunidade externa, o NIT do IFSC participa de fóruns de abrangência nacional, como o Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (FORTEC), e de comitês locais, como o Conselho Municipal de Inovação de Florianópolis. Além disso, é uma das instituições integrantes do Núcleo de Inovação Tecnológica para Agricultura Familiar (NITA) e participa do movimento para a constituição da Rede Catarinense de NITs, a Rede NITSC, organizado no âmbito do Edital n. 14/2019, da Fapesc (DUTRA, 2022, [s.p.]).

Com a Fapesc, aliás, vale destacar a participação do NIT no Projeto de Implementação e Estruturação do Arranjo Catarinense de Núcleos de Inovação Tecnológica (PRONIT), correalizado pela Fundação, entre os anos de 2009 e 2011. De forma indireta, a aprovação de projetos em editais – de chamada pública e/ou específicos para pesquisadores do IFSC –, especialmente nos últimos dez anos, possibilitou a compra de equipamentos e a melhoria da infraestrutura dos labo-

ratórios. Essa circunstância contribuiu para um salto de qualidade e um nível maior de inovação nas pesquisas desenvolvidas no IFSC, o que reflete nas realizações do NIT (DUTRA, 2022, [s.p.]).

Com mais de uma década de existência, o NIT do IFSC enfrentou muitos obstáculos – infraestruturais, orçamentários, de recursos humanos, entre outros – para que alcançasse a consolidação. No horizonte que se apresenta, a perspectiva é seguir aperfeiçoando as rotinas de trabalho, e ampliar e fixar a equipe, na tentativa de superar um dos desafios mais persistentes da trajetória do NIT: a rotatividade dos servidores (DUTRA, 2022, [s.p.]).

A partir da aprovação da Política de Inovação, por outro lado, a expectativa é fortalecer o compromisso institucional com esse eixo, de modo que ele faça parte, de forma cada vez mais pronunciada e transversal, da identidade do IFSC.

Principais legislações em vigor

Resolução n. 030/2008/CD – Aprova a criação do NIT do CEFET-SC.

Onde encontrar

Endereço: Rua 14 de Julho, 150, Coqueiros, Florianópolis/SC, CEP: 88075-010.

E-mail: inovacao@ifsc.edu.br

Site: <https://www.ifsc.edu.br/nit-nucleo-de-inovacao-tecnologica>

Referências

ALMEIDA, Alcides Vieira de. **Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina**. reed. rev. e atual. Florianópolis: Publicações do IF-SC, 2010.

BRASIL. **Lein. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 4 jul. 2022.

CARLSON, Luiz Henrique Castelan. **Gestão da Propriedade Intelectual no IFSC**. 2016. 7 slides. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/id_cpmenu/6063/A_experiencia_do_IFSC_com_o_edital_do_inventor_-_Luiz_Henrique_Carlson_1503937145346_6063.pdf. Acesso em: 6 jul. 2022.

CEFET-SC – Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina. **Resolução n. 030/2008/CD, 4 de dezembro de 2008**.

Aprova a criação do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT [...], dispõe sobre a gestão da inovação tecnológica, a proteção de direitos relativos à Propriedade Intelectual e estabelece regras gerais para a transferência de tecnologia no âmbito do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina – CEFET-SC, delega competências e dá outras providências. Florianópolis, 2008.

CORRÊA, Juliana de Souza; TEIXEIRA, Clarissa Stefani. Pacto pela Inovação de Santa Catarina. *In*: CONFERÊNCIA DA ANPROTEC 2021, 31., 2021, online. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2021. p. 220-224. Disponível em: <https://via.ufsc.br/wp-content/uploads/Relato-de-boas-praticas-Pacto-pela-Inovacao-de-SC-1.pdf?lang=es>. Acesso em: 6 jul. 2022.

DUTRA, Cynthia Beatriz Scheffer. **Histórias e perspectivas do NIT do IFSC**. Entrevista concedida à Tuana Paula Lavall. 2022.

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina. **Acordos e contratos de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, prestação de serviços, propriedade intelectual e transferência de tecnologia do IFSC**. 2022a. Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/documents/397061/939484/PROJETOS+INTERINSTITUCIONAIS_

IFSC+22_02_22.pdf/70ee9fc5-aa4e-4685-a2dd-4618f4de8102. Acesso em: 7 jul. 2022.

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina. **Comunicação**: Gestores avaliam a primeira etapa da reitoria itinerante. 2012a. Disponível em: <https://linkdigital.ifsc.edu.br/2012/03/02/gestores-avaliam-primeira-etapa-da-reitoria-itinerante/>. Acesso em: 6 jul. 2022.

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina. **Comunicação**: Desafio IFSC de Ideias Inovadoras abre inscrições para a edição 2021. 2021a. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/noticia/2303403/desafio-ifsc-de-ideias-inovadoras-abre-inscri%C3%A7%C3%B5es-para-a-edi%C3%A7%C3%A3o-2021>. Acesso em: 7 jul. 2022.

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina. **Comunicação**: Hotel Tecnológico do Campus de Garopaba. 2021b. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/web/campus-garopaba/hotel-tecnologico>. Acesso em: 7 jul. 2022.

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina. **Comunicação**: Propri lança Edital do Inventor. 2016. Disponível em: <https://linkdigital.ifsc.edu.br/2016/08/30/proppi-lanca-edital-do-inventor/>. Acesso em: 6 jul. 2022.

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina. **Comunicação**: Reitoria Itinerante no Oeste. 2014. Disponível em: <https://linkdigital.ifsc.edu.br/2014/05/28/reitoria-itinerante-no-oeste/>. Acesso em: 6 jul. 2022.

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina. **Comunicação**: Resultados de pesquisas do IFSC geram patentes. 2012b. Disponível em: <https://linkdigital.ifsc.edu.br/2012/12/07/resultados-de-pesquisas-do-ifsc-geram-patentes/>. Acesso em: 6 jul. 2022.

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina. **Núcleo de Inovação Tecnológica do IFSC**. 2021c. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/nit-nucleo-de-inovacao-tecnologica>. Acesso em: 7 jul. 2022.

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024**. 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1XiW-loxg3MuAimDCT2BcZTfrGfGonC1T/view>. Acesso em: 8 jul. 2022.

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina. **Polo de Inovação Embrapii**. 2022b. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/polo-de-inovacao-embrapii>. Acesso em: 7 jul. 2022.

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina. **Vitrine Tecnológica**. 2022c. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/vitrine-tecnologica>. Acesso em: 8 jul. 2022.

NITA – Núcleo de Inovação Tecnológica para a Agricultura Familiar. **Sobre o NITA**. 2022. Disponível em: <http://nita.org.br/sobre/>. Acesso em: 8 jul. 2022.

PIRES, Daniela de Sá Jacobina. **Núcleos de Inovação Tecnológica e empresas**: uma proposta de interação por meio dos agentes locais de inovação. 2018. 104 f. Dissertação (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) – Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SOUZA, Ana Clara Medina Menezes de. **A importância do Núcleo de Inovação Tecnológica para o desenvolvimento científico e tecnológico Instituto Federal Catarinense**. 2013. 187 f. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) – Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

14.

**NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INOVA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO
AVANTIS (UNIAVAN)**

O Centro Universitário Avantis (UniAvan) é uma instituição de ensino superior de natureza privada, com atuação em nove cidades catarinenses, na modalidade de ensino presencial e a distância.

Foi criada em 2002, em Balneário Camboriú, na qualidade de Faculdade Avantis, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do município e da região, por meio da oferta de educação superior acessível e de qualidade. Com o passar dos anos, a instituição mostrou-se bem-sucedida nesse propósito, o que possibilitou o reconhecimento como Centro Universitário no ano de 2018 (UNIAVAN, 2022, [s.p.]). Desde então, tem como missão “[...] desenvolver ensino de qualidade e disseminar o conhecimento com princípios éticos para a formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável.” (UNIAVAN, 2022, [s.p.]).

O UniAvan desenvolve projetos de iniciação científica e presta serviços à comunidade, na forma de atendimentos especializados, assessorias, consultorias, entre outros. Essas atribuições são coordenadas, respectivamente, pelo Núcleo de Pesquisa Científica (NPC) e pelo Núcleo de Extensão (NEX) (UNIAVAN, 2022, [s.p.]).

Atualmente, além da sede em Balneário Camboriú, a instituição tem unidades em Blumenau, Brusque, Florianópolis, Itajaí, Itapema, Joinville, Lages e Rio do Sul, e polos de ensino a distância em Santa Catarina e Ceará. O UniAvan oferece 37 cursos de graduação, principalmente nas áreas da Engenharia, Saúde, Gestão e Tecnologia; mais de 40 cursos

de pós-graduação *lato sensu* e inúmeros cursos de extensão. Mantém, também, desde 2015, o Colégio Avantis, sediado em Balneário Camboriú e Brusque, com vagas para alunos do ensino médio (UNIAVAN, 2022, [s.p.]; SELO SOCIAL, 2021, [s.p.]).

Para alavancar a qualidade dos serviços prestados, o UniAvan tem apostado em tecnologia e inovação, com o aperfeiçoamento da sua infraestrutura. Nessa perspectiva, conta com diversos laboratórios e centros – a exemplo das clínicas e espaços na área da saúde –, um laboratório pioneiro em odontologia digital, salas de criatividade e inovação, equipamentos para impressão 3D, laboratórios voltados para os cursos de engenharia, além de ampla biblioteca (UNIAVAN, 2022, [s.p.]).

No fomento à inovação, especialmente a tecnológica, um importante passo foi dado com a criação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT). Ainda que as instituições privadas estejam dispensadas da constituição do NIT, o UniAvan encontra-se empenhado em estruturar e consolidar o setor, para impulsionar ainda mais o ecossistema local. A seção seguinte resgata aspectos da história do NIT e apresenta as suas perspectivas.

INOVA: conhecendo o NIT do UniAvan

O NIT do UniAvan está em fase de reestruturação. O setor existe há mais de uma década, com atuação voltada, principalmente, para o

desenvolvimento de sistemas operacionais e para o gerenciamento de laboratórios. No entanto, desde 2019, está em curso um movimento de reformulação das suas finalidades e linhas de trabalho, com o objetivo de aproximá-lo do que estabelece a Lei de Inovação.

Nesse processo, os primeiros esforços foram direcionados à elaboração de instrumentos normativos e à promoção de atividades, buscando a disseminação de informações e a criação de uma cultura de empreendedorismo inovador no Centro Universitário. Por essa razão, a trajetória do NIT, aqui apresentada, enfoca o conteúdo desses documentos legais – que, em sua maioria, ainda estão por ser implementados – e a programação de eventos realizados nos anos de 2018 e 2019.

Em 2019, por meio da Resolução n. 31/2019, do Conselho Universitário, foi instituído o Regulamento do NIT – denominado, à época, NITEC. Ao NITEC, sediado nas dependências da UniAvan, em Balneário Camboriú, e vinculado à Gerência de Extensão e Responsabilidade Social, foi atribuída a missão de “[...] promover o desenvolvimento tecnológico através da interação entre a UniAvan, as empresas e a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.” (UNIAVAN, 2019, [s.p.]).

Inicialmente, o NITEC foi idealizado para funcionar como um comitê, no qual os interessados poderiam associar-se e propor projetos para serem realizados no NIT, sob a liderança de uma Coordena-

ção. Nesse formato, o NITEC contaria com assessorias, designadas conforme a necessidade, e com instâncias deliberativas, como a Assembleia Geral, a Diretoria, o Conselho Fiscal e o Conselho Consultivo. As funções do setor, nos termos do Regulamento, envolveriam o fomento à inovação e à transferência de tecnologia, e a proteção às criações intelectuais desenvolvidas no Centro Universitário (UNIAVAN, 2019, [s.p.]).

Apesar dos poucos avanços na implementação da estrutura funcional do NITEC, algumas ações, realizadas no ciclo 2018-2019, contribuíram para a nascente cultura da inovação e empreendedorismo da instituição. Em dezembro de 2018, realizou-se a 1ª Edição do Hackathon EdTech Shift, em parceria com a Comunidade Hackathon Shift Team. O evento, focado em “criar soluções para o futuro da educação”, teve como público-alvo desenvolvedores, designers, analistas de *marketing*, analistas de negócios, estudantes, profissionais de educação e todos com interesse em desenvolver produtos na área (UNIAVAN, 2018, [s.p.]). A competição propôs desafios nos seguintes eixos: inovação aplicada à educação básica; tecnologias assistivas; inovação aplicada ao ensino superior; melhoria nos processos de gestão de instituições de ensino; educação a distância e educação corporativa (UNIAVAN, 2018, [s.p.]).

Em 2019, promoveu-se um segundo *hackathon*, voltado para o setor jurídico, e realizado em parceria com a empresa Gestalt Open

Innovation. O Global Legal Hackathon 2019 reuniu profissionais multidisciplinares das áreas do direito, administração, programação de *softwares*, tecnologia e design, oferecendo soluções tecnológicas e inovadoras e inserindo Balneário Camboriú no seleto grupo das quarenta cidades, de 22 países, que sediaram o evento global (UNIAVAN, 2019, [s.p.]).

No mesmo ano, o NIT do UniAvan, representado pelo Coordenador Thiago Berlim, participou da 2ª BC Smart Week, organizada pela Prefeitura de Balneário Camboriú. Alunos do ensino fundamental conheceram as instalações do NIT e puderam acompanhar a confecção de objetos em impressoras 3D. A programação contou, também, com palestra, ministrada por Thiago, nas temáticas de empreendedorismo, inovação e tecnologia (BALNEÁRIO CAMBORIÚ, 2019, [s.p.]).

Em 2021, o NIT passou por mudanças em regulamento para tornar a estrutura menos complexa. As novas diretrizes foram aprovadas em 30 de setembro de 2021, por força da Resolução n. 112/2021, do Conselho Universitário, documento que deve orientar a organização e as atividades do setor no horizonte que se apresenta.

A primeira mudança introduzida pela Resolução n. 112/2021 está no nome do NIT, que deixou de ser NITEC, para transformar-se em Inova. O Inova encontra-se vinculado à Gerência de Ensino-Aprendizagem e de Pesquisa do UniAvan, e, nos termos do art. 3º do Re-

gulamento, poderá contar com: “a) incubadoras; b) assessorias para o desenvolvimento de Inovação e Tecnologia; e c) transferência de tecnologia.” (UNIAVAN, 2021, [s.p.]).

As atribuições do Inova, definidas no art. 4º, são idênticas às do NITEC, e estão reproduzidas no Quadro 1, abaixo.

Quadro 1. Atribuições do Inova (2021)

- a) Contribuir no apontamento de diretrizes e prioridades para a política de inovação tecnológica do UniAvan;
- b) Promover e acompanhar as ações que tenham por finalidade a inovação tecnológica nos diversos campos de atuação do UniAvan;
- c) Elaborar, executar e gerenciar projetos submetidos às agências de fomento, órgãos governamentais, organizações da sociedade civil, empresas, com vistas à inovação tecnológica;
- d) Acompanhar as ações das incubadoras do UniAvan;
- e) Promover a integração do UniAvan com o setor produtivo para a geração, gestão e transferência de tecnologia;
- f) Implementar, sedimentar e zelar junto a outros setores, pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia.

Fonte: elaborado pelos autores, com reprodução do art. 4º da Resolução n. 112/2021 (UNIAVAN, 2021, [s.p.]).

A partir do exercício dessas funções, espera-se que o Inova, além de efetivar as competências estabelecidas legalmente aos NITs: a) contribua para a disseminação da cultura da inovação e do empre-

endedorismo enquanto instrumento de desenvolvimento socioeconômico, científico, educacional e tecnológico da região; b) interaja com governos locais, regionais, nacionais e estrangeiros, em busca de apoio e incentivo aos projetos desenvolvidos; c) prospecte fomento, em instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, para os projetos desenvolvidos; d) participe de espaços de discussão sobre temáticas que repercutam em suas atividades; e) realize cursos, palestras e outras ações, presenciais ou virtuais, voltadas à capacitação ou treinamento na área de atuação do INOVA (UNIAVAN, 2021, [s.p.]).

O funcionamento do Inova, no modelo idealizado em 2021, fica a cargo de uma Comissão, nomeada pela Reitoria do UniAvan, que se reúne, ordinariamente, uma vez por semestre, e, extraordinariamente, sempre que houver necessidade. A composição do grupo abrange o Coordenador do NIT, o Coordenador dos Núcleos Pedagógicos, um representante da Gerência de Ensino-Aprendizagem e de Pesquisa, um representante da Gerência de Extensão e Responsabilidade Social, um representante do Núcleo de Empregabilidade e Empreendedorismo, um representante do setor de comunicação do UniAvan e um representante docente (UNIAVAN, 2021, [s.p.]). Essa estrutura, no entanto, ainda não foi implementada.

Figura 1. Identidade visual do Inova



Fonte: acervo do INOVA (2021).

Atualmente, como já mencionado, o Inova desempenha funções relativas ao desenvolvimento de ferramentas tecnológicas, para uso da instituição, e à prestação de serviços. A equipe é formada por Fernando Cardoso, Coordenador de Sistemas; Mayara Cristina, programadora FrontEnd UI/UX; e Ygor Moreira, programador BackEnd/Banco de Dados (CARDOSO, 2022, [s.p.]). Entre os serviços prestados, destacam-se o de impressão 3D, realizado em parceria com o curso de Engenharia Mecânica e o de robótica (INOVA, 2021, [s.p.]).

A expectativa é de que, em um futuro próximo, o Inova consiga incorporar às rotinas de trabalho as atribuições descritas na Resolução n. 112/2021, para, assim, reforçar a sua identidade enquanto NIT da instituição. Uma das prioridades, nesse processo, é o acultramento da comunidade acadêmica para as temáticas da inovação, da propriedade intelectual, da transferência de tecnologia e do empreendedo-

risimo. Outra frente a ser desbravada é a do relacionamento com NITs de outras instituições, no sentido de trocar experiências, para aprimorar as atividades desenvolvidas.

Principal legislação em vigor

Resolução n. 112/2021/CONSUN – Regulamento do NIT do UniAvan.

Onde encontrar

Endereço: Av. Marginal Leste, n 3600, km 132, CEP 88.339-125, Bairro dos Estados, Balneário Camboriú, SC.

E-mail: inova@uniavan.edu.br

Site: <https://www.uniavan.edu.br/>

Referências

CARDOSO, Fernando. **Histórias e perspectivas do NIT do UniAvan**. Entrevista concedida à Cristiani Fontanela e Tuana Paula Lavall. 2022.

BALNEÁRIO CAMBORIÚ (Prefeitura Municipal). **Notícia**: Palestra sobre empreendedorismo e tecnologia abre o 2º BC Smart Week. 2019. Dis-

ponível em: https://www.bc.sc.gov.br/imprensa_detalhe.cfm?codigo=24795. Acesso em: 20 jul. 2022.

INOVA – Núcleo de Inovação Tecnológica Inova. **Inova Case**. 2021. Apresentação de slides. Acervo INOVA/UniAvan.

SELO SOCIAL. **Centro Universitário Avantis – UniAvan**. 2021. Disponível em: <http://www.selosocial.com/uniavan>. Acesso em: 20 jul. 2022.

UNIAVAN – Centro Universitário Avantis. **Nossa história**. 2022. Disponível em: <https://www.uniavan.edu.br/nossa-historia#missao>. Acesso em: 20 jul. 2022.

UNIAVAN – Centro Universitário Avantis. **Notícias**: Faculdade Avantis promove hackathon voltado para educação no próximo final de semana. 2018. Disponível em: <https://blog.uniavan.edu.br/faculdade-avantis-promove-hackathon-voltado-para-educacao-no-proximo-final-de-semana/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

UNIAVAN – Centro Universitário Avantis. **Notícias**: Maratona internacional de hackathon terá edição em Balneário Camboriú para incentivar projetos no setor jurídico. 2019. Disponível em: <https://blog.uniavan.edu.br/maratona-internacional-de-hackathon-tera-edicao-em-bal>

neario-camboriu-para-incentivar-projetos-no-setor-juridico/. Acesso em: 20 jul. 2022.

UNIAVAN – Centro Universitário Avantis. **Resolução n. 112/2021/CONSUN, 30 de setembro de 2021.** Aprova o Regulamento do Núcleo de Inovação Tecnológica do Centro Universitário Avantis. Balneário Camboriú, 2021.

UNIAVAN – Centro Universitário Avantis. **Resolução n. 31/2019/CONSUN, 21 de março de 2019.** Aprova o Regulamento do Núcleo de Inovação Tecnológica (NITEC) do Centro Universitário Avantis – UniAvan. Balneário Camboriú, 2019.

15.

**NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
(NIT) DO CENTRO UNIVERSITÁRIO
BARRIGA VERDE (UNIBAVE)**

O Centro Universitário Barriga Verde (Unibave) é uma instituição de ensino superior de natureza comunitária, mantida pela Fundação Educacional Barriga Verde (Febave) e localizada em Orleans (SC). A história do Centro Universitário confunde-se com a da sua mantenedora, pioneira no desenvolvimento e na gestão de serviços educacionais, sociais e culturais da região das Encostas da Serra Geral.

A Febave foi fundada em setembro de 1974, como entidade filantrópica e sem fins lucrativos, controlada pelo poder público municipal. Três anos mais tarde, a Fundação conquistou autonomia administrativa e passou a ocupar uma área de terras de 20 mil metros quadrados, doada pelo Instituto São José e Escola Técnica de Comércio de Orleans, com as respectivas edificações, mobiliário, equipamentos e livros (UNIBAVE, 2022c, [s.p.]).

As atividades iniciais da Febave envolviam a administração das escolas municipais, com a execução de melhorias pedagógicas e na infraestrutura física. Posteriormente, iniciou o atendimento a crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com a criação do Centro de Menores; e passou a oferecer formação profissional, em princípio, com a Escola de Marceneiros, estendendo a oferta, nos anos seguintes, para os cursos técnicos de Contabilidade e Secretariado. No ensino básico, criou uma escola com projeto pedagógico diferenciado, que atendia alunos de Orleans e de outros municípios (UNIBAVE, 2022c, [s.p.]).

No ano de 1998, deu seus primeiros passos no ensino superior, ao tornar-se mantenedora da recém-criada Faculdade de Administração do Alto Vale do Rio Tubarão (FAAVART). No ano seguinte, as oportunidades no ensino superior foram ampliadas com a autorização de funcionamento, pelo Ministério da Educação (MEC), da Faculdade de Educação do Alto Vale do Rio Tubarão (FEAVART) (UNIBAVE, 2022b, [s.p.]).

A fusão das duas faculdades, em 2004, deu origem ao Centro de Educação Superior Barriga Verde (CESFEBAVE), que, no ano de 2006, alcançou o status de Centro Universitário, recebendo o nome de Unibave (UNIBAVE, 2022b, [s.p.]).

Atualmente, o Unibave conta com 17 cursos de graduação, na modalidade presencial, e mais de 20 cursos de pós-graduação *lato sensu* (UNIBAVE, 2022a, [s.p.]). O Colégio Unibave, lançado em 2019, oferece cinco opções de cursos técnicos, além de educação infantil, ensino fundamental e médio (COLÉGIO UNIBAVE, 2022, [s.p.]). Fortemente comprometido com a produção de novos saberes e com o desenvolvimento da região no qual está inserido, o Unibave dispõe de seis Núcleos de Pesquisa e Extensão e, por meio de projetos como a Casa da Cidadania, o Hospital Veterinário e a Farmácia Universitária, contribui diretamente com a comunidade (UNIBAVE, 2021, [s.p.]).

O Centro Universitário tem, entre seus valores, a inovação, e pretende tornar-se referência de instituição inovadora (UNIBAVE, 2022d, [s.p.]).

Para tanto, desempenha papel de destaque na articulação dos atores locais para a vocalização de demandas relacionadas à temática, e, internamente, movimenta-se para centralizar e organizar suas ações a partir de duas frentes: a Incubadora Inventa, já implementada, e o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), em processo de constituição. A próxima seção investiga a trajetória desses espaços e joga luz às suas perspectivas.

Conhecendo o NIT do Unibave

O NIT do Unibave encontra-se em fase de implementação. No entanto, a atuação do Centro Universitário no fomento à inovação, dentro do espaço acadêmico e fora dele, não é recente, razão pela qual apresentar o NIT do Unibave exige trazer à superfície os movimentos e processos que confluíram para o momento da sua criação.

Embora a aproximação entre o Unibave e o setor produtivo sempre tenha sido uma realidade, considerando as contribuições ao desenvolvimento econômico da região promovidas pela instituição, um contato mais induzido e sistemático iniciou-se nos anos 2000. Em 2007, o Unibave firmou parceria com uma corporação do ramo frigorífico, para oferecer o curso de Engenharia da Produção – o primeiro da região – na modalidade *in company*, com aulas ministradas na planta da empresa, na cidade de Forquilha. O curso formou três turmas, e,

posteriormente, transformou-se em curso regular, oferecido no campus de Orleans (ROCHA, 2022, [s.p.]).

A partir dessa experiência, e pela própria consolidação de um curso que dialoga profundamente com as demandas empresariais, o Unibave entendeu que deveria buscar, cada vez mais, a realização de projetos integradores universidade-empresa. Surgiu, também, a necessidade de aprender com as boas práticas de outras instituições, no sentido de ampliar a agenda institucional da inovação (ROCHA, 2022, [s.p.]).

Nessa perspectiva, foi notável a influência do Instituto Gene, em funcionamento, à época, na Universidade Regional de Blumenau (FURB). Em visita técnica ao Vale do Itajaí, no ano de 2007, lideranças do Unibave conheceram o trabalho realizado na incubadora do Instituto, uma das mais antigas do Estado. Viram, ali, um formato de sucesso, e começaram a discutir meios para replicá-lo em sua instituição (ROCHA, 2022, [s.p.]).

À primeira vista, o plano parecia ambicioso, afinal, pela sua natureza, o Unibave desenvolvia, fundamentalmente, atividades de ensino, e dispunha de infraestrutura e orçamento limitados. Mostrava-se indispensável, enquanto primeiros passos, (a) construir uma cultura de pesquisa, que servisse de insumo à inovação, e (b) buscar o apoio de atores locais, públicos e privados, capazes de aportar recursos e somar esforços (ROCHA, 2022, [s.p.]).

Nesse sentido, o Unibave criou, em 2010, o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Tecnologia e Informação (NUTEC) – transformado, em 2017, em Núcleo de Pesquisa e Extensão em Engenharia e Tecnologia –, considerado precursor do NIT. O NUTEC envolvia todos os cursos de graduação da área tecnológica e das engenharias, e cursos de qualificação profissional, como o curso de mecânica, de eletricidade básica, de eletrotécnica, ofertados pelo Unibave. Além de produzir pesquisas, servia como arena de discussão sobre temas relacionados à inovação, à tecnologia e ao empreendedorismo, lançando as bases para o acultramento da comunidade acadêmica nessas temáticas (ROCHA, 2022, [s.p.]).

Sem perder de vista o desafio de fortalecer suas práticas e projetos por meio do trabalho em rede, a instituição celebrou um convênio com a Prefeitura Municipal de Orleans, a Associação Comercial e Industrial (ACIO) e a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) do município, para articular ações voltadas ao empreendedorismo inovador. O grupo elegeu como seu principal objetivo montar uma estrutura – não se tinha clareza, naquele momento, se um centro de pesquisa, de tecnologia ou de inovação –, que impulsionasse as atividades dessa natureza (ROCHA, 2022, [s.p.]).

Em 2016, fruto desse convênio, a Incubadora de Base Tecnológica do Unibave, a Inventa, foi criada. Mais tarde, e diante da necessidade de um espaço que ultrapassasse as fronteiras do Unibave, o mesmo

grupo mobilizou-se para pleitear, junto ao poder público do Estado de Santa Catarina, a construção de um centro de inovação com alcance regional. Devido à mudança de orientação na forma de implementar a Rede Catarinense de Centros de Inovação – priorizando-se a ocupação de locais cedidos pelos municípios ou pela iniciativa privada à edificação de novos centros –, o comitê não alcançou êxito em sua demanda. O movimento, no entanto, não se desarticulou (ROCHA, 2022, [s.p.]).

Em 2019, o Unibave, a ACIO e a CDL tornaram-se parceiros da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC) na implantação, em Orleans, do Programa de Desenvolvimento Econômico Local (DEL). O DEL, cujo formato deriva do modelo alemão Es-sen, nasceu com o objetivo de melhorar as condições de crescimento econômico e de geração de emprego, e a qualidade de vida em centros urbanos e rurais. Por meio dele, os municípios unem as iniciativas pública e privada na execução de projetos que convirjam para o desenvolvimento local sustentável (ORLEANS, 2019, [s.p.]).

Considerando o ambiente externo favorável, o Unibave entendeu, então, que aquele seria o momento oportuno para reestruturar a Incubadora Inventa, com o propósito de dar uma contribuição mais efetiva à dinamização da matriz econômica da região e reforçar o movimento pela implantação do centro de inovação. Os professores Dimas Ailton Rocha, Pró-Reitor de Administração, Pós-Gradu-

ação, Pesquisa e Extensão; Nacim Miguel Francisco Junior, Coordenador da Inventa; e Ana Paula Bazo, Coordenadora de Pesquisa, estiveram à frente da reorganização (ROCHA, 2022, [s.p.]; UNIBAVE, 2022e, [s.p.]).

Nesse contexto, a participação do Unibave no Edital de Chamada Pública n. 24/2020 – Programa de Incentivo às Incubadoras de Empresas Catarinenses, da Fapesc, foi decisiva. O fomento permitiu revitalizar uma área de 120 metros quadrados, no Bloco F, onde foram construídos espaços de convivência, sala de reuniões, cinco salas privativas, *coworking*, além de copa e recepção. A inauguração da sede da Inventa aconteceu em maio de 2022, com a presença de autoridades, empresários e da comunidade acadêmica (ROCHA, 2022, [s.p.]; UNIBAVE, 2022e, [s.p.]).

O processo de reestruturação da Incubadora, assim como os resultados evidenciados na solenidade de inauguração, atraiu a atenção do setor empresarial. Em menos de seis meses, a estrutura recebeu duas empresas âncoras – tradicionais indústrias da área plástica – e iniciou a incubação de seis empresas, enquanto muitas outras se encontram na fila de espera para apresentarem seus projetos. No âmbito do Programa DEL, são três empresas incubadas, todas voltadas ao desenvolvimento de soluções para problemas locais (ROCHA, 2022, [s.p.]).

Paralelo à revitalização da Inventa, o Unibave decidiu constituir formalmente o seu NIT. A elaboração do documento que o regulamenta ficou sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Administração, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, setor ao qual o NIT estará vinculado no organograma institucional. A previsão é de que o instrumento seja finalizado e aprovado no Conselho Universitário até setembro de 2022 (ROCHA, 2022, [s.p.]).

Além de atuar nas competências atribuídas aos NITs pela Lei de Inovação, o NIT do Unibave oferecerá apoio às empresas incubadas na Inventa, sendo que a relação com a Incubadora e a própria posição frente a ela serão delineadas no regulamento. No escopo do NIT, tem-se por certa a implementação de um escritório de negócios, encarregado de desenvolver ações que fomentem o empreendedorismo (ROCHA, 2022, [s.p.]).

Quanto à disseminação da cultura da inovação, a perspectiva é manter e ampliar a programação de eventos, oficinas, palestras e capacitações que a instituição já realiza. O Unibave promove, há pelo menos cinco anos, competições envolvendo alunos do ensino médio e da graduação, no formato de *hackathons*. Antes mesmo da retomada da incubadora, essa iniciativa contribuiu para o surgimento de muitas empresas, que nasceram das ideias ventiladas nos *hackathons* (ROCHA, 2022, [s.p.]). Por outro lado, e de forma mais pontual,

curso de diferentes áreas realizam ou participam de atividades alinhadas à temática.

Em maio de 2018, por exemplo, alunos do curso de Farmácia participaram da oficina *Inovação Farmacêutica e Propriedade Intelectual*, promovida pela Academia Nacional de Farmácia e pelo Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina (CRF/SC), em Florianópolis (UNIBAVE, 2018b, [s.p.]). No mesmo ano, os acadêmicos de Engenharia da Produção acompanharam palestra sobre inovação e empreendedorismo, ministrada por Timóteo Farias, consultor da FACISC (UNIBAVE, 2018a, [s.p.]). Em agosto de 2022, a Semana Acadêmica do Curso de Direito contou com a participação de Araken de Lima, do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (ROCHA, 2022, [s.p.]).

As atividades citadas – uma pequena amostra dentro do conjunto das ações realizadas –, demonstram como o Centro Universitário está preocupado em introduzir, de modo orgânico e transversal, a inovação no dia a dia dos acadêmicos.

Outra preocupação da instituição, e, especialmente, da equipe que está estruturando o NIT, é estreitar, ainda mais, o relacionamento com os demais atores da tríplice hélice. Integra o planejamento do NIT visitar as prefeituras dos municípios da região, para entender como os seus interesses podem estar representados no Núcleo. Em Orleans, existe um diálogo muito próximo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e com o Poder Legislativo, no sentido de promo-

ver a atualização da Lei Complementar Municipal n. 04/2019, que dispõe sobre o incentivo aos empreendimentos voltados à tecnologia e à inovação. O objetivo é definir o papel dos *habitats* de inovação do Unibave na concretização dessa política pública (ROCHA, 2022, [s.p.]).

Outro objetivo que segue renovado é o de viabilizar o Centro de Inovação de Orleans, para atender a região das Encostas da Serra Geral. As lideranças desse movimento vêm trocando experiências com autoridades de municípios de porte semelhante que estejam implantando ou já tenham finalizado a implantação de centros, como é o caso de Caçador. Além disso, o professor Dimas Ailton Rocha participa, representando Orleans, do comitê de implantação do Centro de Inovação de Criciúma, espaço no qual tem tido a oportunidade de ampliar a expertise sobre o processo de estabelecimento e a governança desses *habitats* de inovação (ROCHA, 2022, [s.p.]).

Com a Fapesc, o Unibave estabelece uma relação frutífera e de grande impacto na melhoria da infraestrutura institucional e no ganho de conhecimento. Nos últimos anos, foram aprovados seis projetos na área de inovação, permitindo que a instituição avançasse de forma expressiva e em um curto intervalo de tempo. Com os recursos, além da reestruturação da Incubadora Inventa, foi possível a criação de um centro de treinamento para executivos, que deve ser inaugurado em dezembro de 2022; e de uma sala de inovação no ensino, destinada à testagem de metodologias ativas e capacitação de professores, in-

clusive das redes municipal e estadual. Ainda, embora não tenha participado do Edital n. 14/2019, no âmbito do qual está se formando a Rede Catarinense de NITs, o Unibave já formalizou sua intenção em participar do coletivo (ROCHA, 2022, [s.p.]).

Apesar de ser uma instituição de ensino relativamente jovem, o Unibave tem dado passos importantes na concretização do que assume como visão: tornar-se referência na geração de inovação. No horizonte que se apresenta, a implementação do NIT – com a aprovação do seu regulamento e estruturação de seus fluxos de trabalho –, somada à consolidação da Incubadora Inventa são medidas que vêm a reforçar a trajetória de sucesso percorrida até aqui.

Onde encontrar

Endereço: Rua Pe. João Leonir Dall’Alba, 601, Bairro Murialdo, Orleans, SC, 88870-000.

E-mail: pesquisa@unibave.net

Site: <https://unibave.net/servicos-comunidade/inventa/>

Referências

COLÉGIO UNIBAVE. **Ensino:** cursos técnicos. 2022. Disponível em: <https://colegiounibave.net/ensino/tecnico/>. Acesso em: 4 ago. 2022.

ORLEANS (Prefeitura Municipal). **Notícias:** Programa de Desenvolvimento Econômico Local (DEL) será lançado na quarta-feira em Orleans. 2019. Disponível em: <https://www.pmo.sc.gov.br/midia/noticias/itemlist/user/650-departamentodeinformatica?start=192>. Acesso em: 3 ago. 2022.

ROCHA, Dimas Ailton. **Histórias e perspectivas do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do Unibave.** Entrevista concedida à Cristiani Fontanela e Tuana Paula Lavall. 2022.

UNIBAVE – Centro Universitário Barriga Verde. **Ensino:** graduação, pós-graduação, cursos técnicos, cursos rápidos. 2022a. Disponível em: <https://unibave.net/grau/graduacao/>. Acesso em: 4 ago. 2022.

UNIBAVE – Centro Universitário Barriga Verde. **Institucional:** atos autorizativos. 2022b. Disponível em: <https://unibave.net/institucional/reitoria/atos-autorizativos-da-ies/>. Acesso em: 3 ago. 2022.

UNIBAVE – Centro Universitário Barriga Verde. **Institucional:** mantenedora. 2022c. Disponível em: <https://unibave.net/institucional/mantenedora/>. Acesso em: 4 ago. 2022.

UNIBAVE – Centro Universitário Barriga Verde. **Institucional:** missão, visão e valores. 2022d. Disponível em: <https://unibave.net/institucional/reitoria/missao-visao-e-valores/>. Acesso em: 4 ago. 2022.

UNIBAVE – Centro Universitário Barriga Verde. **Notícias:** Acadêmicos participam de oficina sobre empreendedorismo e inovação. 2018a. Disponível em: <https://unibave.net/noticia/academicos-do-unibave-participam-de-oficina-sobre-empreendedorismo-e-inovacao/>. Acesso em: 3 ago. 2022.

UNIBAVE – Centro Universitário Barriga Verde. **Notícias:** Acadêmicos participam de oficina sobre Inovação Farmacêutica. 2018b. Disponível em: <https://unibave.net/noticia/academicos-participam-de-oficina-sobre-inovacao-farmaceutica-e-propriedade-intelectual/>. Acesso em: 3 ago. 2022.

UNIBAVE – Centro Universitário Barriga Verde. **Notícias:** Com foco no empreendedorismo, Unibave inaugura Incubadora. 2022e. Disponível em: <https://unibave.net/noticia/com-foco-no-empreendedorismo-unibave-inaugura-incubadora/>. Acesso em: 1 ago. 2022.

UNIBAVE – Centro Universitário Barriga Verde. **Notícias:** Febave comemora 47 anos de fundação. 2021. Disponível em: <https://unibave.net/noticia/febave-comemora-47-anos-de-fundacao/>. Acesso em: 4 ago. 2022.



16.

**NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
(NIT) DO CENTRO UNIVERSITÁRIO
DE BRUSQUE (UNIFEBE)**

O Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE) é uma das instituições pioneiras na oferta de ensino superior na região do Médio Vale do Itajaí. Embora tenha alcançado o credenciamento como centro universitário em 2003, a trajetória da UNIFEBE iniciou-se em 1973, quando a Fundação Educacional de Brusque (FEBE), sua mantenedora, foi criada.

A Lei n. 527/1973, instituidora da FEBE, definiu como objetivo da Fundação “criar e manter institutos de ensino superior e de 1º e 2º graus”, tendo como órgãos de administração o Conselho Curador, o Conselho Administrativo e a Presidência. Ainda no ano de sua criação, a FEBE tornou-se mantenedora da Escola Superior de Estudos Sociais (ESES), que três anos mais tarde, passou a oferecer, além do curso de Estudos Sociais, o de Licenciatura de Primeiro Grau (GLATZ, 2021, p. 20).

Na década de 1990, em parceria com a Universidade Regional de Blumenau (FURB), a Fundação ampliou a oferta de cursos, com a abertura de turmas de graduação em Direito e Ciências Contábeis. Nessa mesma época, foram implantados os primeiros cursos de pós-graduação *lato sensu*. Até 1998, a FEBE e, conseqüentemente, a ESES, foi gerida por sacerdotes da Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus, circunstância que influenciou o quadro funcional da instituição por muitos anos, com a presença de membros da Con-

gregação no corpo docente e em cargos diretivos – especialmente na Reitoria (GLATZ, 2021, p. 23).

Em 1999, a ESES transformou-se no Centro de Educação Superior de Brusque (CESBE), marcando a dissolução da parceria com a FURB na oferta de cursos no ensino superior. A nova fase coincidiu com a aquisição do terreno para a construção do campus próprio, no bairro Santa Terezinha. Os anos 2000 trouxeram, além da inauguração do campus e da ampliação progressiva do número de cursos de graduação e pós-graduação, o reconhecimento da qualidade de centro universitário, com a adoção da nomenclatura utilizada atualmente (GLATZ, 2021, p. 25-26).

Com estrutura inovadora, a UNIFEBE chega à maturidade com a missão de “[...] atuar no Ensino Superior desenvolvendo seres humanos comprometidos com a qualidade de vida [...]”, perspectivando “[...] ser excelência na Educação Superior, atuando na produção e difusão do conhecimento para o bem comum investe continuamente em conhecimento.” (UNIFEBE, 2021, [s.p.]). Desde 2019, a FEBE mantém, ao lado da UNIFEBE, o Colégio Universitário de Brusque – o Colégio UNIFEBE, que atua nas três séries do ensino médio (GLATZ, 2021, p. 26).

A gestão atual da instituição encontra-se pautada em quatro pilares: “[...] foco no aluno; equilíbrio econômico-financeiro; investimento em inovação; e tecnologia vocacional para o desenvolvimento sustentável e educação com qualidade.” (GLATZ, 2021, p. 28). Para cumprir

essa agenda, especialmente na área da inovação, mantém, apesar de desobrigada pela Lei de Inovação, um Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), instituído em 2018. A próxima seção apresenta aspectos da história e da estrutura dessa instância do centro universitário.

Conhecendo o NIT da UNIFEBE

Na UNIFEBE, a inovação

[...] tem compromisso com a formação de mão-de-obra especializada, realização de pesquisas básicas, aplicadas e desenvolvimento experimental, além da construção de novos conhecimentos com enfoque em atender demandas, temáticas e interesses locais. (UNIFEBE, 2018a, [s.p.]).

Esses esforços são realizados com a finalidade última de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico de Brusque e região, nas áreas de conhecimento de atuação da instituição.

O NIT do centro universitário foi instituído, formalmente, em 2018, por força da Resolução n. 36 do Conselho Universitário, que aprovou o regulamento do setor. A institucionalização do NIT foi motivada pela necessidade de adequar o organograma interno às legislações vigentes e alavancar a cultura de inovação na instituição. No mesmo movimento, instituiu-se, ainda em 2018, a Política de Inovação da UNIFEBE, formalizada pela Resolução n. 35 (SILVA, 2022, [s.p.]).

A Política de Inovação elege áreas de ação estratégicas para a consecução do seu mandato. São elas: a) a implementação de disciplinas específicas e/ou transversais em inovação; b) o incentivo ao corpo docente da instituição à capacitação no tema; c) a expansão de transferência de tecnologia; d) a melhora da interlocução entre pesquisador e empresário; e) o fortalecimento do NIT; f) o apoio a projetos; g) a promoção de uma educação globalizada; e h) o incentivo aos acadêmicos e docentes no estudo de línguas estrangeiras (UNIFEBE, 2018a, [s.p.]).

Ao passo em que é contemplado como objeto da Política, o NIT também tem o papel de efetivá-la, conforme determina o art. 12. Nessa perspectiva, ele nasce com o objetivo de incentivar a comunidade acadêmica a desenvolver pesquisas básicas, aplicadas e de cunho experimental, para a construção de novos conhecimentos e a expansão das “fronteiras tecnológicas”, além de ser um espaço de aproximação entre pesquisadores e o setor produtivo (UNIFEBE, 2018b, [s.p.]).

Na prática, o NIT encontra-se vinculado à Incubadora Tecnológica, setor em funcionamento, na instituição, desde 2006. O arranjo formado por NIT e Incubadora é responsável por impulsionar a temática da inovação dentro da UNIFEBE e opera em um Laboratório de Inovação, com identidade de equipe – formada por professores, auxiliares e estagiários – e de Coordenador. A governança do se-

tor é realizada, também, por órgãos colegiados, como o Comitê de Inovação e o Comitê de Gestão da Incubadora Tecnológica (SILVA, 2022, [s.p.]). No seu conjunto, a estrutura está diretamente ligada à Supervisão de Pesquisa, que, por sua vez, integra a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, conforme o organograma da Figura 1.

Figura 1. Organograma do NIT da UNIFEFE



Fonte: elaboração das autoras (2022), com base em Silva (2022, [s.p.]).

De acordo com o Regimento, as competências do NIT são aquelas definidas na Lei de Inovação. No entanto, são definidas prioridades, conforme o Quadro 1, em consonância com a realidade da instituição e da região em que a instituição está inserida.

Quadro 1. Política do NIT da UNIFEFE

- a. A implantação ou aprimoramento de mecanismos para promover a cultura da criatividade, sistematização de atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação entre docentes pesquisadores e acadêmicos a partir da criação de ambientes e comunidades capazes de aproximar elementos da inovação;
- b. A promoção e o acompanhamento de interações, convênios ou alianças estratégicas entre a UNIFEFE com empresas ou outros agentes e instituições;
- c. O desenvolvimento de estudos e estratégias para a transferência de tecnologias e inovações geradas pela UNIFEFE;
- d. A gestão de acordos de transferência de tecnologia oriundos da UNIFEFE, inclusive questões contratuais e econômicas;
- e. A avaliação à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na instituição, passíveis de proteção intelectual;
- f. O acompanhamento do processo dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição;
- g. O incentivo à captação de recursos externos para financiamentos de projetos de pesquisa que se fundamentem em inovação tecnológica.

Fonte: elaboração das autoras (2022), com reprodução do art. 5º do Regulamento do NIT (UNIFEFE, 2018b, [s.p.]).

Considerando o porte da instituição, as atividades de inovação e transferência de tecnologia são lideradas pelo NIT e a Incubadora, mas compartilhadas entre as instâncias superiores – Pró-Reitorias de Administração, de Graduação, e de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura – e introduzidas na rotina acadêmica de modo a atravessarem ensino, iniciação científica e extensão, articuladamente. Entre as

iniciativas desenvolvidas, é possível citar o oferecimento de cursos de curta duração, o acompanhamento de projetos de inovação e empreendedorismo realizados pelos alunos do ensino médio e o acompanhamento de projetos de iniciação científica, na graduação, com potencial para resultarem em inovações (SILVA, 2022, [s.p.]).

A UNIFEBE é uma instituição comunitária no sentido mais essencial do termo: participa ativamente dos processos que impactam a vida da comunidade, integra comitês, presta serviços e está atenta às demandas locais. Entre as ações de destaque, nesse sentido, está o envolvimento do centro universitário no movimento pela aprovação do Centro de Inovação de Brusque. Hoje, a UNIFEBE integra o Comitê de Implantação do Centro – a Reitora Rosemari Glatz ocupa a posição de Presidente –, cujo Parque Científico e Tecnológico está em processo de construção (SILVA, 2022, [s.p.]).

Na UNIFEBE, a maior parte das atividades práticas que envolvem o ensino são realizadas em parceria com empresas de Brusque e região. Essa circunstância resulta em um grande volume de convênios firmados entre a instituição e o setor produtivo, e, desde 2020, com a curricularização da extensão, novas oportunidades de interação estão se configurando (SILVA, 2022, [s.p.]).

A inclusão da extensão no currículo acadêmico é considerada, pela gestão da UNIFEBE, um caso de sucesso na abordagem transversalizada da inovação. No primeiro semestre de 2022, a inovação foi um

dos temas escolhidos para o desenvolvimento dos projetos de curricularização. As atividades tiveram início com um ciclo de palestras, que contou com a presença do Presidente da Fapesc, Fábio Zobot Holthausen, e entenderam-se com a elaboração e apresentação de soluções pelos alunos. Do Direito às Engenharias, o corpo discente teve a oportunidade de qualificar o olhar sobre como inovar em suas respectivas áreas (SILVA, 2022, [s.p.]).

Para fomentar a inovação na instituição, outra frente de trabalho é a disponibilização de laboratórios e equipamentos de alta tecnologia para pesquisa e desenvolvimento de empresas, geração de oferta de tecnologia e transferência tecnológica. Nessa seara, destacam-se os laboratórios de pesquisa, entre os quais o Núcleo de Tecnologia e Inovação em Fabricação (NTIF).

O NTIF é resultado de uma parceria entre a UNIFEBE e a Fapesc, instituições cujas contrapartidas financeiras foram fundamentais para estruturá-lo. O principal objetivo da divisão “[...] é desenvolver pesquisas aplicadas, voltadas ao aprimoramento de produtos e processos, por meio da integração entre Universidade, Indústria e Poder Público [...]”, com linhas de pesquisa dedicadas aos arranjos produtivos locais, especialmente, à indústria metalomecânica (UNIFEBE, 2022, [s.p.]). Além de servir de locus para as pesquisas dos cursos de Engenharia da Produção e Engenharia Mecânica, o Núcleo oferece serviços ao setor produtivo, tais como modelagem geométrica e impressão

3D, análise de composição química de materiais, ensaios de tração e compressão, preparação e análise metalográfica, entre outros (UNIFEBE, 2022, [s.p.]; BLÖDORN, 2022, [s.p.]).

Em 2015, a UNIFEBE foi ganhadora do Prêmio Professor Caspar Erich Stemmer Inovação Catarinense, representada pelo pesquisador e coordenador do NTIF, professor Denis Boing, na categoria Protagonista da Inovação, pelo trabalho desempenhado no laboratório. A premiação, conferida pela Fapesc, serviu de estímulo para o avanço e aperfeiçoamento das atividades (FAPESC, 2016, [s.p.]).

Vale registrar que o papel da Fapesc no fomento à inovação, na instituição, ultrapassa o convênio firmado com o NTFI e o reconhecimento com o Prêmio Catarinense de Inovação. A Fundação, por meio de seus editais, bolsas, capacitações de recursos humanos e difusão de conhecimentos, contribui para que a UNIFEBE seja referência na sua região de atuação (SILVA, 2022, [s.p.]; BLÖDORN, 2022, [s.p.]).

Com forte atuação no acultramento em inovação, o NIT não se ocupa diretamente da gestão da propriedade intelectual produzida no centro universitário. Como o foco da instituição é o ensino, não há um número expressivo de produtos e/ou processos desenvolvidos, ou em desenvolvimento, o que explica a demanda reduzida pelos mecanismos de proteção. Nos casos em que ela se faz necessária, no entanto, o encaminhamento é realizado pela Supervisão de Pesquisa, com auxílio da procuradoria jurídica. A UNIFEBE tem, ao todo, três

depósitos de patente no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (SILVA, 2022, [s.p.]).

Na perspectiva de seguir o seu processo de consolidação e ampliação, o NIT da UNIFEBE projeto, enquanto próximos passos, associar ainda mais as suas atividades às da Incubadora Tecnológica. Espera-se que isso aconteça, inclusive, do ponto de vista dos instrumentos regulatórios, havendo previsão de atualização do Regulamento do NIT nos próximos meses.

Principais legislações em vigor

Resolução n. 35/18/CONSUNI – Define as Diretrizes da Política de Inovação da UNIFEBE.

Resolução n. 36/18/CONSUNI – Aprova o Regulamento do NIT da UNIFEBE.

Onde encontrar

Endereço: Rua Dorval Luz, 123, Bairro Santa Terezinha, Brusque, SC, 88352-400.

E-mail: proppex@unifebe.edu.br

Site: <https://www.unifebe.edu.br/site/incubadora/>

Referências

BLÖDORN, Rodrigo. **O Núcleo de Tecnologia e Inovação em Fabricação da UNIFEBE**. Entrevista concedida à Cristiani Fontanela e Tuana Paula Lavall. 2022.

FAPESC – Fundação de Amparo à Pesquisa e à Inovação do Estado de Santa Catarina. **Prêmio Professor Caspar Erich Stemmer de Inovação Catarinense Edição 2015**. 2016. Disponível em: <https://premiostemmer.sc.gov.br/?tag=stemmer-2015>. Acesso em: 1 jun. 2016.

GLATZ, Rosemari. Um caminho de sucesso: síntese histórica da Fundação Educacional de Brusque – FEBE, mantenedora do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE. *In*: SILVEIRA, Adriana Bina da; ENGEL, Ricardo José; HOFFMANN, Ricardo Vianna (org.). **Núcleo de Prática Jurídica: 25 anos**. Brusque: Ed. UNIFEBE, 2021. p. 19-28.

SILVA, Edinéia Pereira da. **Histórias e Perspectivas do Núcleo de Inovação Tecnológica da UNIFEBE**. Entrevista concedida à Tuana Paula Lavall. 2022.

UNIFEBE – Centro Universitário de Brusque. **Missão e Visão**. 2021. Disponível em: <https://www.unifebe.edu.br/site/institucional/>. Acesso em: 1 jun. 2022.

UNIFEBE – Centro Universitário de Brusque. **Núcleo de Tecnologia e Inovação em Fabricação (NTIF)**. 2022. Disponível em: <https://www.unifebe.edu.br/site/nucleo-tecnologia-e-inovacao-em-fabricacao/>. Acesso em: 1 jun. 2022.

UNIFEBE – Centro Universitário de Brusque. **Resolução n. 35/18/CONSUNI, 11 de julho de 2018**. Brusque, 2018a.

UNIFEBE – Centro Universitário de Brusque. **Resolução n. 36/18/CONSUNI, 11 de julho de 2018**. Brusque, 2018b.



17.

**NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
(NIT) DOS INSTITUTOS SENAI DE
INOVAÇÃO E DE TECNOLOGIA**

O Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/SC) é uma entidade integrante da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), com trajetória de mais de 60 anos no apoio ao desenvolvimento das indústrias catarinenses.

Na década de 1940, para cumprir a disposição da Constituição Federal de 1937 que estabelecia às indústrias e aos sindicatos econômicos o dever de criarem escolas de aprendizagem, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) criou o SENAI (SENAI, 2019, p. 14). Na região Sul, a introdução do Serviço iniciou-se pela cidade de Curitiba, com a instituição de uma delegacia para atender os Estados do Paraná e de Santa Catarina (FIESC, 2020, p. 42).

As cidades de Florianópolis, Joinville, Blumenau, Brusque, Tubarão e Criciúma sediaram as primeiras atividades do SENAI, em território catarinense. Com a criação da FIESC, em maio de 1950, e sua filiação à CNI, seis meses depois, abriu-se a possibilidade de instalação de unidades do SENAI no Estado, circunstância que viria a concretizar-se no ano de 1954. Em 1963, a sede regional do SENAI foi inaugurada, junto a da FIESC, no Edifício Palácio da Indústria, em Florianópolis (FIESC, 2020, p. 63).

As décadas seguintes marcaram a expansão da cobertura do Serviço e avanços na consecução do objetivo de “[...] estimular a inovação industrial por meio da educação, consultoria, pesquisa aplicada e ser-

viços técnicos e tecnológicos [...]”, visando a competitividade das empresas de Santa Catarina (SENAI/SC, 2022b, [s.p.]).

Atualmente, o SENAI/SC atua em cinco eixos. Na Educação Profissional, oferece ensino médio, cursos de aprendizagem industrial, cursos técnicos, graduação, pós-graduação, extensão e qualificação profissional. Os cursos, que podem ser personalizados conforme a necessidade do parceiro, acontecem nas escolas do SENAI, nas empresas ou na modalidade a distância (SENAI/SC, 2022b, [s.p.]).

Na Inovação, segundo eixo de atuação, o SENAI/SC focaliza a realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento, em parceria com as indústrias. No oferecimento de Consultorias Especializadas – terceiro eixo –, atua nas áreas de gestão empresarial, processos produtivos e segurança do trabalho. Por outro lado, presta Serviços Especializados voltados à implantação e à melhoria de processos produtivos e ao melhoramento de produtos, e Serviços Laboratoriais, contando com uma rede de 11 laboratórios de ensaios (SENAI/SC, 2022b, [s.p.]).

Para dar vazão a essas atividades, o SENAI/SC dispõe de 52 unidades de Educação Profissional e um Centro Universitário – com sede e mais quatro campi –, três Institutos de Inovação e sete Institutos de Tecnologia. Apenas em 2021, foram 18.495 mil matrículas em aprendizagem industrial, aperfeiçoamento, qualificação profissional e cursos técnicos. Ainda, no mesmo período, seus Institutos de Tecnologia

e de Inovação realizaram 30,6 mil horas de consultoria e 306,5 mil ensaios metrológicos, além de terem mobilizado quase R\$ 200 milhões em 55 projetos de inovação (FIESC, 2022, p. 29).

No acompanhamento dos projetos de inovação e tecnologia, o Escritório de Projetos – setor que exerce as funções do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) – desempenha papel fundamental. A próxima seção apresenta como as atribuições do NIT estão postas no âmbito do Escritório e indica quais as perspectivas para a consolidação do Núcleo.

Conhecendo o NIT dos Institutos SENAI de Inovação e de Tecnologia

O fomento à inovação, no contexto do SENAI/SC, relaciona-se diretamente com a atuação dos Institutos SENAI de Inovação e de Tecnologia. Na esfera da rede de Institutos, criada, pelo SENAI nacional, entre 2010 e 2011, para estimular o protagonismo das empresas na promoção da inovação, Santa Catarina foi contemplada com três Institutos de Inovação e sete Institutos de Tecnologia, atores que, dentro de segmentos específicos, contribuem para o ecossistema de C,T&I.

Os Institutos SENAI de Inovação oferecem apoio na pesquisa e no desenvolvimento de produtos e processos para atender as ne-

cessidades da indústria. Atuam desde a fase pré-competitiva até a etapa final do desenvolvimento, “[...] com foco no conhecimento prático, na pesquisa aplicada e na concepção de soluções reais.” (SENAI/SC, 2022a, [s.p.]). No SENAI/SC, os Institutos possuem as seguintes especialidades: a) Inovação em Processamento a Laser; b) Inovação em Sistemas de Manufatura; e c) Inovação em Sistemas Embarcados.

Os dois primeiros, sediados em Joinville, têm como principais eixos, respectivamente, a manipulação de materiais a *laser* e o desenvolvimento de processos de usinagem, máquinas e produtos mecatrônicos e materiais metálicos. O Instituto de Inovação em Sistemas Embarcados, com sede em Florianópolis, tem ênfase no desenvolvimento de *software*, *hardware* e ciência de dados, para a concepção de produtos que envolvam Transformação Digital, Internet das Coisas, Indústria 4.0 e máquinas e equipamentos inteligentes (SENAI/SC, 2022a, [s.p.]).

Juntos, os três Institutos ocupam área superior a 10 mil metros quadrados. Por serem credenciados como Unidades da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII), assim como estarem cadastrados na Agência Nacional de Petróleo (ANP) e no Sistema Nacional de Laboratórios de Fotônica (SISFÓTON-MCTI) – no caso dos Institutos em Sistemas de Manufatura e em Processamento a Laser

–, os Institutos SENAI de Inovação processam grande volume de demandas (SENAI/SC, 2022a, [s.p.]).

Os Institutos SENAI de Tecnologia, por outro lado, objetivam “[...] apoiar pequenas, médias e grandes empresas a se manterem atualizadas tecnologicamente e a fortalecerem sua presença nos mercados nacional e internacional.” (SENAI, 2022, [s.p.]). Para cumprir essa missão, atuam na prestação de serviços especializados de metrologia e consultoria e na área de pesquisa e desenvolvimento. As unidades estão distribuídas da seguinte forma: a) Alimentos e Bebidas, em Chapecó; b) Têxtil, Vestuário e Design, em Blumenau; c) Ambiental, em Blumenau; d) Cerâmica, em Criciúma; e) Eficiência Energética, Jaraguá do Sul; e) Logística de Produção, em Itajaí; e f) Automação e Tecnologia da Informação e Comunicação, em Florianópolis (SENAI, 2022, [s.p.]).

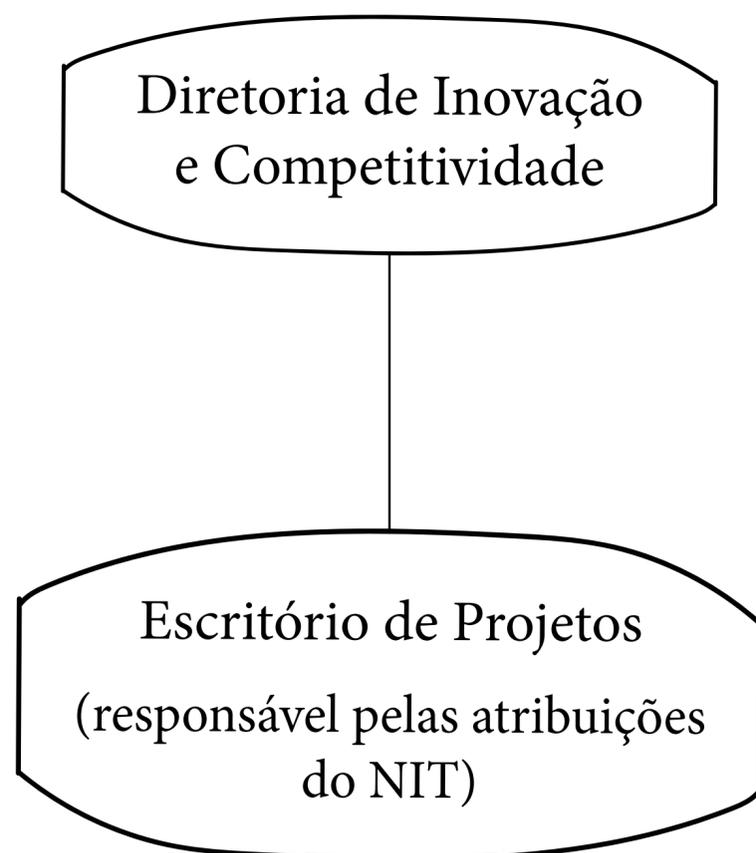
O início das atividades dos Institutos de Inovação e Tecnologia representa tanto a diversificação dos serviços oferecidos pela SENAI, como a ampliação das suas fontes de receita. As horas de prestação de serviços de Tecnologia e Inovação passaram de 158.164 homem/hora, em 2011, para 374.857 homem/hora, em 2017, apresentando crescimento de 237%. Em termos financeiros, em 2011, os serviços de Educação respondiam por 85% da receita do SENAI/SC, e os de Tecnologia e Inovação, 15%. Em 2017, essas proporções mudaram para,

respectivamente, 67% e 33%, o que evidencia um crescimento de 220% da participação dos serviços de Tecnologia e Inovação na receita, no período avaliado (CRIPPA, 2019, p. 81).

Esses resultados demonstram os esforços do SENAI/SC na alavancagem de uma indústria de base tecnológica e inovadora em Santa Catarina. Desde a implementação dos Institutos de Inovação e de Tecnologia, o SENAI/SC vem aprovando grandes projetos, com subsídio de fontes de externas, como o Edital SESI-SENAI de Inovação, Sebraetec, Sibratec, Programa Brasil Mais Produtivo, EMBRAPIL, entre outros. Apenas em 2017, foram captados 7.5 milhões de reais de recursos não reembolsáveis, investidos na indústria, mediante a atuação dos Institutos (CRIPPA, 2019, p. 81-82).

A partir das rotinas e fluxos de trabalho que se estabelecem nesses ambientes é que se delimita o espaço de atuação do NIT do SENAI/SC. Atualmente, o Núcleo está em fase de institucionalização, com a elaboração do instrumento constitutivo que definirá seu formato e modelo de gestão. Embora o momento seja de planejamento, discussão e deliberação sobre os caminhos que a estrutura trilhará dentro do SENAI/SC, as funções atribuídas por lei aos NITs já são realizadas, na instituição, de forma informal, pelo Escritório de Projetos, setor vinculado à Diretoria de Inovação e Competitividade (CRIPPA, 2022, [s.p.]).

Figura 1. Organograma do NIT Institutos SENAI/SC



Fonte: elaboração das autoras (2022), com base em Crippa (2022, [s.p.]).

O Escritório de Projetos foi constituído, como estrutura própria, no organograma do SENAI/SC, no ano de 2017. Desde então, é responsável pela gestão dos projetos de inovação desenvolvidos nos Institutos. Entre as suas atribuições, destacam-se a prospecção de fomento, o acompanhamento da formalização, execução e prestação de contas dos projetos realizados, e a aquisição de equipamentos para os laboratórios (CRIPPA, 2022, [s.p.]).

Em 2021, os projetos de inovação intermediados pelo Escritório mobilizaram mais de R\$ 198 milhões, incluindo as fontes de financiamento e as contrapartidas do SENAI e das 73 empresas beneficiadas. Entre os muitos casos de sucesso, estão o dos robôs de pintura para plataformas petrolíferas, criados com auxílio e para uso da Petrobrás, e o do robô *snake*, destinado à montagem automotiva e desenvolvido em parceria com a General Motors (FIESC, 2022, p. 45).

A equipe do Escritório está localizada nas cidades de Florianópolis e Joinville, e é formada por 16 pessoas. São dez gestores de projetos e seis funcionários atuando no apoio administrativo e financeiro, sendo que um deles serve de referência para a condução dos assuntos relacionados ao NIT. No momento em que se planeja o reposicionamento do Núcleo, essa pessoa está mais diretamente envolvida com a análise de modelos organizativos na tentativa de definir um formato adequado para o SENAI/SC (CRIPPA, 2022, [s.p.]).

O responsável pelas atividades do NIT também acompanha o setor jurídico na gestão da propriedade intelectual da instituição. De modo geral, o SENAI/SC prioriza que a condução dos trâmites relativos à proteção das criações seja realizada pela empresa parceira. Excepcionalmente, ela fica a cargo do setor jurídico, com o acompanhamento do representante do NIT, que faz a interface com a empresa. Em todos os casos, os procedimentos são norteados pela Política de Propriedade Intelectual do SENAI/SC (CRIPPA, 2022, [s.p.]).

Há que se destacar que uma das principais motivações para a reestruturação do NIT, é, justamente, o fortalecimento das ações voltadas à propriedade intelectual. De forma preliminar, e para subsidiar esse processo, estão sendo traçadas estratégias para capacitar a equipe do Escritório de Projetos. A intenção é preparar o grupo que estará à frente das mudanças pretendidas (CRIPPA, 2022, [s.p.]).

A disseminação da cultura da inovação é outro objetivo que tem merecido atenção. Hoje, na esfera dos Institutos de Inovação, a difusão de informações acontece de forma orgânica, por meio da interação entre os pesquisadores e a equipe de apoio, e da troca das experiências adquiridas nos diferentes projetos de inovação. A tendência é manter essa abordagem, e realizar um trabalho mais pontual e intensivo junto aos Institutos de Tecnologia, nos quais o acultramento ainda não está tão fortemente consolidado (CRIPPA, 2022, [s.p.]).

A mediação entre ICT e o setor produtivo, função característica dos NITs, é frente de atuação importante no Escritório de Projetos. Essa interação resulta: a) da procura espontânea das empresas, que apresentam suas demandas na expectativa de soluções, por meio de novos processos ou produtos; b) do acesso, pelas empresas, a fontes de fomento que estão articuladas com o SENAI/SC, como a EMBRAPA; c) da busca pelos serviços prestados pelos Institutos, considerando o credenciamento de muitos de seus laboratórios em órgãos e agên-

cias do governo; e) dos contatos proporcionados a partir da FIESC (CRIPPA, 2022, [s.p.]).

Na seara dos relacionamentos interinstitucionais, o SENAI/SC mantém uma relação estreita com as demais entidades da FIESC – o Centro das Indústrias do Estado de Santa Catarina (CIESC), o Serviço Social da Indústria de Santa Catarina (SESI/SC), e o Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina (IEL/SC). Com a Fapesc, tem projetos de pesquisa finalizados e em andamento, e estabelece um diálogo profícuo, com seus dirigentes, sobre o desenvolvimento do ecossistema de inovação catarinense (CRIPPA, 2022, [s.p.]).

Ampliar essa aproximação com a Fapesc e com os demais atores do ecossistema, passando, inclusive, a integrar a Rede Catarinense de NITs, é um dos objetivos do SENAI/SC (CRIPPA, 2022, [s.p.]). A formalização do NIT, com a definição do seu papel institucional, é, nesse sentido, medida que permitirá não apenas a organização dos fluxos de trabalho internos, como também maior visibilidade para a estrutura em todo o Estado.

Onde encontrar

Endereço: Av. Luiz Boiteux Piazza, 574, Cachoeira do Bom Jesus, Florianópolis, SC, 88032-005.

E-mail: faleconosco@fiesc.com.br

Site: <https://sc.senai.br/pt-br/institutos-senai-de-inovacao>

<http://institutostecnologia.senai.br/>

Referências

CRIPPA, Gabriela Regina. **Análise das interações dos Institutos de Inovação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e as Empresas de Santa Catarina**. 2019. 152 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

CRIPPA, Gabriela Regina. **Histórias e perspectivas do NIT dos Institutos SENAI de Inovação e Tecnologia**. Entrevista concedida à Cristiani Fontanela e Tuana Paula Lavall. 2022.

FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. **Fiesc 70 anos**: indústria, estado da arte. Florianópolis: Editora Expressão, 2020.

FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. **Relatório Anual 2021**. 2022. Disponível em: <https://fiesc.com.br/>

[sites/default/files/publications/relatorio-gestao-2021-v4.pdf](https://sc.senai.br/sites/default/files/publications/relatorio-gestao-2021-v4.pdf). Acesso em: 28 jul. 2022.

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. **Institutos SENAI de Tecnologia**. 2022. Disponível em: <http://institutostecnologia.senai.br/>. Acesso em: 26 jul. 2022.

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. **Relatório anual SESI-SENAI-IEL 2018**. 2019. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/2a/a1/2aa12fbc-318c-4a00-a81d-02075dacf109/relatorio_anual_2019_sesi_senai_iel.pdf. Acesso em: 28 jul. 2022.

SENAI/SC – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Santa Catarina. **Institutos SENAI de Inovação**. 2022a. Disponível em: <https://sc.senai.br/pt-br/institutos-senai-de-inovacao>. Acesso em: 26 jul. 2022.

SENAI/SC – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Santa Catarina. **Sobre o SENAI**. 2022b. Disponível em: <https://sc.senai.br/sobre-senai>. Acesso em: 28 jul. 2022.



18.

**SECRETARIA DE INOVAÇÃO (SINOVA)
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA (UFSC)**

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é pioneira nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação no Estado. Tem por missão

[...] produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida. (UFSC, 1978, [s.p.]).

Elegendo a inovação e o empreendedorismo como dois de seus valores norteadores, a universidade está na vanguarda da promoção e do apoio às práticas orientadas para o enfrentamento dos grandes desafios do nosso tempo.

A UFSC nasceu da reunião de sete faculdades localizadas em Florianópolis – Direito (1932), Ciências Econômicas (1943), Odontologia (1946), Farmácia e Bioquímica (1946), Filosofia (1952), Medicina (1957) e Serviço Social (1958) – e da criação de uma Escola de Engenharia Industrial. Conforme seu ato formativo, a Lei 3.849, sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek, em 18 de dezembro de 1960, a universidade recebeu, inicialmente, o nome de Universidade de Santa Catarina, tendo a sua denominação alterada para Universidade Federal de Santa Catarina, em 1965 (UFSC, 2020a, [s.p.]; RODRIGUES, 2010, p. 18).

A organização em centros acadêmicos e departamentos remonta ao ano de 1969, com a reforma universitária imposta pelo Decreto n. 64.824. Os aspectos decorrentes da reforma, somados a um aumento da demanda, elevaram a preocupação com a qualificação dos professores. Diante desse cenário, entre o final das décadas de 1960 e 1980, registrou-se a criação dos primeiros cursos de pós-graduação. O primeiro deles, a Pós-Graduação em Engenharia Mecânica (mestrado), foi criado em 1969, seguido pelo curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas (mestrado), instituído, também, em 1969 (UFSC, 2020b, p. 21).

Nos anos 1970 e 1980, a comunidade acadêmica da UFSC participou ativamente das mobilizações pela redemocratização do país, com a formação de um pujante movimento estudantil. Essas décadas também foram palco de greves organizadas pelos servidores, que se intensificaram nos anos 1990, diante de cortes orçamentários, da desvalorização dos salários, e da ameaça de privatização das universidades públicas. Em meio às adversidades, a UFSC não apenas resistia, como demonstrava a sua forte vocação inovadora: em 1995 passou a oferecer cursos de aperfeiçoamento no formato de videoaulas por satélite. As ações de EaD, fruto de parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), contribuíram para a expansão dessa modalidade de ensino no país (UFSC, 2020a, [s.p.]).

No mesmo período, observou-se uma intensa expansão da pós-graduação *stricto sensu*, da pesquisa, e dos projetos de extensão, além do apoio à criação de centros tecnológicos no Estado de Santa Catarina. Nessa perspectiva, a UFSC chegou ao século XXI fortalecida institucionalmente e com renovado compromisso com a educação pública, gratuita e de qualidade. Para comemorar os 40 anos da universidade, realizou-se, em novembro de 2000, a primeira edição da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (Sepex), oportunidade em que ficou demonstrado a robustez da sua produção científica (UFSC, 2020a, [s.p.]).

O ano de 2007 marca o início do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão (Reuni), política pública federal responsável por importantes transformações na universidade. A partir dele, a instituição passou a oferecer mais vagas no ensino superior, ampliou o leque de cursos presenciais e melhorou a estrutura dos já existentes. Com recursos do Reuni, houve, ainda, a interiorização da UFSC, com a criação dos campi de Araranguá, Joinville e Curitibanos, em 2009, e de Blumenau, em 2014 (UFSC, 2020b, p. 22).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024), aproximadamente 50 mil pessoas circulam diariamente pela UFSC, entre professores, técnicos administrativos, alunos e comunidade externa. São mais de 5.600 servidores – professores e técnicos administrativos em educação –, 1.190 alunos da educação básica, e em

torno de 29 mil estudantes de graduação, matriculados em 120 cursos, desses 107 presenciais e 13 a distância. Na pós-graduação *stricto sensu*, 67 mestrados acadêmicos, 22 mestrados profissionais, 57 doutorados acadêmicos e um doutorado profissional reúnem mais de 8 mil alunos; enquanto a pós-graduação *lato sensu*, constituída por 13 especializações, soma mais de 2 mil alunos (UFSC, 2020b, p. 26-28).

Com forte tradição investigativa, a UFSC possui mais de 620 grupos de pesquisa, reunindo professores, técnicos e estudantes, que desenvolvem aproximadamente de 2,7 mil projetos. Na extensão, realizou, apenas em 2018, mais de 3,7 mil ações, como programas, cursos e palestras, com repercussão direta na comunidade (UFSC, 2020b, p. 29).

Além das áreas-fim de atuação – ensino, pesquisa e extensão –, as atividades da universidade desdobram-se em áreas transversais: Cultura e Arte; Esporte, Saúde e Lazer; Internacionalização; Interdisciplinaridade; Inclusão Social e Diversidade; Sustentabilidade Ambiental; e Tecnologia, Inovação e Empreendedorismo. Essa última área, em especial, atenta para a integração do conhecimento acadêmico com o setor produtivo e o fortalecimento das parcerias entre universidade e empresas, governo e organizações da sociedade civil. Entre os protagonistas da realização dessa interface, está a Secretaria de Inovação (SINOVA), setor que desempenha as funções de um Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) dentro da UFSC, e que será objeto da próxima seção.

SINOVA: conhecendo o NIT da UFSC

A relação imediata da UFSC com as temáticas da inovação, da propriedade intelectual e da transferência de tecnologia não é recente. Em 1981, mais de duas décadas antes de a Lei de Inovação determinar a necessidade de implementação dos NITs pelas ICTs públicas, a UFSC já contava com uma estrutura equivalente, para a condução dos assuntos relacionados à proteção da propriedade intelectual e à transferência tecnológica na universidade.

Vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), o NIT foi instituído em 15 de junho de 1981, pela Portaria n. 276/GR/1981. Na mesma data, por meio da Portaria n. 277/GR/1981, o Reitor Ernani Bayer designou, para o cargo de Coordenador-Geral do NIT, o professor Nelson Back. Docente do Departamento de Engenharia Mecânica, o professor Nelson permaneceu na função até abril de 1982, tendo sido sucedido pelo professor Edemar Soares Antonini, do mesmo Departamento, que respondeu pela coordenação-geral do NIT nos quatorze anos seguintes (UFSC, 2008, p. 14).

O NIT funcionava, inicialmente, no prédio da Biblioteca Universitária, e, mais tarde, junto ao Departamento de Engenharia Mecânica. Além do Coordenador, atuavam um assistente de administração e um estagiário. As atribuições da equipe, guiadas pelos objetivos descritos no Quadro 1, envolviam orientações à comunidade acadêmica sobre

propriedade industrial e transferência de tecnologia, e a atuação direta na realização de pedidos de patente e no acompanhamento dos trâmites junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). O NIT projetava-se, também, desde os primeiros anos, como um espaço de formação continuada, com a promoção de palestras, para alunos e professores, e de capacitações na área de gerência de sistemas de informação (UFSC, 2008, p. 14).

Quadro 1. Objetivos do NIT/UFSC (1981)

- a) Aumentar o grau de articulação das atividades de pesquisa com a comunidade em geral e com o setor produtivo em particular, objetivando a utilização dos resultados dessas atividades para o desenvolvimento tecnológico regional;
- b) Aprovar o patenteamento de invenções, modelos de utilidade, modelos industriais e desenhos industriais;
- c) Tornar mais eficazes os procedimentos de absorção e transferência da tecnologia ao setor produtivo regional;
- d) Apoiar e incentivar os pesquisadores da UFSC a detectarem as demandas tecnológicas e participarem com maior efetividade na busca de soluções dos problemas tecnológicos regionais.

Fonte: elaboração das autoras (2022), com reprodução da Portaria n. 0276/GR/1981, art. 2º (UFSC, 1981, [s.p.]).

Para além dos muros da universidade, a equipe do NIT mantinha relacionamento com empresas, buscando estimular a utilização do potencial tecnológico desenvolvido na instituição. A equipe também marcava presença em eventos nacionais sobre temáticas correlatas

ao seu âmbito de atuação, como a Fenasoftware – maior feira de informática do Brasil, na década de 1990 (UFSC, 2008, p. 14).

Em 1993, o pioneirismo da UFSC na gestão da propriedade intelectual rendeu a indicação, pelo Ministério de Relações Exteriores, do professor Edemar Soares Antonini, então Coordenador do NIT, para representar o Brasil no Seminário e Curso de Propriedade Intelectual, realizado no Japão. Pelo período de 30 dias, Antonini trocou experiências com participantes de outros quatro países, e conheceu metodologias de órgãos governamentais de ensino e fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica do setor produtivo (UFSC, 2008, p. 14).

Os anos 2000 reservaram mudanças importantes no posicionamento da UFSC quanto à proteção dos seus ativos intangíveis e ao estímulo à pesquisa. A primeira delas aconteceu em 2002, com a Resolução n. 14/CUn/2002, de 25 de junho. Considerando a necessidade de fortalecer a prática científica e tecnológica na universidade, por meio de pesquisas básicas e aplicadas, a Resolução fixou critérios para a participação dos pesquisadores nos ganhos financeiros decorrentes da exploração comercial da criação intelectual protegida. Além disso, criou, em seu art. 4º, a Coordenadoria de Gestão da Propriedade Intelectual (COGEPI) (UFSC, 2002, [s.p.]).

A COGEPI, vinculada à PRPPG, tinha competência para

[...] exercer e fazer cumprir as disposições desta Resolução, apoiar a transferência de tecnologias, interna ou externamente, e estimular e promover a proteção jurídica e a exploração econômica das criações intelectuais. (UFSC, 2002, [s.p.]).

A criação da COGEPI, em substituição ao NIT, deu-se por iniciativa e sob a liderança do professor Alvaro Toubes Prata e da professora Cláudia Maria Oliveira Simões, que, inicialmente, contaram com o apoio técnico da Procuradora Federal Maristela Cechetto e do economista Cláudio Moita Guedes, e, mais tarde, do professor do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD), Luiz Otávio Pimentel (UFSC, 2008, p. 15).

Ainda em 2002, depois de submeter e aprovar projeto no CNPQ, a universidade foi contemplada com recursos para implementação de um Núcleo de Apoio à Propriedade Intelectual. A equipe do Núcleo, coordenada pelo professor Alvaro Prata, era formada pelos professores Thereza Christina Monteiro de Lima, Cláudia Maria de Oliveira Simões, Luiz Otávio Pimentel e Renato Carlson, com o apoio técnico de Thamara da Costa Vianna França, Gerente de Projetos da Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU) (UFSC, 2008, p. 15).

Em maio de 2004, as funções do NIT da UFSC passaram a ser exercidas pelo Departamento de Gestão da Propriedade Intelectual (DEGEPI), vinculado à PRPPG, sob a coordenação do professor Luiz

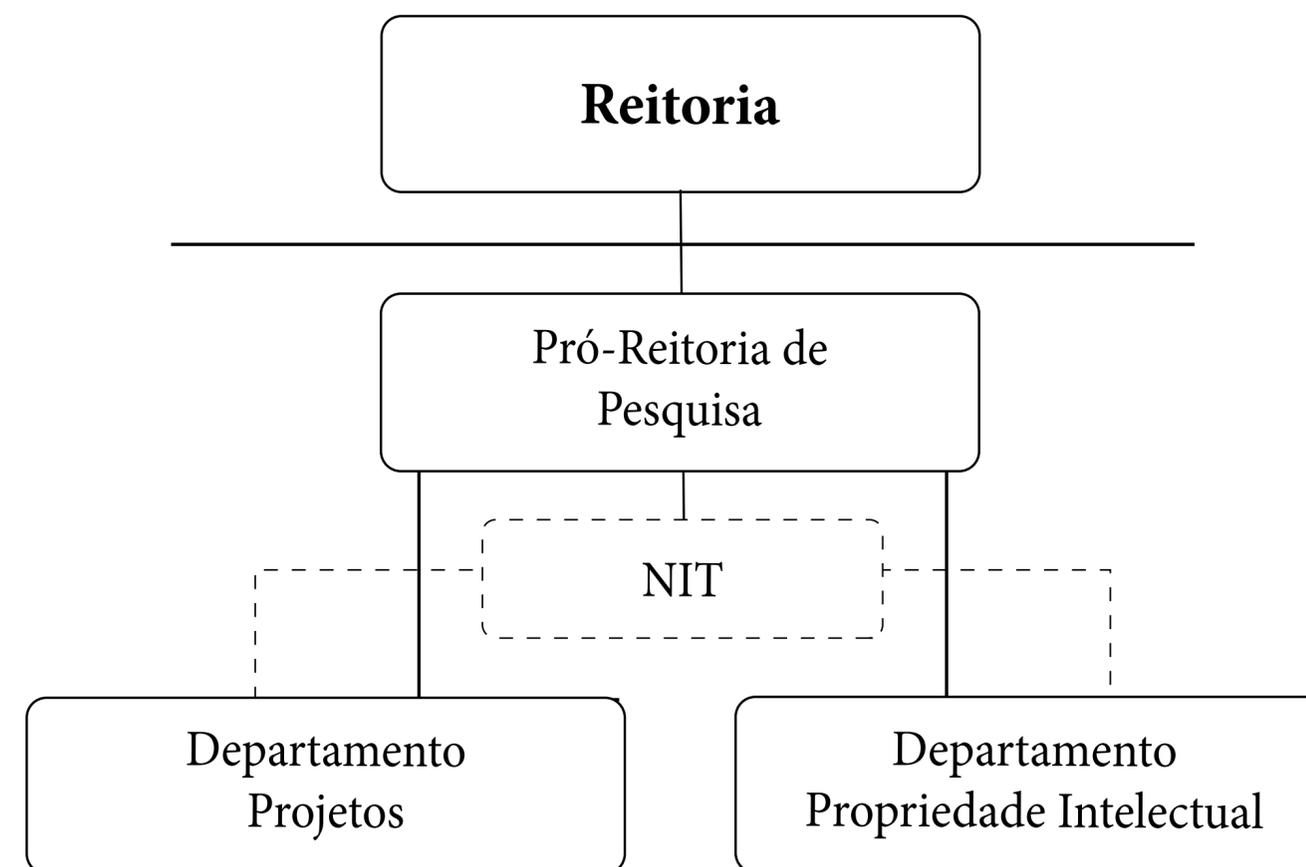
Otávio Pimentel, de acordo com as Portarias 316 e 317/GR/2004. No mesmo ano, com a cisão da PRPPGD e a criação da Pró-Reitoria de Pesquisa (PRPe), o DEGEPI teve seu nome alterado para Departamento de Propriedade Intelectual (DPI), ficando atrelado à Pró-Reitoria recém-criada, ainda sob a direção do professor Pimentel (UFSC, 2008, p. 15).

O advento da Lei da Inovação, marco regulatório que determinou a obrigatoriedade dos NITs nas ICTs públicas, em dezembro de 2004, não motivou mudanças imediatas na estrutura organizacional do NIT da UFSC, que permaneceu com suas competências absorvidas pelo DPI. Em 2007, no entanto, na gestão da Reitora Thereza Christina Monteiro de Lima, a Portaria n. 276/GR, instrumento que criou o NIT em 1981, foi revogada e o NIT, renovado, em consonância com a Lei de Inovação (UFSC, 2008, p. 15-16).

Nos termos da Portaria n. 337/2007, responsável por revitalizar o NIT, o setor, subordinado à PRPe, conforme o organograma da Figura 1, foi criado para ser

[...] instrumento de coordenação das medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica para o ambiente produtivo, das atividades relacionadas à criação, adaptação, absorção e transferência de tecnologia e à propriedade intelectual. (UFSC, 2007a, [s.p.]).

Figura 1. Organograma NIT/UFSC (2007)



Fonte: UFSC (2008, p. 16).

Vale destacar que, nesse formato, o NIT e DPI funcionavam de modo integrado, mas com valores, missões e visões paralelas, como se observa no Quadro 2.

Quadro 2. Valores, missões e visões do NIT e do DIT (2007)

NIT
Valores: ética, comprometimento, responsabilidade, perseverança, competência, criatividade, valorização pessoal e trabalho em equipe.
Missão: estimular e fortalecer as interações da UFSC com as instituições públicas e privadas para a realização de projetos, criando e consolidando oportunidades para atividades de C&T, pesquisa, P&D e P&DI, que contribuirão para o desenvolvimento econômico e social do país, bem como a transferência de resultados das pesquisas acadêmicas para a sociedade.
Visão: benefícios gerados para a UFSC e para a sociedade, autossustentabilidade, profissionalização, socialização e proteção do conhecimento, parcerias com o setor produtivo e governamental.
DIT
Valores: ética, comprometimento, responsabilidade, perseverança, competência, criatividade, valorização pessoal e trabalho em equipe.
Missão: conscientizar, estimular e realizar a proteção da propriedade intelectual da UFSC, transformando o resultado da pesquisa, conhecimentos e informações em riqueza.
Visão: benefício da propriedade intelectual expresso em capital intelectual e ativo intangível no patrimônio da UFSC.

Fonte: elaboração das autoras (2022), com base em UFSC (2008, p. 17-18).

O quadro funcional era formado pelo professor Luiz Otávio Pimentel – Diretor do NIT/DIP –, uma servidora técnico-administrativa, um as-

sistente administrativo, uma estagiária, e, para atender demandas em caráter de excepcionalidade, um assessor jurídico, designado pela Portaria n. 340/GR/2007 (UFSC, 2008, p. 19).

Com a grande demanda por atendimentos, consultas e elaboração de pareceres, em contraste com o número reduzido de servidores alocados, o NIT/DIP contava com a colaboração informal do Grupo de Pesquisa em Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia e Inovação, da UFSC, na execução de muitas atividades. A produção científica do Grupo também fazia interface com o trabalho realizado no NIT/DIP, a partir das perspectivas de estudo dos participantes, estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação em Direito, Economia, Agronomia, e da Pós-Graduação em Biotecnologia e da Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC, 2008, p. 19).

As competências do NIT, nessa época, de acordo com o art. 2º da Portaria 337/GR/2007, eram as fixadas nos incisos do art. 16 da Lei de Inovação, e mais: a) a prospecção de projetos de inovação, no ambiente produtivo, passíveis de serem executados em parceria com a universidade; b) a manifestação sobre a celebração de contratos e convênios, envolvendo inovação e pesquisa científica e tecnológica e contendo cláusulas de propriedade intelectual e de segredo; c) a divulgação dos resultados de projetos de inovação desenvolvidos na universidade; e d) o estabelecimento de seu próprio Regimento Interno (UFSC, 2007a, [s.p.]).

Além de desenhar uma nova configuração ao NIT, a Reitoria criou, também em 2007, o Comitê de Inovação, cujas diretrizes de composição e atuação foram descritas na Portaria n. 338/GR/2007. O Comitê de Inovação, conforme o art. 1º, nasce com o objetivo de ser um órgão de acompanhamento das ações relativas à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, e, também, de proposição, ao Conselho Universitário, das políticas de projetos, propriedade intelectual, segredo, transferência de tecnologia e de incentivo à inovação da UFSC (UFSC, 2007b, [s.p.]). Com reuniões ordinárias anuais, a primeira composição do Comitê envolvia representantes da universidade e de diferentes entidades – como se observa no Quadro 3 – ocupando, o Diretor do NIT, a função de Secretário.

Quadro 3. Composição do Comitê de Inovação (2007)

- a) Vice-Reitor;
- b) Pró-Reitores de Pesquisa, de Pós-Graduação e de Orçamento, Administração e Finanças;
- c) Três representantes das Unidades Universitárias, indicados, por consenso, pelos seus Diretores;
- d) Dois representantes das Fundações de Apoio devidamente credenciadas, indicados, por consenso, pelos seus Presidentes;
- e) Três representantes dos pesquisadores de notório saber, indicados pelo Reitor;
- f) Um representante da indústria, indicado pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC);
- g) Um representante da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep);

- h) Um representante da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (Fapesc);
- i) Diretor do Núcleo de Inovação Tecnológica.

Fonte: elaboração das autoras (2022), com reprodução da Portaria n. 338/GR/2007, art. 2º (UFSC, 2007b, [s.p.]).

Em 2009, a professora Rozangela Curi Pedrosa, do Departamento de Bioquímica, assumiu a Direção do NIT/DIT, agora vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (UFSC, 2008, p. 16). Esse período coincidiu com a participação do NIT na elaboração do projeto enviado ao MCTI e no posterior desenvolvimento do modelo PRONIT, no âmbito da implantação e estruturação do arranjo catarinense de NITs, sob financiamento do CNPq, da Fapesc e da Finep. O PRONIT ofereceu capacitação à equipe e permitiu qualificar o planejamento estratégico do NIT. No seu escopo, foi desenvolvido o Aplicativo de Gestão de NIT, adotado pelo NIT da UFSC, em 2010, enquanto modelo para registro e controle da propriedade intelectual na instituição (UFSC, 2010, p. 14; UFSC, 2011, p. 7; PAULOKUN, 2019, p. 37).

Na perspectiva da articulação externa do NIT da UFSC e da sua atuação em rede, observam-se movimentos importantes, ao longo de toda a primeira década dos anos 2000. Em 2003, o NIT auxiliou na organização do I Congresso Nacional de Propriedade Intelectual, evento realizado na UFSC, com a presença de aproximadamente 300 universitários e empresários do Estado de Santa Catarina e de diversos estados brasileiros e dos países do Mercosul. Três anos mais tarde, a

segunda edição do Congresso trouxe temática decisiva para a revitalização do NIT – “[...] comercialização de tecnologia: transferência de tecnologia e inovação para o desenvolvimento dos Países [...]” –, e foi palco da reunião de criação do Fórum Nacional de Gestores de Inovação e de Transferência de Tecnologia (FORTEC), em 1º de maio de 2006 (UFSC, 2008, p. 24-25).

Na ocasião, os gestores de inovação e transferência de tecnologia de várias universidades e instituições de pesquisa brasileiras elegeram as coordenações nacional e regionais do FORTEC. O professor Luiz Otávio Pimentel, representando a UFSC, foi eleito membro da Coordenação Nacional (2006-2008), fato que se repetiu em anos seguintes. Vale registrar que a equipe do NIT da UFSC envolveu-se ativamente no processo de elaboração do Estatuto do FORTEC, aprovado em junho de 2006 (UFSC, 2008, p. 29; CADORI, 2022, [s.p.]).

Outra atividade de extensão realizada pelo NIT da UFSC, naquele período, foi a promoção de cursos de capacitação em propriedade intelectual e transferência de tecnologia. Fruto de um acordo de cooperação técnica entre o INPI, a UFSC, a Fapesc, a Udesc, a Epagri e o IEL/SC, foram ministradas oito edições do curso básico, nos principais polos industriais e comerciais de Santa Catarina: Blumenau (FURB), Chapecó (Unochapecó), Criciúma (Unesc), Florianópolis (UFSC), Joaçaba (Unoesc), Joinville (Univille), Lages (Uniplac) e Tubarão (Unisul). Aconteceram, ainda, as edições do módulo intermediário e avançado

do curso, ambas em Florianópolis, na UFSC e na Udesc (UFSC, 2008, p. 27-28; CADORI, 2022, [s.p.]).

Fazendo memória de casos de sucesso, na área de inovação, intermediados pelo NIT nos anos 2000, registra-se a invenção do *Chronos Flavonóides de Passiflora*, pelo professor João Batista Calixto, do Centro de Ciências Biológicas. O produto resultou de um projeto de P&D, parceria da UFSC com a empresa Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda., com financiamento da Finep e interveniência da Fundação Stemmer para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FEESC). O NIT mediou a negociação da participação da UFSC na exploração comercial, e a comercialização do produto cosmético, pela Natura, em 2008, rendeu à UFSC, pela primeira vez, uma participação pela exploração de propriedade intelectual (UFSC, 2008, p. 23).

A segunda década dos anos 2000 foi marcada por novas alterações na estrutura formal do NIT. Do ponto de vista interno, a equipe foi gradativamente ampliada e organizada em setores: Divisão de Propriedade Intelectual, Coordenadoria de Apoio Jurídico, Coordenadoria de Gestão de Processos, Coordenadoria de Transferência de Tecnologia, além das atividades do Comitê de Inovação, que, a partir de 2011, passou a ter representação de docentes de todas as áreas tecnológicas, sociais e jurídicas da universidade (UFSC, 2014, p. 1; UFSC, 2011, [s.p.]).

Em 2016, o DIT tornou-se Agência de Inovação da UFSC (AGIUFSC), vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa, por força da Portaria 541/2016/GR. A AGIUFSC herdou as atribuições do DIT e adquiriu novas,

[...] como identificar e incentivar, no ambiente produtivo, oportunidades de realização de projetos de inovação que pudessem ser executados em conjunto com a Universidade e estimular a cultura do empreendedorismo na UFSC. (UFSC, 2022, [s.p.]).

Antes mesmo da nova legislação interna, o DIT já havia incorporado ao seu organograma uma Coordenadoria de Empreendedorismo (UFSC, 2015, p. 6).

Essa Coordenadoria desenvolveu, entre outros, o projeto Educação Empreendedora na UFSC/Sebrae: implantação de atividades de fomento ao empreendedorismo e propriedade intelectual, que tinha objetivo de estimular o empreendedorismo entre os acadêmicos da universidade. Entre as ações realizadas, destaca-se o oferecimento de disciplinas de propriedade intelectual, transferência de tecnologia, inovação e empreendedorismo; a participação no Desafio Universitário Empreendedor do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); e a organização da III Feira do Inventor.

Sobre a Feira do Inventor, evento tradicional na programação do NIT, vale pontuar que a primeira edição ocorreu em outubro de 2009, e

a segunda, em outubro de 2010. A Feira apresentava-se como uma oportunidade para os pesquisadores da UFSC, de outras ICTs e de inventores independentes mostrarem seus trabalhos, que eram avaliados, por voto popular e por uma comissão técnica, e, então, premiados. Nas três edições da Feira, aproximadamente 100 inventos foram apresentados (UFSC, 2010, p. 11; CADORI, 2022, [s.p.]).

Em 2016, a Agência de Inovação participou do processo de implantação do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (PROFNIT), mestrado profissional, na UFSC. O PROFNIT, coordenado pelo FORTEC, desenvolve-se, até hoje, em rede nacional, por meio de pontos focais em instituições associadas, com o objetivo de formar profissionais para atuarem nas competências dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) e em outros ambientes promotores de inovação. A UFSC integra o conjunto de pontos focais do PROFNIT desde o primeiro Exame Nacional de Acesso, e o NIT desenvolve inúmeras atividades de cooperação com o Programa, entre elas, a oferta de vagas para a disciplina de Oficina Profissional (CADORI, 2022, [s.p.]).

A conformação atual do NIT da UFSC remete ao ano de 2016, quando, na gestão do Reitor Luis Carlos Cancellier de Olivo, a Portaria n. 970/2016/GR criou a Secretaria de Inovação (SINOVA). Naquela ocasião, o professor Claudio José Amante, do Departamento de Odontologia, foi designado Secretário de Inovação (Portaria n. 981/2016/

GR). Com a nova configuração, o setor teve seu *status* elevado de Departamento para Secretaria, o que, na prática, colocou-o no mesmo nível hierárquico das Pró-Reitorias, respondendo diretamente ao Gabinete do Reitor (UFSC, 2016a, [s.p.]; PAULOKUN, 2019, p. 81). Essa mudança de posicionamento, com o crescimento da importância da SINOVA no organograma da universidade, refletia o desejo da gestão de reaproximar e reconectar a UFSC com o ecossistema de inovação catarinense.

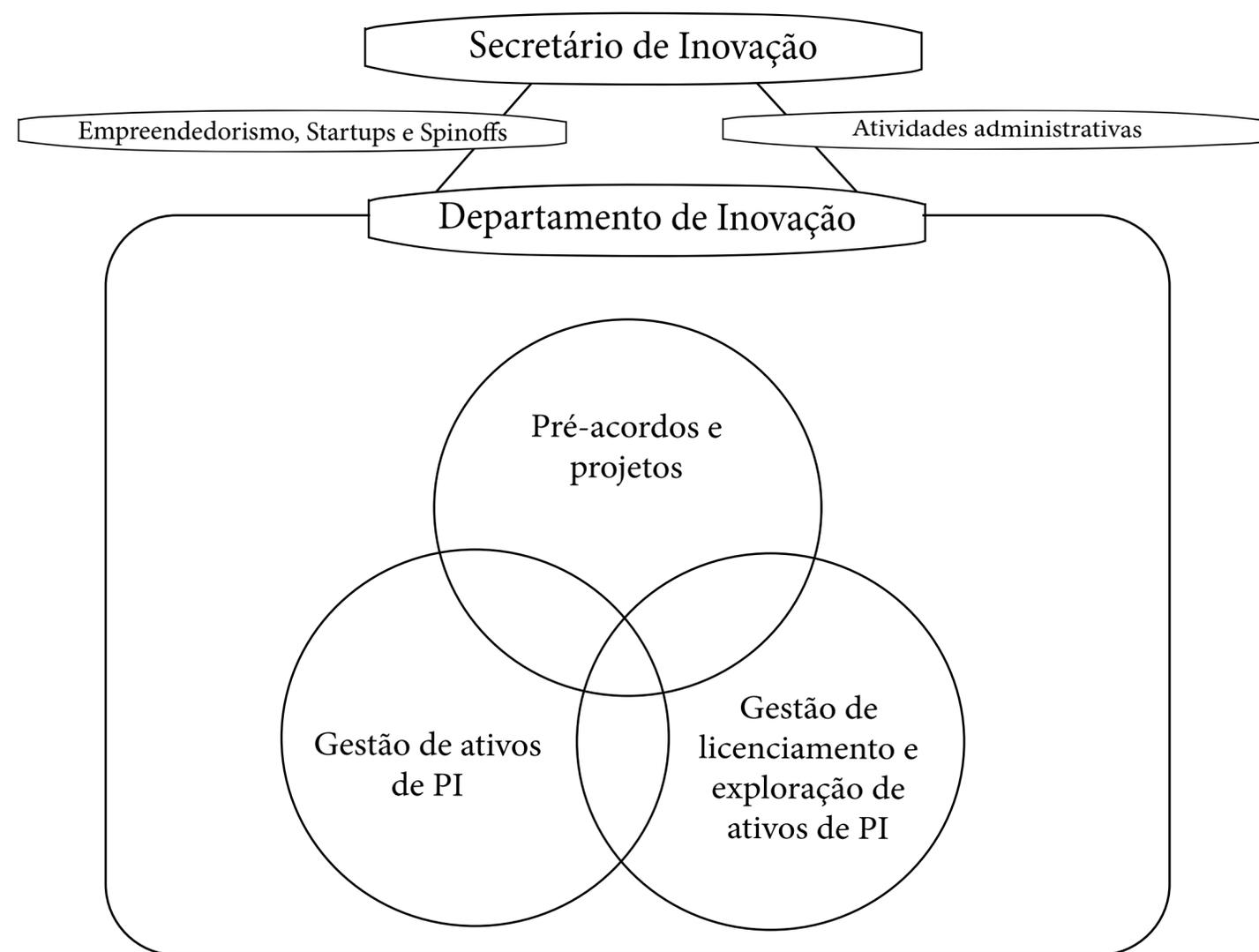
Nos primeiros anos de sua existência, a SINOVA enfrentou dificuldades de estruturação de equipe, situação que espelhava as próprias intercorrências enfrentadas pela universidade, com o falecimento do Reitor Cancellier, em 2017. A partir de 2018, desenhou-se uma estrutura interna para a Secretaria, com sete áreas de trabalho – Apoio Administrativo, Cultura de Inovação, Propriedade Intelectual, Comunicação, Empreendimentos e Transferência de Tecnologia –, que respondiam a um Departamento de Inovação (PAULOKUN, 2019, p. 86). No mesmo ano, o professor Alexandre Moraes Ramos, do Departamento de Ciências da Administração, passou a exercer a função de Secretário de Inovação.

Desde 2018, observa-se uma gradativa consolidação da SINOVA, com a elaboração e execução de um planejamento estratégico. Inicialmente, o foco esteve direcionado para a organização da parte operacional, sobretudo da gestão de propriedade intelectual, trans-

ferência de tecnologia e gestão de contratos. No segundo estágio, agregaram-se ações para o fomento da cultura do empreendedorismo, e os próximos passos envolvem fortalecer a prospecção e promover a internacionalização das atividades da Secretaria. É importante destacar que a missão, a visão e os objetivos da SINOVA, neste momento, centram-se nas parcerias e no modelo de inovação aberta, enxergando-as como mecanismos para o enfrentamento dos grandes desafios da sociedade contemporânea (ver Quadro 4) (RAMOS, 2021, [s.p.]).

Atualmente, o quadro funcional é formado por dois gestores – o professor Alexandre Moraes Ramos, ainda na condição de Secretário de Inovação, e um Diretor de Inovação –, onze servidores, em ocupações administrativas, além de estagiários de graduação e pós-graduação. O organograma interno mantém o Departamento de Inovação, que articula três células: a de pré-acordos de projetos, a de gestão de licenciamento e exploração de ativos de propriedade intelectual e a de gestão de ativos de propriedade intelectual. Ao Secretário de Inovação, estão ligadas as áreas de empreendedorismo, *startups* e *spin offs* e as atividades administrativas, conforme a Figura 2 (UFSC, 2022, [s.p.]).

Figura 2. Organograma interno SINOVA (2022)



Fonte: elaboração das autoras (2022), com base em UFSC (2022, [s.p.]).

Quadro 4. Missão, visão e objetivos da SINOVA (2021)

Missão: promover a inovação e o empreendedorismo, por meio de parcerias e interações com diferentes atores, criando condições para que o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, produzido na Universidade, possa ser revertido em prol da sociedade.

Visão: acreditamos que a inovação aberta é o caminho para se criar novas oportunidades e propor soluções para os grandes desafios da sociedade.

Objetivos: promover a Inovação aberta e a cultura do empreendedorismo; criar sinergia com diferentes segmentos da sociedade e setor produtivo; identificar e criar oportunidades para projetos cooperados; exercer a gestão da Incubadora de EBT e do Parque C&T da UFSC a serem implantados; atuar de forma integrada e transversal com as ações de ensino, pesquisa e extensão da UFSC; gerenciar questões relativas à propriedade e a gestão dos direitos sobre a criação e propriedade intelectual; fazer a interlocução com os ecossistemas de inovação; promover políticas voltadas à criação e promoção de *startups* e *spin offs* no ambiente UFSC.

Fonte: elaboração das autoras (2022), com base em UFSC (2022, [s.p.]).

Desde 2016, a SINOVA funciona na Loja 3, do Prédio 2, da Reitoria, onde são realizados os atendimentos presenciais. Além deste formato, as ferramentas para atendimentos remotos – portal de atendimento institucional da UFSC e e-mail –, únicos canais disponíveis durante a pandemia de Covid-19, são de grande utilização (CADORI, 2022, [s.p.]). As atividades da SINOVA, no entanto, e como

já mencionado, não se restringem ao nível operacional. O setor atua fortemente no desenvolvimento de projetos que alcançam a comunidade acadêmica e o público externo.

Nessa direção, apresenta dois programas principais, o Caminhos da Inovação e o iSHIS: Startups Humanas Inteligentes, Inovadoras e Sustentáveis, no âmbito dos quais são executados projetos como o SINOVA Startup Mentoring, o Academy UFSC, o Observatório Institucional, e outros descritos na síntese do Quadro 5. As iniciativas desses dois eixos são atravessadas por atividades permanentes de compliance, institucionalizadas a partir do projeto Compliance: Gestão de Riscos. Realizado em dois ciclos (2019 e 2020), o projeto Compliance voltou-se para a identificação, e posterior diminuição ou eliminação, de riscos nos processos de trabalho (RAMOS, 2021, [s.p.]).

No escopo do Caminhos da Inovação, merece destaque a atuação da SINOVA na elaboração da Política Institucional de Inovação e Empreendedorismo da UFSC. As discussões para a construção da Política iniciaram-se em 2019, em grupo de trabalho designado para essa finalidade e liderado pelo professor Luiz Otávio Pimentel, e seguiram durante os anos de 2020 e 2021, com a realização de consultas públicas, reuniões de alinhamento e apreciação pelo Comitê de Inovação. Após a aprovação da Política de Inovação e

Empreendedorismo pelo Conselho Universitário, que deve ocorrer nos próximos meses, a SINOVA planeja trabalhar na elaboração das Políticas de Proteção Intelectual; de Propriedade Intelectual no âmbito da pós-graduação; de Sigilo e Confidencialidade (RAMOS, 2021, [s.p.]).

Órgão de assessoramento da SINOVA, o Comitê de Inovação, instituído em 2007, mantém-se ativo, mas com a composição renovada, de acordo com a Portaria n. 2806/2016/GR, e operando no ambiente virtual Moodle. Junto aos membros da alta administração da universidade, de representantes docentes de todos os centros e campi, de discentes, e da Procuradoria Federal na UFSC, estão, agora, representantes do Sebrae, da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina (OAB/SC), da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) e do INPI (UFSC, 2016b, [s.p.]). Essa reunião de esforços e de olhares plurais qualifica a assessoria prestada à SINOVA nos assuntos relacionados à inovação, ao empreendedorismo, à proteção da propriedade intelectual, e à valorização, transferência e exploração de tecnologia.

Quadro 5. Principais projetos executados pela SINOVA (2018-2021)

Caminhos da Inovação	Programa iSHIS: Startups Humanas Inteligentes, Inovadoras e Sustentáveis
<p>Conjunto de atividades com o objetivo de integrar diferentes atores de inovação dentro da universidade e apresentar soluções para o cenário regional e nacional. Entre os projetos, destacam-se:</p>	<p>Conjunto de iniciativas voltadas para a promoção do empreendedorismo e da inovação tecnológica e social em todos os campi da UFSC. Entre os projetos, destacam-se:</p>
<p><i>SINOVA nos Campi:</i> visita de membros da equipe da SINOVA aos campus da UFSC, para a realização de palestras e atendimentos individualizados, com a finalidade de esclarecer sobre propriedade intelectual, relacionamento universidade e empresa e inovação.</p>	<p><i>SINOVA Startup Mentoring:</i> oferece mentoria às ideias de negócios dos alunos. Em 2019, rendeu à SINOVA o 2º lugar no Prêmio Professor Caspar Erich Stemmer Inovação Catarinense, na categoria ICT inovadora.</p>
<p><i>SINOVA capacitação nos campi:</i> projeto de apoio e fomento a ações de capacitação para a comunidade universitária. Realização de curso de redação de patentes, seminários, etc.</p>	<p><i>SINOVA Warm Up:</i> lançado em 2021, trata-se de ciclo de mentorias semanais que visa preparar as equipes para a SINOVA UFSC Startup Mentoring.</p>
<p><i>SINOVA aprendizagem e relacionamento institucional e interinstitucional:</i> projeto de capacitação direcionada para a equipe da SINOVA.</p>	<p><i>Projeto Observatório Institucional:</i> envolveu ações para a estruturação de um ambiente de inteligência baseado em dados dentro da UFSC. O Observatório foi lançado em novembro de 2021, e apresenta mais de 300 indicadores sobre 21 áreas da universidade.</p>

<p><i>Política Institucional de Inovação e Empreendedorismo:</i> reuniu esforços para a construção da proposta de Política de Inovação, que, atualmente, está em processo de tramitação institucional.</p>	<p><i>Academy UFSC:</i> Desenvolvido em parceria com o Sebrae, busca disseminar a cultura da inovação e do empreendedorismo junto a comunidade acadêmica, por meio do desenvolvimento de competências individuais e em grupos.</p> <p><i>LINC Social:</i> com foco no empreendedorismo social, fornece suporte, estimulando a criação de novas ideias ou apoiando iniciativas já existentes, a projetos alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.</p> <p><i>Projeto Develop:</i> desenvolvido em parceria com o Laboratório LIPPE/UFSC, teve início em julho de 2021, com o objetivo de transformar as patentes produzidas na UFSC em soluções para o meio produtivo, resultando de fato em inovação.</p>
--	---

Fonte: elaboração das autoras (2022), com base em: UFSC (2020c, 2021a, 2021b), Ramos (2021) e Cadori (2022).

Na última década, a SINOVA intermediou importantes negociações de transferência de tecnologia e proteção da propriedade intelectual produzida na UFSC. Entre elas, pode-se destacar o contrato firmado com a YPY Sorvetes, em 2019, para regulamentar a comercialização do Pro Vita, sorvete que minimiza os efeitos da quimioterapia em pacientes

de câncer, inventado em parceria com pesquisadores da UFSC. Outro caso de sucesso é a parceria estabelecida entre a universidade e a empresa Bioart, para o desenvolvimento do primeiro protetor solar vegano do mercado (RAMOS, 2021, [s.p.]).

De acordo com o Relatório de Gestão do Exercício 2021 (UFSC, 2021b, p. 5), a UFSC possui 580 pedidos de Propriedade Intelectual depositados/registrados no INPI, sendo 294 Patentes de Invenção, 16 Patentes de Modelo de Utilidade, 204 Registros de Programa de Computador (RPC), 42 Marcas e 24 Desenhos Industrial (DI). Além disso, conta com 12 Cultivares registrados no Ministério da Agricultura.

A consistência nas atividades de disseminação da cultura da inovação e do empreendedorismo rende reconhecimento e premiações à SINOVA. Em 2019, a Secretaria foi uma das homenageadas no Prêmio Inovação Catarinense – Professor Caspar Erich Stemmer, da Fapesc, e recebeu o 2º lugar na categoria ICT Inovadora, pelo projeto SINOVA UFSC Startup Mentoring. Em 2021, novamente o Projeto SINOVA Startup Mentoring proporcionou à UFSC ficar entre as 3 universidades mais empreendedoras do Brasil, no prêmio Startup Awards 2021, da Associação Brasileira de Startups e da Agência Blanko. Nesse mesmo ano, o Projeto Academy conquistou o 3º lugar na etapa estadual do Prêmio Sebrae de Educação Empreendedora em Santa Catarina – categoria ensino superior (UFSC, 2021b, p. 5).

Figura 3. Identidade visual da SINOVA



Fonte: acervo da SINOVA (UFSC, 2022).

Na busca por uma comunicação efetiva com a comunidade, a SINOVA vem implementando estratégias para tornar-se cada vez mais presente nas mídias sociais. Assim, reporta as suas realizações e informa sobre oportunidades na página institucional e em perfis no LinkedIn, Facebook e Instagram, e produz e disponibiliza conteúdos em seu canal no YouTube. Os espaços de relacionamento da SINOVA constroem-se, também, para além das mídias sociais: a Secretaria valoriza a articulação em rede e é uma das fundadoras da Rede Catarinense de NITs, a Rede NITSC, que está em fase de constituição. O Secretá-

rio de Inovação, professor Alexandre Ramos está à frente da Coordenação da Rede, na gestão 2020-2022.

Como toda organização com muitas décadas de existência, o NIT da UFSC, hoje estruturado como SINOVA, não construiu a sua trajetória de forma linear. Navegou por diferentes gestões universitárias, passou por momentos de carência de infraestrutura e de pessoal, foi impactado pelas transformações ocorridas no âmbito da universidade e da sociedade em geral. Segue, no entanto, empenhado no constante desafio de manter a equipe capacitada para atuar em competências que exigem um alto nível de conhecimento técnico, que envolvem assunção de riscos, busca por eficiência e criatividade. Pelo seu protagonismo, nesse sentido, é, sem dúvidas, peça importante do ecossistema catarinense de C,T&I.

Principais legislações em vigor

Resolução n. 14/CUn/2002 – Dispõe sobre a propriedade e a gestão de direitos relativos à propriedade intelectual no âmbito da UFSC.

Portaria n. 337/2007 – Cria o NIT da UFSC.

Portaria n. 970/2016/GR – Cria a SINOVA.

Portaria n. 2806/2016/GR – Cria o Comitê de Inovação.

Portaria n. 2225/2017/GR – Dispõe sobre as atribuições do Secretário de Inovação.

Onde encontrar

Endereço: Avenida Desembargador Vitor Lima, 222, Loja 03, Reitoria, Prédio 2.

Trindade – Florianópolis, SC, Brasil, CEP 88040-400

E-mail: sinova@contato.ufsc.br

Site: <https://sinova.ufsc.br>

Facebook: <https://pt-br.facebook.com/sinova.ufsc>

Instagram: [@sinova.ufsc](https://www.instagram.com/sinova.ufsc/) | <https://www.instagram.com/sinova.ufsc/>

LinkedIn: <https://br.linkedin.com/company/sinova-ufsc>

YouTube: <https://www.youtube.com/c/SINOVAUFSC>

Referências

CADORI, Aluizia. **Histórias e perspectivas da SINOVA**. Entrevista concedida à Cristiani Fontanela e Tuana Paula Lavall. 2022.

PAULOKUN, Fabiano Seelig. **Avaliação de um Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT**: o caso da Secretaria de Inovação da Universidade Federal de Santa Catarina. 2019. 170 f. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) – Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

RAMOS, Alexandre Moraes. Palestra ministrada no Workshop Organização e Gestão de NITs. **Epagri**, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eH3L_l4BrKE&t=4194s. Acesso em: 15 fev. 2022.

RODRIGUES, Icles. A UFSC na década de 1960: outras histórias. *In*: NECKEL, Roselane; KUCHLER, Alita Diana Corrêa (org.). **UFSC 50 anos**: trajetórias e desafios. Florianópolis: UFSC, 2010. p. 17-35.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Inovação Tecnológica. **Relatório de atividades**: ano 2010. Florianópolis: UFSC, 2010.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Inovação Tecnológica. **Relatório de atividades**: ano 2011. Florianópolis: UFSC, 2011.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Inovação Tecnológica. **Relatório de atividades**: ano 2014. Florianópolis: UFSC, 2014.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Inovação Tecnológica. **Relatório de atividades**: ano 2015. Florianópolis: UFSC, 2015.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. **Estatuto**. Resolução n. 065/78, 3 de novembro de 1978, alterada pelas Resoluções n.s 030, 031, 032, 040, 053 de 1980; 018 029 e 038 de 1981; 059 de 1983; 039, 105 e 136 de 1984; 107, 129, 131 e 144 de 1985; 082 e 109 de 1986; 009 e 013-A de 1987; 078 de 1988; 045 de 1989; 052 de 1990; 043 de 1991; 081, 082, 095 e 106 de 1993; 48 e 80 de 1994; 011 e 026 de 1995; 032 de 1996; 04 de 1997; 021 de 2002; 012 de 2004; 016 de 2008; 012 de 2010; 20 de 2012; 058 e 061 de 2015; 75 e 79 de 2016; 96 e 98 de 2017; 129 de 2019 e 135 de 2020. Florianópolis, 1978.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. **Linha do Tempo (1960-2020)**. 2020a. Disponível em: <https://60anos.ufsc.br/>. Acesso em: 22 fev. 2022.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Inovação Tecnológica. Departamento de Propriedade Intelectual. **Relatório de gestão 2004-2008**. Elaboração Luiz Otávio Pimentel *et al.* Florianópolis: UFSC, 2008.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020 a 2024**. 2020. Florianópolis: UFSC, 2020b. Disponível em: <https://pdi.ufsc.br/files/2020/06/PDI-2020-2024.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. **Portaria n. 0276/GR/1981, 15 de junho de 1981**. Florianópolis, 1981.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. **Portaria n. 2225/2017/GR, 28 de setembro de 2017**. Florianópolis, 2017.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. **Portaria n. 2806/2016/GR, 13 de dezembro de 2016**. Florianópolis, 2016b.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. **Portaria n. 337/GR/2007, 13 de abril de 2007**. Florianópolis, 2007a.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. **Portaria n. 338/GR/2007, 13 de abril de 2007**. Florianópolis, 2007b.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. **Portaria n. 970/2016/GR, 11 de maio de 2016**. Florianópolis, 2016a.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. **Resolução n. 14/CUn/2002, 25 de junho de 2002**. Dispõe sobre a propriedade e a gestão de direitos relativos à propriedade intelectual no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Secretaria de Inovação. **Ofício n. 8/2020/SINOVA/UFSC**: Relatório de Gestão 2019. Florianópolis: UFSC, 2020c.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Secretaria de Inovação. **Ofício n. 1/2021/SINOVA**: Relatório de Gestão 2020. Florianópolis: UFSC, 2021a.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Secretaria de Inovação. **Ofício n. 62/2021/SINOVA**: Relatório de Gestão 2021. Florianópolis: UFSC, 2021b.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Secretaria de Inovação. **Institucional**. 2022. Disponível em: <https://sinova.ufsc.br/departamento/institucional/>. Acesso em: 14 fev. 2022.



19.

**UNIINOVA NÚCLEO DE INOVAÇÃO
TECNOLÓGICA DA UNIVERSIDADE
DO VALE DO ITAJAÍ (UNIVALI)**

A Universidade do Vale do Itajaí (Univali) é uma instituição de ensino comunitária, mantida pela Fundação Universidade do Vale do Itajaí (Fundação Univali), e em funcionamento há mais de cinquenta anos. A universidade foi pioneira na oferta de ensino superior no município de Itajaí, onde se localiza a Reitoria, e, atualmente, organiza-se em uma estrutura multicampi, alcançando diversos municípios da região.

A criação da Univali acompanha o movimento, empreendido nos anos 1960, pela interiorização da formação superior em Santa Catarina. Essa circunstância "[...] define o código genético da Instituição como Universidade Comunitária." (UNIVALI, 2022b, p. 24). A mobilização de lideranças locais e da sociedade civil culminou na elaboração do Projeto de Criação da Sociedade Itajaiense de Ensino Superior (SIES), em 1962, entidade que, dois anos mais tarde, foi constituída em cartório, como instituição privada, e, posteriormente, transformada em instituição pública, pela Lei Municipal n. 599/1964 (UNIVALI, 2022b, p. 25).

A SIES nasceu com o propósito de implantar as faculdades de Ciências Jurídicas e Sociais do Vale do Itajaí, e de Filosofia, Ciências e Letras do Vale do Itajaí. As atividades iniciaram, efetivamente, em 1965, com turmas nos cursos de Direito, Pedagogia, Letras, História e Geografia. Quatro anos depois, a SIES tornou-se Autarquia Municipal de Educação e Cultura da Cidade de Itajaí (AMECCI), natureza

constitutiva alterada novamente em 1970, com a criação da Fundação de Ensino do Polo Geoeducacional do Vale do Itajaí (Fepevi) (UNIVALI, 2022b, p. 25).

Além das Faculdades de Ciências Jurídicas e Sociais e Filosofia, Ciências e Letras, foram fundadas, nos anos seguintes, a Faculdade de Ciências Administrativas, Econômicas e Contábeis e a Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia. A unificação das quatro instituições de origem, em 1986, às Faculdades Integradas do Litoral Catarinense (Filcat), reconhecida como universidade em 16 de fevereiro de 1989, recebendo, a partir desse marco, a denominação Univali (UNIVALI, 2021a, [s.p.]).

A década de 1990 marcou a expansão e consolidação da Univali enquanto ambiente promotor de ensino, pesquisa e extensão. Ampliou-se o número de cursos de graduação, novos campi foram construídos, o colégio de aplicação ganhou uma segunda unidade – a primeira havia sido inaugurada em 1978, em Itajaí –, e inúmeros projetos de extensão passaram a ser desenvolvidos. Entre 1994 e 1995, iniciam-se as atividades dos dois primeiros cursos de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos pela universidade, o Mestrado em Ciências Jurídicas e o Mestrado em Turismo e Hotelaria, circunstância que ampliou a produção acadêmica.

Os anos 2000 reservaram amadurecimento, oportunidades e muitas conquistas à Univali. Entre os eventos marcantes, pode-se destacar: o início da oferta de cursos de graduação na modalidade de educação a distância; a ampliação do número de cursos de pós-graduação *lato sensu* e de programas de pós-graduação *stricto sensu*; a expansão do processo de internacionalização; a adesão ao Sistema Federal de Educação Superior; e a mudança na estrutura acadêmica e pedagógica, com a transformação dos Centros em Escolas do Conhecimento (UNIVALI, 2022b, p. 24-25).

Atualmente, a Univali encontra-se organizada em seis campi – Itajaí, Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Centro Biguaçu, São José e Tijucas – e uma unidade educacional de pesquisas marinhas – a Unidade Penha. Dispõe de aproximadamente 100 opções de cursos de graduação, nas modalidades presenciais e a distância – aderentes às Escolas de Educação; Artes, Comunicação e Hospitalidade; Ciências da Saúde; Ciências Jurídicas e Sociais; Negócios; e Mar, Ciência e Tecnologia –, além de 50 cursos de especialização em andamento; doze mestrados e seis doutorados (UNIVALI, 2022b, p. 29; UNIVALI, 2021b, [s.p.]).

São mais de 20 mil alunos, da educação infantil até a pós-graduação, um corpo docente formado por 1.263 professores (74% deles mestres e doutores) e 1207 funcionários administrativos, aproveitando a ampla infraestrutura de salas de aula, biblioteca, laboratórios, etc. Na exten-

são, 10 programas institucionais e 75 projetos aproximam a Univali da comunidade; enquanto os mais de 147 grupos de pesquisa existentes geram “[...] produção científica e produtos inovadores que colocam a Universidade em posição de destaque em rankings internacionais.” (UNIVALI, 2021b, [s.p.]).

Nos últimos quatro anos, a Univali direcionou esforços para se reposicionar, interna e externamente, em torno de duas frentes: inovação e conexão. Nesse processo, o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), na condição de instância diretamente implicada com as questões de inovação, empreendedorismo, propriedade intelectual e transferência de tecnologia, dentro da universidade, assumiu papel de destaque. A próxima seção resgata os principais momentos do desenvolvimento histórico do NIT da Univali e apresenta as principais ações, por ele realizadas, nesse novo ciclo.

Uniinova: conhecendo o NIT da Univali

No final dos anos 1990, quando a inovação era tema pouco presente no cotidiano das universidades, a Univali já discutia meios para integrá-la aos projetos institucionais e à realidade regional, entendendo-a como uma oportunidade de transformar o conhecimento em riqueza e de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Estado (UNIINOVA, 2021a, p. 5).

Em 1999, de forma pioneira, a universidade elaborou a proposta para a implantação de uma incubadora de empresas no município de Itajaí, arranjo que acabou não se concretizando, pelo receio dos atores envolvidos em investir no projeto. Internamente, no entanto, a universidade continuou se mobilizando, até que em 2004, com recursos obtidos junto ao Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia (FUNCITEC) e ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), deu início à implementação da Pré-Incubadora de Empresas no campus de Itajaí, inaugurada em 2006 (UNIINOVA, 2021a, p. 6).

Dos esforços para a criação da Pré-Incubadora, desenvolveu-se, em 2005, o Movimento Empreendedor Univali (MEU) vinculado ao Departamento de Extensão, com a finalidade de articular a Pró-Reitoria de Ensino e os Centros de Ensino com empresários e agentes de promoção ao empreendedorismo (UNIINOVA, 2021a, p. 6). O MEU teve suas atividades orientadas por três forças-tarefas: Gestão da Pré-Incubadora, Formação Empreendedora e Relacionamentos. Em cada uma delas, microprocessos atravessavam áreas como a transferência de tecnologia, o planejamento de eventos, a capacitação técnica, a articulação com o setor público e privado, entre outras (SILVA; SILVA JR.; ARAÚJO, 2005, p. 5565-5566).

Nos anos seguintes, à medida que o ambiente externo tornava-se mais favorável ao fomento do empreendedorismo inovador, a Univali, por meio do MEU, acompanhou as evoluções, capitaneando iniciativas e

tendo seu trabalho reconhecido (UNIINOVA, 2021a, p. 9-10), como se observa no Quadro 1.

Quadro 1. Ações articuladas a partir do MEU (2007-2010)

- a) Incorporação da Incubadora Social, focada em Economia Solidária (2008);
- b) Participação no projeto de implantação do Parque Tecnológico de Itajaí (2008);
- c) Criação da Resolução de Propriedade Intelectual da Univali (2008);
- d) Realização de duas edições do Simpósio Empreendedorismo da Univali (2009 e 2010);
- e) Captação de Recursos do Sebrae para projetos específicos e implantação do Centro de Referência para Apoio a Empreendimentos (CERNE) (2010);
- f) Participação na Rede Catarinense de Entidades Promotoras de Empreendimentos Tecnológicos (RECEPET);
- g) Participação no projeto de Implantação e Estruturação do Arranjo Catarinense de Núcleos de Inovação Tecnológica (PRONIT) (2009-2011);
- h) Obtenção dos seguintes prêmios: Prêmio Santander Curso de Empreendedorismo em Babson College – Marcelo Novaes (incubadora Marithimus) (2009); Prêmios Santander de Destaque Empreendedorismo Univali, com vários projetos premiados (2010); Prêmio Santander Curso de Empreendedorismo em Babson College – Prof. Ovidio Felipe Jr. (2010).

Fonte: elaboração das autoras (2022), com reprodução de informações de Uniinova (2021a, p. 9-10).

Além dos projetos citados, um dos desdobramentos da atuação do MEU foi a criação do Núcleo de Inovação Tecnológica da Univali (Unii-nova), em 2009. Muitas das competências atribuídas por lei aos NITs, como a articulação com o setor produtivo e disseminação da cultura da inovação, que, até então, eram desempenhadas informalmente no

âmbito do MEU ou pela Pré-Incubadora, começaram, a partir desse marco, a serem arquitetadas pelo NIT (UNIINOVA, 2021a, p. 9).

Esse novo posicionamento foi influenciado, em alguma medida, pela participação da Univali no Projeto de Implantação e Estruturação do Arranjo Catarinense de Núcleos de Inovação Tecnológica (PRONIT), que começou a ser executado em 2009. O PRONIT capacitou os professores, pesquisadores e profissionais técnicos, atuantes na área de inovação, em temas como elaboração de projetos, gestão de NIT, propriedade intelectual e transferência de tecnologia, o que permitiu o aperfeiçoamento dos trabalhos e do planejamento do NIT.

Embora tenha sido criado em 2009, o NIT da Univali foi formalizado apenas em 2014, quando a universidade instituiu sua Política de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação (PD&I). A Política de PD&I, veiculada por meio da Resolução n. 149/CONSUN/2014, “[...] estabelece as diretrizes para inovação, propriedade intelectual, transferência de tecnologia, prestação de serviços e relações com a sociedade nos aspectos relacionados à promoção da inovação [...]”, consistindo na mais importante legislação da Univali, em vigor, sobre a temática (UNIVALI, 2014, [s.p.]).

O art. 2º do instrumento instituiu o NIT, denominado de Uniinova, setor que nasce vinculado à Vice-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. A estrutura inicial do NIT contava com um Responsável Institucional – no exercício de funções de coordenação,

como a convocação de reuniões, o gerenciamento de demandas e a representação do Uniinova, na universidade e fora dela – a Equipe de Apoio Administrativo, e um Representante dos Incubados (art. 29 e 31). As atividades do Uniinova, por sua vez, percorriam três eixos principais: inovação e propriedade intelectual, empreendedorismo, relações com a sociedade (UNIVALI, 2014, [s.p.]).

Os objetivos definidos institucionalmente para o Uniinova, e que, passados oito anos, ainda orientam o trabalho do setor, estão descritos no art. 27, reproduzido no Quadro 2.

Quadro 2. Objetivos do Uniinova

- a) Apoiar ações de incentivo à inovação científica e tecnológica no ambiente produtivo com o objetivo de contribuir com a independência tecnológica e o desenvolvimento cultural, econômico e social do país;
- b) Requerer os direitos de propriedade intelectual para as criações desenvolvidas na Univali;
- c) Divulgar as ações de inovação tecnológica da Univali nos meios acadêmico e científico;
- d) Apoiar ações que visem a integração da Univali com os diversos setores da sociedade para a geração e transferência de tecnologia;
- e) Buscar parcerias junto aos Núcleos de Inovação Tecnológica de outras instituições;
- f) Captar recursos junto às agências de fomento;
- g) Estimular o empreendedorismo visando à geração de processos, produtos e serviços inovadores para a sociedade.

Fonte: elaboração das autoras (2022), com reprodução do art. 27 da Resolução n. 149/CONSUN/2014 (UNIVALI, 2014, [s.p.]).

O funcionamento do Uniinova, nos primeiros anos de sua institucionalização, teve o grande desafio de acontecer em um momento de pouco fomento à inovação, pelo setor público, com escassos editais lançados nessa área. Existia, também, a dificuldade de sensibilizar os gestores da universidade em destinar recursos para a manutenção do NIT, diante de outras prioridades, que, em curto prazo, demandavam atenção da gestão (TOMIO, 2022, [s.p.]).

A grande virada no posicionamento e na importância conferidos ao Uniinova, dentro da instituição, aconteceu em 2018, com o lançamento do Plano de Gestão Conectar & Inovar (2018-2022). O Plano, ainda em curso,

[...] visa uma Universidade Comunitária inovadora e de excelência, com o ensino conectado às novas tendências educacionais, à extensão e à pesquisa científica de impacto, oferecendo soluções para transformar a sociedade. (UNIVALI, 2022b, p. 32).

Nessa perspectiva, propõe alterações nos processos, sempre no sentido de fortalecer o papel da instituição enquanto polo gerador de inovação. Para dar suporte às mudanças, foi criada uma Diretoria de Inovação, vinculada à Reitoria, setor imediatamente superior ao Uniinova no organograma da universidade (TOMIO, 2022, [s.p.]).

O novo momento institucional vem proporcionando a alavancagem das atividades do NIT, que teve seu planejamento estratégico cons-

truído sob as bases do Plano Conectar & Inovar e passou por reformulação de equipe – com a chegada da Coordenadora, professora Janaina Lorenzi Tomio – e estrutura organizacional.

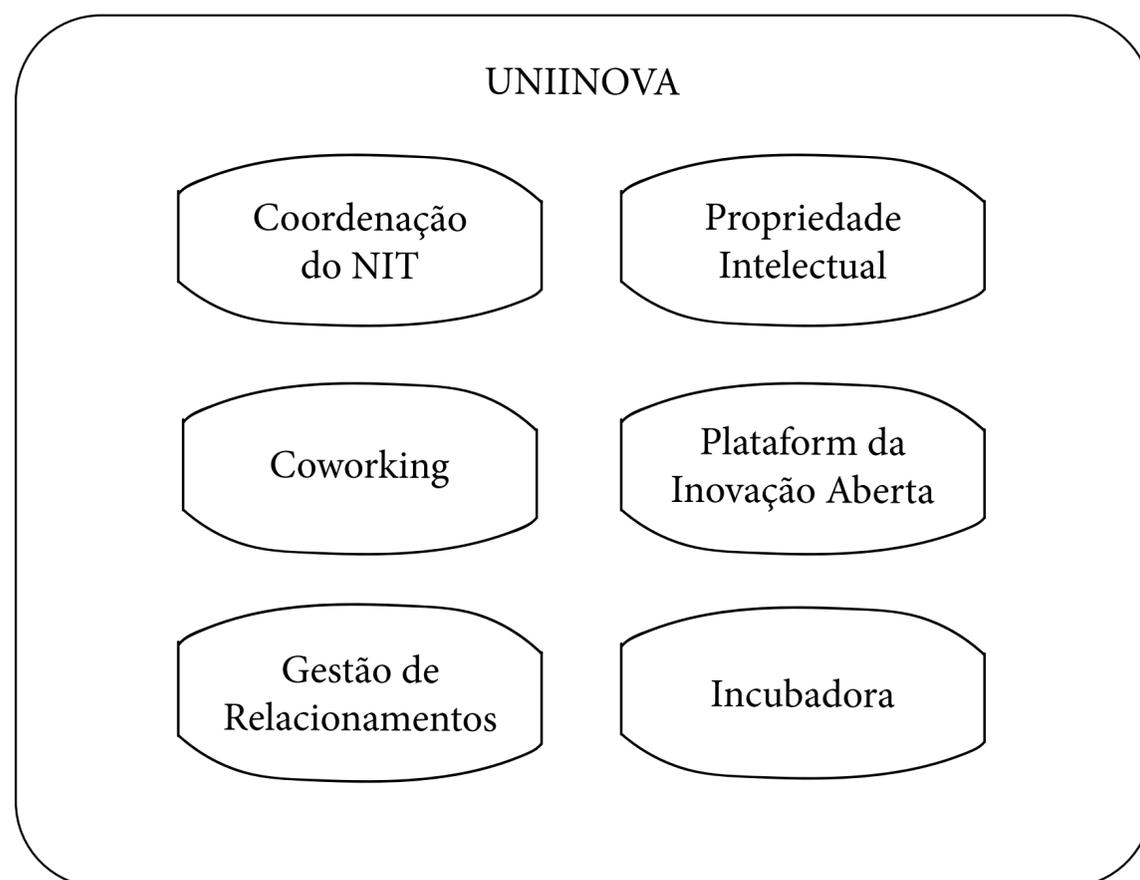
No escopo do Conectar & Inovar, foram definidos cinco objetivos e projetos estratégicos, para a execução, pelo Uniinova: a) “implantar modelos disruptivos tecnológicos e pedagógicos”, por meio da estruturação de um *hub* de Inovação; b) “desenvolver alianças estratégicas”, mediante parcerias com centros e escolas de inovação; c) “promover a experenciação acadêmica”, fomentando o empreendedorismo; d) “ampliar as receitas operacionais”, a partir da criação de mecanismos que transformem resultados de pesquisa em produtos de alto valor agregado; e) “maximizar os recursos ao CAPEX”, apostando na captação de recursos de fontes alternativas (UNIINOVA, 2021a, p. 13).

O foco do Uniinova, desde 2018, encontra-se, portanto, na geração de conexões – com o setor produtivo, agentes públicos, instituições de fomento, etc. – capazes de facilitar o empreendedorismo inovador. Para que isso seja possível, desenvolve um amplo trabalho de base, voltado para a construção de uma cultura de inovação na comunidade acadêmica (TOMIO, 2022, [s.p.]).

No comparativo com os eixos de atuação definidos quando da formalização do Uniinova, em 2014, pode-se afirmar que o NIT teve suas competências ampliadas. Até o início de 2022, organizava-se em torno de seis frentes: a Coordenação de Inovação; Propriedade Intelectual;

Coworking; Plataforma de Inovação Aberta; Gestão de Relacionamento e Incubadora Tecnológica e de Empresas (TOMIO, 2022, [s.p.]).

Figura 1. Eixos de atuação do Uniinova 2018-2021



Fonte: elaboração das autoras (2022), com base em Uniinova (2021a, p. 28).

A Coordenação de Inovação orienta as ações do Uniinova, tanto nos processos internos, quanto nas relações com os parceiros. Entre as suas principais atribuições, destacam-se: a elaboração do Planeja-

mento Estratégico do NIT; a construção de parcerias com redes de inovação nacionais e internacionais; a organização de base de dados, para a facilitação e otimização dos fluxos de trabalho; e a articulação entre as áreas do Uniinova. Compete, também, à Coordenação representar o NIT em comitês, projetos interinstitucionais, redes de cooperação, entre outros (UNIINOVA, 2021a, p. 28; TOMIO, 2022, [s.p.]).

O Uniinova, por meio da sua Coordenadora de Inovação, participa do Comitê de Implantação do Centro de Inovação de Itajaí, do movimento PoloTech, dos Planos de Desenvolvimento Econômico dos municípios de Itajaí e Balneário Camboriú, e do movimento pela criação da Rede Catarinense de Transferência de Tecnologia e Conhecimento e de Inovação (RECATTI) e da Rede Catarinense de NITs – essa última em fase de constituição no escopo do Edital n. 14/2019, da Fapesc. Ainda, o NIT integrou a equipe responsável pela elaboração do projeto do Núcleo de Inteligência Aplicada da Univali (NIA), observatório a ser implementado no Centro de Inovação de Itajaí (UNIVALI, 2021c, [s.p.]; UNIINOVA, 2021a, p. 29).

A área de Propriedade Intelectual do Uniinova gerencia “[...] o processo de transformação da inovação promovida dentro do espaço acadêmico em produtos e processos protegidos por exclusividade, e passíveis de comercialização.” (UNIINOVA, 2021a, p. 23). Ela concentra atribuições como: a) a atualização da Política de Inovação; b) o controle dos fluxos internos de propriedade intelectual – análise da viabi-

lidade, validação técnica e documental, etc. – e o acompanhamento do registro – realizado por empresa prestadora de serviços; c) a manutenção do Portfólio de Inovação da universidade; d) o desenvolvimento de sistema para avaliar o potencial de inovação dos trabalhos acadêmicos; e) a produção de material didático sobre propriedade intelectual, em diferentes formatos – *podcast* Uniinova Cast, vídeos-aulas, *ebooks*, entre outros (UNIINOVA, 2021a, p. 23-24; TOMIO, 2022, [s.p.]).

Em 2020, a Univali obteve o seu primeiro registro de patente no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). O produto protegido é um medicamento fitoterápico, com propriedades analgésicas, anti-inflamatórias e antifebris, desenvolvido por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas (Mestrado/Doutorado) (UNIVALI, 2020, [s.p.]).

O espaço de *Coworking*, outro eixo do Uniinova, é um ambiente alinhado aos princípios da Economia Compartilhada e Colaborativa. Com o *Coworking*, a universidade pretende favorecer parcerias, aproximando empreendedores do meio acadêmico; aumentar a produtividade dos incubados, *startups* e empresas, que desfrutam do serviço; e proporcionar um ambiente independente e com maior liberdade, para que as conexões e as trocas de conhecimento aconteçam. A estrutura conta com espaços lúdicos e de confraternização, onde aconte-

cem *workshops*, oficinas e outros eventos de *networking* (UNIINOVA, 2021a, p. 36-38).

O quarto eixo do Uniinova compreende a gestão, no âmbito da Univali, da Plataforma de Inovação Aberta da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe), a Plataforma ON. A Plataforma objetiva diagnosticar o estado da inovação e os seus potenciais na rede Acafe, assim como integrar as instituições que a compõem. O Uniinova coordena as atividades dentro da Univali, mantendo a Plataforma atualizada, para facilitar as conexões entre os diversos atores do ecossistema e as universidades parceiras (UNIINOVA, 2021a, p. 25-26; TOMIO, 2022, [s.p.]).

Finalmente, o quinto eixo de trabalho do Uniinova, Gestão de Relacionamento, é “[...] responsável por promover o relacionamento e o *network* entre todos os atores do ecossistema de inovação, fomentando parcerias, concursos, eventos e capacitações [...]”, para a promoção da inovação na comunidade acadêmica e fora dela (UNIINOVA, 2021a, p. 26). Nessa esfera, desenvolvem-se algumas linhas de ação, como a criação e manutenção de parcerias e conexões com o mercado; e a realização do Prêmio de Inovação Univali e de ações de sensibilização (UNIINOVA, 2021a, p. 26-29).

O Prêmio de Inovação Univali, que acontece, anualmente, desde 2018, reconhece e valoriza soluções inovadoras, criadas por alunos, egressos e professores, para problemas do setor produtivo local. São con-

feridas premiações em dinheiro, consultorias para a estruturação de *startups* e bolsas de estudo (UNIINOVA, 2021a, p. 29).

Por outro lado, as ações de sensibilização correspondem a uma programação de eventos e capacitações, que alcançam alunos do ensino básico, graduação e pós-graduação, professores de todos os níveis, pesquisadores, egressos, a iniciativa privada, organizações governamentais e a comunidade em geral. O Quadro 3 esquematiza as principais ações realizadas nos últimos quatro anos, de acordo com o objetivo e público alvo.

Quadro 3. Ações de sensibilização 2018-2021

Objetivo/ público alvo	Ação
<i>Open Mind</i>	Festival da Imaginação: realizado anualmente, com foco no desenvolvimento da imaginação e da criatividade.
Conexão	<i>Innovation Boost Week</i> : focaliza a troca de experiências e o <i>networking</i> , com a apresentação de cases de sucesso, por representantes de <i>startups</i> de destaque no Sul brasileiro. Empreenight: visa a formação de redes de contato entre empresários da região, além do aprimoramento técnico, por meio de palestras.
<i>Soft e Hard Skills</i>	Uniinova <i>Skills</i> : objetiva construir e melhorar as habilidades socioemocionais, mentais e sociais, e as habilidades técnicas e de qualificação dos participantes, que são, principalmente, os incubados da Incubadora Tecnológica da Univali.

Para docentes e pesquisadores	<i>Science Day</i> : aproxima líderes de grupos de pesquisa da Univali e professores da graduação, para fortalecer a implementação do ensino por meio da pesquisa, inovação e a construção do currículo conectado. Empreenday: simpósio que objetiva discutir a relação entre empreendedorismo, inovação e educação, reunindo professores de todas as Escolas do Conhecimento da Univali.
Público geral	Semana Internacional de Empreendedorismo e Inovação: evento de integração entre a comunidade interna e externa, com ênfase na educação empreendedora, sistemas de inovação e práticas de desenvolvimento sustentável. <i>Meetup</i> de Aceleração: espaço para a apresentação de boas práticas no apoio às startups e em programas de incubação e aceleração. #vamojunto: realizado em parceria com o Sebrae e empreendedores locais, em 2019, o evento ofereceu um ciclo de palestras e capacitações, para potencializar a atuação em empreendedorismo e inovação.
Organizado em parceria	<i>Global Legal Hackathon</i> : realizado em parceria com a Escola de Direito, com o objetivo de desenvolver soluções para melhorar o acesso à justiça por meio da tecnologia.

Fonte: elaboração das autoras (2022), com base em Uniinova (2021a, p. 29-35).

Além dos eventos, a área de Gestão de Relacionamentos cuida do posicionamento do Uniinova nas redes sociais. Nos perfis oficiais do Uniinova são compartilhados registros das atividades do NIT e é rea-

lizada divulgação científica de temas ligados à inovação, empreendedorismo e propriedade intelectual (TOMIO, 2022, [s.p.]).

Até 2021, a Gestão de Relacionamentos também acumulava a função de atuar na captação de recursos de fontes externas, tanto para fomentar a organização de eventos, quanto para as ações na pesquisa e em inovação. Com a mudança da gestão universitária, a partir de 2022, o Desenvolvimento de Projetos e a Captação de Recursos passaram a ser um dos eixos do Uniinova, e não apenas atribuição vinculada à Gestão de Relacionamentos (TOMIO, 2022, [s.p.]).

As mudanças, no entanto, não pararam por aí: com a criação de uma Coordenação de Empreendedorismo na universidade, as competências relacionadas a essa temática estão sendo deslocadas do NIT para o novo setor. A primeira grande transformação, efetivada em 2022, foi a desvinculação da Incubadora Tecnológica e Empresarial (ITE), que, até o momento, funcionava no Uniinova. A ITE da Univali, agora ligada à Coordenação de Empreendedorismo, possui Certificação Cerne 1, Cerne 2 e Cerne 3 – as duas últimas conquistadas em 2022 – pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC), e opera com programas de incubação híbrida e virtual (TOMIO, 2022, [s.p.]).

A tendência é a de que o Uniinova se caracterize, cada vez mais, como um *hub* de Inovação. Nessa condição, assume o papel de “[...] conectar as diferentes partes do ecossistema de inovação e montar um grande

quebra-cabeça [...]”, servindo como um espaço de encontro “[...] entre a universidade, empreendedores, *startups*, empresas e investidores, como também as instituições de fomento e prestadores de serviços públicos e privados, focados em dar início às novas ideias de negócios.” (UNIINOVA, 2021a, p. 38). O Uniinova é conduzido atualmente, pela Coordenadora, por três professores que auxiliam nas atividades conforme suas especialidades, em propriedade intelectual, organização de eventos e planejamento estratégico, por uma analista e por uma estagiária (TOMIO, 2022, [s.p.]).

Figura 2. Identidade visual do Uniinova



Fonte: acervo do Uniinova (2021a).

O funcionamento do Uniinova é positivamente impactado pelo fomento recebido da Fapesc, por meio dos projetos aprovados em editais de chamada pública. O já mencionado Edital n. 14/2019, o mais recente edital de apoio aos NITs, foi fundamental para alavancar o desempenho do Uniinova, inclusive com o incremento de recursos humanos, mediante a contratação de bolsistas (TOMIO, 2022, [s.p.]).

Pelo caminho percorrido, o NIT da Univali tem recebido reconhecimento público, por meio de diversas premiações. Ganhou o primeiro lugar na categoria Produtos e Serviço no II Prêmio de Inovação ACI-BALC. O projeto Futuros Disruptivos – Programa de Geração de Criativos Sociais e Bio Inovadores, desenvolvido pelo NIT, conquistou o primeiro lugar, na categoria Produtos e Serviço, e o segundo lugar, na categoria Inovação Social, na 3ª Edição do Prêmio Regional de Inovação (UNIINOVA, 2021b, [s.p.]). Esse Projeto – desenvolvido em parceria com o Sebrae, a Prefeitura de Balneário Camboriú, a Associação Empresarial de Balneário Camboriú e Camboriú (Acibalca) e a Credifoz – ganhou também o primeiro lugar no Prêmio Inovação Catarinense, Edição 2021, na categoria Professor Inovador (UNIVALI, 2022a, [s.p.]).

Como já mencionado, o Uniinova vive um momento de transição, com a redefinição de sua estrutura organizacional e planejamento, no marco de uma nova gestão universitária. Para o futuro, a perspectiva é seguir fortalecendo as relações entre a universidade, o setor produtivo e a esfera pública, legitimando sua atividade como um *player* importante e contribuindo, de modo ascendente, na ativação do ecossistema regional de inovação.

Principais legislações em vigor

Resolução n. 149/CONSUN/2014 – Política Institucional de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Univali.

Onde encontrar

Endereço: Rua Uruguai, 458, Centro, Itajaí, SC, 88302-901. Bloco C1, Sala 204.

E-mail: uniinova@univali.br

Site: <https://www.univali.br/institucional/vrppgi/coordenacao-de-inovacao-da-univali/nucleo-de-inovacao-tecnologica>

Instagram: @uniinova | <https://www.instagram.com/uniinova/>

Facebook: <https://pt-br.facebook.com/uniinova/>

LinkedIn: <https://www.linkedin.com/company/uniinova/>

Referências

ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras e Empreendimentos Inovadores. **Cerne Qualificando Ambientes de Inovação**: conceito. 2022. Disponível em: <https://anprotec.org.br/cerne/conceito/>. Acesso em: 12 jun. 2022.

SILVA, Antonio Carlos de Novaes e; SILVA JR., Ovidio Felipe Pereira da; ARAÚJO, Roseana Maria Alencar de. MEU – Movimento empreendedor Univali – um modelo de ação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE

ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 25., 2005, Porto Alegre. **Anais do XXV Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. Porto Alegre: PUCRS, 2005. p. 5563-5568. Disponível em: https://abepro.org.br/biblioteca/ENESEP2005_Enegep1103_1080.pdf. Acesso em: 9 jun. 2022.

TOMIO, Janaina Lorenzi. **Histórias e perspectivas do NIT da Univali**. Entrevista concedida à Cristiani Fontanela e Tuana Paula Lavall. 2022.

UNIINOVA – Núcleo de Inovação Tecnológica da Univali. **Núcleo de Inovação Tecnológica da Univali**: Ebook de atividades Gestão 2018-2022. Itajaí: Uniinova, 2021a.

UNIINOVA – Núcleo de Inovação Tecnológica da Univali. **Projeto Futuros Disruptivos recebe o Prêmio Regional de Inovação**. Itajaí, 7 dez. 2021. Instagram: @uniinova. 2021b. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CXL5Nz8Owg-/>. Acesso em: 12 jun. 2022.

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí. **Centro de Memória e Documentação Histórica**. 2021a. Disponível em: <https://www.univali.br/institucional/centro-de-memoria/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 13 jun. 2022.

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí. **Notícias**: INPI concede primeira patente de medicamento à Univali. Itajaí, 7 dez. 2020. Disponível em: <https://www.univali.br/noticias/Paginas/INPI-concede-primeira-patente-de-medicamento-%C3%A0-Univali.aspx>. Acesso em: 10 jun. 2022.

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí. **Notícias**: Professores da Univali são destaque no Prêmio Inovação Catarinense promovido pela Fapesc. Itajaí, 27 jun. 2022. 2022a. Disponível em: <https://www.univali.br/noticias/Paginas/Professores-da-Univali-s%C3%A3o-destaque-no-Pr%C3%AAmio-Inova%C3%A7%C3%A3o-Catarinense-promovido-pela-Fapesc.aspx>. Acesso em: 18 jul. 2022.

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2022-2026**. Itajaí: Univali, 2022b. Disponível em: <https://www.univali.br/institucional/conselhos-superiores/documentos-univali/Documents/Doc/pdi-univali-resumido.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2022.

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí. **Resolução n. 149/CONSUN/2014, 16 de dezembro de 2014**. Estabelece as diretrizes da Política Institucional de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

da Universidade do Vale do Itajaí e institui o Núcleo de Inovação Tecnológica – Uniinova e a Central de Laboratórios de Ensaio Analíticos – CLEAn. Itajaí, 2014.

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí. **Sobre a Univali**. 2021b. Disponível em: <https://www.univali.br/institucional/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 13 jun. 2022.

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí. **Uniinova – Núcleo de Inovação Tecnológica**: projetos. 2021c. Disponível em: <https://www.univali.br/institucional/vrppgi/coordenacao-de-inovacao-da-univali/nucleo-de-inovacao-tecnologica/projetos/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 8 jun. 2022.

Argos Editora da Unochapecó
Site: www.unochapeco.edu.br

Título: A Fapesc e sua jornada de 25 anos: memórias, histórias e perspectivas dos Núcleos de Inovação Tecnológica do Estado de Santa Catarina

Autoras: Cristiani Fontanela, Tuana Paula Lavall e Andréa de Almeida Leite Marocco

Coordenadora: Rosane Natalina Meneghetti

Assistente editorial: Caroline Kirschner

Assistente comercial: Daniela Manfroi

Editor de textos: Carlos Pace Dori

Divulgação: Bárbara Luísa Zamberlan

Distribuição e vendas: Daniela Manfroi

Projeto gráfico e Capa: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC)

Adaptação do projeto gráfico: Caroline Kirschner

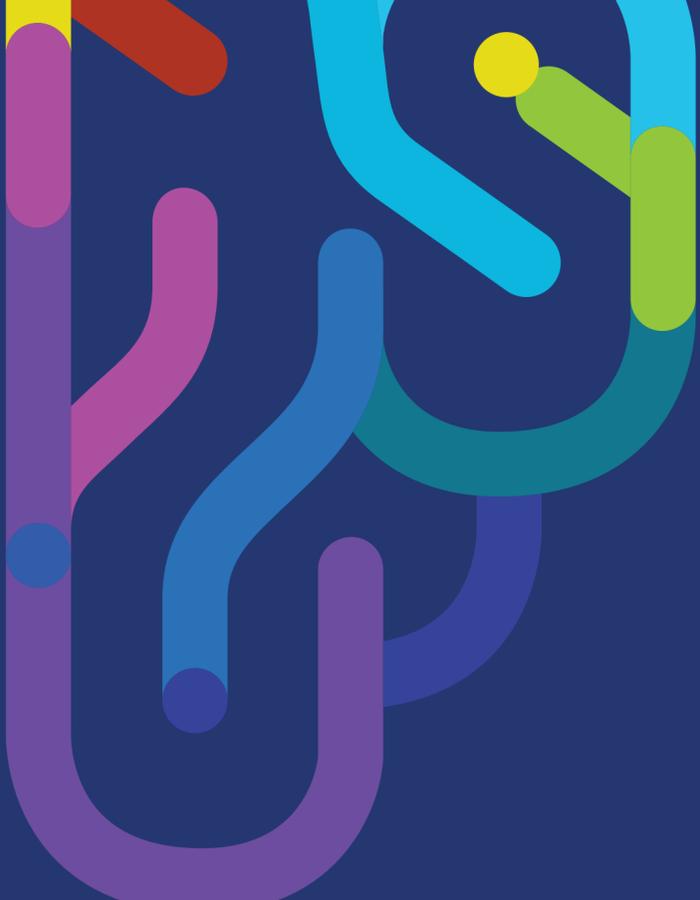
Diagramação: Caroline Kirschner

Revisão: Carlos Pace Dori

Publicação: 2023



Servidão Anjo da Guarda, 295-D
Bairro Efapi – Chapecó - SC
89809-900 – Caixa postal: 1141
Fone: (49) 3321-8218
E-mail: argos@unochapeco.edu.br
Site: www.editoraargos.com.br



GOVERNO DE
SANTA CATARINA
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

 www.fapesc.sc.gov.br

 [/company/fapesc](https://www.linkedin.com/company/fapesc)

 [/fapesc.gov](https://www.facebook.com/fapesc.gov)

 [/fapesc.sc](https://www.instagram.com/fapesc.sc)

 [/fapesc](https://twitter.com/fapesc)

 [/fapescgovsc](https://www.youtube.com/fapescgovsc)

 protocolo@fapesc.sc.gov.br

 +55 (48) 3665 4800